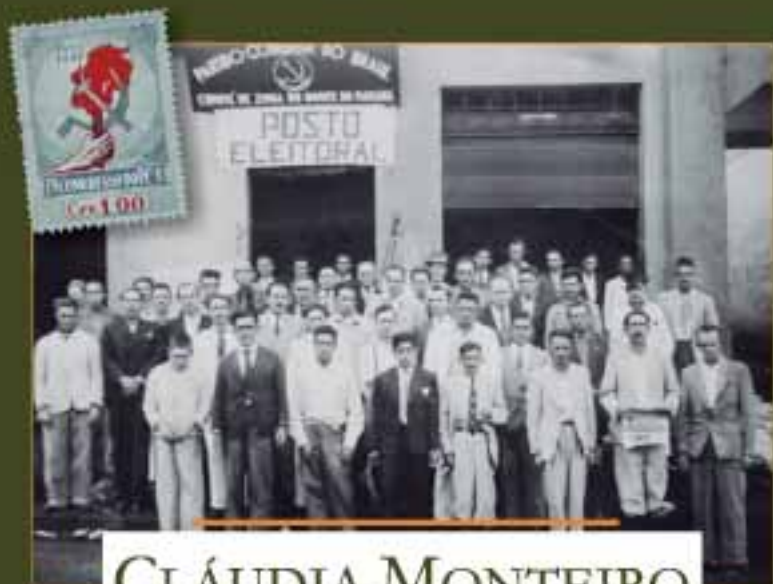


POLÍTICA ENTRE RAZÃO E SENTIMENTOS

A militância dos comunistas no Paraná
1945-1947



CLÁUDIA MONTEIRO

HISTÓRIAS DO PARANÁ



MUSEU PARANAENSE

CLÁUDIA MONTEIRO

Possui graduação em História pela UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste), mestrado em História pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e doutorado em História pela UFPR (Universidade Federal do Paraná). Atualmente é professora do curso de graduação em História da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), campus de Marechal Cândido Rondon e realiza pesquisa no âmbito da História Política do Brasil e do Paraná.

MUSEU PARANAENSE

Sendo uma das mais antigas instituições museológicas em funcionamento no Brasil, o Museu Paranaense tem se mantido no cenário cultural e científico brasileiro como promotor de importantes contribuições à história, à antropologia e à arqueologia do Paraná, desde sua fundação, em 1876. Ao completar mais de 140 anos de existência, o Museu oferece ao público esta nova coleção, Histórias do Paraná, em formato impresso por demanda e eletrônico, apresentando estudos selecionados por nós e pelo Departamento de História da Universidade Federal do Paraná para sua divulgação pela Sociedade de Amigos do Museu Paranaense.

Livros já publicados da Coleção

• **O Macabeu**

Imigração e identidade judaica no Paraná,
de Michel Ehrlich

• **Entre sapatos e livros**

A trajetória de um sapateiro na militância comunista em Paranaguá, PR - 1935 a 1964
de Thiago Possiede



IMAGENS DA CAPA

Ao fundo: Delegacia de Ordem Política e Social / Departamento de Arquivo Público do Paraná, n.1172, or.140.



CLÁUDIA MONTEIRO

POLÍTICA ENTRE
RAZÃO E
SENTIMENTOS

A militância dos comunistas no Paraná
1945-1947

CLÁUDIA MONTEIRO

HISTÓRIAS DO PARANÁ



MUSEU PARANAENSE



Este livro foi produzido pela EDIÇÃO POR DEMANDA, por encomenda de seu autor, que detém todos os direitos de conteúdo, comercialização e distribuição desta obra.

DIAGRAMAÇÃO: EQUIPE EDIÇÃO POR DEMANDA

www.edicaopordemanda.com.br

Depósito legal junto à Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994 de 14 de dezembro de 2004

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Luzia G. Kintopp - CRB/9-1535
Index Consultoria em Informação e Serviços Ltda.
Curitiba - PR

M775 Monteiro, Claudia
Política entre razão e sentimentos [recurso eletrônico] :
a militância dos comunistas no Paraná (1945 – 1947) /
Claudia Monteiro. — Curitiba : SAMP, 2017.
Recurso on-line : PDF. — (Coleção Histórias do
Paraná, do Museu Paranaense).

ISBN 978-85-67310-34-3

1. Política - Paraná. 2. Comunismo - Paraná. 3.
Movimentos trabalhistas - Paraná. 4. Partido Comunista
Brasileiro. I. Título. II. Série.

CDD: 320.98162

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

POLÍTICA ENTRE
RAZÃO E
SENTIMENTOS

A militância dos comunistas no Paraná
1945-1947

CLÁUDIA MONTEIRO

HISTÓRIAS DO PARANÁ  MUSEU PARANAENSE

Primeira Edição

CURITIBA
2017

Créditos

Governador do Paraná

Beto Richa

Secretário de Estado da Cultura

João Luiz Fiani

Diretora-Geral da SEEC

Jader Alves

Coordenador do Sistema

Estadual de Museus e

Diretor do Museu Paranaense

Renato Augusto Carneiro Junior

Capa

Raquel Cristina Dzierva

Editoração

Roberto Guiraud – Designer

Revisão

André Braga Carneiro

Foto da capa

Ao fundo: Delegacia de Ordem Política e Social.- Departamento de Arquivo Público do Paraná, n.1172, cx.140.

Sociedade de Amigos do Museu Paranaense – SAMP

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães
Presidente

LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA



Apoio



Apresentação da Coleção

Histórias do Paraná é uma coleção que reúne livros com diversos temas, diferentes métodos e diferentes abordagens. Seus autores narram acontecimentos e personagens que compuseram capítulos de uma história compartilhada, mas nem sempre harmoniosa, cujo cenário é o estado, embora não seja uma história do estado.

Nosso objetivo é apresentar os múltiplos olhares com que se pode ler os acontecimentos e, de modo igual, como a história pode ser entendida em sua diversidade; de visões de mundo, ações, sentimentos, ideias, interações recíprocas. Histórias que até podem ter um começo, mas que não se acabam, porque interferem em outra e mais outra.

Esta iniciativa visa difundir o conhecimento de fatos que afetaram o cotidiano dos paranaenses e também de novas propostas historiográficas, afastando-se da noção de que uma história única seja possível; na *Coleção Histórias do Paraná*, o leitor poderá dialogar com autores que debatem e, por vezes, confrontam experiências que carecem ser compreendidas em sua pluralidade.

O Museu Paranaense cumpre, com mais esta iniciativa, o objetivo de ampliar e dotar de visibilidade fragmentos do nosso patrimônio imaterial, esperando com isto atrair a atenção de pesquisadores e educadores dedicados à memória histórica e cultural do Paraná. Oferece ainda, instrumentos que subsidiem a educação informal e a formação acadêmica complementar, ao mesmo tempo em que promove o conhecimento científico do patrimônio sob sua guarda.

Agradecemos à Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, à Fundação Araucária e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelos recursos destinados a estas publicações, a partir, respectivamente, da Lei Rouanet, do Ministério da Cultura do Governo Federal e do Programa Núcleo de Excelência – PRONEX, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia do governo federal.

Ao leitor, nosso convite para adentrar no mundo do pensamento tornado ação.

Marion Brepohl de Magalhães

Presidente da SAMP

Renato Carneiro Jr.

Coordenador do
Sistema Estadual
de Museus e
Diretor do
Museu Paranaense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
O tema e a bibliografia.....	25
Caracterização das fontes.....	40
CAPÍTULO 1 - OS SIGNOS COMOVENTES DA POLÍTICA E A PROPAGANDA COMUNISTA	47
1.1 O prestígio dos comunistas no pós-guerra	47
1.2 Calendário comunista e as datas comemorativas.....	63
1.3 A campanha e a propaganda eleitoral.....	76
CAPÍTULO 2 - OS COMITÊS DEMOCRÁTICOS POPULARES: CONSTRUINDO UM ESPAÇO PÚBLICO DE OPOSIÇÃO	93
2.1 Entusiasmo: “Tudo por um grande Partido de massas”	93
2.2 Entre o público e o privado: os vínculos afetivos.....	122
2.3 A atuação do PCB nas eleições de 1945 e 1947	128

CAPÍTULO 3 - GEOGRAFIA DA MILITÂNCIA COMUNISTA NO	
ESTADO DO PARANÁ	149
3.1 Os comunistas sob o olhar da DOPS.....	149
3.2 As disparidades regionais e a distribuição dos comunistas no Estado do Paraná.....	153
CAPÍTULO 4 - O PCB E O MOVIMENTO OPERÁRIO	
PARANAENSE	178
4.1 Um ferroviário e comunista militante.....	178
4.2 O PCB e a luta sindical na legalidade.....	182
4.3 A União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná.....	187
4.4 A ilegalidade do PCB e a ação em entidades paralelas.....	203
CAPÍTULO 5 – SINDICÂNCIAS, EXPULSÕES DE MEMBROS	
E A CASSAÇÃO DO MANDATO DO PCB EM 1947.....	208
5.1 Críticas, autocríticas e processos internos de sindicância.....	208
5.2 A cassação do mandato do PCB.....	208
Considerações finais.....	238
Anexos.....	243
Fontes e arquivos pesquisados.....	249
Referências bibliográficas.....	252

Apresentação da obra

A Este livro é resultado de minha tese de doutorado em História, defendida em setembro de 2013, na Universidade Federal do Paraná. Trata da militância comunista durante o período da legalidade do Partido Comunista do Brasil (1945-1947), a partir de uma perspectiva que pouco a pouco vem ganhando espaço nas investigações sobre a história política: procurei destacar o tema das subjetividades nos processos políticos.

A partir das fontes levantadas, principalmente oriundas do acervo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), sob a guarda do Departamento de Arquivo Público do Paraná, analisei os elementos comoventes partilhados pelos comunistas e também a prática cotidiana das tarefas partidárias que, devido ao seu caráter repetitivo e diário, acabava abrandando o entusiasmo propriamente ideológico e a comoção em torno dos signos do partido, em proveito do fortalecimento dos vínculos afetivos com o aparelho partidário por ele mesmo.

Fazer parte do partido, ter uma identidade de militante, cultivar as amizades advindas da convivência e do compartilhar dos mesmos ideais por vezes era mais importante para o militante do que as questões objetivas relacionadas à luta de classe propagada pela ideologia partidária. São inúmeros os trabalhos que investigam as diretrizes do PCB e suas mudanças em sua longa trajetória, poucos são aqueles que procuram refletir sobre os sentimentos e paixões que afloram no militante e como isso é central em sua entrega às tarefas dedicadas ao partido.

O interesse pelo tema surgiu como desdobramento do que foi trabalhado em minha dissertação de mestrado, defendida em 2007, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobre a militância

operária entre os ferroviários da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina durante a década de 1930. Naquela pesquisa busquei tratar das questões objetivas da militância política, como greves por melhores salários e a luta por direitos trabalhistas, o que levavam muitos daqueles ferroviários à aderirem ao Partido Comunista, como resultado destas experiências. Alguns deles atravessaram a ditadura do Estado Novo em porões e presídios, com profundas implicações para sua vida privada e profissional, mesmo assim não se vergaram. Com a abertura política em 1945, voltam à tona com todo o fervor defendendo as bandeiras do partido. Foi pensando nas trajetórias de alguns destes militantes que cheguei ao “tema de pesquisa apresentado neste livro.” Somente as questões objetivas (relacionadas à luta e consciência de classe) não eram suficientes para compreensão do fenômeno da militância comunista, era preciso entender o que significava afetivamente a ideologia política e o pertencimento ao aparelho partidário.

Tive o prazer de ser orientada e poder contar com a amizade da professora Marion Brepohl de Magalhães, com quem aprendi a pensar as questões relacionadas às subjetividades e às paixões na política e, neste sentido, também sobre os vínculos possíveis entre a História Política e a Psicanálise, reflexão tão importante ao desenvolvimento deste trabalho. Sou imensamente grata a ela por isso.

Toda a pesquisa não teria sido possível sem o auxílio indispensável dos funcionários dos arquivos e bibliotecas consultados, principalmente os estagiários e funcionários do Arquivo Público do Paraná, onde estive diariamente pesquisando, solicitando pastas e documentos durante os anos que estive vinculada ao programa de pós-graduação da UFPR. Também dedico um agradecimento especial à CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento do Ensino Superior), por ter possibilitado com o auxílio financeiro o desenvolvimento desta pesquisa.

Lista de siglas

ANL – Aliança Nacional Libertadora
AIB – Ação Integralista Brasileira
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CTB – Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
CNOP – Comissão Nacional de Organização Provisória
DEAP – Departamento de Arquivo Público do Paraná
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
FLN – Frente de Libertação Nacional
IC – Internacional Comunista
MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores
PCB – Partido Comunista do Brasil (1922-1961, Partido Comunista Brasileiro de 1961 em diante)
PC do B – Partido Comunista do Brasil (fundado em 1962)
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PPS – Partido Popular Socialista
PRT – Partido Republicano Trabalhista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PR – Partido Republicano
PRP – Partido de Representação Popular
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PST – Partido Social Trabalhista
RVPSC – Rede de Viação Paraná - Santa Catarina
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes

Introdução

A anistia em abril de 1945 e o novo código eleitoral de 28 de maio, decretados com o fim do Estado Novo, permitiram a legalização e o registro oficial do Partido Comunista do Brasil (PCB) após décadas de clandestinidade e proscricção. Com a abertura política, a diretiva dominante entre os comunistas consistiu na defesa da democracia a partir da ampliação da participação política popular e da eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte.¹

A questão da democracia e da participação política é, portanto, central nesta conjuntura, compreensível se considerarmos os longos e implacáveis anos vividos sob a ditadura do Estado Novo. Isto se evidencia no programa mínimo de união nacional do PCB apresentado em novembro de 1945, que propõe a revogação imediata da carta de 1937 e a promulgação de uma nova constituição que garantisse a completa liberdade de expressão, de consciência, de opinião, de religião, de reunião, de manifestação do pensamento e de associação política.

¹ O posicionamento de União Nacional contra o fascismo e em defesa da democracia se tornou dominante no PCB depois da realização, em agosto de 1943, da II Conferência Nacional, conhecida como Conferência da Mantiqueira, sob a liderança da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) e de Luiz Carlos Prestes que, naquela ocasião, ainda se encontrava na prisão. A CNOP também defendia o apoio ao esforço de guerra e a Getúlio Vargas, por este ter aderido aos Aliados na 2ª Grande Guerra. De acordo com Marco Aurélio Santana, a posição do PCB não deve ser entendida apenas como resultado de um movimento partidário interno, mas também em relação às orientações externas vinculadas à política de frente ampla popular e democrática contra o fascismo da III Internacional, que fora dissolvida em 1943. SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 42.

Havia entre os militantes comunistas um ar de expectativa, empolgação e entusiasmo perante os novos tempos de liberalização. Por isso, o momento vivido foi rico em iniciativas e experiências no sentido de chamar a população para participar mais ativamente da vida política, dos processos eleitorais e dos movimentos social e sindical.

O foco desta pesquisa reside justamente nas experiências dos militantes comunistas após o final do Estado Novo, durante o curto período em que o PCB esteve na legalidade no estado do Paraná, ente os meses de abril de 1945 e maio de 1947. Considerando o fenômeno do engajamento, procuramos compreender a militância política partidária a partir da análise das relações entre os militantes e a organização partidária, bem como o papel político assumido por estes militantes na sociedade, como representantes do partido e receptores/emissores de sua ideologia, daí a importância da legalidade do PCB neste processo.

Apesar da brevidade do intervalo de tempo em que os membros do PCB puderam atuar legalmente, eles foram responsáveis por inserir uma série de novidades no cenário político paranaense e brasileiro de meados da década de 1940. Primeiro, por apresentarem como candidatos elementos provenientes das camadas populares, dentre os quais muitos trabalhadores sem o refinamento letrado que até aquele momento era exigido pelas elites que sempre haviam monopolizado o espaço das campanhas eleitorais. Segundo, por trabalharem em prol de um programa político partidário estabelecido previamente e não conforme as mudanças do panorama político, tal como os demais partidos e parlamentares da época. Em terceiro, por ser um partido em que os membros tinham uma convivência diária e próxima que permitia a criação de laços de amizade e de um espaço de sociabilidade consolidado pelo afeto, pois, observaremos ao longo da narrativa desta tese que, diferentemente dos outros partidos, as atividades dos comunistas

não se restringiam ao período eleitoral. E, por último, os membros do PCB, através da dedicação intensa ao trabalho político realizado entre moradores dos bairros, trabalhadores urbanos e rurais, apresentavam a estes a possibilidade de participarem da vida política, reclamando os seus direitos, ampliando a noção de esfera pública e aflorando as paixões políticas entre pessoas que até aquele momento haviam ficado à parte destas questões.

Os militantes comunistas, protagonistas desta história, eram pessoas de variados níveis sociais: trabalhadores, intelectuais, professores, profissionais liberais, jornalistas, estudantes, donas de casa, empregadas domésticas, comerciantes, artesãos, lavradores, ferroviários, estivadores, metalúrgicos etc. O que todos tinham em comum era a ideologia e a militância, eles haviam visto no Partido Comunista um “horizonte de expectativas”, um “futuro feito presente” e o “ainda não” vivido, que envolvia vontade, inquietude e análise racional.²

Mas, ao mesmo tempo em que prometia em nome da ideologia do marxismo-leninismo o futuro grandioso do comunismo, o partido oferecia ao militante uma partícula deste futuro na vida partidária com sua densa rede de sociabilidade e camaradagem, aproximando-os do porvir imaginado. Deste modo, a compreensão do fenômeno do engajamento não deve ser buscada apenas na ideologia, mas também nas experiências da militância, pois além da sedução a uma causa, o engajamento proporciona certas gratificações no dia-a-dia, que motivam a permanência do indivíduo no grupo, principalmente os laços afetivos construídos, como no caso dos comunistas, cujo trabalho contínuo, que se estendia muito além do período eleitoral, fornecia

² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC Rio, 2006, p. 338-339.

uma forte identidade social e proximidade entre os membros. Assim sendo, há um encanto e uma sedução, de um lado pela ideologia e pelo conjunto simbólico-afetivo criado em torno do partido (debatidos no capítulo 1) e de outro, pelo pertencimento a um grupo, pelos laços afetivos construídos e pelo compartilhamento de interesses em comum (analisados nos capítulos 2, 3 e 4).

Toda a economia afetiva deve ser considerada na análise do engajamento. Do recrutamento à ação, mais do que a comunhão de ideais, a mediação de pessoas próximas (com as quais existe algum vínculo afetivo) é necessária na orientação do indivíduo em um determinado grupo. Observaremos ao longo da tese o quanto é importante o papel de indivíduos reconhecíveis (familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho) na passagem à ação, pois os vínculos interpessoais ensinam credibilidade aos apelos e inspiram com maior intensidade os militantes a agirem conforme suas convicções.

A existência de vínculos afetivos entre os membros e destes com o partido é que também tornam tão dramáticas as traições e as desistências. Veremos no capítulo 5 o quanto os conflitos e os processos de sindicância interna, pela total desqualificação dos implicados, são permeados por ressentimentos e ódios.

Este tema sugere um estudo já reclamado por Pierre Ansart, para quem o papel das afetividades na militância política e na conformação dos partidos políticos tem sido muitas vezes ignorado ou abordado apenas de forma secundária nos estudos sobre política. Segundo ele, isso se deve, em parte, à crença na razão como única produtora de sentido, somada aos pressupostos acadêmicos que rejeitam a análise do absurdo e do irracional concernentes às emotividades na política, e também à noção preconceituosa de que apenas as comunidades tradicionais têm mantido fortes laços de afetos, sendo, as sociedades modernas, marcadas pela neutralidade

afetiva e pela racionalidade.³

Para o autor, os partidos comunistas constituíram-se, de certa maneira, em uma contra sociedade, ativamente produtora de mensagens comovedoras, de símbolos, de laços afetivos e de práticas coletivas. Do ponto de vista dos militantes, o partido não é um objeto indiferente afetivamente, pois, julgado mais digno de estima que seus rivais, este partido é o preferido a todos os outros. Para Ansart, ser ligado a um partido implica em “[...] sentir suas ordens como benéficas, aprovar seus objetivos como desejáveis e julgar seus líderes como os melhores governantes”.⁴ Como um aparelho afetivo, o partido oferece um oásis de conforto e confiança para seus membros diante de um mundo incerto e inseguro porque destituído de vida solidária. Um dos elementos agregadores de um partido político é a ideologia, simultaneamente um sistema de ideias e de sentimentos:

A ideologia política enquanto um sistema ordenado e coerente de imaginário coletivo associa mais estreitamente a ideia e a paixão, as representações e os afetos. É neste sistema de representação – que sintetiza por sua vez a interpretação da situação, a designação dos objetos a alcançar, os meios para realizar – que vão amarrar estreitamente as linguagens e os sentimentos. A ideologia política [...] é

³ ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983, p. 26. A partir do diálogo com a obra de Freud, este autor discute a importância da noção de ambivalência dos sentimentos de amor e ódio na análise dos processos políticos. Nesse sentido, faz-se necessário considerar tanto o papel do amor que liga os indivíduos entre si em um grupo, como também as suas vinculações libidinais à figura de um líder ou de um ideal coletivo, que exige obediência e submissão. Contudo, ao lado dessas vivências e em decorrência da ambivalência inerente aos sentimentos, nessas relações emergem sentimentos hostis, como o ódio e o desprezo, que são projetados contra os “outgroups”.

⁴ ANSART, 1983, p. 109-111.

simultaneamente um sistema de ideias e um sistema de sentimentos, suscetíveis de constituir, segundo as situações e as conjunturas, um modo de expressão e de canalização dos afetos e/ou um modo de controle.⁵

Portanto, de acordo com Pierre Ansart, uma ideologia política se constrói a partir da união entre linguagem e sentimentos e não é apenas o resultado de um projeto intelectual e racional. A definição de ideologia de Pierre Ansart se aproxima muito da noção de cultura política apresentada por Serge Berstein:

Para a maioria dos membros de um partido político, [...] a base doutrinária da ideologia não é algo evidente. Na maior parte dos casos, é sob a forma de uma cultura política difusa que a ideologia se impõe aos membros de uma formação. [...] o termo cultura política, durante muito tempo reservado às elites capazes de formular claramente a ideologia, passou a ser aplicado à massa daqueles que têm opiniões políticas, qualquer que seja seu nível cultural, ainda que não estejam em condição de sustentar uma discussão teórica.⁶

Ou seja, existe em um nível mais elementar da militância a difusão de ideias e opiniões políticas que não se baseiam apenas em projetos partidários ou em obras escritas de intelectuais, mas sim em experiências vividas, nos boatos, na leitura de libelos e panfletos ou no debate informal em algum espaço do cotidiano. Nem sempre estas opiniões poderiam ser traduzidas por escrito ou sustentar uma discussão teórica. Assim sendo, a influência de pessoas conhecidas ou de alguma organização visível, como um sindicato ou um grupo de jovens, tem um impacto muitas vezes maior do que a formação intelectual ou a diretiva

⁵ ANSART, 1983, p. 77.

⁶ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 88.

da cúpula partidária. Estas opiniões difundidas de um modo nebuloso demonstram, pelo próprio fato de não serem decorrentes de uma base conceitual, que pessoas comuns, como eram a maioria dos militantes comunistas, têm capacidade para pensar por si próprias e emitir juízos baseados neste discernimento.

Por isso, apesar do centralismo do modelo partidário adotado pelo PCB, que pressupunha rígida obediência à cúpula e respeito à hierarquia interna, a análise das experiências históricas mostra que o partido nunca foi apenas a sua direção. Segundo Silva & Santana, as oscilações do Comitê Central e os desmandos da cúpula em relação às iniciativas a serem tomadas obrigavam os militantes a agirem, muitas vezes, à revelia do partido, o que demonstra os limites do ‘centralismo’.⁷ Para os militantes importava mais o enraizamento em uma cultura política de esquerda – comportamentos, imagens, ritos, símbolos, etc. cultivados no dia-a-dia da militância – do que a doutrina oficial ou as ordens vindas das sedes do PCB.

A este propósito, observou Marco Aurélio Garcia que o militante não é um indivíduo abstrato que atua mecanicamente de acordo com a direção partidária. São pessoas concretas, de carne e osso,

[...] portadores de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de ‘determinações’ que incidem na forma pela qual ‘aplicarão’ a ‘linha’ do partido na sociedade.⁸

⁷ SILVA, Fernando Teixeira da & SANTANA, Marco Aurélio. “O equilibrista e a política: o ‘Partido da Classe Operária’ (PCB) na democratização (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁸ GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as Possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, v. 8, n. 9, 1997, p. 322.

A história da militância comunista no Paraná exposta nesta tese tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre os porquês da ação política de homens e mulheres que, em sua grande maioria, mesmo não tendo aprofundamento dos conhecimentos teóricos e doutrinários do marxismo, acreditavam na força da ação coletiva e nas possibilidades de intervir no destino coletivo.

A historiografia contemporânea tem insistido na necessidade de reabilitar o papel do sujeito na história, o qual não é mais considerado um simples autômato, prisioneiro das circunstâncias sociais, mas sim capaz de interpretar os próprios sentimentos e pensamentos frente à força e influência dos grupos. Por isso, não descartamos os detalhes camuflados nas fontes como indícios de possibilidades não ocorridas, de aspectos dos indivíduos feitos de incoerências, rupturas e descontinuidades. Porém, embora estejamos atentos a essa autonomia do indivíduo frente ao grupo, este trabalho não trata de trajetórias individuais, pois analisamos a ação coletiva do grupo como um todo, formado por pessoas muito diferentes entre si, mas que, apesar disso, mantinham sua unidade e sua capacidade de agir coletivamente em função da causa em que acreditavam e daquilo que representava o partido para cada um.

O tema e a bibliografia

Os partidos comunistas, por oferecerem intensa identidade social, organizada rede de sociabilidade formal e informal e estarem relacionados a uma imagem idealizada de um “antes” dos “operários de esquerda”, foram, por muito tempo, considerados o modelo perfeito para o estudo da militância. A consequência disso é uma vasta literatura nacional e internacional sobre o assunto.

Circunscrevendo apenas as pesquisas acerca do Partido Comunista do Brasil, visto que é inviável o levantamento de tudo o que foi escrito sobre os partidos comunistas ao redor do mundo, podemos apontar algumas abordagens dominantes.⁹ Por um lado, há uma

⁹ Entre as primeiras publicações sobre a história do PCB figuram a literatura memorialista de militantes e ex-militantes, sobre as quais não nos detemos aqui. Muitas vezes, estes textos se apresentam como uma tentativa de resposta e elaboração diante da derrota sofrida em 1964, ano que significa um marco na história de muitos destes militantes: o fim de um sonho e o começo de um pesadelo tornado realidade com as perseguições, prisões, torturas e mortes no Regime Militar. Algumas destas memórias são acusações ao sectarismo, centralismo, dogmatismo e à falta de objetividade atribuída as direções do PCB, outras, dirigem-se com tom saudosista a um tempo de heroísmo e engajamento que ficou para trás. No livro de Moisés Vinhas (VINHAS, Moisés. *O Partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982) e de Gregório Bezerra (BEZERRA, Gregório. *Memórias: segunda parte: 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1980) há relatos curtos sobre suas passagens por Londrina e pelo Norte do Paraná, mas existem raros escritos sobre memórias de militantes que viveram e atuaram neste Estado durante o período delimitado para esta pesquisa. As memórias e lembranças de alguns dos antigos militantes do PCB foram preservadas em entrevistas realizadas por pesquisadores paranaenses (IPARDES. *Sobre política paranaense: entrevistas*. Curitiba: 1989 e CODATO, Adriano & KIELLER, Marcio (orgs.). *Velhos Vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná*. Curitiba: UFPR, 2008) Em alguns casos, estes relatos partem de visão calcada em ressentimentos de um presente em que o “Partidão” deixou de existir; isto é logicamente compreensível e seria pedir muito poder contar com depoimentos das testemunhas do passado sem esses julgamentos advindos dos acontecimentos posteriores. Mas o que teria sido o horizonte de expectativas dos comunistas naquela época é um tema que ainda pode ser explorado.

tendência em privilegiar o nível das organizações e das estruturas sociais e em considerar as relações entre dirigentes e partidários ou quantificar os dirigentes e os militantes com o intuito de caracterizar as organizações e os movimentos em relação à estrutura social. Nessa abordagem, produzida essencialmente por cientistas políticos, tais como Ronald Chilcote e Leôncio Martins Rodrigues, a análise da composição social partidária tem como meta confirmar ou não as pretensões dos comunistas em representar a classe social dos trabalhadores.¹⁰ Por outro lado, em um nível macrossocial, das transformações políticas e socioeconômicas, alguns trabalhos se detêm nas relações entre o partido político e a sociedade, focando principalmente o papel do PCB na democracia brasileira e a participação política das massas.¹¹

Tanto no nível das organizações e grupos sociais quanto no nível das transformações macrossociais, o fenômeno da militância em si é discutido apenas de forma secundária, pois o interesse maior é a organização partidária e seu papel político.¹²

¹⁰ CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981, t. 3, v. 3.

¹¹ WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: as duas almas do Partido Comunista - 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹² Alguns trabalhos do campo historiográfico se dedicam a algum fatos, entre os quais podemos citar: A fundação do PCB em 1922 por um pequeno número de militantes, a adesão de Luiz Carlos Prestes em 1934, a atuação da Aliança Nacional Libertadora e os embates com a Ação Integralista, o levante de novembro de 1935 e a repressão que se seguiu, a abertura política e a legalização do PCB em 1945, a cassação do mandato em 1947, as oscilações entre a defesa da revolução pelas armas ou à conquista do poder pelo voto na década de 1950, a declaração de Março de 1958 e a luta pela legalidade constitucional a partir daí e mesmo durante o regime militar pós-64. Algumas referências são: VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonhos e realidade*. São Paulo. Cia das Letras, 1992; KAREPOVS, Dainis. *Luta Subterrânea*. O PCB em

No nível mesológico das organizações e grupos sociais, Ronald Chilcote focaliza em seu estudo sobre o Partido Comunista do Brasil a distribuição das tarefas nas células, o funcionamento da hierarquia partidária, seus princípios organizatórios, as Conferências, Congressos, análise dos Estatutos, a trajetória do PCB como um partido não-governante e suas relações com a política nacional e internacional.¹³ Apesar de se questionar sobre os porquês do fato de os comunistas brasileiros terem conservado sua filiação e sua militância após anos de repressão, quando o próprio partido foi se enfraquecendo por cisões e pela perda de prestígio, Chilcote não chega a se deter neste tipo de interrogação sobre a militância, enfatizando em seu livro a análise institucional.

Seguindo as conclusões paradigmáticas do clássico trabalho de Robert Michels, acerca da tendência existente em qualquer organização partidária para a ascensão de um grupo oligárquico que age em função da manutenção de seu próprio poder, desenvolvendo técnicas de autopropetuação, a tese principal do livro de Chilcote é de que o PCB “[...] evoluiu no sentido de se tornar uma organização controlada

1937-1938. São Paulo: Hucitec, UNESP, 2003. (Estudos Históricos; 48); CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EdUFF, 1986. SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001. MAZZEO, Antônio Carlos; LAGO, Maria Izabel. (orgs.) *Corações Vermelhos*. São Paulo: Cortez, 2003; PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984; SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. 2.ed. Belo Horizonte: Oficina do Livro: 1989; SEGATTO, José Antônio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Civilização Brasileira: 1995; SILVA, Fernando Teixeira da & SANTANA, Marco Aurélio. “O equilibrista e a política: o ‘Partido da Classe Operária’ (PCB) na democratização (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹³ CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

por uns poucos líderes cujo poder era altamente centralizado e antidemocrático e cujas posições políticas tornaram-se intrinsecamente conservadoras”.¹⁴ Estes dirigentes comunistas eram, em geral, oriundos da classe média urbana e não do meio operário.

O livro de Chilcote exerceu uma considerável influência em vários estudos posteriores sobre os comunistas brasileiros. Nesta mesma linha, o cientista social Leôncio Martins Rodrigues chega a uma conclusão bastante parecida: No PCB, apesar da retórica marxista do proletariado, a liderança principal não foi dominada por operários, mas sim por dirigentes de classe média que tendiam a preservar o poder como uma elite política.¹⁵

Leôncio M. Rodrigues analisa especificamente o tema da composição social dos dirigentes partidários do Comitê Central do PCB. Estes foram, fundamentalmente, intelectuais (especialmente jornalistas e professores), profissionais liberais (médicos e advogados) e militares de baixa patente; quase sempre jovens intelectualizados que descendiam de famílias tradicionais decadentes dos Estados pobres. De acordo com o autor, o PCB, embora continuasse a defender o proletariado, justificando sua pretensão de ser o autêntico representante da classe operária, ao longo de sua história, procurou crescer ‘para cima’ entre as classes médias e altas em vez de procurar consolidar-se ‘para baixo’, entre os trabalhadores e as classes populares.¹⁶ Para Rodrigues, o PCB não conseguiu consolidar-se entre as massas devido à instabilidade do ponto de vista de sua atuação política e suas mudanças

¹⁴ CHILCOTE, 1982, p. 309.

¹⁵ RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981, t. 3, v. 3.

¹⁶ RODRIGUES, 1981, p. 478.

bruscas de táticas e direções. Por isso, em sua longa trajetória, o Partido Comunista alternou fases de grande crescimento do número de militantes e simpatizantes seguidas de rápidos descensos e crises internas sucessivas.¹⁷

Seguindo esta perspectiva, é importante também mencionar a dissertação de mestrado em Sociologia de Márcio Kieller Gonçalves, pois seu trabalho é um dos poucos que delimita o estudo especificamente ao Estado do Paraná.¹⁸ Também se baseando na teoria das elites políticas e na noção de que todo partido político tende a se burocratizar para manter no poder um pequeno grupo, o autor busca traçar um perfil socioeconômico dos dirigentes comunistas que fizeram parte da direção estadual partidária, no período compreendido entre os anos de 1945 e 1964. Em coautoria com Adriano Codato, as entrevistas realizadas por Márcio Kieller com antigos militantes do PCB no Paraná foram editadas, acrescidas de artigos sobre o tema e publicadas no livro “Velhos Vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná (1945-1964)”.¹⁹ Tal livro representa uma importante iniciativa por preservar a memória de antigos militantes comunistas paranaenses, tema ainda pouco explorado pela historiografia.

Na introdução deste livro, Adriano Codato novamente apresenta a teoria das elites como referencial teórico para o estudo da história do PCB no Paraná, destacando a questão da estratificação social e da distribuição do poder a partir de variáveis como

¹⁷ RODRIGUES, 1981, p. 517.

¹⁸ GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. *Elite comunista: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964)*. Curitiba: 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFPR.

¹⁹ CODATO, Adriano & KIELLER, Marcio (orgs.). *Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná (1945-1964)*. Curitiba: UFPR, 2008.

procedência de classe, formação ideológica, ocupação profissional, treinamento escolar, experiência política etc. No entanto, as próprias entrevistas relatadas no livro “Velhos Vermelhos” demonstram outras possibilidades, considerando-se a diversidade das origens sociais e culturais dos militantes entrevistados e a disparidade de formação escolar e profissional, o que dificulta a criação de tipologias. Apesar disso, é inegável a contribuição das interpretações, baseada na teoria das elites, por demonstrar o quanto o PCB em algumas conjunturas tendeu a se fechar em um pequeno grupo, criando estratégias de autopreservação na direção partidária.

Outro estudo sobre os acontecimentos vividos no Paraná que trata especificamente da militância na cidade de Londrina entre os anos 1945 e 1951, é a tese de Sonia Adum.²⁰ Londrina, na época uma pequena cidade de pouco mais de 70.000 habitantes, dos quais apenas 39.000 viviam na zona urbana, foi o principal polo aglutinador do PCB na região Norte do Estado. Os militantes desta cidade tiveram uma participação ativa nos acontecimentos de Porecatu, na organização das primeiras Ligas Camponesas do Brasil, no trabalho de sindicalização do homem do campo e no meio urbano, principalmente as campanhas eleitorais na cidade.

Apresentando também dados sobre a composição social do grupo que militava em Londrina, Adum observa na cidade um perfil semelhante ao da composição nacional do PCB, caracterizado por um significativo número de elementos urbanos da pequena burguesia, basicamente profissionais liberais e intelectuais, demonstrando a

²⁰ ADUM, Sonia. *A subversão no paraíso: O comunismo em Londrina 1945-1951*. Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo: 2003.

extrema dificuldade do partido em ampliar seu contingente entre as classes subalternas que ele buscava organizar e liderar.²¹

A questão da composição social do PCB é, portanto, um tema bastante importante nas pesquisas. Oswaldo Heller da Silva, que analisa especificamente a questão da sindicalização no campo, concorda com a interpretação de que o Partido Comunista foi dirigido por elementos eminentemente urbanos.²² No entanto, em sua tese sobre o sindicalismo rural no Norte do Paraná, o autor não deixa de observar que, apesar dos dirigentes comunistas serem provenientes da cidade, em alguns casos, o PCB tinha uma considerável base no meio rural, como o Comitê Municipal de Arapongas, com um número de 32 lavradores filiados.

Em um nível mais amplo de análise dos processos sociopolíticos nacionais, um dos pioneiros nas reflexões sobre o fenômeno da democracia e do populismo no Brasil, Francisco Weffort, trata do papel das esquerdas brasileiras e do PCB na conjuntura política entre 1930 e 1964. Este autor, procurando um entendimento sobre a suposta “ausência” das massas populares diante dos fatos que se sucederam a março de 1964, buscou os culpados nos partidos políticos da esquerda brasileira (incluindo o PCB como um dos principais), que foram incapazes de liderar a resistência contra o golpe civil-militar. Para Weffort, na conjuntura do populismo, as massas populares permaneceram “o parceiro-fantasma” do jogo político nacional, tendo sido a grande força

²¹ ADUM, 2003, p.126-127.

²² SILVA, Oswaldo Heller da. *Communistes et antcommunistes: L'enjeu du syndicalismo agricole dans l'Etat du Paraná. De 1945 a la fin des années 70*. Tese (Doutorado) Ecole des Hautes Études em Siences Sociales: 1993. SILVA, Oswaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.

que nunca chegou a participar diretamente dos embates, sempre resolvidos pelos grupos dominantes da esquerda que reivindicavam sua representação.²³ De acordo com esta interpretação, a derrota diante do golpe de 1964 explica-se pelo fato de que os trabalhadores permaneceram desarticulados e imobilizados porque liderados por uma esquerda que havia sacrificado sua ideologia comunista e aderido ao projeto nacional-reformista e ao sindicalismo corporativo.

Apesar de ser bastante criticada, a interpretação de Weffort foi uma das primeiras a ver no populismo não somente uma relação de manipulação entre o Estado e as massas, mas também uma aliança. Na década de 1960, este autor formulou questões sobre o populismo no Brasil, como um modo determinado de manipulação das classes populares e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de expressão de suas insatisfações, que ainda hoje são debatidas no meio acadêmico brasileiro.

Gildo Marçal Brandão também discute o tema da “questão democrática” e o posicionamento dos membros do PCB diante da legalidade e ilegalidade de seu partido. Refletindo sobre a importância política dos momentos em que os comunistas se dedicaram a participar ativamente da política nacional lutando pela legalização de sua legenda, para Brandão, nestas conjunturas, o PCB se constituiu como uma “esquerda positiva”. Tal expressão, utilizada como título do seu livro,²⁴ foi cunhada por Santiago Dantas, na tentativa desesperada de evitar o golpe de 1964: a “esquerda positiva” deveria ser aquela que efetivamente contribuisse para os avanços democráticos no país, em vez de apenas criticar e rejeitar tudo.

²³ WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.15.

²⁴ BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.

De acordo com Gildo Brandão, a primeira ocasião em que o PCB agiu como uma esquerda positiva foi em sua atuação na Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935. Contando com a participação ativa dos membros do PCB, do movimento tenentista e da intelectualidade brasileira, a ANL visava a construção de um movimento amplo e policlassista, contra o avanço do nazi-fascismo. Como um momento especificamente político da resistência em prol das classes populares, a ANL teve uma importância fundamental para o crescimento da influência dos comunistas na política nacional. Outra ocasião importante na história do PCB ocorreu após a Declaração de Março de 1958, quando os comunistas decidiram abandonar a linha ultra-esquerdista, sectária e revolucionária do Manifesto de Agosto (1950) e lutar pela legalização de seu partido. A busca da legalidade significava a aceitação da importância da luta eleitoral, da conquista do voto e da consolidação da democracia para a efetivação das reformas defendidas pelo partido em consonância com os movimentos urbanos e rurais da época.

Corroborando a versão do populismo proposta por Weffort e também admitindo a falta de autonomia dos trabalhadores brasileiros, Brandão afirma que as classes trabalhadoras foram reconhecidas como tal “pelo alto” na política nacional e “[...] daí por diante o sistema político dominante não poderá se desenvolver sem contar com alguma forma de consentimento ativo dos ‘de baixo’”.²⁵

Apesar do elitismo subentendido na noção de heteronomia das classes trabalhadoras brasileiras, dentre os pesquisadores sobre o PCB, Brandão foi um dos que mais se esforçaram para evidenciar a ação dos comunistas brasileiros e seu papel junto às reivindicações das massas populares. Seu trabalho é importante também por colocar em questão

²⁵ BRANDÃO, 1997, p. 63.

a suposta incapacidade de liderança das esquerdas. Ou seja, Brandão desloca a responsabilidade pelos fracassos dos comunistas brasileiros, pois as derrotas sofridas ao longo do século XX não ocorreram apenas devido à dinâmica interna do PCB – o sectarismo, o elitismo ou o voluntarismo – mas implicou também o funcionamento do sistema político brasileiro como um todo e, principalmente, a condição quase permanente de ilegalidade a que esteve relegado este partido.

Segundo Brandão, a dificuldade principal dos comunistas não se deu, portanto, no plano partidário, sindical ou estritamente operário, mas nos aspectos conjunturais da política nacional e sua “[...] legislação eleitoral voltada para reduzir a expressão parlamentar do país urbano, a estatização dos sindicatos, a manutenção do exclusivo agrário e a proibição da representação das classes subalternas”.²⁶ A conclusão de Brandão sobre a importância fundamental da legalidade política e da disputa eleitoral para um partido político é um dado que parece óbvio, mas que não foi considerado devidamente. Grande parte das avaliações sobre o fracasso do PCB procura a razão para este fato nos mais variados aspectos da vida interna partidária, sem atentar para a centralidade da ilegalidade nesta questão.

Na linha da história cultural, Jorge Ferreira pesquisa o imaginário político dos comunistas no Brasil entre os anos de 1930 e 1956, observando que a força dos discursos comunistas provinha de toda uma simbologia mítica e religiosa.²⁷ Este autor se propõe a reconstituir a maneira como os militantes comunistas pensaram, interpretaram e deram significado ao mundo em que viveram, privilegiando principalmente a análise de símbolos, imagens e mitos que os faziam agir

²⁶ BRANDÃO, 1997, p. 172.

²⁷ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF, 2002.

em unidade e consonância com o partido: crenças, utopias, valores maniqueístas e idealizações acerca de Prestes, Stalin, URSS etc.²⁸ Para ele, por mais que os revolucionários representassem sua vida social a partir de discursos logicamente construídos, baseados na explicação científica do marxismo, conceitos vagos e imprecisos revelavam a relação com o sagrado como um elemento constitutivo do discurso comunista. Utilizando-se da discussão de Mircea Eliade, Ferreira busca observar os aspectos da sacralidade do comunismo para aqueles militantes que o defendiam. A crença no comunismo é igualada à fé religiosa, pois oferece um consolo e uma verdade a ser seguida. Esse conjunto de representações que cercava o militante motivava-o a trabalhar com todo o fervor, por que estava imbuído da verdade absoluta que, de certa forma, iludia-o diante da real conjuntura da política brasileira. Enfim, o imaginário político dos militantes explicaria a total entrega dos comunistas às tarefas do partido, bem como sua adesão, a coesão e identidade entre os membros.

Dentre os trabalhos elencados até aqui, o livro de Jorge Ferreira é um dos que mais se aproxima da questão das afetividades na política, no entanto, o autor enfatiza muito mais a coesão e aquilo que dava unidade à comunidade de militantes do que os conflitos. A partir da noção de “imaginário comunista”, Ferreira constrói um conceito do

²⁸ Além dos trabalhos de Jorge Ferreira, sobre imaginários também podemos citar CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EdUFF, 1986; LEÃO, Viviane Maria Zeni. *Mulheres e o imaginário comunista: uma nova história, uma história nova (1945-1956)*. Curitiba: 2003. Dissertação (Mestrado em História) UFPR; MARTINS, Mariângela Terezinha Antunes. *De volta para o presente: Uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)*. Porto Alegre: 2007, Dissertação (Mestrado em História) UFRGS.

comunista como aquele indivíduo entregue completamente aos preceitos do partido que se dedicava, sem vacilar, à massacrante rotina de tarefas.

As representações elencados por Ferreira acerca do imaginário comunista brasileiro são bastante evidentes nas fontes e extremamente importantes para a compreensão do que foi a experiência dos militantes ao longo do século XX no Brasil. Por isso, não deixamos de considerar o papel do imaginário, não sendo este, contudo, o único viés de análise possível para a compreensão do engajamento. É importante ressaltar que as práticas discursivas operaram em nível de intenções e projetos e não são propriamente realidades. Ou seja, por mais que o discurso comunista esteja carregado de mitos e símbolos, isto não quer dizer que os militantes tenham se guiado integralmente por estas crenças mitológicas. Além disso, dizer que os militantes eram norteados por utopias e ilusões, enfatizando o elemento de autoengano presente nesta linguagem, depois do fim das experiências do socialismo no leste europeu, é julgar o passado a partir de uma visão anacrônica pautada nas descrenças do presente. Cabe aqui nos perguntarmos sobre os sentidos do projeto do comunismo na época e por que ele representava uma alternativa coerente para os militantes.

Outro trabalho que apresenta uma leitura interessante por tangenciar a questão dos afetos na política é o livro de Dulce Pandolfi, “Camaradas e Companheiros”.²⁹ Analisando especificamente as diferentes construções elaboradas sobre a trajetória do PCB e privilegiando as relações entre memória e história, Pandolfi enfatiza as referências ao passado, o gosto pelas comemorações, pelas lembranças e a preocupação com a própria história, sempre constante entre os membros do PCB. Neste sentido, a memória exerceu um papel fundamental no processo de

²⁹ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

construção da identidade comunista, pois, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e a continuidade temporal, uma das funções essenciais da memória é manter a coesão interna e determinar as fronteiras daquilo que é comum ou não ao grupo.

As observações de Pandolfi sobre rituais, símbolos, valores e normas de comportamento comuns entre os filiados, como elementos ativos para a construção da identidade comunista, se aproxima da abordagem proposta para a presente pesquisa, pois embora não seja nosso foco analisar a questão da construção da memória e de narrativas comunistas, preocupamo-nos também em mostrar como alguns relatos sobre o passado e as seleções promovidas pela memória, por serem carregados de afetos e sentimentos, são utilizados pela propaganda comunista, tendo por função o fortalecimento da união entre os militantes e os sentimentos de pertença.

Por fim, é importante mencionar também as contribuições recentes da história social do trabalho e dos movimentos de esquerda que têm destacado amplamente o papel do PCB no movimento operário ao longo do século XX, evidenciando o enraizamento dos comunistas entre os trabalhadores.³⁰ Neste debate, há uma preocupação em mostrar a ação dos comunistas nas bases, no chão da fábrica e o seu envolvimento nas lutas operárias e do campo. Por não se limitar à análise do discurso formal do partido, dos seus enunciados e orientações político-ideológicas oficiais e nem somente à ação dos

³⁰ Alguns exemplos na linha da história social do trabalho são: COSTA, Hélio da. *Em busca de memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995; FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educ; Rio de Janeiro: Garamond, 2004; SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direito e cultura de solidariedade 1937-1968*. São Paulo/ Santos: Hucitec, Prefeitura de Santos, 1995.

dirigentes partidários voltando-se, sobretudo, para a dinâmica dos militantes do PCB no mundo do trabalho e sua atuação nos sindicatos, bairros e no meio rural, estes estudos têm reconsiderado a importância da militância comunista e de sua participação ativa nas lutas populares brasileiras.

Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa³¹ destacam as lutas operárias como estritamente ligadas às questões do cotidiano vividas no “chão da fábrica”, mostrando, muitas vezes, distância entre os discursos das direções partidárias e as práticas acionadas no dia a dia. Do combate travado diariamente provinha a confiança de muitos trabalhadores em dirigentes sindicais comunistas, sobretudo devido à atividade destes junto aos problemas cotidianos de diversas categorias profissionais. Muitos trabalhadores seguiam suas lideranças, empunhando bandeiras vermelhas, não por causa de estímulos formais, mas sim pela camaradagem vivida no espaço das fábricas, dos sindicatos e dos bairros.

Na perspectiva da história social, uma referência importante sobre a ação dos militantes comunistas nos conflitos de terra na região Norte do Paraná é o estudo de Angelo Aparecido Priori.³² Focalizando especificamente a questão camponesa de Porecatu e o conflito entre os posseiros e os grileiros no final da década de 1940 e início de 1950, o

³¹ SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 252.

³² PRIORI, Ângelo Aparecido. *A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)*. Tese (Doutorado em História) UNESP: 2002. Publicada no livro PRIORI, Angelo. *O levante dos posseiros: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Maringá: Eduem, 2011.

autor não deixa de enfatizar a repercussão do envolvimento dos militantes comunistas na região. A ação dos membros do PCB teve como principal consequência a intensificação do conflito armado, com o fornecimento de armas, munições, roupas, alimentos e suporte estratégico, através dos diretórios municipais do PCB em Jaguapitã e Londrina, e mais tarde, por meio do próprio Comitê Central. No entanto, o autor menciona que a resistência armada já vinha ocorrendo antes da intervenção dos comunistas e que não foi uma iniciativa destes últimos, mas sim dos próprios posseiros resistindo à violência perpetrada por jagunços e grileiros.

A conjuntura política analisada por Ângelo Priori corresponde a um momento de radicalização do posicionamento ideológico do PCB, em parte devido à cassação do mandato do partido em 1947 e, por outro lado, devido às questões relacionadas ao comunismo internacional, que culminarão com o esquerdismo radical do Manifesto de Agosto de 1950. Com a ilegalidade e a impossibilidade de atuar pelas vias democráticas, o PCB passará a defender a violência, objetivando fazer a “revolução agrária e anti-imperialista” pelas armas. Neste sentido, os camponeses (pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros) e trabalhadores rurais assalariados passaram a ser encarados pelos comunistas como os aliados naturais do proletariado na tarefa de fazer a revolução. No entanto, considerando o caso específico de Porecatu, Priori observa que aqueles insurgentes não tinham em vista um projeto revolucionário, mas sim a organização da resistência camponesa, pela legalização da terra contra a violência dos latifundiários, grileiros e jagunços.

A presença do PCB, apesar de contribuir para a organização da resistência dos posseiros, acabou atraindo para a região todo o aparato repressivo estatal, levando o Estado a montar uma grande operação militar e policial, coordenada por delegados especiais da DOPS, para

desmobilizar e destruir o movimento. Considerado um fracasso pelos membros do PCB, que a partir de 1958, com a nova mudança da estratégia partidária, irão interpretar as iniciativas de luta armada como voluntaristas e ingênuas, o movimento dos posseiros de Porecatu foi visto como vitorioso pelos próprios camponeses. Estes últimos, na maior parte, conseguiram conquistar seu pedaço de terra – o verdadeiro motivo do conflito – em outras regiões do Estado (nas cidades de Centenário, Campo Mourão e Paranavaí) através dos acordos realizados com o governo após o desmantelamento final da revolta.

Nos estudos sobre os comunistas brasileiros, tanto no âmbito da história cultural como no da história social, há uma tendência em abandonar a exclusividade de certos temas mais tradicionais como o programa, os pronunciamentos oficiais e a organização interna partidária. Por outro lado, as abordagens recentes têm incorporado reflexões relacionadas à composição social, à biografia dos militantes, aos imaginários políticos, às eleições, às práticas cotidianas dentro e fora do mundo do trabalho e à cultura política própria dos comunistas. No entanto, o fenômeno do engajamento militante, considerando suas lógicas e economia afetiva, ainda foi pouco examinado.

Caracterização das fontes

Grande parte da pesquisa empírica apresentada na tese é baseada em levantamento de fontes do acervo da DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), hoje sob a guarda do Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP). A respeito do caráter dessas fontes, é importante destacar que é uma documentação produzida ou reunida como provas com o intuito de incriminar e punir atividades que eram consideradas adversas à ordem política e social.

A clandestinidade, as ditaduras, o empastelamento, as apreensões da documentação das sedes partidárias, as torturas, as prisões e

o assassinato sumário de muitos comunistas foram fatores que tiveram como consequência a destruição e o extravio de grande parte da documentação interna partidária ou de posse dos membros. Ter um arquivo pessoal de jornais ou materiais de divulgação e propaganda do Partido Comunista era comprovar o envolvimento com as suas atividades. Por isso, muitos militantes não hesitaram em destruir ou queimar este tipo de prova.

No entanto, é preciso também considerar que, nos meandros e interstícios dos documentos produzidos e/ou arquivados pela DOPS, sempre atentos às movimentações dos chamados “comunistas militantes”, podemos perceber indícios de ações e de falas esquecidas deste passado não muito distante. Esta documentação trata desde as notícias acerca dos comícios relâmpago realizados em portas de fábricas até os panfletos distribuídos clandestinamente, os palanques improvisados levantados em praça pública e os debates em assembleias operárias protagonizadas por militantes que gozaram no passado, de prestígio e reconhecimento. A documentação da DOPS reúne também papéis diversificados, que foram produzidos pelos próprios militantes, como atas de reuniões e assembleias, cartas enviadas pelos comitês estaduais e nacional ou trocadas entre as células do partido, material de propaganda, fichas de filiação partidária, cadernetas, recortes de jornais, panfletos, fotografias etc., apreendidos como provas das atividades dos comunistas.

A polícia política paranaense, a partir do começo do século XX e principalmente após a criação da Delegacia de Ordem Política e Social, constituiu-se como uma instituição que visava não apenas punir, mas também prevenir, investigando e circundando segmentos da sociedade que apresentavam reações políticas que supostamente comprometeriam a ordem e a segurança nacional. No período de abertura democrática do pós-guerra em 1945, o trabalho da DOPS no Paraná foi

intenso, resultando em um vasto material de fichários e dossiês sobre indivíduos vigiados pela polícia.

A atenção da DOPS se dirigia principalmente aos militantes políticos, especialmente os de esquerda, que eram fichados como suspeitos de atividades subversivas. Para corroborar sua versão, os investigadores construía dossiês, relatando as trajetórias dos militantes, os atos e o envolvimento destes em partidos políticos ou movimentos sociais, além de reunir depoimentos e anexar materiais apreendidos. Esta documentação constitui um importante subsídio para a história social e política do Paraná, pois nos permite compreender a ação de pessoas que, por terem suas vidas e sua privacidade invadidas pelas investigações, acusações e prisões, nos fornecem evidências de seus atos e do contexto em que viviam.

O acervo do fundo DOPS é dividido em três tipos de documentação: as pastas temáticas (catalogadas a partir de temas diversos), as pastas individuais (prontuários dos indivíduos mais atuantes) e as fichas nominais (que, além dos dados pessoais, apresentam também informações sobre a trajetória política da pessoa fichada).

A lógica da DOPS era apresentar uma suspeição generalizada, atribuindo aos movimentos políticos intenções insurrecionais e violentas que, frequentemente, não existiam. Por isso, não há dúvidas de que as fontes oriundas destes arquivos não devem ser analisadas como uma “mina de verdades puras e cristalinas”.³³ Num certo sentido, o governo precisava de “conspiradores” para justificar a manutenção de uma legislação repressiva. Temos aí o problema da

³³ FONTES, Paulo & NEGRO, Antônio Luigi. Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical. In: AQUINO, Maria A. de (Org.) *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001. (Dossiês Deops – SP: radiografias do autoritarismo republicano; v. 1), p. 179.

credibilidade destas fontes, visto que os exageros da polícia podem ter gerado falsificações de provas e acusações infundadas. Como observou E. P. Thompson a respeito dos acervos oriundos de investigações policiais, podemos considerá-los como uma espécie de espelho deformador, que exagerava em muitos detalhes, mas que, no fundo, precisava obter informações precisas.³⁴

De fato, parece inverossímil que seja simplesmente invenção da polícia todo o material impresso em papel timbrado do PCB e a documentação produzida pelos próprios militantes, pois as informações contidas nestas fontes se confirmam cruzando-as com outras de natureza diferente ou com a bibliografia produzida sobre o tema.

O fundo DOPS revela uma infinidade de “falas” de homens e mulheres que viviam em um mundo vigiado mesmo em períodos proclamados como democráticos. E quem eram estas pessoas? De onde vinham e o que faziam? Quais eram seus desejos? Para a polícia, “o que importava era revelar a identidade”,³⁵ condenar e punir os subversivos. Para nós historiadores, este intuito policial em identificar as ações dos militantes por longos períodos nos possibilita reconhecer pessoas e acompanhá-las no tempo e no espaço, revelando a tessitura de redes de relações sociais que, apenas através de um estudo dos discursos oficiais do partido, talvez não percebêssemos.

³⁴ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 3, p. 47.

³⁵ FORTES, Alexandre & NEGRO, Antonio Luigi. Esquerda e direita: fontes nacionais para a história social. *Métis: história & cultura*. v.3. n. 5, jan./jun. 2004, p. 22.

Para contrapor os dados pesquisados no fundo DOPS, utilizamos as fontes do TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná),³⁶ cujo acervo se encontra também sob a guarda do Departamento de Arquivo Público do Paraná. Estas fontes tratam dos dados estatísticos e dos mapas eleitorais das duas eleições em que o PCB participou legalmente, em 1945 e em 1947. Analisamos os números dos resultados eleitorais conquistados pelos candidatos do PCB no Paraná nas eleições de dezembro de 1945, para o cargo de Presidente da República, Senador e Deputado Federal e nas eleições de janeiro/março de 1947, para o cargo de Governador e de Deputado Estadual. Nas eleições municipais ocorridas em novembro de 1947, devido à cassação do mandato do PCB, os seus candidatos concorreram às eleições utilizando-se das legendas de outros partidos. No entanto, a situação das fontes, que ainda não haviam sido catalogadas no momento da pesquisa, nos impediu de arrolar dados contínuos sobre esta última eleição.

Os números totais de votos conquistados pelos candidatos do PCB nas diversas cidades paranaenses nos permite traçar o quadro da influência do partido no Estado no período da legalidade. A própria

³⁶ Os Tribunais Regionais Eleitorais foram criados com a constituição de 1946, quando também foi instituído Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A existência, a partir daí, de uma autoridade judicial voltada exclusivamente para a normatização e fiscalização dos pleitos eleitorais ajudaram a controlar e conter o problema da fraude e da corrupção nas eleições brasileiras. Duas medidas adotadas nesta constituição contribuíram para um grande aumento do número de votantes: A idade requerida para os indivíduos tornarem-se eleitores baixou de 21 para 18 anos e foi reimplantado o voto obrigatório que havia sido extinto poucos anos antes do estabelecimento da República. No entanto, ainda mantinha-se a proibição dos votos dos analfabetos, o que ajuda a explicar as enormes disparidades entre os números totais de votos válidos e o total da população dos municípios. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 68-69.

distribuição desigual das sedes do partido e a concentração dos candidatos, dos simpatizantes e dos votantes do PCB em algumas cidades específicas nos ajuda a entender melhor a dinâmica da militância comunista no Paraná.

Também nos valem de dados quantitativos aproximados sobre a militância comunista no Estado, com base em fontes policiais que tratam principalmente dos indivíduos fichados pela polícia. As exceções são alguns números mais precisos sobre células do partido em Curitiba, Morretes e Paranaguá, analisados a partir de documentos internos do PCB.

Outro tipo de fonte consultada foram as Atas da Assembleia Legislativa Constituinte do Paraná do ano de 1947, também pesquisadas no Departamento de Arquivo Público do Paraná. Nas atas, concentramos mais especificamente nas falas do deputado estadual pecebista José Rodrigues Vieira Neto, cujo mandato durou menos de um ano (março de 1947 – janeiro de 1948), tal como aconteceu com todos os demais parlamentares eleitos pelo Partido Comunista no país. Mas, apesar da curta trajetória como deputado, Vieira Neto participou ativamente dos debates travados na Assembleia ao longo do ano de 1947.

No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) foram pesquisados os Estatutos do Partido Comunista do Brasil, Projeto de Reforma, editado pelo Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil e lançado em novembro de 1945. Este documento é importante porque as fontes (cartas e documentos internos do PCB) constantemente se referem aos artigos dos Estatutos de 1945.

Foi realizado também o levantamento de fontes no acervo de jornais (matérias publicadas na imprensa sobre o Paraná) do Fundo Bento Munhoz da Rocha Netto, no Arquivo do Círculo de Estudos

Bandeirantes e da coleção de jornais paranaenses da Biblioteca Pública do Paraná.

Durante o período de legalidade do PCB, os jornais de grande circulação como a “Gazeta do Povo” e o “Diário da Tarde” foram veículos importantes para divulgação e convocação de eventos e reuniões promovidas pelo partido. Algumas notícias veiculadas nestes jornais, escritas por membros do partido, como o jornalista Flávio Ribeiro, sobre temas relacionados à política nacional e local, visavam dialogar com segmentos da esquerda e com o público não comunista em geral. Também as matérias sobre comícios e realizações de eventos do partido são informações importantes para observarmos o impacto da ação dos comunistas nos locais onde viviam.

Ainda sobre os jornais, o Comitê Estadual do PCB publicou em Curitiba, durante parte do período delimitado para esta pesquisa, um semanário intitulado “Jornal do Povo”, lançado no ano de 1946. Em 1949, seu título foi mudado para “Tribuna do Povo”. Esse jornal foi publicado ininterruptamente até março de 1964, no entanto apenas alguns poucos exemplares dispersos foram preservados no acervo DOPS e, infelizmente, nos demais arquivos consultados não conseguimos encontrar nenhuma coleção completa deste jornal.³⁷

³⁷ As fontes citadas na tese foram reproduzidas com atualização ortográfica e em alguns casos com correções dos erros de redação ou datilografia quando a reprodução destes erros não era significativa e não alterava a compreensão dos fatos.

CAPÍTULO 1

OS SIGNOS COMOVENTES DA POLÍTICA E A PROPAGANDA COMUNISTA

1.1 O prestígio dos comunistas no pós-guerra

Neste capítulo analisamos como os membros do Partido Comunista do Brasil, recém-legalizado em 1945, buscaram mobilizar e modificar os sentimentos coletivos por meio de múltiplas mensagens, apelos e dramatizações. A este propósito, observou Pierre Ansart que a sensibilidade política não é um estado de fato, mas também o resultado de interpelações de múltiplos signos comoventes (palavras, reuniões, manifestações coletivas, bandeiras, gestos, rituais, desfiles, imagens, etc.) não havendo hierarquia ou dicotomia entre razão e emoção na renovação e promoção destes signos.³⁸

Dentre os signos comoventes, um exemplo emblemático da dramatização da força coletiva das massas por meio da reunião de milhares de pessoas foram os famosos comícios de Luiz Carlos Prestes realizados em 1945 nos estádios de São Januário (Rio de Janeiro) e do Pacaembu (São Paulo), em um dos momentos culminantes de carisma e de apelo popular em torno do Secretário Geral do PCB.

³⁸ ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983, p.19.

Isto se devia, muito provavelmente, à onda de prestígio internacional que então cercava os comunistas imediatamente após o final da Segunda Guerra Mundial. Um dos motivos da ascensão dos comunistas no cenário político da época foi a estratégia defendida pelo PCB de uma ampla União Nacional de luta contra o fascismo em defesa da democratização e da Constituinte, que angariou simpatizantes em todas as classes sociais.³⁹ Os comunistas brasileiros também se aproveitavam do fato do Exército Vermelho ter sido um dos principais responsáveis pela vitória aliada sob os nazistas, sendo a União Soviética muitas vezes apontada como a grande redentora no cenário mundial.⁴⁰ Para Luiz Carlos Prestes, o “camarada Stálin” era o anunciador do alvorecer de um novo tempo.⁴¹ Os comunistas em geral eram exaltados por sua atuação durante a resistência, pois na França, na Itália e em outros países, muitos militantes haviam encarado a guerra como uma cruzada antifascista, acostumando-se à clandestinidade e aos atos de sabotagem. Esta atuação, considerada “heroica”, era mais um elemento para enaltecer os partidos comunistas no pós-guerra.

No Brasil, já na década de 1930, começa a se delinear a polarização ideológica entre a direita integralista e a esquerda comunista. A bandeira contra o fascismo era levantada pelos comunistas no mesmo

³⁹ Segundo Rodrigues, em 1945 a principal preocupação das lideranças comunistas era garantir a realização das eleições e a convocação da Assembleia Constituinte. Com este objetivo o PCB procurou mostrar-se como o ‘esteio máximo da ordem’, propondo a formação de uma ampla frente nacional que reunisse todos os antifascistas e patriotas sinceros. RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981, t. 3, v. 3, p.488.

⁴⁰ VINCENT, Gérard. Ser comunista? Uma maneira de ser. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. (Coords.). *História da Vida Privada 5: Da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 429.

⁴¹ Luiz Carlos Prestes, “Os comunistas na luta pela democracia”, (07/08/1945). In: CARONE, Edgar. *O PCB. 1943-1964*. São Paulo: Difel, 1982, p. 43.

momento em que os integralistas se organizavam e fundavam seu partido, a Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932, a partir de inspirações e dos exemplos da Itália fascista. Além deles, o próprio Getúlio Vargas simpatizava abertamente com as políticas nazi-fascistas europeias.

A consequência do posicionamento dos comunistas contra o fascismo foi a organização e a realização em 1934, do “1º Congresso Nacional Contra a Guerra, a Reação e o Fascismo”.⁴² No ano seguinte, a esquerda aumentou ainda mais a sua presença no cenário político com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), lançada oficialmente em março de 1935 e tendo como um de seus objetivos a criação e o fortalecimento de uma frente única antifascista. Mesmo havendo vários grupos políticos envolvidos com a ANL, era visível a hegemonia do PCB na condução das atividades. No curto espaço de tempo entre o lançamento oficial em março em 1935 e o fechamento no começo de julho do mesmo ano, a ANL cresceu expressivamente: “[...] No momento em que foi fechada, a organização possuía 1.500 núcleos estruturados Brasil afora, com mais de uma centena de milhar de adeptos. Somente na Capital Federal, consta que havia 50.000 *aliancistas*”.⁴³

Também entre os paranaenses, já na década de 1930, os militantes comunistas apresentaram sua posição contra a guerra e os regimes nazi-fascistas. No Paraná, a ANL inclusive havia conseguido que um de seus membros se elegeisse deputado federal em 1935, o médico e professor universitário da Faculdade de Medicina, Octávio da Silveira. Logo depois, em março de 1936, o deputado será cassado e preso, acusado de ser um dos principais articuladores do movimento comunista

⁴² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002, p.180.

⁴³ MOTTA, 2002, p.183.

ocorrido em novembro de 1935, apenas por ter se manifestado publicamente em favor das atividades da ANL e contra as arbitrariedades promovidas pelo governo Vargas.⁴⁴ Com a abertura política e a anistia pós-Estado Novo, Octávio da Silveira figurará como candidato do PCB em 1945, mas não conseguirá se eleger novamente. Interessante observar que esse membro do partido, apesar da longa trajetória de luta e engajamento, será expulso do PCB em 1946, como resultado de um processo de sindicância interna, episódio que analisaremos mais detalhadamente no capítulo 5 deste livro.

Com o fechamento das sedes da Aliança Nacional Libertadora, foi organizada a chamada “Frente Popular pela Liberdade e Contra as Guerras Imperialistas”, com objetivos semelhantes aos dos manifestos do Partido Comunista e da ANL. Em meados de julho de 1935, os panfletos da Frente Popular eram distribuídos à noite em Curitiba “[...] em grande quantidade, juntamente com o jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do Partido Comunista do Brasil, e boletins da seção desse Partido”.⁴⁵

Somente durante a Segunda Guerra Mundial é que iria se generalizar entre os paranaenses a bandeira do antifascismo, principalmente após a adesão de Vargas aos Aliados, quando do envio de tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Itália e a descoberta dos horrores cometidos pelos nazistas nos campos de concentração. No imediato pós-guerra, os comunistas iriam colher os frutos pela resistência e vitória na guerra.

A perseguição a diversos líderes e militantes, entre eles as prisões de Luiz Carlos Prestes e sua companheira Olga Benário, foram

⁴⁴ BENEVIDES, Cezar Augusto Carneiro. *Terra sem passado: um estudo do Paraná contemporâneo*. Tese (Doutorado em História) USP, 1991, p.166-174.

⁴⁵ Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de “José Hernandez Cabezon”, n. 2108, top. 395, p. 29-34.

constantemente referenciados como exemplos da repressão política encarados pelos comunistas durante o Estado Novo, regime em que carrascos como o germanófilo e antisemita Filinto Müller, chefe da polícia política, podiam agir livremente. O sofrimento vivido durante o Estado Novo e o pioneirismo na luta contra os fascismos serão argumentos constantemente destacados pelo discurso e propaganda política eleitoral dos comunistas.

Dentre o rol das violências sofridas, uma das mais lembradas em comícios, panfletos e jornais foi a extradição e o fim trágico na Alemanha nazista da mulher de Prestes, a judia e comunista Olga Benário. Isto talvez se explique pelo fato de ser uma história bastante impressionante que arrebatava sentimentos de compaixão e indignação. Olga havia sido enviada para os campos de concentração numa situação de bastante fragilidade, pois estava grávida de sete meses. Na Alemanha, depois de ter sua filha Anita arrancada dos braços, foi morta pelos nazistas, promotores de toda a barbárie e o horror que, no imediato pós-guerra, representavam uma ferida aberta difícil de ser compreendida. A morte de Olga e a exposição de sua história na propaganda comunista comoveu milhares de brasileiros que se solidarizavam com a dor de Prestes, pois este, além de ter sua esposa assassinada, ainda havia permanecido durante quase dez anos na prisão.

Olga foi homenageada em dezenas de células e comitês do PCB. Em Curitiba o nome “Olga Benário Prestes” batizou uma das mais importantes células na cidade e em Paranaguá existia um bar “Olga” onde os militantes se reuniam em churrascos das campanhas eleitorais.⁴⁶ Nos comícios “pró-constituente”, realizados após a anistia,

⁴⁶ “Situação financeira do PCB, Comitê Municipal de Paranaguá, balanço de dezembro de 1945.” (manuscrito). Fundo DOPS/DEAP, Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274a, cx. 30, p. 37.

a história de Olga também era sempre mencionada. Exemplo disso foi um comício da Praça Ozório em Curitiba, no dia 27 de setembro de 1945, relatado pelo jornal “Diário da Tarde”, quando os oradores fizeram “[...] a menção do sacrifício heroico de Olga Benário Prestes, esposa de Luiz Carlos Prestes, fuzilada pelos fascistas alemães no campo de concentração de Ravensbruck, juntamente com mais quinhentas mulheres antifascistas”, discurso assistido por uma grande massa popular em permanente estado de comoção.⁴⁷

Oswaldo Coronato, médico curitibano e militante comunista da célula do bairro Batel, orador sempre escolhido para falar em comícios do PCB e considerado pelos demais membros como inteligente e ativo,⁴⁸ escreveu uma eloquente poesia à Olga, a “Heróina da Liberdade”, que foi editada, impressa e distribuída em forma de panfleto, como uma homenagem promovida pela “Célula Garcia Lorca”, “à esposa do maior dos brasileiros”.⁴⁹

A poesia de Oswaldo Coronato é repleta de simbologia alusiva ao martírio e ao sangue derramado de Olga, “heroína dos povos oprimidos”, que se sacrificou pelo generoso povo brasileiro,

⁴⁷ Jornal Diário da Tarde de 27/07/1945. Biblioteca Pública do Paraná.

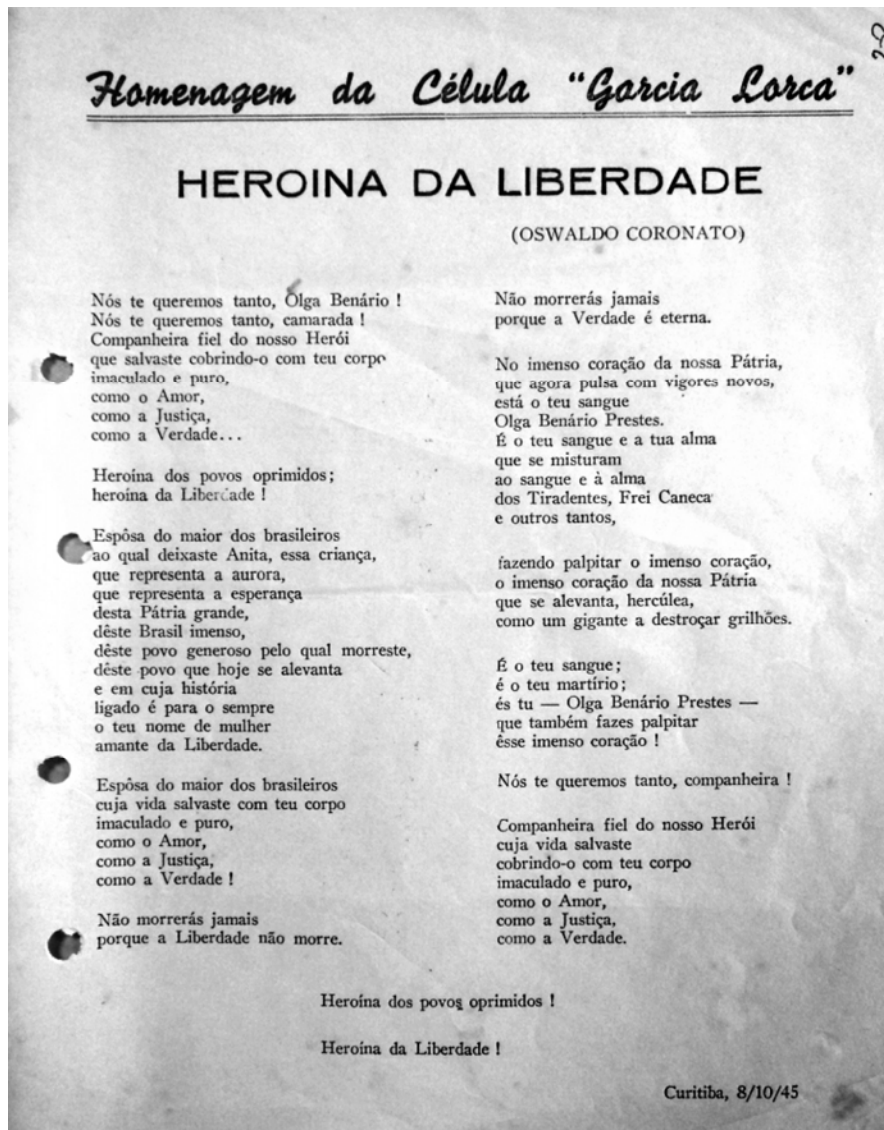
⁴⁸ Conforme descrição de ficha policial, “Oswaldo Coronato, natural de São Paulo, passou a residir em Curitiba em 1933, quando ingressou na Faculdade de Medicina. Formado em 1938, voltou a São Paulo, de onde regressou um ano depois, em virtude de não ter obtido na clínica o resultado esperado. Audacioso e intelectualmente vivo, organizou nesta Capital a Assistência Médica Auxiliadora, da qual são associadas pessoas de pouco recursos financeiros. Surgiu no movimento comunista quando da formação do Comitê Democrático do Batel, sendo então eleito seu presidente. Para este movimento atraiu o fichado sua esposa Maria de Lourdes Coronato e seu filho Milton Coronato, farmacêutico”. Fundo DOPS/DEAP, Pasta individual de Oswaldo Coronato, n. 3006, cx. 450.

⁴⁹ Posteriormente, a célula do Batel “Garcia Lorca” teve seu nome mudado para “Olga Benário Prestes”, em homenagem à militante comunista e esposa de Prestes. Fundo DOPS/DEAP, Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Morretes”, n. 0273, cx. 30, p. 28.

fiel companheira do marido, o “Herói” e o “maior dos brasileiros” Luiz Carlos Prestes, a quem salva cobrindo-o com o seu próprio “corpo imaculado e puro”. Coronato relembra nesta passagem o episódio da prisão de Olga e Prestes, quando, segundo o biógrafo Fernando Moraes, Olga havia saltado na frente de Prestes, protegendo-o com seu próprio corpo e gritado com energia para que os policiais não atirassem, pois eles estavam desarmados.⁵⁰ Na poesia, o sangue de Olga se mistura ao de Tiradentes e Frei Caneca, grandes mártires que também haviam morrido pelo povo brasileiro. Segundo o poema o sangue e o martírio destes e de tantos outros, faziam “palpitar o imenso coração de nossa Pátria”.

⁵⁰ MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 155.

Panfleto com a poesia de Oswaldo Coronato em homenagem à Olga Benário:



Fonte: Fundo DOPS/DEAP, Pasta temática "Comitê Comunista do PCB de Morretes", n. 0273, cx. 30, p. 28.

Para analisar a poesia sobre Olga é preciso observar tanto as alusões e conotações lembrando múltiplos elementos de uma cultura própria aos militantes e as suas experiências, quanto as evocações aos fragmentos do passado, histórico ou mítico, cujos elementos, de acordo com Pierre Ansart, reanimam os sistemas de referências através dos quais surgem as emoções: “[...] impõe então considerar precisamente estes suportes que são as palavras, as frases e todos os sistemas significantes que [...] se reúnem nas emoções, nas representações e nos afetos”.⁵¹

No caso de Olga Benário, a transferência afetiva se realiza nas alusões ao laço materno e à imagem universal da mulher, mãe e esposa: mulher, amante da liberdade, foi a mãe que não pode assistir ao crescimento da filha Anita, nascida em um campo de concentração nazista. A criança sobrevivente é descrita como um símbolo da esperança e da aurora. Olga foi também a esposa exemplar, “companheira fiel”, que se sacrifica e se arrisca pelo marido “cobrindo-o com o seu próprio corpo”. Palavras associadas explícita ou implicitamente ao corpo são signos comoventes facilmente assimilados e internalizados e se repetem em várias partes da poesia: “o sangue” que faz palpitar “o coração do povo”, “a alma” e “o corpo” sacrificado.

De acordo com Pierre Ansart, as palavras não têm, por elas mesmas, uma propriedade particular para provocar um afeto, isto depende do lugar de expressão e do *status* do enunciador.⁵² Entre os comunistas, as palavras enunciando o heroísmo e o sacrifício dos militantes que haviam caído defendendo um ideal, soavam de maneira plenamente emotiva e positiva, ainda mais se essas palavras eram proclamadas em meio a uma grande coletividade. Como era costume nos

⁵¹ ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983, p. 22.

⁵² ANSART, 1983, p. 70.

comícios do PCB a leitura pública de poesias e homenagens, é muito provável que a poesia de Coronato tenha sido lida em algum comício ou festa do partido.

Um recurso semântico utilizado mais de uma vez por Coronato, que é também bastante recorrente nos discursos políticos pelo reconhecimento de seu caráter persuasivo, é o uso da metonímia e da comparação: “o povo que se alevanta” ou “a Pátria que se alevanta, hercúlea, como um gigante a destroçar grilhões”. O autor também se vale de imagens duradoras e líricas, expressas por palavras abstratas e imprecisas, como “amor”, “justiça”, “verdade”, “esperança” e “liberdade”, indicando claramente sua tática de comover para melhor convencer.

A evocação de elementos históricos e míticos, enraizados na cultura católica e popular, também está presente na poesia sobre Olga Benário, como a referência ao sacrifício e aos sofrimentos suportados, constante na tradição comunista. Grande parte do panteão de heróis selecionados como precursores históricos dos comunistas brasileiros haviam morrido pelos seus ideais: Tiradentes, Frei Caneca, Olga Benário etc.

A menção ao sacrifício e ao sofrimento são bastante recorrentes nas concepções religiosas arcaicas e judaico-cristãs. Para Mircea Eliade, o sofrimento e o martírio eram tolerados porque tinham um significado, funcionavam como modelos exemplares nas sociedades arcaicas ou como necessários nas concepções messiânicas judaico-cristãs porque era a vontade de Deus, sabendo-se que um dia a própria história seria terminada.⁵³ Por outro lado, Lynn Hunt observa que os heróis, mártires, abnegados e sofredores, modelos exaltados nas narrativas literárias dos romances (heróis quase míticos que lutam contra vilões covardes) e das tragédias (heróis semi-humanos que inevitavelmente fracassam,

⁵³ ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.

mas cuja glória de seus esforços nunca se esvai) são constantemente retomados nos discursos políticos da tradição revolucionária.⁵⁴ Esse arsenal simbólico, proveniente da tradição histórica, mítica, religiosa e literária, de uma forma ou de outra, estava presente na cultura daqueles que liam ou ouviam sobre a comovente história de Olga Benário e funcionavam como sistemas de referências pelas quais poderiam emergir as paixões.⁵⁵

O capítulo da prisão do casal Olga e Prestes foi recordado inúmeras vezes nos discursos dos comunistas brasileiros. Também o martírio e a redenção de Prestes não foi menos exaltado, tanto que, o dia de sua libertação, 18 de abril de 1945, se transformou em uma data para ser lembrada e comemorada e, principalmente, fazer denúncias aos cárceres autoritários do Estado Novo.

Em 1946, para a comemoração do primeiro aniversário da anistia foram organizados os “Comícios de Solidariedade a Prestes”,⁵⁶ eventos amplamente divulgados pela distribuição de volantes e por anúncios feitos nas rádios. Em uma dessas radiotransmissões, direcionada aos ouvintes “de todas as convicções religiosas e filosóficas” e aos “antifascistas” de Paranaguá e do litoral, os aspectos heroicos e gloriosos dos patriotas comunistas eram saudados no discurso radiofônico:

⁵⁴ HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 58-60.

⁵⁵ A força da história de Olga e a sua permanência na imaginação e na tradição oral pode ser observada na apresentação do livro de Fernando Moraes, biógrafo de Olga Benário, que ouvia fascinado e atormentado seu pai “[...] referir-se a Filinto Müller como o homem que tinha dado a Hitler, ‘de presente’, a mulher de Luiz Carlos Prestes, uma judia comunista que estava grávida de sete meses”. MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 9.

⁵⁶ Carta datilografada enviada pelo Secretário Político do Comitê Estadual do Paraná aos comitês municipais, territoriais e distritais do Partido Comunista do Brasil (09/04/1946). Fundo DOPS/DEAP. Pasta individual de Walfrido Soares de Oliveira, n. 3678, cx. 490, p. 83.

Camaradas e amigos do Partido Comunista do Brasil

O Partido Comunista serve-se das ondas desta emissora para enviar [...] esta mensagem de saudação no dia em que comemoramos o 1º aniversário da libertação de nosso grande e heroico líder Luiz Carlos Prestes e dos demais gloriosos camaradas e outros antifascistas, vítimas da mais feroz reação policial já desencadeada em nosso país.

Quando as forças do fascismo cresciam em todo o mundo, em que pesasse a heroica resistência do proletariado, nossa pátria governada por um parlamento débil e vacilante, em mãos da burguesia reacionária, acovardado e trêmulo, tudo cedia ao fascismo. Em 1935, com a brutal dissolução da Aliança Nacional Libertadora, frente popular antifascista, o governo brasileiro tomou decisivamente o rumo do fascismo, cuja expressão máxima se traduziria em breve no golpe de Estado de 1º de novembro, que inaugurou um regime de violência, com todos os direitos fundamentais da democracia cassados, que arrebatou ao proletariado o seu mais legítimo e indiscutível direito: o direito de greve.

Daí por diante, sob o guante assassino de Felinto Muller, encerram-se os cárceres de filhos legítimos do povo e do proletariado [...] as cadeias e prisões encheram-se de patriotas.⁵⁷

No discurso transmitido via rádio, apresentam-se os atributos dos inimigos como absolutamente covardes, trêmulos, reacionários, golpistas, guantes (despóticos), assassinos, brutais e ferozes. Estes contrastam com a natureza benéfica dos patriotas comunistas, heroicos, gloriosos, resistentes, corajosos e legítimos. A luta entre o bem irrefutável e o mal absoluto se desenha claramente no discurso difundido pelos militantes. Os comunistas utilizam-se da ambivalência dos sentimentos de amor e ódio, tão necessários para o fortalecimento das

⁵⁷ Carta datilografada sobre discurso radiofônico, sem data. Fundo DOPS/DEAP, Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274a, cx. 30, p. 106.

ligações afetivas dos membros de um grupo entre si e para a definição daquilo que demarca a alteridade e o oponente. Como observou o sociólogo Eugene Enriquez, a linguagem política “[...] favorece a posição maniqueísta, em que são projetadas sobre os adversários todas as características negativas”, os sentimentos hostis direcionados para os “*outgroups*” e o “[...] o fenômeno de desprezo e ódio contra o exterior reforça a coesão do grupo e coloca-o em posição de guerra potencial contra estrangeiros”.⁵⁸ Para Pierre Ansart, há na criação ideológica “[...] um gozo complexo que mobiliza os gozos de identificação e agressividade: construir ou remanejar uma ideologia é, por sua vez, pensar com outro e contra outro”.⁵⁹

Portanto, o discurso ideológico se constitui em um ato de criação que apresenta uma intensidade afetiva e um fervor específicos, por mobilizar os sentimentos libidinais responsáveis pelas identificações dos membros do partido entre si e com o líder, bem como os sentimentos de ódio ou repúdio contra aqueles não pertencentes ao grupo.

A figura de Prestes funcionava como a personificação do bem e para onde eram direcionados os mais intensos investimentos afetivos dos comunistas brasileiros. O episódio de sua libertação, segundo o jornal *Diário da Tarde*, encarado pelo líder comunista “sem ódios e sem ressentimentos”, inclusive apoiando seu algoz Getúlio Vargas,⁶⁰

⁵⁸ ENRIQUEZ, Eugène. *Da horda ao Estado: Psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 1990, p. 58 e p. 65.

⁵⁹ ANSART, 1983, p. 77.

⁶⁰ Situação paradoxal explicada pela mudança de direcionamento de Vargas que havia abandonado a simpatia pelo Eixo e aderido aos Aliados durante a Segunda Guerra, e pela leitura política da cúpula do PCB frente à crescente popularidade de Getúlio expressa no movimento queremista. FERREIRA, Jorge. “A democracia de 1945 e o movimento queremista”. In: _____. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (O Brasil Republicano).

foi amplamente destacado como mais um sinal da superioridade do líder comunista.

Era comum nos festejos de aniversário de Prestes, no dia 03 de janeiro, a preparação de grandes festas em comemoração:

Em data de hoje, assinala-se o transcurso de 48 aniversários de Luiz Carlos Prestes, Secretário Geral do Partido Comunista do Brasil, líder de projeção internacional e cuja vida sempre esteve à serviço dos interesses populares. Com menos de 50 anos de idade, muitos dos quais passados nos cárceres da reação, quando o país marchava para o fascismo, aquele líder saiu da longa prisão sem ódios e sem ressentimentos e hoje é um político de inegável projeção e dirigente máximo do PCB.⁶¹

Segundo Jorge Ferreira, entre os comunistas brasileiros o “culto à personalidade” de Prestes se deu, a partir de 1945, por meio de uma campanha sistemática e coordenada de enaltecimento realizada pelos militantes, dirigentes e os meios de comunicação comunista:

[...] os feitos de Prestes na coluna e na insurreição de 1935, delineando a imagem do herói, e os anos que passou no cárcere do Estado Novo longe da mulher e da filha, transformando o herói em mártir, permitiram que, após 1945, sua imagem exercesse um grande carisma popular.⁶²

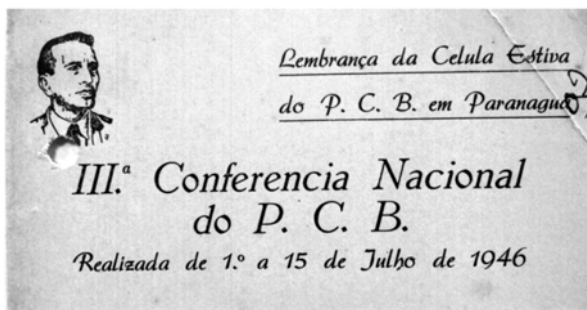
Tudo o que se referia ao líder máximo do PCB era exaltado: sua trajetória patriótica, seu aniversário, sua inteligência, seus textos, sua liderança política, sua coragem etc.

⁶¹ Jornal Diário da Tarde de 03 de janeiro de 1946. Biblioteca Pública do Paraná.

⁶² FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF, 2002, p. 252.

A foto ou imagem do semblante de Prestes olhando para o horizonte foi a figura mais reproduzida em cartazes, faixas, panfletos, bandeiras, quadros, jornais e publicações divulgadas pelo PCB ao longo de sua história. A sua biografia ou simplesmente sua fotografia consta em várias listas de notas fiscais de compras de materiais gráficos realizadas pelos comitês municipais paranaenses. Em cada jornal do partido havia o retrato de Prestes, mais jovem ou mais velho, e mesmo em pequenos detalhes havia uma figura sua reproduzida, como por exemplo, nos selos postais vendidos pelos militantes para a arrecadação de fundos, ou no cartão de visita da Célula da Estiva do PCB de Paranaguá, lembrança da terceira Conferência Nacional do PCB.

Cartão de visita de lembrança da 3ª Conferência Nacional do PCB



Fonte: Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274b, cx.30.

Selo postal com o semblante de Prestes



Fonte: DOPS/DEAP. Pasta temática “Partido Comunista Brasileiro - PCB”, n. 1465, cx. 173.

A construção da imagem de Prestes foi trabalhada também através de palavras e imagens. Designado como o “maior dos brasileiros”, “Herói” (com letra maiúscula), “dirigente máximo”, “glorioso camarada” etc., seu nome sempre era acompanhado de um adjetivo engrandecedor. A associação do chefe carismático à figura do herói correspondia a percebê-lo não só como um agente da libertação, signo da resistência e da ruptura com o passado, mas também como uma promessa para o futuro, um “[...] símbolo de esperança coletiva e simultaneamente centro de projetos múltiplos, de sonhos, desejos e fantasias”.⁶³

⁶³ ANSART, 1983, p. 75.

As constantes referências a Olga Benário e a Luiz Carlos Prestes demonstram que um dos mecanismos que pode funcionar em uma ideologia é o fato de ela ser encarnada por pessoas que a defenderam ou morreram por sua causa.

1.2 O calendário comunista e as datas comemorativas

“Que não fique um só comunista sem dar tudo o que puder”; encerrava-se assim o documento de divulgação do VI Pleno Estadual do Partido Comunista ocorrido em outubro de 1946 e assinado pelo então Secretário-Geral do Comitê Estadual do Paraná, Walfrido Soares de Oliveira, que costumava finalizar as cartas e documentos do partido com este tipo de frase de impacto.⁶⁴ O gosto pelas palavras de ordem em *slogans* simples e destacados, sublinhados e sempre separados do corpo do texto, pode ser verificado em vários documentos assinados por Walfrido: “Não cederemos um só passo na defesa da democracia”, “pela imediata retirada das tropas americanas das bases do Brasil”, “pela revogação da carta pára-fascista (sic) de 1937 e por uma constituição democrática”, “tudo pela revogação da carta reacionária de 37” etc.⁶⁵

O estilo da escrita, as expressões imperativas, a repetição constante de algumas palavras-chave, o conteúdo das frases abordando as lutas específicas da conjuntura política e o desejo de que os comunistas empenhassem todo o esforço possível para a defesa da recente democracia revelam a importância da linguagem no processo de consolidação do PCB na legalidade. Porém, a linguagem escrita dos documentos emitidos pelo Secretário-Geral Walfrido de Oliveira não era

⁶⁴ Fundo DOPS/DEAP, pasta individual “Walfrido Soares de Oliveira”, n. 3678, cx. 427, p. 21-23.

⁶⁵ *Idem*.

apenas um simples reflexo da realidade vivida ou a enunciação dos objetivos a serem alcançados pelos membros do partido. A reiteração das palavras-chave assumia um sentido alegórico que remetia ao ideal daquilo que deveria ser o verdadeiro militante comunista para Walfrido: um indivíduo que dava tudo o que pudesse de si e não cedia um passo na defesa de seus ideais.

A repetição pela linguagem, escrita ou falada, de princípios e atitudes, dava coerência e unidade ao grupo, promovendo a distinção do membro do Partido Comunista em relação aos demais indivíduos da sociedade. O comunista deveria ter a disposição de encarar a militância como algo central em sua vida, que o definiria tanto ideologicamente quanto ao lugar que assumiria na sociedade. A linguagem esteve, portanto, na ordem do dia na conjuntura política pós-1945, pois, por meio de panfletos, da imprensa, das conversas, das reuniões políticas, das assembleias e dos comícios, os comunistas brasileiros estiveram empenhados em construir um espaço de debate amplo e participativo.

Palavras de caráter marcante como “democracia”, “povo”, “luta”, “liberdade”, “heroísmo” etc., serviam como encantamento para muitos daqueles que tinham vivenciado as duras condições de perseguição da ditadura do Estado Novo. Neste sentido, o Partido Comunista legalizado teve um papel fundamental para a expansão e modificação da própria concepção de política no Brasil, pois era um partido no qual os membros efetivamente agiam e falavam de acordo com um programa chamando o povo e os trabalhadores para participar e lutar por seus direitos.⁶⁶ O crescente impacto da mobilização popular, da

⁶⁶ Neste sentido, o movimento anarquista das primeiras décadas do século XX, como um grupo ideológico, foi um precedente importante no questionamento e luta para a modificação da concepção de ação política no Brasil. Tiveram impacto ao ampliar a participação de trabalhadores provenientes das camadas subalternas da sociedade por meio da promoção de greves durante a década de 1910 e principalmente em 1917. No outro extremo do espectro político, na década de 1930, foi significativo o envolvimento popular

linguagem, dos rituais e da organização proposta pelos comunistas impôs novas formas e significados para a democracia brasileira. Da experiência moldada nos anos de legalidade do PCB resultou um novo interesse popular pelos debates públicos, e apesar da cassação do PCB em 1947, toda a conjuntura política dos anos posteriores, até 1964, será marcada por esta participação política intensa de setores populares, do movimento sindical, camponês e estudantil. Somente a instauração da ditadura militar e a repressão que se seguiu ao golpe reverterão este processo.

A preocupação generalizada dos comunistas com a linguagem e os gestos expressava valores comuns, expectativas compartilhadas de comportamento e regras implícitas, moldando as intenções e ações coletivas dos militantes, dando coerência e unidade ao projeto comunista e ajudando a consolidar os espaços públicos ocupados pelo PCB.

Segundo Serge Berstein, o partido político moderno como instituição da democracia parlamentar teoricamente deve ser o lugar em que se operam as mediações políticas, quando a realidade concreta do cotidiano e as reivindicações difusas das populações são traduzidas ao domínio do discurso e das representações, transformando-se em programas partidários e ideologias. O partido também exerce um papel fundamental de socialização perante o desamparo e a desintegração das sociabilidades tradicionais nas modernas sociedades de massa. Neste sentido, o partido político tem uma função de integrar em uma

na Ação Integralista Brasileira, partido político ideológico de inspiração fascista que também recebeu a adesão de amplas camadas da população. No entanto, o movimento anarquista diferia-se do comunista porque foi organizado apenas em algumas capitais e cidades industriais e não teve o caráter nacional empreendido pelo PCB. Já os integralistas, apesar de terem se organizado nacionalmente e conseguirem uma considerável inserção nas cidades de pequeno e médio porte, receberam adeptos provenientes majoritariamente da classe média, não tendo uma inserção significativa entre os trabalhadores e o movimento operário.

comunidade ideológica populações dispersas, estruturando o eleitorado e lhe dando uma identidade política própria.⁶⁷

Além disso, para Ansart, o partido se transforma em um “aparelho afetivo” na medida em que consegue, por meio de uma linguagem eminentemente simbólica constantemente reforçada, construir laços libidinais intensos entre os membros do grupo e destes com o chefe carismático. É através da criação e utilização de signos comóvulos que uma cultura política se impõe. De acordo com Berstein, a noção de cultura política expressa aquilo que os membros de um partido político sentem, mas não conseguem exprimir, é algo que escapa à toda crítica da razão e entra no domínio das crenças instintivas:

[...] Essa cultura difusa se exprime por um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais (que nem sempre foram lidos), símbolos, bandeiras, festas, vocabulário de palavras codificadas etc. [...] remetendo aqueles que dela participam a todo um contexto implícito cujo conteúdo ideológico eles sentem e nem sempre podem exprimir.⁶⁸

Lembranças em comum, heróis consagrados, livros não lidos, jargões repetidos, comemorações, bandeiras, festas... Estes são elementos muito mais evidentes no universo dos militantes comunistas do que interpretações aprofundadas do marxismo. Gerard Vincent observou que os comunistas preferiam a vulgata em vez dos textos fundadores, apegavam-se às estruturas hierárquicas e acreditavam na infalibilidade d’Aquele que ocupava o vértice da pirâmide.⁶⁹ A vulgata

⁶⁷ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 60-61 e p. 92.

⁶⁸ BERSTEIN, 2003, p. 88-89.

⁶⁹ VINCENT, Gérard. Ser comunista? Uma maneira de ser. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. (Coords.). *História da Vida Privada 5: Da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 446.

ideológica, tal como é expressa através da cultura política, constitui o núcleo da coesão do partido.

Parecia ser de extrema importância o aperfeiçoamento intelectual e teórico marxista-leninista dos militantes, mas, na prática e na maior parte dos casos, isso não se efetivava. No dia-a-dia da militância, Karl Marx era reverenciado, mas não estudado. Um exemplo disso pode ser constatado em um texto datilografado que havia circulado entre os militantes do PCB em Paranaguá como propaganda e divulgação dos dados biográficos de Marx. No texto, reproduzido como preparativo para a comemoração do aniversário de morte de Marx ocorrida no dia 14 de março, este era anunciado como o “genial fundador do comunismo científico”, o “mestre e guia do proletariado mundial”. Na passagem referente ao Manifesto do Partido Comunista, citava-se na carta, uma frase de Lenin sobre esta obra de Marx:

Esta obra expõe com uma genial precisão e clareza a nova concepção de mundo, o materialismo consequente que se estende também aos domínios da vida social, a dialética apresentada como a ciência mais vasta e mais profunda da evolução, a teoria da luta de classes e do papel histórico revolucionário do proletariado, criador de uma nova sociedade, a sociedade comunista. (Lenin).⁷⁰

Continuando a descrição adjetivada da trajetória e obra de Marx, a carta fazia referência ao livro “A guerra civil na França” onde Marx analisou a experiência da Comuna de Paris “[...] em termos tão penetrantes, tão apropriados, tão brilhantes, tão ativos e tão revolucionários”. Seguiu-se o elogio às obras de Marx e no fim, quando tratava da morte “chorada por milhões de companheiros de armas”, do

⁷⁰ “Biografia de Karl Marx” (carta datilografada). Fundo DOPS/DEAP. Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274 b, cx. 030, p. 195.

homem que foi o “mais genial entre os homens geniais”, Marx, era descrito como aquele que “[...] personificou o cérebro e o coração do proletariado, da classe mais avançada da história da humanidade, chamada a realizar uma modificação radical na história”.⁷¹ Há na carta uma tentativa bem superficial de apresentar os conceitos do marxismo científico – tal como o materialismo histórico, ditadura do proletariado, leninismo etc. – que funcionava como um vocabulário codificado, muitas vezes, repetido mecanicamente pelos membros. Neste documento, todas as referências a Marx e a Lênin serviam como símbolos, eram simplesmente nomes idolatrados que significavam um passado de lutas heroicas e, principalmente, o caráter científico do pensamento marxista que indicava a inevitável e irrefutável vitória dos comunistas. O elogio à genialidade de Marx sugere mais a promoção de uma verdade a ser acatada do que a apresentação de um teórico a ser estudado criticamente.

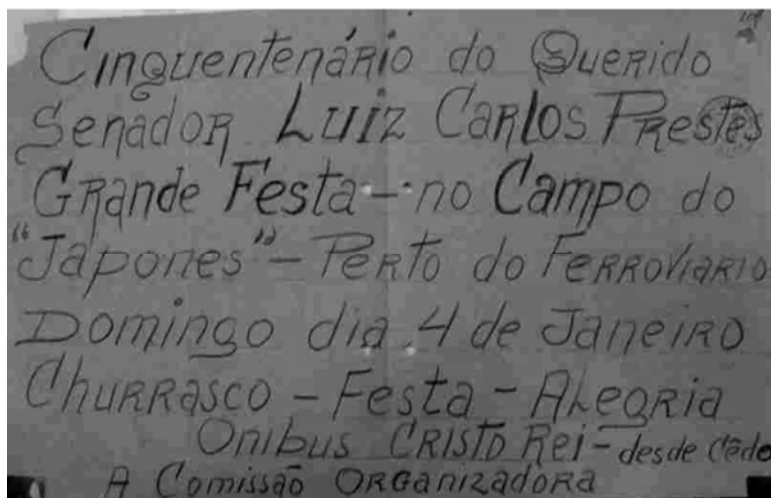
O elogio, a adoração e a exaltação dos grandes nomes podem ser observados também nas datas comemorativas do calendário dos comunistas. O ano era repleto de eventos e grandes datas que lembravam mortes, acontecimentos, aniversários e feriados, quando os comunistas deveriam debater e festejar os feitos ou a existência de um ou outro grande líder do presente e do passado, despertando os sentimentos de honra e homenagem com o intuito de dar continuidade à luta pela revolução proletária.

Já comentamos anteriormente que um dos eventos mais comemorados era o aniversário de Prestes, festejado no dia três de janeiro, com a promoção de grandes festas, churrascos e comícios. Ao longo do ano, muitas outras datas importantes se seguiam a esta. Tamanha era a mobilização em torno dos eventos comemorativos, que os Comitês Nacional e Estadual do PCB emitiam cartas e telegramas às sedes

⁷¹ “Biografia de Karl Marx” (carta datilografada). Fundo DOPS/DEAP. Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274 b, cx. 030, p. 196.

municipais, contendo diretivas detalhadas sobre a proeminência dos líderes e fatos lembrados nestas datas e, junto com as cartas, vinham anexados materiais de propaganda (cartazes e panfletos) para a divulgação dos eventos a serem promovidos.

Anúncio escrito em cartolina sobre a realização de uma festa em comemoração ao aniversário de Luiz Carlos Prestes



Fonte: Fundo DOPS/DEAP, pasta temática "Partido Comunista Brasileiro", n. 1468 d, cx. 174, p. 208.

De acordo com uma carta enviada pelo Secretário Político do Comitê Estadual às sedes dos comitês municipais, no mês de janeiro, na semana do dia 21, todo o partido deveria comemorar “[...] o aniversário da morte de três geniais guias da classe operária mundial: Lenin, Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht.” Para isso, o partido iria instituir a campanha “L.L.L.” (Lenin, Luxemburgo e Liebknecht) com comícios e uma ampla mobilização popular “[...] para recordar a

luta heroica daqueles três líderes”.⁷² Porém, nenhuma referência era feita ao conhecido desentendimento entre Rosa Luxemburgo e Lenin em torno dos acontecimentos da Revolução Russa. Aproveitando o momento de comemoração pública, também deveria ser mencionada a atuação do Partido naquele momento, divulgando o programa defendido pelos senadores e deputados federais constituintes da bancada comunista eleita no ano anterior, em dezembro de 1945.

No mês de março, transcorriam-se várias datas que seriam celebradas pelos membros do partido. No dia 14 acontecia o aniversário da morte de Karl Marx, quando seria realizada homenagem à sua memória com palestras e solenidades educativas alusivas à sua vida e obra, para isso recomendava-se a leitura do folheto de Lenin, “Marx e o marxismo”, como material para as palestras.⁷³ No dia 20 de março deveria ser lembrada a morte da “figura heroica” de José Dias, Secretário do Partido Comunista da Espanha. Já no dia 25 de março comemorava-se o aniversário do Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922. Neste dia, segundo uma carta enviada a todos os comitês municipais, “[...] era preciso exaltar as lutas gloriosas do nosso partido no passado e suas responsabilidades nas lutas atuais do povo brasileiro, em prol da unidade, da democracia e do progresso”.⁷⁴ Além de atos solenes e festas, seria providenciada a divulgação destas datas nas rádios, nos jornais do partido e também na imprensa não partidária.

⁷² Carta datilografada enviada pelo Secretário Político do Comitê Estadual do Paraná ao Comitê da Zona Norte do Paraná (19/01/1946). Fundo DOPS/DEAP. Pasta individual de Walfrido Soares de Oliveira, n. 3678, cx. 490, p. 78.

⁷³ Carta datilografada enviada pelo Secretário Político do Comitê Estadual do Paraná a todos os comitês municipais, de Zona e territoriais (12/03/1946). Fundo DOPS/DEAP. Pasta individual de Walfrido Soares de Oliveira, n. 3678, cx. 490, p. 20.

⁷⁴ *Idem*.

Em abril as comemorações eram as seguintes: no dia 12, a morte de Franklin Delano Roosevelt, salientando-se sua política de boa vizinhança, em contraste com a política intervencionista dos americanos em 1946; no dia 21, era a data de Tiradentes, mártir da independência; na mesma semana, também era comemorado o primeiro aniversário da libertação dos presos políticos e de Prestes como um marco do novo clima da vida política do país; planejava-se para isso uma série de comícios, boletins, números especiais dos jornais partidários para expressar “[...] toda a solidariedade do proletariado e do povo brasileiro a seu líder, o camarada Prestes e a direção de seu Partido, na luta contra o imperialismo e as forças da reação”.⁷⁵

O primeiro de maio e as homenagens aos trabalhadores jamais eram esquecidos, e no mês de julho deveria ser comemorada a Confederação do Equador e homenageado seu líder, Frei Caneca.⁷⁶

Assim seguia-se o ano dos comunistas com seu calendário repleto de datas comemorativas. As ordens emitidas pelas cartas do Comitê Estadual ilustram bem o cotidiano, as preocupações e as estratégias da propaganda partidária dos comunistas que buscavam, ao longo do ano, estar sempre presentes publicamente em comícios, em festas e na imprensa, sob os mais diversos pretextos. Demonstram também a preocupação em divulgar constantemente o nome do Partido Comunista e de tudo aquilo que se relacionava a ele, de Marx a Prestes,

⁷⁵ Carta datilografada enviada pelo Secretário Político do Comitê Estadual do Paraná aos comitês municipais, territoriais e distritais do Partido Comunista do Brasil (09/04/1946). Fundo DOPS/DEAP. Pasta individual de Walfrido Soares de Oliveira, n. 3678, cx. 490, p. 83.

⁷⁶ Carta datilografada enviada pelo Secretário Político do Comitê Estadual do Paraná ao Comitê Municipal de Paranaguá (16/07/1946). Fundo DOPS/DEAP, Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274a, cx. 30, p. 60.

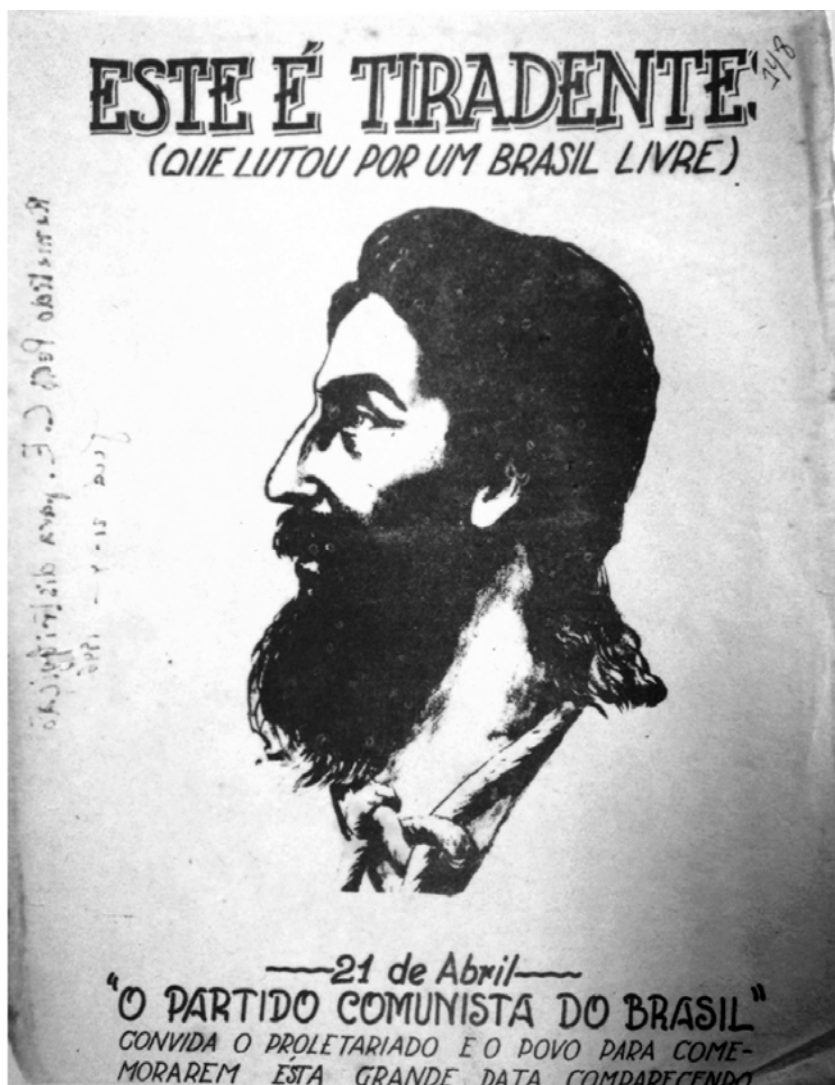
ocupando um espaço no cotidiano que ia muito além do período eleitoral, mas que demandava grandes esforços dos militantes, sempre de prontidão para exercer as intermináveis tarefas partidárias.

Essas comemorações eram divulgadas por meio de jornais, panfletos e cartazes. O jornal “O Dia” anunciava, por exemplo, que Antonina realizaria “[...] um comício monstro no dia 23 [de abril] na passagem do 1º aniversário da anistia dos presos políticos do Brasil, devendo falar nesta festa Joaquim Mochel”, um dos líderes do Comitê Estadual do PCB.⁷⁷ O mesmo jornal divulgava, em outra manchete, um grande comício que ocorreria em Paranaguá no dia 21 de abril, para a “[...] exaltação da figura de Tiradentes”, solenidade na qual falariam líderes comunistas, como Vieira Neto e Francisco Castelucci.⁷⁸

⁷⁷ Cópia do Jornal “O Dia”, 21/04/1946. Fundo DOPS/DEAP, Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274a, cx. 30, p. 177.

⁷⁸ Idem, p. 178.

Cartaz impresso para divulgação de um comício em homenagem à Tiradentes em Paranaguá



Cartaz remetido pelo Comitê Estadual para a distribuição em Paranaguá, (21/04/1946). Fundo DOPS/DEAP, Pasta Temática Comitê Comunista do PCB de Paranaguá, n.0274b, cx.030, p. 176.

Por meio da comemoração das datas distribuídas ao longo do ano, para as quais eram promovidas palestras, comícios, festas, bailes, apresentações artísticas etc., se expressava a referência doutrinária à ideologia comunista, invocando uma família numerosa e dispersa de símbolos e personagens do passado que, algumas vezes, nada tinham a ver com o comunismo, como as figuras de Tiradentes e Frei Caneca. No entanto, continham um significado que remetia aos ideais de resistência e de luta política pela liberdade nacional, dos quais os comunistas consideravam-se herdeiros.⁷⁹

Na apreciação das fontes, percebe-se que as mensagens transmitidas do Partido Comunista aos militantes referia-se relativamente pouco à coerência e cientificidade da teoria marxista-leninista e recorria muito mais a um conjunto de dados no qual o vocabulário dos discursos, os símbolos, as comemorações, os comportamentos dos militantes, as atitudes relativas a este ou aquele fato recente tinham um peso muito maior.

Boa parte daquilo que se relacionava ao passado de resistências populares nacionais e locais era apropriado pelos comunistas como antecessores heroicos da luta que então lideravam. A referência ao passado é um elemento marcante do discurso comunista e a trajetória de lutas transcorridas é constantemente retomada como prova da justeza de seus ideais. Para Pierre Ansart, “[...] não se trata de uma simples idealização

⁷⁹ José Murilo de Carvalho no livro “A formação das almas” analisa a construção do imaginário em torno de Tiradentes nos anos finais do regime monárquico e alvorecer da República. Para ele, Tiradentes foi se consolidando como um herói nacional por ser uma figura conciliadora que morreu resignado, apresentando-se mais como um mártir do que como um rebelde, diferentemente de Frei Caneca, cuja trajetória de rebeldia era um mau exemplo para o povo brasileiro segundo os ideólogos da República. CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

do passado, mas sim de toda uma reconstrução imaginária que pode se tornar um eixo maior de todas as interpretações sociais”.⁸⁰

Um exemplo disso pode ser observado em mensagem de Luiz Carlos Prestes à festa de inauguração do Comitê Estadual do PCB no Paraná, transcrita em reportagem de primeira página no jornal *Diário da Tarde*. Nas palavras de Prestes, a história dos conflitos locais e dos feitos dos comunistas é lembrada como sinal da longa e permanente busca pela liberdade empreendida pelos paranaenses:

No Paraná, as lutas pela liberdade têm sido constantes, por assim dizer, permanentes. As massas trabalhadoras paranaenses, em especial os camponeses, lutaram com bravura no Contestado. Participaram e apoiaram ou acompanharam de perto a marcha da Coluna. Derrubaram seu sangue nos combates populares da Aliança Liberal. Desfraldaram com o proletariado a frente a bandeira da Aliança Nacional Libertadora. Combateram o integralismo – espinha dorsal da Quinta Coluna. Quando da guerra patriótica contribuíram com seus melhores filhos para o engrossamento das fileiras de nossa Força Expedicionária, agora de regresso à Pátria após ter deixado sobre o cadáver nazista a bandeira brasileira a flutuar entre as demais Nações Unidas. E assim, vieram lutando até a vitoriosa campanha da anistia, aos dias de hoje.⁸¹

Na mensagem do líder comunista, além das referências ao passado, é também marcante a utilização de metáforas militares alusivas às ações do campo de batalha e as formações do exército: as lutas, a bravura, a marcha, o derramamento de sangue, os combates, o desfraldar de

⁸⁰ ANSART, 1983, p. 76.

⁸¹ *Jornal Diário da Tarde* de 20 de setembro de 1945. Biblioteca Pública do Paraná.

bandeiras, a guerra patriótica, as fileiras, a campanha etc. A vasta experiência de Prestes, como tenente do exército e líder da Coluna, ajuda a explicar o uso significativo de metáforas militares neste pequeno trecho de sua fala. No entanto, é preciso ressaltar a eficácia deste tipo de linguagem pelo fato de recorrerem à ideia de combate entre os “nossos” e os “outros”, opondo um polo benéfico e outro maléfico, o que ajuda a explicar sua abundância nos discursos ideológicos. Como notou Pierre Ansart, as metáforas militares dramatizam um evento e, mesmo não sendo entendidas literalmente, elas difundem, através da imaginação, as fantasias propícias à intensificação das reações.⁸²

1.3 A campanha e a propaganda eleitoral

Um momento oportuno para a mobilização dos militantes e reafirmação dos ideais coletivos partidários é a campanha eleitoral. Ela é o primeiro ato de uma eleição e não significa apenas a propaganda dos candidatos do partido ou a explicação dos seus programas e suas metas. A campanha é um momento de colocar em operação estratégias de divulgação do partido e sua ideologia e também, sobretudo, um período de intensas trocas simbólicas e atividades dos militantes. Da decoração aos cartazes, dos *slogans* aos aplausos efusivos, das bandeiras tremulantes às palavras proferidas nos comícios, todo o aparato utilizado na campanha eleitoral tem por meta comover e por meio da emoção, convencer mais facilmente a plateia dos ouvintes e possíveis eleitores.

Dentre as estratégias empregadas para a ampla divulgação e propaganda dos candidatos do Partido Comunista, em um contexto de finanças limitadas e poucos recursos, além da realização de comícios

⁸² ANSART, 1983, p. 71.

relâmpago em bairros, em portas de fábrica e oficinas, em preparação para os grandes comícios eleitorais do PCB em praça pública, o Comitê Estadual recomendava aos membros do partido iniciativas artesanais, mas que poderiam funcionar. De acordo com o militante Walfrido Soares de Oliveira era preciso “[...] audaciosamente, fazer propaganda dos nossos candidatos mediante pichação de ruas, muros e proximidades de fábricas”.⁸³ Além disso, deveriam ser empregadas faixas (com licença da prefeitura), cartazes e volantes impressos ou mimeografados, distribuir biografias de candidatos etc., tudo para tornar os nomes dos candidatos pecebistas mais conhecidos. A pichação ilegal nos muros e ruas era uma iniciativa barata e por isso muito utilizada; na época não existia *spray*: usavam-se, então, latas de piche ou lápis feitos artesanalmente com cera.⁸⁴ Bastante comum também era o uso de jornais, panfletos e cartazes, estes últimos escritos à mão e colados nos postes, muros, pontos de ônibus e estabelecimentos comerciais da cidade.

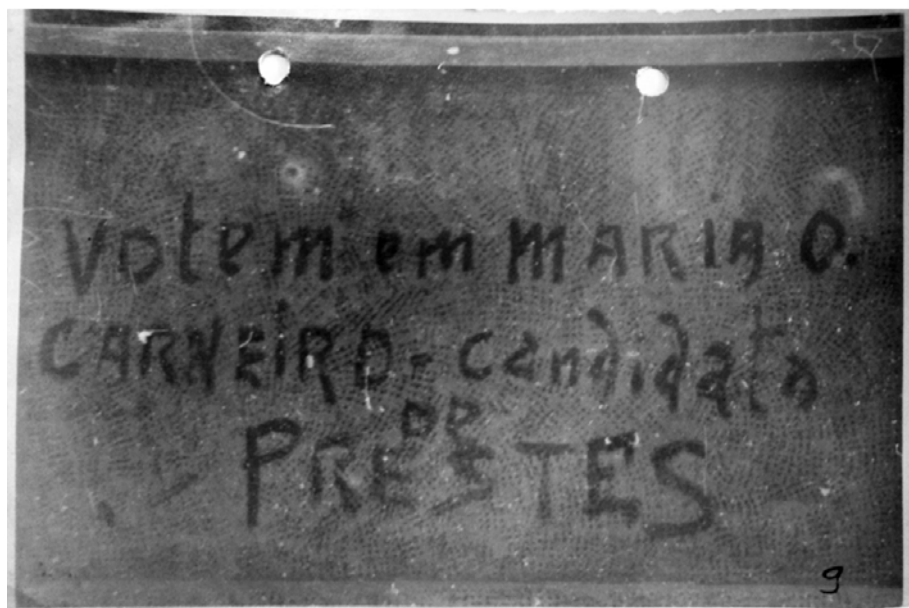
A polícia política sempre esteve atenta às pichações e, vez ou outra, conseguia punir os culpados pela depredação do patrimônio público ou particular. A DOPS registrou várias fotos de muros e paredes contendo pichações utilizadas como propaganda de campanha. Na fotografia reproduzida na página seguinte, as palavras de ordem, “Votem em Maria O. Carneiro, candidata de Prestes”, escritas em um muro de Curitiba de forma bastante apressada e sem nenhuma preocupação estética, tinha o objetivo de simplesmente chamar a atenção e divulgar o nome da candidata a vereadora Maria Olímpia Carneiro, candidata comunista.

⁸³ Carta datilografada de Walfrido Soares de Oliveira. Fundo DOPS/DEAP, Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274a, cx. 30, p. 66.

⁸⁴ CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (orgs.). “*Velhos Vermelhos*: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná”. Curitiba: UFPR, 2008, p. 136.

Mas, além disso, era preciso associar o nome de Maria Olímpia Carneiro ao PCB através da referência a Prestes, pois o partido já se encontrava na ilegalidade em novembro de 1947 e, na verdade, ela era oficialmente candidata do Partido Social Trabalhista (PST). A estratégia de propaganda era precária e bastante arcaica, mas de certa forma conseguiu cumprir o seu objetivo, pois a candidata se elegeu ao cargo de vereadora naquela eleição, sendo, segundo o militante comunista Wilson Previde, a primeira vereadora eleita no Paraná.⁸⁵

Fotografia de um muro pichado em Curitiba com a seguinte mensagem: “votem em Maria O. Carneiro, candidata de Prestes”



Fonte: Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Popular Contra a Ditadura”, n. 0289, cx. 032, p. 9.

⁸⁵ CODATO & KIELLER, 2008, p. 143.

Através de uma carta circular emitida pelo Secretariado Nacional do PCB sobre a mobilização do partido para a campanha eleitoral de 1945, contendo uma série de diretrizes e explicações sobre os métodos de propaganda a serem utilizados, podemos compreender melhor as estratégias de *marketing* dos comunistas.⁸⁶ Segundo a carta circular, a campanha deveria gozar de métodos mais modernos, pois as novas condições de legalidade política permitiam que a propaganda se tornasse mais “agradável e atraente”: “[...] ‘Shows’, ‘scketch’ [*sketch*], números de dança e de músicas podem iniciar os comícios. Artistas de renome que são membros do partido ou estão de acordo com sua orientação, darão bastante relevo etc.”⁸⁷ A campanha e os comícios deveriam ser atrativos pela diversão proporcionada, através dos “*sketch*”, ou seja, pequenas apresentações teatrais ou vinhetas, de músicas, de números de dança, de artistas, de *shows* etc. Os espectadores, sentindo prazer ao se divertir, ficariam mais receptivos e propensos a aceitar as propostas e candidatos do partido.

A confecção e divulgação de biografias dos candidatos, comprovando a longa trajetória vivida em defesa das causas populares, garantindo a confiabilidade e a firmeza de caráter, era uma estratégia defendida e bastante utilizada na propaganda comunista, revelando a importância das referências ao passado e às experiências vividas como componente da cultura política comunista.

Apesar de o PCB advogar a ideia de que o mandato era partidário e não pessoal, uma novidade na época,⁸⁸ de acordo com a carta

⁸⁶ Fundo DOPS/DEAP. Carta circular n° 1 do Secretariado Nacional a todos os Comitês Estaduais e Territoriais do Partido Comunista do Brasil. “Mobilização de todo o Partido para a campanha eleitoral”, (03/09/1945). Pasta temática “Partido Comunista Brasileiro”, n. 1468 d, cx. 174, p. 261-265.

⁸⁷ Idem, p. 264.

⁸⁸ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 49.

circular, no Brasil “por não haver educação política”, o nome do candidato era o dado mais importante da propaganda eleitoral e, por isso, era preciso popularizá-lo ao máximo, pois “[...] a luta eleitoral gira em torno do nome do candidato”.⁸⁹ Neste sentido, era indispensável também apresentar suas biografias, “[...] mostrando não só os aspectos mais destacados de sua vida política, como também os lados comoventes de sua vida particular, como chefe de família e amigo de seus companheiros” (grifo nosso).⁹⁰ As biografias deveriam sempre vir acompanhadas de fotografias “artisticamente feitas” em que o candidato era apresentado em sua atividade profissional. O candidato, prestigiado individualmente, deveria ser homenageado também no espaço ocupado por ele no mundo do trabalho, projetando-o em meio à massa.⁹¹

A estratégia de *marketing* comunista revelava uma preocupação em mostrar o candidato não só como um homem político, mas também o seu lado humano como modelo de pai, esposo, amigo e trabalhador. O lado “comovente” da propaganda se revelaria justamente em aspectos da vida particular e familiar, com os quais o público receptor deveria se identificar mais prontamente. Seguindo este raciocínio, podemos deduzir que a vida privada estaria muito mais próxima das subjetividades e dos sentimentos do que a vida pública, racional e objetiva.

No entanto, as diretrizes emitidas pelo Secretariado Nacional do PCB nem sempre eram estritamente seguidas na prática. Encontramos nos arquivos algumas das biografias que eram lidas como apresentação dos candidatos nos comícios, ou então impressas e distribuídas

⁸⁹ Fundo DOPS/DEAP. Carta circular n° 1 do Secretariado Nacional a todos os Comitês Estaduais e Territoriais do Partido Comunista do Brasil. “Mobilização de todo o Partido para a campanha eleitoral”, (03/09/1945). Pasta temática “Partido Comunista Brasileiro”, n. 1468 d, cx. 174, p. 261-265.

⁹⁰ Idem, p. 264.

⁹¹ Idem.

em panfletos e volantes. Da vida do candidato eram selecionados os fatos considerados pelos militantes como mais louváveis e dignos de referência. Pode-se observar que, dos dados expostos, a vida privada mal é mencionada, enquanto a vida pública do candidato ganha relevo e destaque. Talvez, isso revele uma falta de familiaridade com os “novos métodos” de propaganda.

Sobre um dos candidatos que recebeu menos votos nas eleições para deputado federal em 1945, mas que foi um militante bastante envolvido com o PCB, Flávio Ribeiro, a biografia relatava os fatos modestos da vida do professor primário que ingressou na carreira de jornalismo, como um “profissional honesto, competente e dedicado”, tendo posteriormente se formado no curso de direito. Os aspectos da vida privada profissional só tem importância na medida em que contribuem para a sua atuação pública como jornalista e “lutador antifascista”, um dos principais argumentos de elogio ao candidato:

Dr. Flávio Ribeiro, iniciou a sua vida modestamente como professor primário. Foi diretor de grupos escolares, ingressou muito cedo no jornalismo onde sempre teve brilhante atuação como um profissional honesto, competente e dedicado. Flávio Ribeiro teve preponderante atuação na Imprensa Paranaense, redigindo uma secção de política internacional onde faz ouvir os primeiros rebates da campanha anti-fascista, [sic] realização, preparação e mobilização do nosso povo para a guerra libertadora dos povos contra a rearticulação do integralismo, até setembro de 1939, quando foi proibido de continuar a sua luta, pois, naquele momento, as direções reacionárias dos jornais tudo cediam ao fascismo em sua plena ascensão no país e no mundo.

Entre 1940 e 1944, quando fazia o seu curso de Direito, atuou firmemente junto a classe estudantil na preparação psicológica do povo para a guerra justa e patriótica, nas campanhas de ajuda a FEB e nos demais movimentos democráticos empreendidos pelo operariado, pelos estudantes

e o povo de Curitiba. Na imprensa e nos comícios públicos, antes e depois da entrada do Brasil na guerra participou ativamente da luta anti-fascista [sic]. Flávio Ribeiro é um orador popular e querido pela massa e atualmente exerce funções no Secretariado Estadual.⁹²

A atuação de vanguarda na luta contra o fascismo e o integralismo, as campanhas em favor da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e do apoio aos Aliados nos eventos da Segunda Guerra eram colocadas em relevo pelos comunistas, que exaltavam principalmente o fato de terem vários de seus membros presos nos cárceres do Estado Novo.

Outra biografia, do médico Octávio da Silveira, apresentada como propaganda do candidato para a disputa do cargo de senador e deputado estadual, também enaltecia os fatos da vida pública. Como já mencionamos no início deste capítulo, o candidato havia sido deputado federal paranaense pela Aliança Nacional Libertadora na década de 1930 e, segundo sua propaganda política, quando iniciada “a fascistiização” sempre havia se mantido ao lado do povo, motivo pelo qual foi preso em 1936, apesar da imunidade parlamentar “[...] em flagrante desacato às leis e tradições parlamentares do Brasil”.⁹³ Não apenas o antifascismo era mencionado, mas toda a sua trajetória política de adesões aos movimentos populares brasileiros, desde as “agitações revolucionárias” de 1922 e 1924 aos movimentos que culminaram com a vitória de Getúlio Vargas em 1930:

Dr. Otávio da Silveira: Iniciou sua vida pública no Paraná, em União da Vitória, tomando parte nas agitações revolucionárias de 1922. Em 1924, já em Curitiba, esteve ao lado

⁹² Fundo DOPS/DEAP. “Biografias dos Candidatos à deputados federais – carta datilografada”. Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 274b, cx. 030, p. 185-187.

⁹³ Idem.

dos revolucionários de São Paulo, auxiliando-os com todos os meios ao seu alcance. Em 1930, cooperou eficientemente para a eclosão do movimento libertador em nossa terra, nos primeiros dias redigiu o “Diário da Tarde” ao qual imprimiu uma feição popular de grande vibração e, em seguida, incorporado ao destacamento João Alberto, seguiu para o front.

[...] Eleito deputado Federal, a sua atitude em prol da democracia o levou a Presidência do Diretório Nacional da Aliança Nacional Libertadora, na sua fase mais áspera, a que se seguiu a decretação de seu fechamento. Iniciada a fascistização [sic] de nossas instituições, o deputado Octávio da Silveira colocou-se e manteve-se ao lado do povo, combatendo no Parlamento todas as arbitrariedades policiais e todas as medidas contrárias ao regime da constituição de 1934. [...] De volta ao Paraná, continuou sua ininterrupta luta contra os inimigos do povo, os fascistas e reacionários de todos os matizes, indo naturalmente ocupar o seu lugar no Partido Comunista do Brasil, que é sem dúvida, a vanguarda do proletariado.⁹⁴

No caso do candidato Octávio da Silveira, que tinha uma vida pregressa bastante rica em acontecimentos dedicados às atividades públicas, o fato dele ter exercido a profissão de médico mal é mencionada, a não ser pela sigla “dr.” diante de seu nome. Sobre sua vida particular nada ficamos sabendo. Os apelos “comoventes” giram em torno da heroica atuação do candidato contra os inimigos do povo, fascistas e reacionários, bem como sua injusta prisão e as arbitrariedades cometidas contra ele.

⁹⁴ Fundo DOPS/DEAP. “Biografias dos Candidatos a deputados federais – carta datilografada”. Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 274b, cx. 030, p. 185-187.

Dentre os atos de uma campanha eleitoral, o comício era um dos momentos mais eminentes de trocas simbólicas. Toda a decoração do ambiente convidava os espectadores a adentrarem no universo ideológico partidário: os *slogans* que ornamentavam o palanque, os emblemas expostos, as cores e as mensagens das bandeiras etc. Havia toda uma preocupação com o aspecto decorativo dos espaços e palcos onde aconteciam as festas e eventos do Partido Comunista. O ápice do comício era marcado pelos discursos, porém, Pierre Ansart observa que o comício não é apenas o lugar de emissão de mensagens, mas também um espaço particular de organização dos corpos:

[...] os olhares são dispostos para convergir sobre o palanque, onde o lugar elevado da ‘bancada’ sugere a eminência daquele que fala, lugar de ajuntamento onde são construídas o face-a-face e o lado-a-lado, legitimando a docilidade da escuta, e moderando as trocas de um lado a outro. [...] Neste espaço construído vão se desenrolar as trocas específicas e as interações determinadas entre o orador encarregado de explicar e de comover e, de outra parte, o público convidado somente a manifestar suas aprovações e desaprovações, massa convidada a aplaudir.⁹⁵

Nos comícios das campanhas eleitorais, toda a atenção se dirigia aos oradores e a seu discurso, por isso uma das diretrizes da carta circular do Secretariado Nacional sobre a mobilização eleitoral enfatizava a necessidade da formação imediata de quadros de oradores. Um comício do partido precisava apresentar, “de maneira viva”, para a massa que o assistia, uma visão real da linha partidária pecebista, dos candidatos e do programa, por isso era preciso ter objetividade, clareza e precisão ao se falar em nome do partido.

⁹⁵ ANSART, 1983, p. 22.

Um mau orador pode desvirtuar as finalidades de um comício, transformando a propaganda em anti-propaganda. Os comícios de bairro, que são o grande apoio da propaganda eleitoral, devem ser de agitação, pois a massa que o assiste, por ser pouco politizada, exigem [sic] oradores entusiastas e incisivos, que digam o que eles sentem. [...] A massa gosta de oradores que falam de improviso, preferindo estes aos que leem seus discursos. (grifo nosso)⁹⁶

Esta carta-circular é um documento interessante para compreendermos o quanto as concepções da propaganda política comunista visavam convencer através do apelo aos sentimentos. Podemos perceber que os dirigentes comunistas estiveram preocupados com todos os detalhes da campanha eleitoral. O comício era o momento de ápice da campanha, quando as diversas estratégias (dirigidas a suscitar diversão, prazer, entusiasmo, indignação, emoção etc.) deveriam ser colocadas em ação para atingir a subjetividade ou o entendimento do público espectador. Considerando a incompreensão e a despolitização das “massas” e não sendo possível convencê-las através da clareza e da objetividade das falas e dos argumentos, era preciso, então, recorrer aos sentimentos. Da programação (incluindo *shows* musicais, artísticos e teatrais) ao conteúdo dos discursos (evocando a vida familiar e pessoal dos candidatos), tudo era realizado no sentido de persuadir, inclusive apelando emocionalmente, daí a necessidade de oradores entusiastas e incisivos.

⁹⁶ Fundo DOPS/DEAP. Carta circular n° 1 do Secretariado Nacional a todos os Comitês Estaduais e Territoriais do Partido Comunista do Brasil. “Mobilização de todo o Partido para a campanha eleitoral”. (03/09/1945). Pasta temática “Partido Comunista Brasileiro”, n. 1468 d, cx. 174, p. 263.

O sociólogo Eugene Enriquez afirma que uma das metas da reunião política é operar uma conjunção entre certeza e saber, ou seja, as repetições constantes de *slogans*, de canções e de palavras de ordem dão a sensação de certeza, atividade regida pelo princípio do prazer.⁹⁷ É interessante constatar o quanto esse propósito estava presente nas diretrizes apresentadas na carta-circular do Secretariado Nacional do PCB. Nela é citada até mesmo a importância das escolhas das palavras de ordem na propaganda eleitoral: “[...] os *slogans*, curtos e expressivos para se usar nas faixas, volantes e nos discursos, logo se apoderam das massas”.⁹⁸ Deveriam ser utilizadas tanto palavras de ordem gerais, como “O voto é a arma do povo”, e também ligadas às condições locais e à vida dos candidatos, tal como o exemplo: “Antonio Cesar de Oliveira, sempre defendeu os ferroviários, no Parlamento, defenderá o povo”.⁹⁹ Também de acordo com a carta-circular, era preciso utilizar ao máximo o prestígio de Prestes, ligando-o ao nome dos candidatos, do programa e do partido:

Os episódios mais destacados da vida de Prestes devem ser lembrados e ligado à luta eleitoral. Prestes como líder militar, como comandante da coluna, como estudioso, como chefe de família, como político e como comunista. São aspectos que devem ser utilizados, Prestes na prisão e, agora à frente do Partido, são pontos que devemos sempre abordar em proveito da propaganda de nossos candidatos.¹⁰⁰

⁹⁷ ENRIQUEZ, 1990, p. 58-59.

⁹⁸ Fundo DOPS/DEAP. Carta circular n° 1 do Secretariado Nacional a todos os Comitês Estaduais e Territoriais do Partido Comunista do Brasil. “Mobilização de todo o Partido para a campanha eleitoral”. (03/09/1945). Pasta temática “Partido Comunista Brasileiro”, n. 1468 d, cx. 174, p. 264.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Idem, p. 265.

As mulheres eram um público alvo que a propaganda eleitoral comunista deveria observar por representarem um importante percentual da massa dos eleitores. O incentivo para a participação política feminina e o protagonismo das mulheres, como oradoras nos comícios e líderes de células ou em grupos como as Uniões Femininas, era mais uma novidade apresentada pelos comunistas. Para Viviane Maria Zeni, as comunistas no Paraná, ao desenvolverem as qualidades e práticas exigidas pelo partido, destacavam-se por suas atividades políticas e não por sua condição de gênero.¹⁰¹ Zeni corrobora a assertiva de Eric Hobsbawm, de que os grupos pautados em identidades outras que não a de classe não eram centrais para a esquerda, pois esta mantinha sua unidade em função das grandes causas que defendia e que, de certa forma, contemplavam os objetivos dos grupos específicos.¹⁰²

Segundo a carta-circular, as mulheres haviam permanecido, até o momento da democratização, indiferentes em relação aos acontecimentos políticos e poucas haviam se alistado nos postos eleitorais, por isso, era urgente desenvolver uma intensa propaganda entre o público feminino:

As camaradas do partido devem se mobilizar como oradoras dos comícios de propaganda eleitoral, instruindo, mostrando a necessidade de organização das mulheres em defesa de seus direitos. Todo comício precisa ter uma mulher entre seus oradores. A propaganda deve mostrar como o partido luta pela emancipação da mulher e pelo reconhecimento dos direitos que lhe são negados. Mostrar também como o partido defende a família, quando combate todas as

¹⁰¹ ZENI, Viviane Maria. Mulheres comunistas no Paraná: Experiências e militância nas décadas de 40 e 50. CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (orgs.). *Velhos Vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná*. Curitiba: UFPR, 2008, p. 83.

¹⁰² HOBBSAWM, Eric. "A política da identidade e a esquerda". In. NEVES, José; DIAS, Bruno Peixe (coord.). *A política de muitos: povo, classe e multidão*. Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 346.

causas da miséria e da ignorância, fatores da desagregação da família.¹⁰³

A costureira Nair Busmayer foi, durante o período da legalidade, uma das mulheres que mais se destacou no Partido Comunista em Curitiba, tida como um dos melhores elementos da célula Leocádia Prestes, na qual exerceu o cargo de secretária política. Participante ativa nas reuniões das células, era também uma oradora de destaque nos comícios organizados pelo PCB. A manchete do jornal “Diário da Tarde” relatava o sucesso de um grande comício pró-constituente assistido por “compacta massa popular”, realizado na Praça Ozório em Curitiba: “[...] às 20:30, falando em nome da mulher comunista, Nair Busmayer abre o comício e sua oração desperta vivos aplausos da assistência”, a série de discursos e “[...] a poderosa argumentação desenvolvida em torno da Assembléia Constituinte mantiveram a grande massa popular em permanente estado de entusiasmo e vibração patriótica”.¹⁰⁴ A força dos apelos proferidos em discursos falados dificilmente pode ser captada pela análise de documentos escritos. Mas podemos supor a empolgação e o envolvimento afetivo dos espectadores nestas reuniões através dos pequenos detalhes como estes revelados na fonte, que indicam a manifestação de aplausos efusivos, de atenção, de vibração etc.

Em algumas narrativas sobre os eventos da campanha eleitoral, também podemos perceber o envolvimento e o entusiasmo do público com os representantes do partido. Por exemplo, o “Jornal do Povo”, órgão de imprensa publicado pelo Comitê Estadual do PCB no Paraná,

¹⁰³ Fundo DOPS/DEAP. Carta circular n° 1 do Secretariado Nacional a todos os Comitês Estaduais e Territoriais do Partido Comunista do Brasil. “Mobilização de todo o Partido para a campanha eleitoral”. (03/09/1945). Pasta temática “Partido Comunista Brasileiro”, n. 1468 d, cx. 174, p. 262.

¹⁰⁴ Jornal Diário da Tarde de 27/07/1945. Biblioteca Pública do Paraná.

relatou no feriado de 12 de outubro de 1947, as atividades promovidas pelos candidatos de Prestes em Curitiba, Maria Olímpia Carneiro e Jorge Hedel Azar, que concorriam ao cargo municipal de vereador. Depois de referir à série de comícios realizados pelos comunistas nas fábricas, empresas, praças e bairros, o jornal destacava a festa realizada em homenagem aos candidatos no Campo do Japonês, no bairro Cajuru: “[...] em meio a grande alegria o povo se divertia e procurava ajudar financeiramente os candidatos do povo. Churrascos, bebidas, refrescos, jogos, sorteios, proporcionaram aos presentes horas agradáveis”.¹⁰⁵ Ao final do dia, de acordo com o jornal,

[...] a massa popular reuniu-se em frente ao serviço de autofalantes para escutar o que vinha sendo esperado ansiosamente, a palavra do deputado Vieira Neto e dos candidatos populares. Ao ser anunciado o nome do querido deputado a massa irrompeu em vibrante aclamação [...] o discurso de Vieira Neto foi entrecortado de calorosos aplausos. Em seguida falou [sic] os candidatos de Prestes, Maria Olímpia Carneiro e Jorge Hedel Azar, sendo os mesmos muito aplaudidos.¹⁰⁶

Neste caso, é necessário considerar o fato de que o relato vinha de um órgão de imprensa do PCB que dificilmente não exaltaria os representantes do partido. Por outro lado, a realização deste tipo de evento, que de fato aconteceu e envolveu o público ao longo de um dia inteiro, com jogos de futebol, sorteios, comida e bebida, revela a existência de um espaço de confraternização e proximidade da população com os membros do partido. A população correspondia, permanecendo até o final da tarde e assistindo ao momento mais importante, os

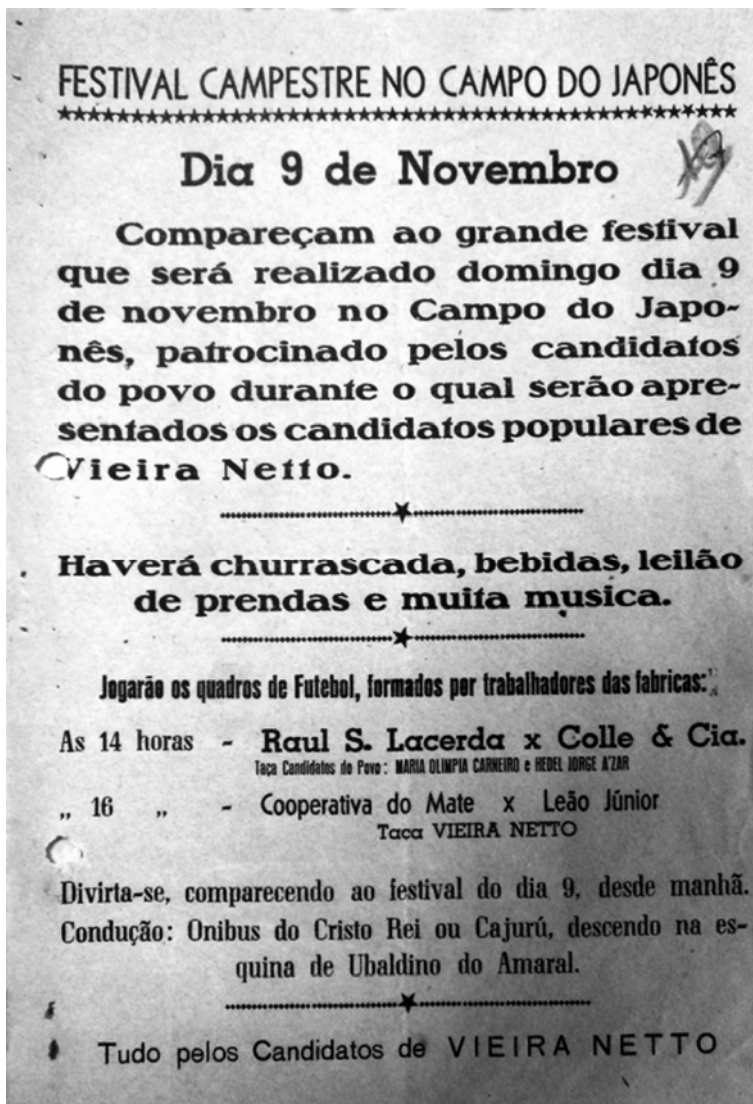
¹⁰⁵ Jornal do Povo (12/08/1947). Fundo DOPS/DEAP. Pasta individual de Hedel Jorge Azar, pasta n. 1481 cx. 356.

¹⁰⁶ Idem.

discursos dos candidatos de Prestes e o deputado Vieira Neto, aplaudindo-os com vibração.

O festival campestre do Campo do Japonês, com sua programação repleta de diversões, jogos de futebol e muita música, tal como anunciava o panfleto de divulgação da festa (reproduzido na página a seguir), demonstra que os comunistas paranaenses buscaram seguir os conselhos do Secretariado Nacional, proporcionando horas agradáveis ao público presente ao mesmo tempo em que divulgavam seus candidatos a vereadores. No entanto, a campanha para as eleições municipais de novembro de 1947 ocorria em um momento crítico para o PCB, pois o seu mandato havia sido recentemente cassado, por isso, os cuidados em anunciar Maria Olímpia e Jorge Hedel como “candidatos populares de Vieira Neto” ou “candidatos de Prestes”. O nome, o símbolo e a bandeira do PCB já não podiam mais aparecer no material de campanha.

Panfleto de divulgação de evento promovido pelo Partido Comunista para a divulgação dos candidatos comunistas às eleições municipais de novembro de 1947



O discurso falado, escrito ou iconográfico, criava e reforçava as fronteiras que delimitavam o que os comunistas defendiam e quem eram os oponentes: o fascismo, o imperialismo, os integralistas, os golpistas, os reacionários etc. Também definiam o que seria contrário às atitudes de um comunista: o egoísmo, o orgulho, a falta de empenho e o desinteresse no cumprimento das tarefas. Nota-se, porém, que no funcionamento do Partido Comunista, o entusiasmo e a paixão política não se definiam apenas em relação à negação do outro. Era um discurso positivo, pois apresentava propostas de emancipação, de superação da exploração de uma classe por outra, de afirmação da liberdade política, da solidariedade, da igualdade e da socialização da riqueza.

CAPÍTULO 2

OS COMITES DEMOCRÁTICOS POPULARES: CONSTRUINDO UM ESPAÇO PÚBLICO DE OPOSIÇÃO

2.1 - Entusiasmo: “Tudo por um grande Partido de massas”

O Partido Comunista vem atuar e viver no seio das grandes massas trabalhadoras e do povo [...]. Graves são as responsabilidades que pesam sobre os seus ombros, como urgentes as tarefas a realizar a mais rápida e ampla organização de setores cada vez mais vastos do povo. (Discurso de Walfrido Soares de Oliveira, na festa de inauguração do Comitê Municipal do PCB em Paranaguá)¹⁰⁷

Na conjuntura da legalidade do PCB (1945 a 1947), o *slogan* “Tudo por um grande Partido de massas” foi uma das frases mais usadas pelos militantes comunistas em documentos, em material de divulgação e em discursos de praça pública. *Slogans* resumidos em fórmulas simples, retomados a todo instante e repetidos incessantemente, funcionavam como indicadores para a ação, com o objetivo de transformar o PCB de um

¹⁰⁷ Recorte do Jornal Gazeta do Povo de 31 de julho de 1945. “Inauguração da sede do C. M. do PCB em Paranaguá”. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274 a, cx. 30, p. 196.

pequeno grupo de adeptos em um grande partido de massas. Para isso, tal como dizia o discurso de Walfrido Soares de Oliveira citado na epígrafe, os membros precisavam assumir as graves responsabilidades que pesavam sobre seus “ombros” para fazer o partido atuar no “seio” das grandes massas trabalhadoras e do povo.

Neste capítulo, analisamos as ações e as experiências dos militantes paranaenses na conjuntura da legalidade do PCB, especialmente o fortalecimento do espaço público a partir da organização dos Comitês Democráticos Populares e das campanhas eleitorais nos pleitos de 1945 e 1947.

Os Comitês Democráticos foram órgãos criados pelos militantes do PCB em diversas cidades paranaenses em meados de 1945, e faziam parte de uma estratégia nacional do partido no intuito de ampliar e dinamizar suas bases e conquistar adeptos e eleitores entre moradores dos bairros, donas-de-casa, estudantes, profissionais liberais, trabalhadores rurais e urbanos. No Paraná, os Comitês permitiram o surgimento de um ambiente de debate em que seriam discutidos os anseios e as esperanças de indivíduos que ainda não conheciam na prática o que era a luta por direitos.

Nesse espaço, além de serem levantadas as diversas reivindicações locais, relacionadas especificamente à “carestia de vida”, às condições do trabalho e à infraestrutura dos bairros, também eram discutidas questões mais vastas acerca da importância de se colocar publicamente, reivindicar direitos e escolher candidatos em eleições justas e honestas, tal como deveria ser em uma democracia. Na história republicana brasileira, esse é um momento raro e excepcional de intensidade de circulação das emoções políticas, pois, após um longo período

de opressão nos anos de Estado Novo, que fazia parte das experiências de muitos militantes, a recente anistia provocou uma explosão de alegria e entusiasmo.¹⁰⁸ A ação cotidiana dos militantes comunistas manifestou-se nos bairros, nas empresas, nas instituições de ensino, nas campanhas eleitorais, nas mobilizações populares em defesa de diversas causas, nos comícios em praça pública ou comícios relâmpago realizados na porta das fábricas e oficinas, na produção e divulgação de material de propaganda e de seu jornal (Jornal do Povo), na realização de abaixo-assinados, na ativação de greves, na organização de Sindicatos, Associações, Comissões Sindicais, Sindicatos Rurais etc.

Dos Comitês Democráticos Populares, alguns tiveram uma atuação breve, outros se tornaram um importante meio de articulação política do PCB. O comitê proporcionava um lugar de diálogo entre os comunistas e as pessoas dos bairros e dos locais de trabalho que não eram comunistas. Ali os militantes ouviam as reivindicações mais imediatas e propunham soluções, abaixo-assinados, manifestavam-se junto aos vereadores, realizavam campanhas com a divulgação de panfletos e opúsculos para atender as demandas da população e criavam uma ponte entre os militantes e simpatizantes do PCB com os moradores, donas de casa e trabalhadores em geral, e destes últimos com o poder público.

Os periódicos da imprensa foram privilegiados veículos para a divulgação dos comitês e de suas reivindicações. Os jornais “Diário da Tarde” e a “Gazeta do Povo” tiveram uma importância proeminente para a ação política comunista nos anos da legalidade do PCB. Estes

¹⁰⁸ Pierre Ansart observa que, nos processos históricos, são bastante variáveis as intensidades das emoções políticas, havendo circunstâncias em que se sucedem momentos de grande comoção e entusiasmo coletivo com outros de calma e apatia política. ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983, p. 89.

jornais eram utilizados para convocar e anunciar à população em geral as ações do partido, e ali também eram relatados os resultados das reuniões e dos comícios; além disso, os grandes eventos partidários tinham uma cobertura detalhada da imprensa, assim como greves e manifestações populares em geral. Em uma reunião realizada em agosto de 1946, da célula Olga Benário Prestes, de Curitiba, dizia-se com orgulho, “[...] que nestes últimos anos, nos jornais, foi escrito mais sobre o PCB do que sobre qualquer outra causa”.¹⁰⁹

O esforço para criar Comitês foi destacado em vários jornais paranaenses da época, como por exemplo, o “Diário da Tarde” de 16 de agosto de 1945. Segundo este jornal, o Partido Comunista do Brasil em Curitiba “[...] multiplicava, dia a dia, o número de suas células de empresa e de bairro, consolidando suas bases junto às massas do proletariado e do povo”.¹¹⁰ A mobilização dos comunistas em comitês de fábricas, na organização de células do partido nas cidades do interior e nos bairros da capital foi também noticiada pelo jornal “Gazeta do Povo” de 15 de junho de 1945 como “[...] um amplo trabalho de unificação e mobilização, [...] de organismos destinados a encaminhar dentro de um espírito de ordem e tranquilidade, as reivindicações específicas dos locais de trabalho, ruas, bairros etc., e fortalecer a união do povo brasileiro”.¹¹¹

Segundo Ronald Chilcote, organizar sindicatos, entidades estudantis e uma grande variedade de grupos de frentes populares fazia parte de uma estratégia do PCB em se ligar pacificamente às massas

¹⁰⁹ “Informação do X da célula Olga Benário Prestes”, 30/08/1946. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 0264, top. 29, p. 190.

¹¹⁰ Recorte do jornal “Diário da Tarde”, 15/08/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 0264, cx. 29, p. 241.

¹¹¹ Idem, p. 177.

fora do partido, com o intuito de promover o surgimento de atividades favoráveis ou tolerantes para com o comunismo e influenciar segmentos formadores de opinião pública.¹¹² Este é o caso da formação dos Comitês, que visavam reunir pessoas das mais variadas correntes religiosas e ideológicas. Para Berenice Cavalcanti, as centenas de comitês populares criados em todo o país eram organizações que reuniam pessoas de origens sociais diversas que seriam dirigidas por comunistas ou simpatizantes com o propósito de lutar pelas reivindicações mais imediatas de uma rua, de um bairro, ou de um edifício.¹¹³ Estas atividades tinham em vista arregimentar adeptos ao comunismo entre os moradores dos bairros, donas de casa, trabalhadores autônomos, pessoas que não estavam ligadas a um sindicato de empresa, mas que podiam ser ouvidos em seu próprio bairro por meio das reuniões, das festas e dos eventos promovidos pelo PCB.

Berenice Cavalcanti observa que as mulheres tiveram um papel de destaque no surgimento dos núcleos de bairros. Posteriormente ao estabelecimento dos comitês, sob a liderança de mulheres comunistas, foram fundados vários organismos, tendo por base os locais de moradia, que reuniam principalmente donas-de-casa, como o Comitê das Mulheres Pró-Democracia, criado em 1945, e a União Feminina, criada em 1946.¹¹⁴

O processo de organização dos Comitês Populares teve o seu ponto culminante com a fundação do Comitê Estadual do Partido Comunista em Curitiba no dia 19 de setembro de 1945, em uma grande reunião no antigo Cine Vitória, onde estavam presentes delegações

¹¹² CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 218.

¹¹³ CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EdUFF, 1986, p. 146.

¹¹⁴ Idem.

dos comitês municipais do litoral e do interior do Estado, além de um representante do Comitê Nacional, vindo do Rio de Janeiro especialmente para o evento. Tal encontro recebeu relevo nos jornais da época e foi anunciado em reportagem de capa do “Diário da Tarde” como uma “[...] viva demonstração da confiança que as massas operárias depositaram no Partido Comunista do Brasil e em seu grande líder Luiz Carlos Prestes”, a festa de instalação do Comitê Estadual iria “[...] marcar um passo decisivo na marcha pacífica do povo paranaense para a Democracia e o Progresso”.¹¹⁵ O evento havia sido amplamente preparado e divulgado por meio de faixas colocadas em vários pontos da cidade, distribuição de milhares de volantes convidando o povo, além da propaganda na imprensa, no rádio e em comícios relâmpago preparatórios realizados nas portas de fábricas, oficinas e nos bairros. O “Diário da Tarde” detalhava inclusive o empenho de pintores, artistas, letristas, carpinteiros, bordadeiras e floristas que haviam trabalhado exaustivamente durante mais de um mês na confecção de flores e bandeiras com emblemas do PCB e das Nações Unidas, e em gigantescos painéis alegóricos colocados no fundo do palco ao lado de uma grande bandeira nacional, tudo isso porque a decoração do Cine Vitória deveria ficar “[...] à altura de uma verdadeira festa do proletariado e do povo”.¹¹⁶

Poucos meses antes deste acontecimento, já haviam sido fundados diversos comitês nos bairros em Curitiba e Comitês Municipais do PCB em cidades como Paranaguá, Antonina, União da Vitória, Londrina, Ponta Grossa, Rio Negro etc. Um dos primeiros Comitês Municipais a se instalarem no Paraná foi o de Londrina, no dia 27 de

¹¹⁵ Jornal Diário da Tarde, capa, “Instalação oficial do Comitê Estadual do PCB”, 14/09/1945, Biblioteca Pública do Paraná.

¹¹⁶ Recorte do jornal Diário da Tarde, 19/09/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Partido Comunista Brasileiro”, n. 1468 d, cx. 174, p. 217.

junho de 1945, e transformou-se, logo depois, em organismo zonal, sede do Comitê de Zona do Norte do Paraná.¹¹⁷ No mês de julho foram instalados os comitês municipais de Antonina e de Paranaguá, nesta última cidade houve uma grande solenidade em que estavam presentes autoridades locais e, para participar do evento, foi organizada uma excursão vinda da Capital com os líderes do Comitê Estadual. Em agosto do mesmo ano, o jornal “Gazeta do Povo” anunciava a fundação da célula do centro da cidade de Curitiba, que recebeu, sob a aprovação unânime dos presentes, o nome de “Leocádia Prestes”, “[...] como justa homenagem à progenitora de Luiz Carlos Prestes”, citada pelo jornal como “La Madre Heróica”.¹¹⁸ Pode-se perceber que a preocupação com os nomes e a busca de nomes com grande significado emocional sempre foi constante na história do PCB. As datas também eram importantes: o dia 10 de agosto, data da fundação da célula Leocádia Prestes em Curitiba, era especial porque coincidia com a instalação, “[...] em cerimônia solene, no Rio de Janeiro, do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil”.¹¹⁹

O processo de organização popular se expandia também nos bairros da Capital. No bairro de Campina do Siqueira, em julho de 1945, mais de 150 pessoas se reuniram na sede do clube de futebol para a organização de um comitê no bairro. Entre os moradores, participaram dezenas de donas de casa que, conforme relatava o jornal “Gazeta do Povo”, “[...] realizaram ampla e proveitosa reunião onde os mais urgentes problemas do bairro foram discutidos de maneira

¹¹⁷ ADUM, Sonia. *A subversão no paraíso: O comunismo em Londrina 1945-1951*. Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo: 2003, p. 101.

¹¹⁸ Transcrição do jornal *Gazeta do Povo*, 10/08/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 264, cx. 29, p. 58.

¹¹⁹ Idem.

ponderada e inteligente”.¹²⁰ O jornal chamava a atenção para o fato de que as quase duzentas pessoas presentes compareceram de velas nas mãos, pela inexistência de luz elétrica naquele bairro, o “[...] que demonstrava o espírito de unidade e de perfeita compreensão do povo, para com seus problemas mais imediatos”.¹²¹ À luz bruxuleante das velas, o médico e militante do PCB Osvaldo Coronato explicou detalhadamente as finalidades daquele comitê e a necessidade urgente de se tirar o bairro de Campina do Siqueira da situação de abandono em que vivia, proporcionando luz elétrica, ruas calçadas, transportes, água, escolas, hospitais etc., aos moradores do bairro.

Neste mesmo mês de julho eram intensificados os trabalhos nos Comitês Democráticos Populares em diversos bairros de Curitiba: Batel, Seminário, Campina do Siqueira, Bigorriho, Juvevê, Água Verde, Bacacheri, Barreirinha, Capanema, São Braz, Vila Pinto, Cajuru, Alto do Cabral, e também entre categorias profissionais de advogados, professores, ferroviários, universitários etc. As atividades começavam a apresentar resultados; o Comitê do Batel-Seminário inclusive já havia instalado o curso de alfabetização para adultos de ambos os sexos no Liceu Rio Branco, onde ficava também a sede do comitê.¹²² Essas aulas eram gratuitas e ministradas diariamente por uma professora normalista e por um professor. A alfabetização sumária e intensiva de adultos era justificada pela necessidade de colocá-los na condição de eleitores no próximo pleito eleitoral, que seria realizado

¹²⁰ Recorte do jornal *Gazeta do Povo*, 26/07/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 264, cx. 29, p. 172.

¹²¹ *Idem*.

¹²² *Idem*, p. 175.

no final daquele ano, no dia 2 de dezembro de 1945, visto que a legislação eleitoral proibia o voto dos analfabetos.¹²³

Além das aulas de alfabetização, os comitês contavam também com bibliotecas e, para ampliar os contatos no meio artístico e cultural da Capital, foi organizado um “Comitê Democrático dos Artistas e simpatizantes das Belas Artes” congregando todos os artistas, atores, autores e simpatizantes da arte, “[...] para reivindicações mais sentidas e comuns da numerosa classe dos artistas”.¹²⁴ Alguns participaram ativamente das tarefas do partido, como Nilo Previde e Alcy Xavier, dois pintores que posteriormente tiveram reconhecimento no cenário artístico paranaense e nacional.¹²⁵

Sobre o papel da arte como meio de educar o povo, o jornal “Diário da Tarde” relatava que, na célula do bairro Bigorrião denominada “Marcílio Dias”, foi comemorado no dia três de janeiro de 1946 o aniversário de Luiz Carlos Prestes. Tal evento consistiu em um concerto de piano realizado pelo consagrado artista paranaense Alceu Bochino que, mesmo sem fazer parte de partido político algum, era

¹²³ O governo de José Linhares, que assumiu o posto de presidente interino após a deposição de Getúlio Vargas em novembro de 1945, acabou com o direito de voto dos analfabetos que representavam 23% dos votos em 1945. Com isso, restringia a participação dos trabalhadores no sistema político brasileiro. SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 46.

¹²⁴ Recorte do jornal Diário da Tarde, 26/09/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 264, cx. 29, p. 153.

¹²⁵ Alcy Xavier era membro da equipe do Jornal do Povo, órgão do Partido Comunista no Paraná e Nilo Previde era membro suplente da direção estadual do PCB nos anos da legalidade, entre 1945 a 1947, seu nome aparece em diversos documentos do Partido como ativo participante das reuniões das células, também foi bastante citado nas entrevistas com velhos militantes do PCB publicadas no livro “Velhos Vermelhos”. CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (orgs.). *Velhos Vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná*. Curitiba: UFPR, 2008.

“[...] consciente do papel educativo da arte”. Antes do início da apresentação, a senhorita Rosalia Cisz, Secretária Política da célula, salientava “[...] a atividade dos artistas que colocam sua arte ao lado da massa popular”.¹²⁶

O engajamento político dos intelectuais no pós-guerra está intimamente associado à luta contra o fascismo, característica observada por vários autores. Berenice Cavalcante dedicou um capítulo de seu estudo aos desdobramentos do primeiro Congresso da Associação Brasileira dos Escritores (ABDE), ocorrido em janeiro de 1945, organização que aglutinava escritores e intelectuais de tendências esquerdistas e antifascistas que se colocaram de forma ostensiva contra a censura do Estado Novo.¹²⁷ A adesão de intelectuais e artistas ao PCB também é mencionada por Jorge Ferreira. Para ele, a escolha pelo comunismo se explicava pelo desprezo que os intelectuais nutriam pelo fascismo, pelo grande prestígio dos comunistas com o término da II Guerra Mundial e pelos ideais de racionalidade, de progresso e da ciência, que surgiam como bandeiras da URSS, atraindo um grande número de artistas e escritores ao marxismo.¹²⁸

Para Leôncio Martins Rodrigues, a fama destes novos filiados foi explorada em propagandas e eventos do partido, entretanto, os

¹²⁶ Recorte do jornal Diário da Tarde, 08/01/1946. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 264, cx. 29, p. 227.

¹²⁷ CAVALCANTE, 1986.

¹²⁸ O historiador cita alguns nomes de artistas que aderiram ao PCB na época: Graciliano Ramos, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Monteiro Lobato, Caio Prado Jr., Moacyr Werneck de Castro, Fernando Pedreira, Oduvaldo Vianna, Dias Gomes, Bráulio Pedroso, Vinicius de Moraes, Cândido Portinari, Di Cavalcanti, José Pancetti, Djanira, Francisco Mognone, Guerra Peixe, Mário Lago, Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel, Mário Schemberg, Oscar Niemeyer, entre outros. FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF, 2002, p. 178-179.

militantes famosos permaneceram afastados do centro do aparelho partidário. Os intelectuais e os artistas de prestígio ocuparam-se de tarefas transacionais na fronteira entre o mundo social externo e a máquina partidária: eles colaboravam em publicações, desenvolviam atividades culturais ‘voltadas para fora’, patrocinavam congressos e conferências, assinavam manifestos, organizavam atividades político-culturais etc.¹²⁹ Estes Intelectuais, poetas, *hommes des lettres*, pintores, compositores e artistas exerciam um papel de mediador entre o público em geral e o partido. Contribuíram com sua atividade criativa, por exemplo, o livro “O Cavaleiro da Esperança” de Jorge Amado sobre Luiz Carlos Prestes, cujo título criou a alcunha que serviria para designar o líder comunista a partir daquele momento, forneceu elementos para a sua exaltação e mitificação. Mas, apesar de sua importância, os intelectuais consagrados pela fama não chegaram a exercer cargos de relevo na hierarquia partidária.

A iniciativa dos militantes em promover encontros, concursos, debates e leituras sobre os mais diversos motivos e temas, acabava favorecendo as manifestações artísticas criativas, tanto de profissionais, como o caso do pianista Alceu Bochino citado acima, como de artistas amadores e estudantes. Os “poetas do povo” eram incentivados a produzirem seus poemas através de concursos promovidos pelo partido. Por exemplo, em dezembro de 1945, com a conquista definitiva de seu registro no Tribunal de Justiça Eleitoral, o PCB lançou um concurso nacional para a escolha da letra que seria musicada para a composição do hino do partido, a qual deveria obedecer “[...] o espírito

¹²⁹ RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981, t. 3, v. 3, p. 492.

das marchas patrióticas orientando-se de acordo com a declaração dos princípios do Partido Comunista do Brasil”.¹³⁰

De certa forma, as atividades intelectuais e o hábito da leitura eram bastante valorizadas no meio partidário, estimulado com o intuito de conscientizar e politizar o povo e os próprios militantes. Júlio Manfredini, conhecido como vovô Manfredini por ser, naquela época, um dos mais antigos militantes do partido, sempre indicava nas reuniões livros que dissertavam sobre as questões discutidas. Em uma das reuniões da célula do bairro curitibano do Bigorrião denominada “Marcílio Dias”, recomendou a leitura do livro “ABC da Nova Rússia”, em outra reunião indicou o livro “História do Partido Comunista”.¹³¹ Porém, como se vê, não era qualquer leitura que importava para o militante, mas sim aquela que tratava dos assuntos do marxismo-leninismo para o “reforço ideológico e orgânico”¹³² dos quadros do partido.

Neste sentido, em carta do Comitê Estadual aos Comitês Municipais do PCB, em preparação dos militantes para o IV Congresso Nacional do PCB que ocorreria em julho de 1946 (mas que acabou sendo realizado somente oito anos depois em 1954) eram indicadas para a leitura, como complemento para as teses do Congresso, os seguintes textos:

Os principais materiais que devem servir como complemento às “Teses” são principalmente os seguintes:

1- O Congresso, Boletim de discussões;

¹³⁰ Fundo DOPS/DEAP, pasta individual “Walfrido Soares de Oliveira”, n. 3678, cx. 427, p. 26-27.

¹³¹ Fundo DOPS/DEAP, ficha nominal “Júlio Manfredini”, n. 23.508.

¹³² Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê do PCB em Morretes”, n. 0273, cx. 30, p. 76.

- 2- União Nacional para a democracia e o progresso – Luiz Carlos Prestes;
- 3- Organizar o povo para a democracia – Luiz Carlos Prestes;
- 4- Os comunistas na luta pela democracia – Luiz Carlos Prestes;
- 5- O PCB na luta pela democracia e pela paz – Luiz Carlos Prestes;

Outros materiais de extrema importância que o Comitê Nacional recomenda para a leitura de todos.

- 1- História do Partido Comunista da URSS;
- 2- Os fundamentos do Leninismo, de Stalin;
- 3- Duas táticas, de Lênin;
- 4- Extremismo, ‘doença infantil do comunismo’¹³³

No caso do último livro citado como “Extremismo, doença infantil do comunismo”, trata-se, provavelmente, do livro de Lênin traduzido como “Esquerdismo: doença infantil do comunismo”. Sabemos que raramente os discursos caminhavam ao lado das práticas e a maioria dos militantes, envolvidos com suas atividades cotidianas, seu emprego, sua família e com as inúmeras tarefas do partido, possivelmente não tenham lido esses livros. Mas, em todo o caso, não podemos negar que ao menos havia indicações no sentido da leitura e do aprimoramento ideológico e intelectual dos membros do partido.

O fluxo de atividades criativas e intelectuais acabava angariando a simpatia de professores, estudantes, universitários, profissionais liberais, artistas e intelectuais em geral. Mas, de acordo com Jorge Ferreira, a afluência de intelectuais foi maior somente na conjuntura imediata do pós-guerra, porque, passando o momento inicial dos anos

¹³³ Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê do PCB em Morretes”, n. 0273, cx. 30, p. 76.

de 1945 e 1946, muitos intelectuais e artistas deixaram o PCB alegando a falta de democracia dentro do partido e também devido à imposição, após 1947, do ideal de arte do “realismo socialista” indicado por Andrei Jdanov, em voga na União Soviética e que começava a se tornar dominante no mesmo momento em que se iniciava a Guerra Fria.¹³⁴

A organização dos Comitês Democráticos Populares, espalhados por todo o Brasil, foi a primeira iniciativa de trabalho legal do Partido após o fim do período ditatorial do Estado Novo. De acordo com Edgar Carone, os comitês eram resultados de uma política de atendimento à população, em suas necessidades primárias, como transporte, obras públicas, custo de vida etc., tendo como finalidade formar, em cada bairro, um núcleo que reivindicasse as necessidades imediatas da população.¹³⁵ Além disso, promoviam-se atividades culturais nos bairros, nas universidades e nos centros estudantis.

O funcionamento das células do PCB nos bairros, nos sindicatos e nas empresas já era discutido no III Congresso realizado no ano de 1928, em que se apresentava a necessidade do partido em ampliar suas bases que, além da classe operária, aspirava à simpatia de outros grupos, como a juventude, os imigrantes, os inquilinos, o campesinato etc.¹³⁶ No entanto, o trabalho nos bairros e nas empresas só existiu, de fato, no pós-guerra, e teve um caráter democrático com um significativo crescimento em todo o país, dele participando donas de casa, moradores, jovens estudantes, trabalhadores, profissionais liberais etc.

¹³⁴ FERREIRA, 2002, p. 179.

¹³⁵ CARONE, Edgar. *O PCB. 1943 a 1964*. São Paulo: Difel, 1982, p. 4.

¹³⁶ VINHAS, Moisés. *O Partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p. 15-16.

A criação dos comitês, nos bairros, distritos, empresas, fazendas, municípios, fábricas, navios etc., foi destacada pelos comunistas brasileiros como uma das experiências mais positivas do período da legalidade. Um informe publicado no jornal do partido “Tribuna Popular” do Rio de Janeiro (21 de julho de 1945), definia os objetivos e tarefas a serem realizados pelos membros dos comitês:

- a) Organizar um plano de reivindicações locais realizáveis: melhoria de transportes, creches, postos médicos, escolas, mercados etc.;
- b) Coletar dinheiro;
- c) Realizar toda propaganda a seu alcance – pela imprensa, volante, painéis, faixas, inscrições, murais etc. – para que, logo na sua formação, o comitê vá ganhando a indispensável amplitude, tornando-se um organismo não só do grupo que o concebeu, mas de âmbito popular, acessível a todos os que lhe queiram pertencer.¹³⁷

Estas seriam as atividades iniciais realizadas sob a coordenação de uma direção provisória eleita por uma Assembleia. Com o crescimento do número de associados seria necessário, então, decidir democraticamente entre os membros uma diretoria definitiva. Além de diretivas para a organização interna, neste informe também eram apresentadas sugestões de atividades. Os comitês deveriam no nível econômico, eleger reivindicações práticas e imediatas, para a melhoria das condições de vida da população local. E no plano cultural, organizar bibliotecas, realizar palestras, “sabatinas” e conferências para esclarecer o povo sobre a legislação eleitoral, a maneira de votar e o caráter secreto do voto, para a realização de eleições livres garantindo a constitucionalização democrática. No informe era

¹³⁷ Transcrição da “Tribuna Popular de 21/07/1945”. In: CARONE, 1982, p. 57.

destacado o fato de que os membros dos Comitês Democráticos Populares não precisavam ser de nenhum partido político, bastando que fossem democratas sinceros e que o comitê não tinha nenhuma “finalidade partidária”, nem objetivos filosóficos ou religiosos, seu intuito era apenas a luta pelas reivindicações populares. Enfim, deveriam ser convocadas especialmente as mulheres no maior número possível, visando integrá-las na vida política da nação para participarem de todas as atividades do comitê, inclusive nas tarefas relativas à propaganda, alfabetização, coleta de fundos, festividades, levantamento e debate de reivindicações econômicas locais, sobretudo nas que eram relativas ao nível de vida, pois, segundo tal documento, as mulheres, por sua própria condição de donas-de-casa, sentiam e refletiam melhor e mais intensamente as mudanças no custo de vida.¹³⁸

O programa da comissão organizadora do Comitê Popular do Batel apresentava um discurso semelhante ao publicado no jornal carioca citado acima. Dirigido aos moradores dos bairros curitibanos do Batel, Seminário e Campina do Siqueira, o programa definia que o comitê instaurado deveria receber a cooperação sincera de todos os democratas conscientes que desejavam uma solução pacífica e unitária “para a crise que se debatia o povo brasileiro”,¹³⁹ ou seja, o problema da sucessão presidencial por meio do voto universal e secreto, os riscos de um novo golpe e a necessidade de eleger uma Assembleia Constituinte para elaborar uma nova constituição em substituição à carta de 1937 do Estado Novo. Portanto, o Comitê deveria acolher, em seu seio, católicos, protestantes, espíritas, ateus, sem indagar suas convicções religiosas ou ideológico-políticas, pautando-se somente pelo objetivo comum de “união nacional” para consolidar a marcha de

¹³⁸ Transcrição da “Tribuna Popular de 21/07/1945”. In: CARONE, 1982, p. 58-59.

¹³⁹ Recorte do jornal Gazeta do Povo, 07/07/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 264, cx. 29, p. 180.

democratização que se processava no país e criar um ambiente de ordem e tranquilidade, propício para a realização de eleições livres e honestas. No programa de reivindicações mínimas estavam a melhoria dos serviços de transporte coletivo, calçamento das ruas, água, esgoto e luz elétrica, hospitais, escolas, instituições recreativas, em resumo, todos os elementos ligados à infraestrutura do bairro e ao conforto dos moradores.¹⁴⁰ Tamanha era a intenção em agregar o maior número de membros possíveis que as reuniões do Comitê do Batel, realizadas sempre aos domingos de manhã, foram mudadas para quinta-feira à noite, a fim de permitir o ingresso de católicos praticantes e donas de casas.

Além dos Comitês Populares nos bairros, também eram realizadas reuniões para a Criação de Comitês nas empresas e nos locais de trabalho no intento de, posteriormente, criar sindicatos, angariar novos membros para o partido e organizar os trabalhadores. Um dos protagonistas destas ações, Moisés Vinhas, em suas memórias reunidas no livro “O Partidão”, relata o trabalho realizado em Curitiba e em Londrina, onde, segundo ele, milhares de trabalhadores eram arregimentados para as fileiras do PCB. Descreveu da seguinte forma o “recrutamento”:

[...] reunia-se centenas de trabalhadores em clubes esportivos ou sedes de outras entidades, geralmente em dias de folga do trabalho, e se fazia uma exposição da política dos comunistas, seguida de debates. Encerrado o debate, pedia-se aos que queriam ingressar no PCB que permanecessem no recinto, e aos demais que se retirassem. Por vezes, permaneciam centenas de trabalhadores.¹⁴¹

¹⁴⁰ Recorte do jornal *Gazeta do Povo*, 07/07/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 264, cx. 29, p. 180.

¹⁴¹ VINHAS, Moisés. *O Partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p. 90.

O imperativo era dedicar uma atenção especial às bases e principalmente ao movimento operário e sindical. Essa tarefa de “recrutamento” no chão das fábricas, nos bairros e nos diversos locais de trabalho talvez tenha sido a mais relevante experiência dos militantes comunistas na conjuntura da legalidade. Aumentar o número de membros foi um tema que sempre esteve bastante presente nas análises do PCB, nos discursos proferidos em palanques, em resoluções políticas, em congressos e em reuniões do partido ao longo de toda a sua história. Mas só com a legalidade, com o incansável trabalho dos militantes e a possibilidade de agir livremente é que o PCB conseguiu aproximar-se de ser um partido de massas, atingindo o número de 200.000 inscritos no Brasil,¹⁴² tornando-se com este número de filiados o maior partido comunista da América Latina.¹⁴³

Passado o entusiasmo inicial em torno dos Comitês Democráticos, a retórica da “União Nacional” e da necessidade de agregar pessoas de diversas tendências ideológicas e religiosas será pouco a pouco abandonada. A partir de 1946, praticamente já não se falava mais em “Comitês Democráticos Populares”, que passam a ser designados simplesmente como “Células do Partido” e já não pretendiam a adesão ampla e geral da população não comunista. As células se tornarão um local de reunião dos militantes para a organização de festas e festivais com o objetivo de angariar fundos para o partido e, principalmente, para planejar e distribuir as tarefas das campanhas eleitorais dos candidatos pecebistas.

Os encontros realizados pelas células do partido foram vigiados de perto por agentes policiais infiltrados que, às vezes, assumiam

¹⁴² VINHAS, 1982, p. 89.

¹⁴³ CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 102.

até mesmo cargos no secretariado desses comitês. Uma prova desse fato é a carta enviada ao delegado da DOPS, assinada pelo pseudônimo “Arthur”, que relatava uma Assembleia ocorrida na célula “Água Verde” com o principal objetivo de reestruturação, em que ficou decidido que o falso militante, policial infiltrado da DOPS, conservaria o seu “antigo posto de Secretário Político” da célula.¹⁴⁴

Outro agente infiltrado relatava, em agosto de 1946, a realização, em Curitiba, de uma assembleia da célula denominada “Olga Benário Prestes”, em que ficou deliberada a realização de uma festa, com jogos esportivos, leilão, churrasco, tiro ao alvo, corrida de saco e a organização de rifa de uma bateria de alumínio. Estas festas tinham o intuito de angariar recursos e divulgar o nome do partido e dos candidatos pecebistas, e os militantes já anunciavam o início de uma grande campanha para as eleições de janeiro de 1947.¹⁴⁵ No mesmo documento, Luíz Espínola, vindo de São Paulo para a assembleia da célula Olga Benário, dizia que os comunistas deviam “[...] ser igual para todos, tanto na capital como no interior, fazendo caridade e benefício à todos em geral, afim de angariar simpatias em todas as classes sociais”.¹⁴⁶ Como se vê, a imagem do comunista está pautada na compaixão: o homem bom que faz caridade, supostamente de forma desinteressada, mas que, no fundo, busca angariar simpatizantes e votantes.

O abandono dos Comitês Democráticos não significou a renúncia da vontade de ampliar o papel do PCB entre as massas. Para

¹⁴⁴ “Relatório feito por Arthur”, 11/10/1945. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Democrático Água Verde – PCB”, n. 0262, cx. 29, p. 19.

¹⁴⁵ “Informação do X da célula Olga Benário Prestes”, 30/08/1946. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 0264, top. 29, p. 190-191.

¹⁴⁶ Idem, p. 191.

angariar mais membros para o partido até mesmo competições eram promovidas entre comitês regionais, membros e células, oferecendo prêmios para os vencedores que cumprissem as metas estipuladas. Em um documento emitido pelo Comitê Estadual do Paraná, era anunciado que o partido realizaria, entre os dias primeiro e quatro de julho de 1946, “um plano de emulação [competição] para o maior recrutamento, para a venda de maior número da ‘A Classe Operária’, [jornal do PCB] para a estruturação de maior número de comitês distritais e de células e para a melhor campanha financeira”.¹⁴⁷ As seguintes tarefas foram distribuídas para as células de Curitiba: a célula que recrutasse maior número de membros receberia como premiação uma seleção dos livros de Prestes editados, a célula que recrutasse 50 membros seria premiada com o livro de Stalin, a “História do Partido Comunista da URSS”, e o militante que arrematasse o maior número de membros receberia “o emblema de ouro do Partido”.¹⁴⁸

Além disso, haveria “desafios” entre comitês municipais ou entre as células de bairros, por exemplo: entre Paranaguá e Londrina, Ponta Grossa e Antonina, as células de Curitiba Olga Benário Prestes e Leocádia Prestes, Márcilio Dias contra Juvevê, Capanema contra Tiradentes, etc. As premiações seriam entregues em solenidade pública. Para as células vencedoras do desafio, seriam oferecidas coleções de livros e folhetos de Prestes, “[...] autografados por um deputado da bancada comunista”, o comitê municipal vencedor receberia a “Flâmula da Vitória” e o militante que mais se distinguisse entre os demais, ganharia um livro e teria sua biografia e seu retrato publicado na “A Classe Operária”, órgão de imprensa do Comitê

¹⁴⁷ “Plano de emulação para a vitória da quinzena da Conferência Nacional” (datilografado). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274 c, cx. 30, p. 61-64.

¹⁴⁸ Idem, p. 61.

Nacional do PCB. Os desafios eram estipulados de acordo com as possibilidades específicas de cada lugar: no caso de uma célula de empresa, era incentivado que se instituisse uma Comissão Sindical; em cidades do interior com atividades majoritariamente agrícolas, como a pequena cidade de Bandeirantes, no Norte do Paraná, o Comitê Municipal deveria se comprometer a estruturar cinco células rurais; em Londrina, se estipulava que, além do recrutamento de 500 membros, também era preciso realizar mais comícios, sabatinas, churrascadas, piqueniques, bailes etc.; para Paranaguá, um dos núcleos mais importantes do Partido Comunista no Paraná, o desafio era recrutar 500 membros, além de estruturar mais células no Porto, nos bairros da cidade e elevar para 200 membros, o número de militantes da célula da estiva marítima.¹⁴⁹

A obsessão em aumentar o número de militantes não visava apenas proporcionar uma maior visibilidade e conquistar mais votos para o PCB, e estava relacionada à questão financeira, que sempre foi um grave problema para o Comitê Estadual do Paraná. As células do PCB neste Estado constantemente apresentavam *déficits* financeiros em seus balanços,¹⁵⁰ e a necessidade de ampliar as finanças e acertar os débitos foi um dos temas mais debatidos nas reuniões e nas cartas partidárias trocadas entre os Comitês Municipais.

¹⁴⁹ “Plano de emulação para a vitória da quinzena da Conferência Nacional” (datilografado). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274 c, cx. 30, p. 62-64.

¹⁵⁰ Em balanço realizado no dia 31 de dezembro de 1945, o Comitê Municipal de Paranaguá relatava que possuía um saldo devedor de Cr\$ 2.680,60, decorrentes de gastos realizados na campanha eleitoral: material de divulgação, combustível para o uso de automóveis durante a campanha, churrascos, peças de algodão (provavelmente para a confecção de faixas de propaganda). Em balanços dos meses posteriores de janeiro, fevereiro e março de 1946, a dívida ainda não havia sido paga, e o saldo devedor ainda era de Cr\$ 2.317,80. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274 a, cx. 30, p. 37-38.

Os problemas financeiros do Comitê Estadual se refletiam na falta de pagamento da porcentagem da arrecadação exigida pelo Comitê Nacional e também do material impresso enviado para a propaganda. Devido a essa situação, o Comitê Estadual do Paraná foi duramente criticado em uma carta assinada por Prestes, acusando os comunistas paranaenses de oportunistas e indisciplinados pela “absoluta falta de responsabilidade” de não cumprir os compromissos financeiros com o Comitê Nacional:

Esse Comitê [Estadual do PCB no Paraná], não quis compreender até agora que as fontes fundamentais da receita do C. E. [Comitê Estadual] deve provir das bases do partido [...] é necessário planificar e realizar um amplo trabalho financeiro de massa [...] não recebemos sequer as respostas, nem as razões da falta de pagamento de grande quantidade de folhetos, livros, selos, distintivos e outros materiais de venda, [...] sem dúvida esta atividade oportunista [...] leva os companheiros ao conformismo de não lutar para ampliar as fontes do partido.¹⁵¹

As críticas vindas diretamente do Secretário Geral, Luiz Carlos Prestes, foram seriamente consideradas e debatidas através de cartas enviadas a todos os Comitês Municipais do Paraná. Como era de praxe entre os comunistas, o Comitê Estadual fez sua “autocrítica” por não ter saldado suas dívidas e exigia que os Comitês Municipais se “autocriticassem” por também não cumprirem com regularidade seus compromissos financeiros. A partir daquele momento, todos os comunistas paranaenses deveriam se lançar numa séria campanha para a arrecadação de fundos. Em uma carta circular da Comissão de Finanças do Comitê Estadual, esta comissão propunha algumas

¹⁵¹ Cópia da Carta do Comitê Nacional, Rio de Janeiro, 21/03/1946, assinada por Luiz Carlos Prestes, Secretário Geral do PCB. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274 a, cx. 30, p. 49.

sugestões para aumentar as receitas. Dentre as principais estratégias para angariar recursos para o partido eram citadas as mensalidades, as contribuições espontâneas, os festivais e as rendas de empresas, ou seja, pequenas lojas ou bancas para a venda de livros, jornais, revistas e artigos escolares.

De acordo com a circular emitida, as experiências anteriores haviam demonstrado que o trabalho em equipe para a organização de festivais era um dos mais eficazes na obtenção de rendimentos financeiros. Os festivais, além de serem rentáveis, proporcionavam também a divulgação do PCB: “[...] muita gente não conhece o nosso Partido, porque nós não fomos até ela, mas que não se negará a contribuir, se tiver em troca alguma alegria e diversão” (grifo da própria fonte).¹⁵² O aspecto lúdico e divertido dos festivais seria, portanto, o principal atrativo para as amplas camadas da população se aproximar do PCB. Era preciso agir com sutileza, e, nestas festas, os militantes não deveriam querer impor as ideias comunistas à massa. Pelo contrário, os festivais seriam realizados com o único objetivo de que o povo se divertisse e se organizasse, vindo assim a colaborar cada vez mais com o partido. Dentre os elementos provenientes das massas, aceitariam a linha do partido aqueles “esclarecidos e progressistas” que reconhecessem a “justeza” da conduta dos comunistas. A carta circular detalhava, a seguir, todos os passos a serem seguidos para uma boa organização de um festival, baile, piquenique, excursão, *show*, exibição teatral ou artística:

Devemos aproveitar as condições locais mais favoráveis, por exemplo: no litoral podemos organizar excursões às

¹⁵² Circular nº 1 da Comissão de Finanças do Comitê Estadual do PCB (datilografada). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274 a, cx. 30, p. 12-13.

praias, lotando ônibus ou lanchas, incluindo na contribuição o fornecimento de comida, etc. Entre os próprios elementos participantes podemos recrutar jazz, orquestra, choro, organizando bailes, etc., durante as excursões ou piqueniques.

No interior, estas excursões devem se realizar em lugares escolhidos por seus atrativos naturais e neles observar uma certa disciplina, evitando sempre elementos inconvenientes, ou que se desvie e perturbe a sua realização. [...] Um assunto que merece a melhor atenção é a vocação de amadores para teatro, rádio, de modo a podermos realizar shows musicais ou teatrais, mesmo a representação de peças populares.¹⁵³

Além do artístico, outro setor mencionado neste documento era o setor de esportes. A fundação de clubes de futebol ou grupos esportivos visando à organização de competições nos vários esportes entre uns lugares e outros, convenientemente organizadas, poderia ser fonte de renda para o Partido. Tudo isso era realizável e dependia “[...] apenas de iniciativa, de organização e da audácia dos companheiros, de estreita cooperação na realização das tarefas e principalmente da boa vontade do militante”.¹⁵⁴

As tarefas partidárias eram infinitas: além de realizar esses eventos musicais, artísticos ou esportivos, divulgá-los e organizá-los, o verdadeiro comunista deveria participar assiduamente das reuniões das células que eram realizadas semanalmente e chegavam a durar três horas (em algumas células era até mesmo estipulada uma multa para os faltosos), organizar sindicatos nos locais de trabalho, participar, organizar e falar em comícios públicos, vender e divulgar os jornais co-

¹⁵³ Circular no 1 da Comissão de Finanças do Comitê Estadual do PCB (datilografada). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274 a, cx. 30, p. 12-13.

¹⁵⁴ Idem.

munistas, distribuir panfletos, pichar muros, fazer cartazes, arrecadar fundos, pagar a mensalidade, angariar assinaturas em abaixo-assinados, defender o nome do partido, recrutar novos membros, viajar representando o PCB em eventos sindicais ou partidários, comprar e vender rifas, etc. O militante comunista precisava de muita “boa vontade” para estar disposto a assumir todas essas obrigações.

Como se pode perceber na documentação partidária que estamos analisando, as ordens vindas de cima e a rígida hierarquia que submetia os Comitês Municipais ao Comitê Estadual, e este último ao Comitê Nacional, nos dá a impressão de que tudo dependia da obediência e da disciplina, sobrando pouco espaço para a autonomia e iniciativas espontâneas. As críticas e autocríticas, debatidas e reclamadas nas reuniões das células do partido, geralmente abordavam e cobravam a falta de empenho e disciplina na realização das tarefas partidárias. Em uma carta manuscrita acerca das eleições que se aproximavam, o militante do Comitê de Paranaguá, o guarda da alfândega Marcelino Rivelles, constatava que, em Paranaguá “[...] o partido cresce em número de militantes, mas diminui em número daqueles que tenham vontade de trabalhar”.¹⁵⁵ Ressaltando a necessidade de grande mobilização dos militantes para a próxima campanha eleitoral, Rivelles acrescentava que sentia ver os camaradas fracassados nas tarefas que lhes eram dadas, pois isso demonstrava que não estavam “[...] cientes do compromisso que assumiram ao se inscreverem no Partido, sendo ele o único Partido do proletariado e que quer o bem estar do povo oprimido e a felicidade de nossa querida Pátria”.¹⁵⁶

¹⁵⁵ Informe Eleitoral manuscrito por Marcelino Rivelles. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274 a, cx. 30, p. 6-8.

¹⁵⁶ Idem.

Para o cumprimento das intermináveis tarefas partidárias, existia uma “divisão social do trabalho” dentro do partido e uma hierarquia rigidamente estabelecida. Como observou Pierre Ansart, além de ser uma estrutura social e afetiva, o partido político é também uma instituição, com suas hierarquias, divisões e rivalidades próprias. Cada partido tem os lugares de prestígio no cume da pirâmide hierárquica e papéis modestos nas bases e, como em toda hierarquia, há ambições, esperanças e sonhos não ditos de ascensão na escala partidária.¹⁵⁷ Segundo o autor, considerando esta escala, podemos definir pelo menos três tipos principais de militantes comunistas: os líderes, os quadros intermediários e os militantes de base.¹⁵⁸ Só uma pequena parte chegava a ter destaque, escrevendo em jornais e revistas e falando em público nos comícios, estes são as lideranças partidárias; entre eles distinguem-se os líderes políticos (aqueles que assumem um papel efetivo na estrutura partidária), os intelectuais e os jornalistas.

Para Ansart, na hierarquia partidária, o papel do chefe carrega um significado de erotização, provocando, por sua vez, cobiças e vínculos afetivos intensos. O chefe não desfruta apenas do prazer de exercer o poder e ser reconhecido por suas competências, mas do prazer de encarnar o ideal dos membros do partido e ser amado por isso: a pessoa do chefe representa o partido, é sua encarnação, “[...] o chefe é o centro de uma constelação que faz dele o objeto de aclamações, o objeto de confiança dos membros, [...] que incita os membros a percebê-lo como seu ideal”.¹⁵⁹

¹⁵⁷ ANSART, 1983, p. 117.

¹⁵⁸ Claudio Batalha, referindo-se especificamente ao movimento operário, observa que os militantes operários também se dividem em lideranças, intermediários e bases. BATALHA, Claudio. Vida associativa: por uma abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 8, pp. 91-99, dezembro de 1997, p. 93.

¹⁵⁹ ANSART, 1983, p. 118.

No Partido Comunista do Brasil, o único líder que assumiu efetivamente o papel de encarnar o ideal coletivo foi Luiz Carlos Prestes. O próprio PCB era conhecido e aclamado como o “partido de Prestes” e muitos entre os votantes do PCB eram muito mais “prestistas” do que comunistas.

No Paraná, José Rodrigues Vieira Neto, advogado e deputado estadual eleito pelo PCB em 1947, foi consolidando aos poucos seu espaço como líder partidário, tanto que, nas eleições para vereadores em novembro de 1947 Maria Olímpia Carneiro era anunciada ao lado do candidato Hedel Jorge Azar como os “candidatos de Prestes e de Vieira Neto”.¹⁶⁰ Ou seja, no nível estadual, Vieira Neto havia alcançado um posto e um papel de referência que se aproximava ao representado por Prestes nacionalmente. Além de ser reconhecido publicamente como um líder comunista, Vieira Neto também assumiu posições efetivas de mando na estrutura do Comitê Estadual do PCB, ascendendo ao cargo de Secretário Geral em 1947, em substituição a Walfrido Soares de Oliveira.

O fato de Vieira Neto ter sido um intelectual de renome, professor do curso de direito da Universidade Federal do Paraná e advogado respeitado em seu meio, também contribuiu para sua ascensão. Sua fama como líder comunista inclusive extrapolava as fronteiras estaduais, é o que podemos observar em uma carta enviada pelo Comitê Municipal de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, convidando-o para participar de um comício entre os militantes dessa cidade para esclarecê-los da situação do partido e da sua legalidade constitucional:

Ilmo. Sr. Dr. Vieira Neto

¹⁶⁰ Fundo DOPS/DEAP, fichas nominiais de Maria Olímpia Carneiro, n. 26.160.

Tendo se realizado uma reunião no Comitê Municipal de São Francisco, foi proposto no mesmo a vinda a um personagem intelectual para a realização de um comício nesta cidade. Apresentado o vosso nome, o mesmo foi aprovado por unanimidade. Em S. Francisco, Dr. Vieira Neto, dá-se o fenômeno de possuir grande número de adeptos, mas que infelizmente temem em manifestar-se por medo de represálias. Dou razão a eles, por motivo nunca tenha se realizado nesta cidade um comício, no qual um personagem intelectual esclarecesse as condições do partido. Julgam eles que o mesmo está na ilegalidade ainda.¹⁶¹

A ida de Vieira Neto ao comício em São Francisco do Sul era necessária para reforçar a confiança dos adeptos com o esclarecimento sobre as condições jurídicas do partido, função que um advogado e orador de prestígio poderia cumprir com eficiência. Além disso, os intelectuais possuíam uma autoridade simbólica que ia além do discurso.

Os intelectuais figuravam, na hierarquia partidária, como lideranças imediatamente abaixo do líder carismático, e também tinham um papel de destaque. Para Ansart, os intelectuais e jornalistas do partido têm o papel de consolidar e reforçar a confiança dos adeptos, participam das emoções políticas como cantores ou poetas: eles são os responsáveis pelo prazer estético de identificar os sentimentos que atravessam o partido e lhes dar sua melhor expressão.¹⁶²

Um grupo um pouco maior de militantes agregava os “quadros intermediários” do partido. Estes participavam ativamente da vida

¹⁶¹ Cópia de carta enviada a José Rodrigues Vieira Neto, assinada por Jacob. (datilografada, 03/05/1946). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Partido Comunista Brasileiro – PCB”, n. 1468 d, cx. 174, p. 193.

¹⁶² ANSART, 1983, p. 118.

partidária, integravam direções de células ou comitês municipais, assinavam manifestos, participavam integralmente das reuniões, mas raramente escreviam sobre sua própria prática e permaneciam atados às tarefas materiais. Para os quadros intermediários, o compromisso com o comunismo significava o envolvimento absoluto e empenho no cumprimento das tarefas diárias enobrecidas pela grandeza da causa que aqueles militantes defendiam. Com a adesão ao partido, o indivíduo passava a conviver com pessoas com as quais não convivía até aquele momento, donde nasciam laços de afetividade e amizade, que também importavam para a ação. Como observou Pierre Ansart, a prática cotidiana das tarefas partidárias abrandava o entusiasmo ideológico entre os militantes, em proveito das ligações com as pessoas e o aparelho por ele mesmo. Por esse motivo, a participação cotidiana no partido e as relações de amizade surgidas pelos constantes encontros e pelos hábitos em comum acabam se tornando mais importantes para o militante do que os amores propriamente políticos. Nas palavras de Ansart, “[...] uma outra fidelidade se desenha, não mais ao ideal, mas sim ao aparelho”.¹⁶³

O terceiro e o maior grupo, as bases, era formado por simpatizantes, eleitores e por aqueles indivíduos que exercem uma militância eventual, que sempre estão presentes nos momentos de ascensão dos movimentos e os abandonam nos momentos de crise. Devido à indisponibilidade de informações e fontes acerca deste grande grupo, corre-se o risco de fazer generalizações, tomando a parte pelo todo, estendendo para o grupo todo de militantes, informações que se tem somente acerca das lideranças ou dos militantes intermediários. Entre os membros das bases, as mensagens do partido são interiorizadas

¹⁶³ ANSART, 1983, p. 119.

somente nos aspectos que atendem a uma determinada função em sua situação, classe ou cultura.

2.2 Entre o público e o privado: os vínculos afetivos

De acordo com Gérard Vincent, “[...] a subsociedade comunista se apresenta como uma grande família”.¹⁶⁴ As reuniões das células, realizadas semanalmente no período da legalidade do PCB, eram mais do que uma ocasião institucional e burocrática, constituíam-se em um lugar de convivência e sociabilidade, onde se discutiam tanto as questões da política nacional quanto as questões do dia-a-dia, da cidade, do bairro e da própria célula. Consequentemente, surgiam afetos e tensões. As atas das reuniões das células são repletas de relatos sobre grandes debates que acabavam em briga ou discussão e, por outro lado, também de narrativas sobre a participação, empenho e comprometimento dos militantes.

É preciso ressaltar o fato de que os comunistas não formavam um grupo homogêneo e harmônico, pois, como todo grupo ou “família”, era constituído por pessoas com diferentes trajetórias e origens sociais, com intenções por vezes conflitantes. Contudo, o que fazia os militantes continuarem participando e se submetendo às “autocríticas” e às intermináveis tarefas, era a ligação afetiva que tinham com o aparelho partidário e com os companheiros. Para muitos, a militância não significava apenas a defesa de interesses comuns da coletividade e a possibilidade de manifestação em um espaço público e laico, era

¹⁶⁴ VINCENT, Gérard. Ser comunista? Uma maneira de ser. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. (Coords.). *História da Vida Privada 5: Da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 442.

também uma identidade; ser comunista e ser notado como tal implicava um modo de ser e agir e também o pertencimento a um grupo de pessoas com os mesmos ideais. Não era somente um conjunto de mitologias acerca de uma ideologia que importava para a ação política, pois, muitas vezes, o que definia uma ação eram as experiências afetivas vividas em grupo.

Isto significa que o sentido da ação política para pessoas comuns não pode ser encontrado apenas na racionalidade dos interesses de classe. É preciso incorporar à nossa análise a dimensão da subjetividade, quase sempre confinada ao âmbito do privado, e observar suas relações com a esfera pública da política mesmo porque, tal como observou Gérard Vincent, entre os comunistas a fronteira entre a vida militante pública e a vida privada era bastante flutuante.¹⁶⁵

Marco Aurélio Garcia ressalta que, para realizar esta mudança de perspectiva nas relações entre o público e o privado, é preciso tomar o cuidado com as generalizações, pois há sempre o risco de politizar a vida como um todo, atribuindo uma significação política a tudo, ou, de outro lado, assumir a visão que anuncia “o fim da política”, ressaltando a ação individual e esquecendo a ação coletiva.¹⁶⁶

Nas ações dos militantes, podemos notar que não há uma rígida separação entre as esferas do privado e do público, pois há toda uma rede de relações privadas baseadas em sentimentos e afetividades, relações de amizade, de vizinhança, de trabalho, de parentesco etc., que servem de base para o surgimento do espaço público tanto dos Comitês Democráticos Populares quanto das Células do Partido.

¹⁶⁵ VINCENT, 1992, p. 442.

¹⁶⁶ GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, v. 8, n. 9, 1997, p. 322.

Era nos momentos vividos em família, espaço estabelecido como privado na modernidade, que muitas vezes surgia o interesse pela política, pois diálogos e debates ocorridos em torno de uma mesa de jantar, por exemplo, podiam contribuir para a adesão ao partido. Às vezes, várias pessoas de uma mesma família militavam no PCB, o que pode ser observado pela recorrência dos mesmos sobrenomes encontrados nas fichas nominais dos arquivos da DOPS, como é o caso da família dos Previdi que viviam em Curitiba, dos quais eram membros do PCB, Wilson Previdi, seu pai Virgílio Previdi e seus tios Guido Previdi, Maria José Previdi, Nilo Previdi e Walfrido Previdi.¹⁶⁷ Nas fichas nominais também aparecem informações sobre os laços conjugais que nos possibilitam confirmar o fato de que era comum a militância em família. É o caso do médico Oswaldo Coronato que, segundo sua ficha policial, atraiu para a militância no Comitê Democrático Popular do Batel sua esposa Maria de Lourdes Coronato e seu filho, o farmacêutico Milton Coronato.¹⁶⁸ Casais se conheciam, namoravam e se casavam no convívio diário da militância, como por exemplo, dois membros do PCB no Paraná, Maria Olímpia Carneiro Mochel e Joaquim Mochel, que ficaram noivos em 1947. Neste mesmo ano, Maria Olímpia, que era professora primária, foi vereadora eleita pela legenda do PST (Partido Social Trabalhista), pois o registro oficial do PCB já havia sido cassado naquele momento. O seu noivo e depois marido Joaquim Mochel fez parte do Comitê Municipal do partido em 1945 e também foi candidato para o cargo de deputado estadual em 1950. Da ficha de Maria Olímpia constava que a militante foi criticada por outros membros por não participar tão ativamente das reuniões da célula

¹⁶⁷ Fundo DOPS/DEAP, fichas nominais de Wilson Previdi n. 33.123, Virgílio Previdi n. 33.121, Guido Previdi n. 33.114, Maria José Previdi n. 33.117, Nilo Previdi n. 33.118 e Walfrido Previdi n. 33.120/33.122.

¹⁶⁸ Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de Oswaldo Coronato, n. 3006, cx. 450 e ficha individual de Maria de Lourdes Coronato n. 9657.

do bairro do Juvevê, em Curitiba, estando ela mais preocupada com seu noivado.¹⁶⁹ Neste caso, vemos que, às vezes, havia conflitos advindos da mistura entre a vida privada e a pública.

Outro indício da tênue distância entre o público e o privado era o fato de que muitas reuniões das células, jantares, festas e churrascos diversas vezes eram realizados nas residências dos militantes. As casas dos militantes, espaço privilegiado da vida privada, são citadas várias vezes como local de encontro nas atas de reuniões de comitês e células do Partido e nos documentos da polícia. Uma carta do delegado regional de polícia de Paranaguá, dirigida ao delegado do DOPS de Curitiba, se refere com ironia a esse fato, dizendo que as reuniões dos comunistas naquela cidade sempre aconteciam “[...] ora numa e ora noutra residência dos comunistas, sendo que, onde menos eles se reúnem é na sua própria sede, sito a Rua 15 de novembro”.¹⁷⁰ Em outro exemplo, o agente infiltrado “Keinert” relatou ao delegado da DOPS os acontecimentos de uma reunião da célula “Marcílio Dias”, ocorrida em agosto de 1946, na residência de Saul Dias. Nessa mesma reunião o senhor Júlio Manfredini falou sobre os postos eleitorais a serem promovidos pelas células, os quais deveriam ser colocados em casas dos militantes para economia do partido.¹⁷¹

Devido a esse fato, as crianças conviviam em casa, com o entrar e sair dos membros do PCB e ouviam as conversas dos adultos que falavam sobre a política e o comunismo. Podia acontecer que estes

¹⁶⁹ Fundo DOPS/DEAP, fichas nominais de Maria Olímpia Carneiro, n. 26.160, e de Joaquim Rodrigues Mochel, n. 26.157/26.158.

¹⁷⁰ Carta datilografada de 22 de maio de 1946, reservada, do delegado regional de polícia de Paranaguá ao delegado da DOPS. Fundo DOPS/DEAP, Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274a, cx. 30, p. 166.

¹⁷¹ Fundo DOPS/DEAP. Pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 0264, cx. 29, p. 192.

filhos, quando se tornavam adultos, também aderissem ao comunismo ou a algum partido político. Neste caso, a militância é uma herança passada de pai para filho, como a história de Wilson Previdi. Filho de Virgílio Previdi, que era dono de um pequeno bar situado no final da linha do bonde do Seminário em Curitiba, Wilson conviveu na adolescência no ambiente de festas, comícios e eventos promovidos no período da legalidade do PCB. O bar de seu pai era bastante movimentado porque, além de ser o ponto de desembarque do bonde, também era perto do campo de futebol e próximo à fábrica de artefatos de couro Istani que, na época, tinha em média 130 funcionários. Por seu local privilegiado, o botequim, decorado com jornais, folhetos e cartazes do PCB, reunia grande quantidade de pessoas e se tornava um ponto de encontro de membros do partido. Virgílio, um ativo militante, foi membro da célula Olga Benário Prestes e também suplente do Comitê Estadual, organizador de todos os eventos esportivos e associativos do bairro e também líder de sabatinas, reuniões e comícios realizados em porta das fábricas.¹⁷² Como o pai Virgílio, Wilson Previde foi também militante desde a década de 1950, desenvolveu atividades sindicais no Banco do Brasil e atualmente é presidente da Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil (AAFBB) e membro do Comitê Estadual do atual PCB (Partido Comunista Brasileiro) no Paraná.¹⁷³

Em outras ocasiões, também podia haver impasses quando a família era contrária à militância, e isso é compreensível se considerarmos as prisões, denúncias, transferências no trabalho e fugas que poderiam ocorrer e que certamente interfeririam na convivência familiar. Na documentação interna dos comitês do PCB, por vezes, há

¹⁷² Fundo DOPS/DEAP. Ficha de “Virgilio Previde”, n. 31.121.

¹⁷³ CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (orgs.). “*Velhos Vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná*”. Curitiba: UFPR, 2008.

definições detalhadas das pessoas, para que fossem facilmente identificadas entre os próprios membros do partido. Isso ocorria principalmente nos períodos de maior repressão, como no Estado Novo, quando eram necessárias senhas e descrições precisas. O ferroviário e maquinista Claudemiro Batista, que morava em Curitiba, em um desses documentos (datado de 1940) foi descrito como membro ativo do PCB, que não havia abafado quando foi preso em 1935, tinha na época “[...] cerca de 30 anos, branco, não grande figura, cabelos pretos penteados com separação do lado, usava bigode, vestindo geralmente escuro, tipo empregado do comércio médio”,¹⁷⁴ mas não convinha procurá-lo de dia e nem em presença da mulher, que possivelmente não esperava ver o marido novamente envolvido com o comunismo. No entanto, apesar da resistência da esposa, Claudemiro continuou um militante dedicado, sendo inclusive um dos candidatos a deputado federal pelo PCB em 1945, campanha eleitoral sobre a qual falaremos mais adiante.

Enfim, o Partido Comunista, como um aparelho afetivo, misturava os lugares do público e do privado, e o comunista o era em tempo integral, na família, no trabalho, no lazer e nas atividades intelectuais. Porém, nem sempre esses militantes eram compreendidos por seus cônjuges que questionavam, principalmente, as necessidades de seus companheiros em dedicar tanto tempo às atividades do partido.

¹⁷⁴ Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de “Claudemiro Batista”, n. 756, top. 315, p. 6.

2.3 A atuação do PCB nas eleições de 1945 e 1947

As eleições de dezembro de 1945 para a escolha do presidente da República, senadores e deputados federais, e de janeiro de 1947 para governador e deputados estaduais, foram as duas poucas eleições em que o PCB pôde disputar com candidatos registrados em sua própria legenda, tendo, nestas ocasiões, a oportunidade de realizar uma campanha eleitoral livremente.

A cassação do registro eleitoral do PCB e sua situação de quase permanente ilegalidade demonstram a frágil e precária consolidação institucional do sistema partidário brasileiro. Como observou Gildo Marçal Brandão, a legalidade “[...] é condição necessária, ainda que não suficiente para a superação da fragmentariedade da experiência da classe”.¹⁷⁵ Ou seja, o processo de organização dos operários funde-se com o processo de mobilização eleitoral, possibilitando o fortalecimento de uma identidade criada em torno das bandeiras e dos candidatos do partido e permitindo que este desempenhe o seu papel de mediador político. A imposição da ilegalidade impossibilitou a utilização da campanha eleitoral como um momento de propaganda e aglutinação de membros, eleitores e simpatizantes em torno do programa partidário dos comunistas brasileiros.

Os mapas dos resultados das eleições e a análise da campanha eleitoral pode nos ajudar a compreender a influência do comunismo no Paraná. Este tipo de fonte é raramente considerado pelos estudiosos do PCB, mesmo porque a votação conquistada pelos comunistas foi bem inferior à dos partidos concorrentes como a UDN, o PSD e o PTB. De

¹⁷⁵ BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: as Duas Almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 171.

acordo com os argumentos de Ronald Chilcote e de Gildo Marçal Brandão, o PCB não pode ser incluído entre os demais partidos brasileiros, pois, mesmo no período da legalidade, não chegou a ser “[...] uma peça significativa no sistema partidário institucional, mas foi sempre, ao menos desde 1935, um dos polos catalisadores da opinião nacional, bastante forte para assegurar a hegemonia em sua própria área”.¹⁷⁶

O Partido Comunista conseguiu ser influente, em número de militantes e de eleitores, apenas em algumas poucas cidades no Paraná. Apesar disso, o surgimento do PCB na esfera pública, a partir de jornais, comícios, campanhas eleitorais e diversos eventos promovidos pelos militantes, representou uma significativa mudança no cenário político paranaense, na medida em que era um partido com propostas e um programa de esquerda e cujos membros e candidatos buscavam agir e falar de acordo com as diretrizes partidárias, o que não acontecia com a maioria dos demais partidos políticos da época. Falavam para um público desacostumado a ver candidatos advindos das camadas populares defendendo discursos de esquerda. Sobretudo, é preciso destacar que, considerando-se a curta trajetória de existência legal do PCB, a quantidade de votos conquistados pelos candidatos comunistas aponta para uma considerável aceitação por parte dos eleitores.

De acordo com um prontuário da DOPS, com fichas dos sócios contribuintes da célula dos estivadores do porto de Paranaguá, havia, no período da legalidade do PCB, um total de 117 estivadores filiados ao PCB¹⁷⁷ que contribuía mensalmente para o partido. Entre eles,

¹⁷⁶ BRANDÃO, 1997, p. 25. Opinião semelhante é apresentada no livro de CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

¹⁷⁷ “Fichas dos sócios contribuintes da célula dos estivadores do PCB em Paranaguá”. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Célula do PCB com fichas dos sócios contribuintes”, n. 180 b, cx. 21.

figurava José Bezerra de Vasconcelos, um líder importante dos estivadores e dos comunistas de Paranaguá que, nas eleições de dezembro de 1945, foi lançado candidato a deputado federal.

Em uma breve “biografia” de José Bezerra, escrita com o objetivo de apresentar a trajetória de militância do candidato no material de campanha eleitoral, dizia que se tratava de um “[...] velho lutador sindical e líder entre os estivadores, antigo militante do Partido, onde ingressou no ano de 1932, na única célula que se estruturara em Paranaguá”. Dizia ainda o documento que esta célula do PCB permaneceu em funcionamento até o movimento de 1935 e tinha o objetivo de manter ligações entre as diversas partes do país e do estrangeiro, por meio dos navios que ancoravam no porto. A atuação de José Bezerra “[...] se fez notabilizar durante os anos de vida ilegal do Partido. Preso em 1935, respondeu a inquérito junto com outros membros e simpatizantes, tendo sido absolvido pelo Tribunal de Segurança Nacional”.¹⁷⁸ No momento em que se candidatava, era também presidente do Sindicato dos Estivadores, além de Secretário Sindical do Comitê Municipal do PCB em Paranaguá, em sua nova fase de vida legal.

José Bezerra de Vasconcelos recebeu naquelas eleições 443 votos,¹⁷⁹ número inexpressivo do ponto de vista eleitoral, mas

¹⁷⁸ “Biografias dos Candidatos a deputados federais – carta datilografada”. Fundo DOPS/DEAP. Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 274b, cx. 030, p. 185-187.

¹⁷⁹ O PCB recebeu 636 votos em Paranaguá para os candidatos a deputado federal. Na mesma eleição para o cargo de presidente da República, Yedo Fiúza do PCB, recebeu em Paranaguá 660 votos, um total de votos bem próximo ao do cargo de deputado, o que pode indicar fidelidade partidária, provavelmente a maior parte dos indivíduos que votaram para os candidatos pecebistas a deputado federal também votaram em Yedo Fiúza. “Mapas estatísticos das eleições realizadas em 02 de dezembro de 1945”. Fundo 039, TRE – PR (Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná), DEAP, cx. 393.

significativo se levarmos em conta a falta de recurso e a modesta campanha eleitoral, pois isto representava 10,3% do total de votos apurados em Paranaguá.

A entrada em cena desses personagens na política local, conquistando votos, apresentando novas propostas, conquistando uma parcela da preferência dos eleitores, agindo e falando de acordo com um programa partidário, não deve ter sido encarada com simpatia pelos tradicionais representantes políticos da região.

A possibilidade de atuação do PCB na legalidade proporcionou o espaço da disputa eleitoral para os militantes e a propaganda de campanha mostrava que o candidato do partido em Paranaguá, José Bezerra de Vasconcelos, já havia conquistado seu lugar público como militante operário no porto muito antes disso, através de uma trajetória política de lutas antigas que remetia ao começo da década de 1930, atravessando dez longos anos de clandestinidade e repressão, vividos pelo militante comunista entre 1935 e 1945. O elevado número de eleitores e filiados ao Partido Comunista entre os trabalhadores da estiva de Paranaguá que, além disso, também estavam organizados no Sindicato liderado por um membro do PCB, revela o enraizamento do partido nas bases, entre as classes subalternas, evidenciando a participação dos militantes comunistas na gestação do movimento operário paranaense e parnanguara desde a década de 1930.

No pleito eleitoral de dezembro de 1945, foi também lançado como candidato a deputado federal um dos membros da célula dos ferroviários de Curitiba, o maquinista de trem Claudemiro Batista, o mesmo já mencionado anteriormente, que tinha uma esposa não muito simpática ao comunismo. Na propaganda da campanha eleitoral de Claudemiro, este era anunciado como um líder ferroviário que havia ingressado no PCB em novembro de 1932, sendo, por isso “[...] um dos mais antigos militantes das gloriosas fileiras” do partido, “[...]”

onde sempre demonstrou firmeza, resolução e atitudes proletárias”. Figurando entre as “atitudes proletárias” estava a participação na greve dos ferroviários em 1934 e também no movimento da Aliança Nacional Libertadora, quando desenvolveu intensa atividade, “[...] granjeando cada vez mais prestígio no meio ferroviário onde se impôs como um dirigente capacitado e fiel intérprete das justas reivindicações de sua classe e do proletariado”.¹⁸⁰ Tal como o estivador parnanguara José Bezerra, Claudemiro também havia passado por várias detenções e prisões entre novembro de 1935 e julho de 1937, na Penitenciária do Ahú, em Curitiba, na Casa de Detenção, no Rio de Janeiro, e no presídio de Ilha Grande.

Nas eleições de dezembro, Claudemiro obteve a inexpressiva quantidade de 344 votos, pouco para o percentual populacional de Curitiba, portanto, tal como os demais candidatos comunistas no Paraná, também não conseguiu se eleger.¹⁸¹

É interessante notar o fato de que os dois candidatos do PCB, o ferroviário curitibano Claudemiro e o estivador parananguara José Bezerra, faziam parte de uma geração que havia entrado no partido já no começo da década de 1930, ambos eram operários e haviam passado por uma trajetória parecida que incluía a militância no mundo do trabalho, a adesão à Aliança Nacional Libertadora de 1935, as prisões do período posterior a novembro desse mesmo ano e, por fim, a volta por cima, com a anistia e a legalidade do partido. As perseguições e as prisões do Estado Novo são mencionadas e celebradas como uma

¹⁸⁰ “Biografias dos Candidatos à deputados federais – carta datilografada”. Fundo DOPS/DEAP. Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 274b, cx. 030, p. 185-187.

¹⁸¹ “Mapas estatísticos das eleições realizadas em 2 de dezembro de 1945”, cx. 393. Fundo PB 039 TRE – PR (Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná), DEAP.

espécie de martírio, sinal da firmeza do caráter, da honestidade e da sinceridade destes antigos defensores das causas proletárias que, apesar de todas as dificuldades, não haviam desistido dos seus ideais.

A referência ao passado vivido pelos candidatos exercia um importante papel na campanha eleitoral, revelando o gosto pelas lembranças, pelas comemorações e pela busca de um passado mítico e heroico.

Para as eleições de 1945, o Comitê Estadual do PCB no Paraná havia escolhido uma parte de seus candidatos pelo critério de antiguidade na militância, como eram os casos de Claudemiro Batista e José Bezerra de Vasconcelos.

Além deles, o candidato comunista menos votado naquela eleição, Walfrido Soares de Oliveira, também era um antigo militante do PCB e mantinha o cargo de Secretário Político no Paraná, principal função na estrutura partidária estadual. Walfrido tinha sido indicado, via telegrama, como candidato preferencial de Prestes.¹⁸² De acordo com a ficha de cadastro do militante, nascido em Curitiba, filho de operários, tinha 31 anos de idade quando, em 1945, assumiu o posto máximo do Partido Comunista no Paraná. A partir daquele momento, passou a se dedicar integralmente às atividades partidárias, constando de sua ficha, no campo referente à profissão, como funcionário do PCB, recebendo por este trabalho o salário de Cr\$700,00.¹⁸³ Antes disto já havia sido pintor, serralheiro, carpinteiro e ferroviário da

¹⁸² “Folha de anotações de antecedentes”. Fundo DOPS/DEAP. Pasta individual de Walfrido Soares de Oliveira, n. 3678, cx. 490.

¹⁸³ O salário de Walfrido equivaleria ao valor de R\$ 1.500,00 atuais, visto que o salário mínimo vigente entre março de 1944 a dezembro de 1951 era de Cr\$ 380,00, o que equivaleria a R\$ 814,62 em 2010. DIEESE, “Salário mínimo: instrumento de combate à desigualdade”. 2010. Também o *site* da Justiça Federal dispõe de uma “Série histórica do salário mínimo”, disponível na internet: <http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf>

RVPS (Rede de Viação Paraná – Santa Catarina). Trabalhou também na biblioteca do Sindicato dos Ferroviários, provavelmente nesta época teve contatos com o comunismo e aderiu ao partido em 1934, no mesmo ano da greve dos ferroviários do Paraná e Santa Catarina,¹⁸⁴ greve ocorrida com a adesão de mais de 7.000 trabalhadores.¹⁸⁵

Com a exceção do médico de Londrina, Newton Leopoldo Câmara, e do já mencionado estivador de Paranaguá, José Bezerra de Vasconcelos, todos os demais candidatos do PCB para as eleições de 1945 eram de Curitiba: o ferroviário Claudemiro Batista, o secretário-geral Walfrido Soares de Oliveira, o estudante de direito Francisco Oswaldo Castelucci, o advogado e jornalista Flávio Ribeiro, o médico Octávio da Silveira e o também advogado José Rodrigues Vieira Neto.

Na tabela seguinte, apresentamos a quantidade de votos conquistada por cada um dos candidatos do PCB ao cargo de deputado federal em 1945. Observa-se que, segundo a legislação eleitoral em vigor na época, os candidatos poderiam concorrer simultaneamente a mais de um cargo e em mais de um Estado da Federação, como o caso de Luiz Carlos Prestes e Octávio da Silveira, que concorreram aos cargos de deputado federal e senador ao mesmo tempo.

¹⁸⁴ Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “DOPS – documentos anexados as fichas individuais”, n. 779, cx. 89, p. 22 e pasta individual de Walfrido Soares de Oliveira, n. 3678, cx. 490.

¹⁸⁵ MONTEIRO, Claudia. *Fora dos trilhos: as experiências da militância comunista na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (1934-1945)*. Porto Alegre: 2007. Dissertação (Mestrado em História) UFRGS.

Tabela 1: Votação dos candidatos do Partido Comunista do Brasil à Assembleia Legislativa Federal (eleições ocorridas no dia dois de dezembro de 1945)

Candidato	Votação
José Rodrigues Vieira Neto	1469
Newton Leopoldo Câmara	1173
Octávio da Silveira	964
Luiz Carlos Prestes	658
Francisco Oswaldo Castelucci	587
José Bezerra dos Vasconcelos	443
Claudemiro Batista	344
Flávio Ribeiro	333
Walfrido Soares de Oliveira	114

Fonte: “Mapas estatísticos das eleições realizadas em 2 de dezembro de 1945”, cx. 393. Fundo PB 039 TRE – PR (Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná), DEAP.

O candidato mais votado nestas eleições foi o professor universitário e advogado José Rodrigues Vieira Neto. De acordo com os dados de sua ficha de filiação ao PCB, nascido em 1912 e filho de pais “pequeno burgueses”, tinha 33 anos quando aderiu ao Partido Comunista no momento da democratização pós Estado Novo. Antes disso, havia participado da Aliança Liberal e era liderança da Seção do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil. Havia exercido também a profissão de promotor público e professor secundarista e, além da formação acadêmica superior, possuía conhecimentos dos idiomas inglês, francês e espanhol. O último dado que consta de sua ficha era sobre a atividade que preferia exercer no partido: o “magistério”.¹⁸⁶ Provavelmente exerceu essa tarefa nos cursos de alfabetização para adultos promovidos pelo PCB nos Comitês Democráticos Populares do pós-guerra.

¹⁸⁶ Ficha pessoal de filiação ao PCB de José Rodrigues Vieira Neto. Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de José Rodrigues Vieira Neto, pasta n. 2194, cx. 400, p. 3.

Na campanha eleitoral de 1945, Vieira Neto foi apresentado ao público em uma curta biografia, na qual é destacado o fato dele ter sido um “lutador antifascista”, como nas propagandas dos demais candidatos comunistas:

Filho de uma família profundamente democrática, Vieira Netto formou-se em Direito no ano de 1932 depois de um brilhante curso acadêmico, exercendo por algum tempo o cargo de promotor público. Dedicou-se a advocacia militante e o seu escritório sempre teve portas abertas para as causas justas em que sempre se empenhou com denodo, mantendo uma linha de honradez e de desprendimento. Granjeou prestígio dentro de sua classe profissional sendo eleito presidente do Instituto de Advogados do Paraná, onde desde logo procurou imprimir diretrizes segura [sic] de lutas pela vitória na guerra que então se empenhavam contra o nazismo agressor.

Posteriormente foi eleito para o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Paraná e reeleito pela quase unanimidade dos seus colegas, alcançando naquele órgão de classe a maior votação até hoje verificada.

Destacado lutador anti-fascista, participou ativamente das campanhas patrióticas de preparação do povo para a guerra, na exaltação da FEB e em todos os movimentos de índole democrática, levados a efeito nesta Capital antes e depois da entrada do Brasil na guerra. Ligou-se a elementos comunistas algum tempo antes da reestruturação do Partido Comunista do Brasil. Vieira Netto goza de prestígio popular adquirido através dos seus discursos em praça pública.¹⁸⁷

Apesar de sua origem de classe “pequeno burguesa” era, no entanto, filho de uma família “profundamente democrática”, fato que

¹⁸⁷ Fundo DOPS/DEAP. “Biografias dos Candidatos à deputados federais – carta datilografada”. Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 274b, cx. 030, p. 185-187.

sobrepujava aquilo que para um comunista significava uma mácula da origem. Além disso, embora exercesse uma profissão liberal, típica da burguesia, foi um “advogado militante” e “o seu escritório sempre teve portas abertas para as causas justas” da população. Na propaganda fica clara a preocupação em evidenciar a figura de Vieira Neto como um comunista legítimo que, mesmo não tendo sido proletário e não tendo compartilhado das experiências de privações vividas pelos membros da classe operária, mantinha-se identificado com suas causas e repudiava uma sociedade cujo governo ignorava a pobreza e a miséria dos operários.

Falando sempre “em nome do glorioso Partido Comunista”, como observou um agente na DOPS na ocasião da instalação do Comitê Estadual do PCB no Cine Vitória, em Curitiba,¹⁸⁸ Vieira Neto foi um ativo militante do PCB nos anos da legalidade e era um dos seus principais oradores, sempre exercendo a fala nos diversos comícios realizados pelos comunistas em Curitiba, principalmente na Praça Ozório, conhecida por ser local de manifestações populares, e em cidades do interior do Paraná, como Ponta Grossa, Paranaguá e Londrina.

O “prestígio popular adquirido pelos seus discursos em praça pública”, tal como dizia a última frase da propaganda, foi um fator decisivo para que Vieira Neto se elegeesse deputado nas eleições seguintes (de 1947) e conseguisse um espaço no PCB, superando os preconceitos de classe dentro do próprio partido por não ter origens proletárias e por ser “intelectual” e “burguês”.¹⁸⁹ Este preconceito pode ser

¹⁸⁸ “Folha de anotações e antecedentes”. Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de José Rodrigues Vieira Neto, pasta n. 2194, cx. 400.

¹⁸⁹ De acordo com Ronald Chilcote, devido a uma questão de “princípios”, tanto Prestes e o núcleo central partidário quanto uma classe operária cheia de suspeitas acolheram desconfiadamente os intelectuais. O trabalho de recrutamento de trabalhadores tinha prioridade sobre o de intelectuais e, mesmo que destacados intelectuais e artistas comunistas fossem usados constantemente para assinarem manifestos de protesto do partido, seu

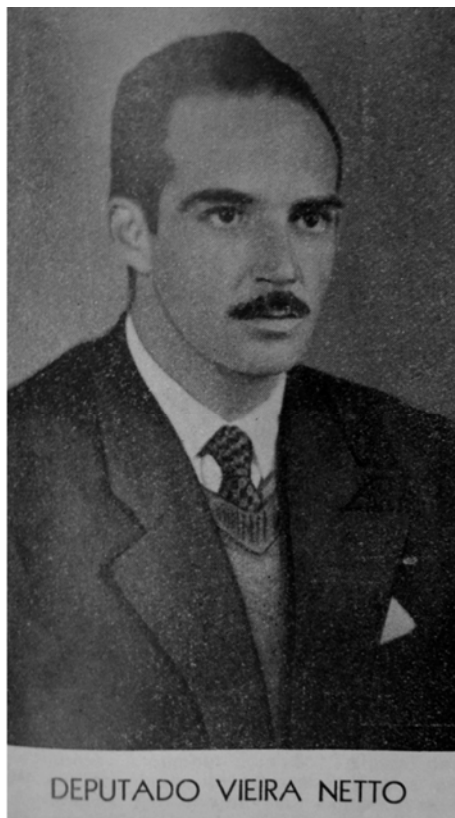
observado pelo fato de lhe ser negado a compor o diretório estadual do partido em 1945, mesmo tendo trabalhado ativamente nas comissões de reorganização do PCB no momento da legalização. No entanto, após disputar as duas eleições ocorridas no período da legalidade, tendo uma votação expressiva em ambas e se elegendendo deputado estadual em janeiro de 1947, com 775 votos,¹⁹⁰ Vieira Neto conseguiu ascender ao cargo máximo na hierarquia partidária local, Secretário Geral do Comitê Estadual, no qual se manteve até o ano de 1950.¹⁹¹

trabalho e sua adesão eram geralmente encarados com desdém. CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 198.

¹⁹⁰ “Mapas estatísticos das eleições realizadas em 2 de dezembro de 1945”, cx. 393, Fundo PB 039 TRE – PR (Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná), DEAP. “Quadro demonstrativo da votação dos candidatos eleitos à Assembléia Legislativa do Paraná nas eleições realizadas em 19 de janeiro de 1947”, cx. 290, Fundo PB 039 TRE – PR (Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná), DEAP.

¹⁹¹ GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. *Elite comunista: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964)*. Curitiba: 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFPR, p. 164.

Fotografia do deputado estadual do PCB José Rodrigues Vieira Neto, em 1947



Fonte: Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de José Rodrigues Vieira Neto, pasta n.2194, cx.400.

Por sua habilidade de falar em praça pública e pela popularidade de seus discursos, Vieira Neto conseguiu reconhecimento, prestígio e votos. Os relatos acerca de seus aparecimentos públicos, escritos pelos observadores da DOPS, sugerem a força e a postura exaltada com que emitia suas palavras. Segundo dados de sua ficha policial, em agosto de 1944, ainda sob a vigência do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, após uma passeata organizada por professores e

alunos do Liceu Rio Branco, Vieira Neto, em palanque armado em via pública de Curitiba, “[...] usando da palavra, discursou com violência, atacando os homens do governo”, criticando a “falta de liberdade”, “o racionamento de alimentos”, as absurdas restrições ao povo brasileiro e o fato de que “[...] nas filas de açúcar só se vê o pobre, porque os abastados tem tudo o que precisam sem se incomodar”, e concluindo que o único regime de liberdade era o regime da Rússia.¹⁹²

Poucos anos depois, em carta anônima, provavelmente datilografada por um agente da DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), eram relatados os acontecimentos de uma assembleia da União Sindical dos Trabalhadores do Paraná, ocorrida no dia primeiro de maio de 1947, em homenagem ao dia dos trabalhadores. Segundo tal carta, o deputado do PCB Vieira Neto, manifestando-se um pouco mais moderado do que costumava ser em comícios de praça pública, não deixou de “elevantar” o proletariado comunista que, para ele, era o “senhor de todo o progresso de qualquer país e autor direto da descida dos governos de seus pedestais, para um melhor entendimento com os pequenos, com os operários”.¹⁹³ A fama do deputado estadual do PCB como tribuno popular e eloquente, que costumava ser exaltado em praça pública, perpassava até mesmo os documentos que circulavam entre os agentes policiais.

O segundo candidato comunista mais votado em 1945 foi o médico Newton Leopoldo Câmara, que recebeu uma grande votação dos eleitores da região Norte: 1.173 votos distribuídos principalmente

¹⁹² Fundo DOPS/ DEAP (Delegacia de Ordem Política e Social / Departamento de Arquivo Público do Paraná). Ficha individual de José Rodrigues Vieira Neto, n. 45.992.

¹⁹³ Carta datilografada, sem assinatura, enviado ao delegado do DOPS (02/05/1947). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Sindicato dos Trabalhadores em empresas de Carris Urbanos de Curitiba”, n. 1952 cx. 226. p. 8.

entre os eleitores da Zona Eleitoral de Londrina (348 votos), Sertanópolis (262 votos), Apucarana (191 votos), Cambará (198 votos) e Cornélio Procópio (77 votos).¹⁹⁴ De acordo com a tese de Sonia Adum, o Dr. Newton Câmara, um dos fundadores do PCB em Londrina, foi o terceiro candidato mais votado nesta cidade. Era natural do Rio Grande do Norte e formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, deslocara-se para Londrina em 1940 quando ainda se colonizava aquela região. Homem rico e influente, proprietário de glebas rurais e de diversos imóveis urbanos, era também uma figura de ampla projeção social e prestígio intelectual.¹⁹⁵ Na campanha eleitoral de 1945, era descrito como um antigo militante no PCB que gozava “[...] de grande prestígio no Estado do Paraná, notadamente na Zona Norte” onde exercia “a sua humanitária profissão”. Além disso, em sua trajetória anterior era destacado o fato de ter tido um “[...] papel de maior relevo nas campanhas empreendidas em favor da participação do Brasil na guerra, no incentivo a FEB, e em todos os movimentos populares contra o nazi-fascismo”.¹⁹⁶

Observa-se que, dos candidatos pecebistas a deputado federal em 1945, os mais votados foram aqueles que não eram provenientes das camadas populares e que tinham a possibilidade de transitar entre as classes médias e altas. No caso de Newton Câmara, sua influência inclusive extrapolava o município em que residia. Já o candidato Vieira Neto era filho do ex-deputado e também advogado Ulisses

¹⁹⁴ “Mapa da apuração por Zona Eleitoral”. “Mapas estatísticos das eleições realizadas em 2 de dezembro de 1945”, cx. 393. Fundo PB 039 TRE – PR (Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná), DEAP.

¹⁹⁵ ADUM, Sonia. *A subversão no paraíso: O comunismo em Londrina 1945-1951*. Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo: 2003, p. 106-108.

¹⁹⁶ Fundo DOPS/DEAP. “Biografias dos Candidatos à deputados federais – carta datilografada”. Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 274b, cx. 030, p. 185-187.

Falcão Vieira, cujo mandato, de 1935, foi interrompido pelo golpe de Estado de 10 de novembro de 1937.¹⁹⁷ Dos candidatos comunistas mais votados, dois exerciam a profissão de médicos, Newton Câmara e Octávio da Silveira, um era advogado, Vieira Neto, e um era estudante de direito e militante estudantil, Francisco Oswaldo Castelucci. Portanto, todos exerciam ou estavam em vias de exercer profissões liberais de grande prestígio social na época.

Para René Remond, os resultados eleitorais apresentam indícios da “[...] diversidade das opiniões em sua divisão geográfica, e da relativa constância da distribuição das grandes orientações na superfície do território”.¹⁹⁸ Os números dos mapas eleitorais manifestam, em geral, uma estabilidade das relações de força e uma grande constância dos comportamentos coletivos. É evidente na história republicana paranaense a votação em massa dirigida aos candidatos advindos das elites econômicas estaduais, que exerciam profissões liberais, principalmente a advocacia e a medicina,¹⁹⁹ a maioria deles descendentes das antigas elites políticas, filhos e netos de ex-deputados, senadores e políticos da Primeira República ou mesmo do Império.²⁰⁰

¹⁹⁷ COSTA, Samuel Guimarães da. *História política da Assembléia Legislativa do Paraná*. V.2. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994, p. 374.

¹⁹⁸ RÉMOND, René. As eleições. In: _____. (Org.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 40.

¹⁹⁹ Dos 37 eleitos para a Assembleia Estadual Constituinte de 1947, no Paraná, “[...] apenas quatro nasceram fora do Estado, nada menos que dezessete eram advogados, setes deles médicos, dois engenheiros civis e um engenheiro agrônomo, havendo apenas um fazendeiro e até um banqueiro de projeção nacional”. COSTA, 1994, p. 575.

²⁰⁰ Como observou OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho dos Ventos, 2001.

Esse comportamento elitista em parte se repete na própria votação recebida pelos candidatos do PCB, pois os mais votados na primeira eleição ocorrida após a democratização foram justamente aqueles provenientes da classe média-alta que tinham posses, prestígio social e intelectual. Isso demonstra que, na superfície do território paranaense, a orientação política de grande parte da população foi votar nas elites econômico-políticas, negando dar credibilidade aos candidatos que eram simples trabalhadores advindos das classes populares. O fato de Vieira Neto, único candidato que conseguiu se eleger pela legenda do PCB no Paraná, ter sido um advogado de renome e filho de um ex-deputado não deve ser negligenciado, pois revela o conservadorismo do comportamento eleitoral do paranaense.

Porém, talvez se exagere na eficácia do consenso em torno dessa orientação e de sua permanência. Como observou René Remond, é preciso estar atento às fissuras, às inconstâncias e ao comportamento eleitoral que foge à regra, pois são indícios de conflitos que põe em questão a fidelidade dos indivíduos a uma determinada ordem, e isto pode ser observado desde a campanha eleitoral até os resultados obtidos nas eleições.²⁰¹ Um comportamento eleitoral que representou uma fissura na orientação do eleitorado paranaense foram as grandes votações na cidade de Paranaguá recebidas pelo estivador e líder sindical José Bezerra de Vasconcellos em 1945, e para o também estivador Manoel Leandro da Costa Júnior, que conquistou 775 votos na eleição seguinte, de 1947, exatamente a mesma quantidade de votos recebidos por Vieira Neto. Este último assumiu o cargo de deputado estadual após decisão em reunião interna do partido acerca do empate nas urnas dos dois candidatos comunistas.

²⁰¹ REMOND, 2003, p. 40.

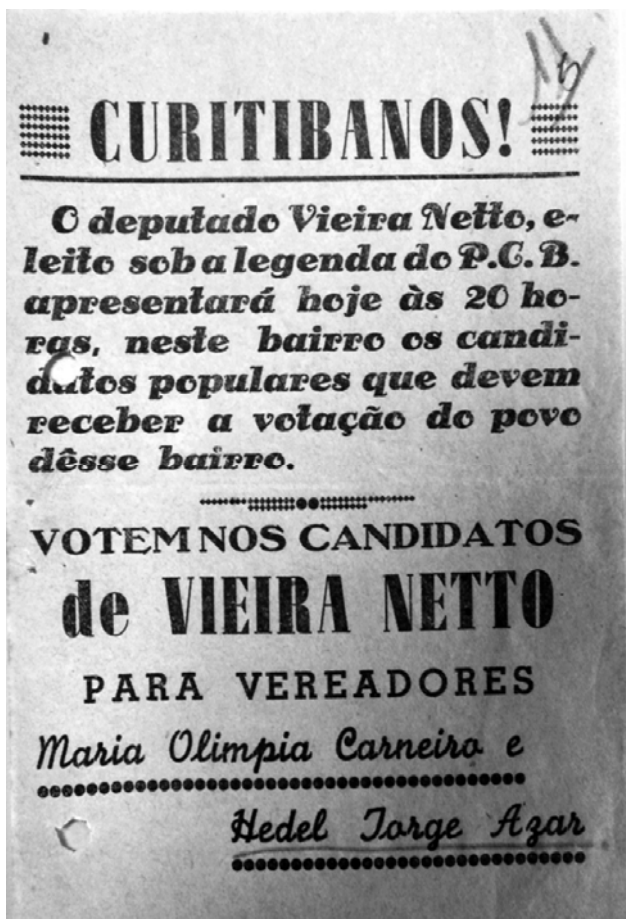
Tabela 2: Candidatos do PCB mais votados para o cargo de Deputado Estadual à Assembleia Legislativa do Paraná (janeiro/1947)

Candidato	Número de votos
José Rodrigues Vieira Neto	775
Manoel Leandro da Costa Jr.	775
Antônio Carlos Raimundo	454
Nelson Torres Galvão	289
Mozart de Oliveira Valin	286
Miguel Pan	283

Fonte: IPARDES, *Resultados Eleitorais 1945-82*. 2.ed. Curitiba, 1989, p.122.

Nas eleições municipais para vereadores, ocorridas em novembro de 1947, também foram eleitos vários candidatos comunistas que eram trabalhadores provenientes das camadas populares: o pedreiro Manoel Jacinto Correa, em Londrina, o padeiro Adão Toledo Aghar do Nascimento, em Antonina, João Batista Teixeira, da célula dos estivadores do porto em Paranaguá, o carpinteiro Mario Urias de Melo, em Jataizinho, a professora primária Maria Olímpia Carneiro e o estudante Hédel Jorge Azar, os dois últimos em Curitiba. Mas, como no mês de novembro o registro do PCB já havia sido cassado, estes candidatos concorreram com legendas de outros partidos e eram anunciados somente como “vereadores de Prestes” ou como “candidatos de Vieira Neto”.

Panfleto de propaganda dos candidatos comunistas para as eleições municipais de Curitiba de novembro de 1947



Fonte: Pasta individual de Hedel Jorge Azar, pasta n.1481 cx. 356, p.5.

O vereador de Londrina Manoel Jacinto Correia foi um dos líderes mais importantes do PCB na região Norte do Paraná. Paraibano nascido em 1917, pobre, pedreiro e mestre de obras, imigrou para o Paraná atraído pela propaganda sobre as terras férteis e a promessa de uma vida melhor. Em Londrina, casou-se com a costureira Anita, com

quem teve 11 filhos, Anita também foi militante comunista e uma das fundadoras da Associação Feminina de Londrina.²⁰²

Na mesma eleição, também em Londrina, Newton Leopoldo Câmara foi eleito vereador sob a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, atuando juntamente com Manoel Jacinto em defesa do programa e das campanhas dos comunistas. A atuação conjunta dos dois vereadores comunistas teve um impacto considerável na vida política londrinense e da região Norte do Paraná, era inovadora na medida em que buscava um constante diálogo com as bases e os eleitores, mesmo depois de assumirem o cargo como vereadores. Indício disto eram os comícios, como o anunciado em um panfleto endereçado “ao povo e aos trabalhadores”, convidando os moradores de Londrina para “[...] assistirem o comício de prestação de contas do trabalho parlamentar desenvolvido pelos vereadores Manoel Jacinto Correa e Newton Câmara”, que seria realizado em praça pública na Vila Cazoni.²⁰³

Os dados apresentados acerca das eleições ocorridas entre 1945 e 1947 evidenciam que o PCB, mesmo na legalidade, não conseguiu ficar entre os primeiros colocados no jogo político institucional paranaense. Mas, considerando os problemas de finanças do partido, impossibilitando a realização de uma propaganda mais ampla de seus candidatos e a falta de verbas para a campanha, que era feita de um modo praticamente artesanal, os resultados dos comunistas não foram dos piores, pois conseguiram até mesmo eleger um deputado estadual

²⁰² ADUM, Sonia. *A subversão no paraíso: O comunismo em Londrina 1945-1951*. Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo: 2003, p. 111.

²⁰³ FUNDO DOPS/DEAP. Panfleto. Pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 0264, cx. 29.

e alguns vereadores nas eleições municipais realizadas logo depois da cassação do registro pecebista.

Por outro lado, a ação dos militantes comunistas não se limitava às campanhas eleitorais ou ao terreno parlamentar e institucional, mas procurava abranger a vida social como um todo, do movimento operário às questões de terras e à sindicalização rural. A própria concepção de mundo proposta pelos comunistas exigia o trabalho amplo nas diversas esferas da vida coletiva, pois o comunismo representava não apenas uma alternativa de governo ou regime, mas sim de Estado e civilização, criados sobre novas bases e novas relações sociais. Tal fato ajuda a explicar a influência do PCB e “[...] as razões pelas quais esse partido desempenhou um papel político e ideológico muito superior à sua expressão orgânica e eleitoral”.²⁰⁴

Entretanto, a clandestinidade vivida no período posterior a maio de 1947 impôs sérias dificuldades aos comunistas em seu trabalho com as massas, pois o PCB perdia o principal momento para a atuação de um partido político: a campanha eleitoral. A cassação do mandato também interrompeu a trajetória política dos candidatos comunistas extraídos das camadas populares e a sua inserção na vida pública paranaense. Sem a possibilidade de divulgar sua bandeira, seus ideais, seus candidatos e o seu programa em comícios e em propagandas políticas, o PCB no Paraná, pouco a pouco, vai encolhendo em número de membros e adeptos.

Observamos até agora o quanto a emergência do Partido Comunista do Brasil, no período da legalidade, contribuiu para a criação de novas identificações e novas divisões políticas e sociais. Mais do

²⁰⁴ BRANDÃO, 1997, p. 14.

que a expressão política exclusiva da classe operária, foi um partido formado por um grupo heterogêneo de pessoas advindas de diversas origens socioeconômicas. O *slogan* do PCB como o autêntico “partido do proletariado”, sempre repetido e reafirmado, contribuiu para atrair e promover uma real inserção política de trabalhadores e pessoas comuns que, até aquele momento, haviam permanecido à parte da esfera pública, pois, tal como afirmou Lynn Hunt, a linguagem não reflete simplesmente as realidades, ela própria se transforma em instrumento de mudança política e social.²⁰⁵ A novidade representada pelos comunistas era que, além de procurar uma base popular e incentivar os debates nestas bases, era um partido que apresentava um programa e procurava agir de acordo com sua proposta política. Talvez este tenha sido um dos principais atrativos para as adesões ao comunismo na conjuntura do pós-guerra.

Além disso, o discurso pró-constituente, a reiteração da união nacional pela consolidação da democracia e os ataques aos regimes e grupos fascistas, também foram elementos importantes para a promoção do PCB, ainda que tenha sido difícil superar o arraigado imaginário em torno da militância comunista como algo ilegal e clandestino.

²⁰⁵ HUNT, 2007, p. 47.

CAPÍTULO 3

GEOGRAFIA DA MILITÂNCIA COMUNISTAS NO ESTADO DO PARANÁ

3.1 - Os comunistas sob o olhar da DOPS

Grande parte da documentação acerca do PCB no Paraná pertencente ao acervo do Arquivo Público do Paraná, no fundo DOPS, foi apreendida em maio de 1947, quando se deu a cassação do mandato do PCB. Para o cientista político Leôncio Martins Rodrigues, a direção comunista não contava com este fato, apesar da tramitação do processo de anulação do mandato já existir desde o ano anterior.²⁰⁶ Por isso, naquela conjuntura, dezenas de sedes do partido no Paraná foram tomadas de surpresa com a invasão policial e a apreensão da documentação que tratava da vida interna partidária.

Logo em seguida à cassação do mandato, o diretor do departamento de Segurança Pública ordenou, via radiograma, o fechamento de todas as sedes do PCB no Estado do Paraná. Em decorrência dessa ordem, as delegacias de polícia regionais e a DOPS da Capital trocaram, imediatamente, vários telegramas com informações

²⁰⁶ RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981, T. 3, v. 3, p. 493.

sobre o funcionamento de células e comitês do partido nas diversas cidades do interior, além disso, determinavam a realização de buscas e apreensões do material encontrado nestes comitês. A súbita notícia da cassação do mandato e a ação imediata da polícia possibilitaram apreensões de diversificado material (atas de reuniões, documentos internos, livros, correspondências, fotografias, cadernetas, panfletos).

A partir de maio de 1947 até a abertura política na década de 1980, o PCB atuaria na clandestinidade. Esta situação vivida na maior parte da história do Partido Comunista do Brasil impossibilita uma análise quantitativa precisa da militância partidária, pois são inexistentes dados específicos e contínuos sobre os militantes que indiquem condições socioeconômicas, sexo, idade, nacionalidade e educação. Podemos ter uma aproximação de dados como esses recorrendo à documentação apreendida pela polícia.

Nos telegramas trocados entre os delegados da DOPS são detalhados passo-a-passo a atuação policial e o material confiscado. Em alguns casos, como a operação realizada no dia 14 de maio de 1947 em Londrina, onde se localizava a Sede do Comitê de Zona do Norte do PCB no Paraná, todo o patrimônio material do Comitê foi apreendido: treze cadeiras, um armário, uma escrivaninha, um quadro negro, uma cama de solteiro com colchão, cabides e, tamanha era a intenção policial de esvaziar por completo o local onde funcionava a sede municipal do partido, que até mesmo as lâmpadas das salas onde funcionava a sede municipal do PCB foram apreendidas. O delegado de Londrina comunicava que, além disso, tinham sido encontrados e apreendidos três retratos do Senador Luiz Carlos Prestes, um retrato de parede de Tiradentes, livros, jornais, material de escritório, distintivos, faixas de propaganda, uma bandeira nacional e uma flâmula vermelha

pró-imprensa popular, documentos de finanças e pastas de correspondências recebidas.²⁰⁷

Também o delegado regional de polícia da cidade de Guarapuava foi solicitado a dar informações sobre os comunistas de sua região. No entanto, ali não havia nada a ser investigado, tendo o delegado informado ao seu superior que naquela cidade não existiam células e nem comitês do Partido Comunista, acrescentando ainda que, nas últimas eleições, o partido havia obtido somente quatro votos naquele município.²⁰⁸ Tratava-se das eleições ocorridas em janeiro de 1947 para o cargo de deputado estadual. Recorrendo-se ao mapa geral de apuração desta zona eleitoral, pode-se verificar que, de fato, naquelas eleições os comunistas receberam, em Guarapuava, apenas quatro de um total de 3.665 votos válidos. Na mesma ocasião o PSD (Partido Social Democrático), partido que abrigava os membros das elites políticas guarapuavanas – representantes políticos aliados aos grandes proprietários de terra – conquistou 2.158 votos, o que significou a adesão da maioria dos votantes. Os demais partidos que disputaram aquela eleição, como a UDN (União Democrática Nacional) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) tiveram em Guarapuava, respectivamente, apenas 337 e 330 votos.²⁰⁹

²⁰⁷ “Cópia do telegrama recebido de Londrina, 14/05/1947”. Fundo DOPS/DEAP. Pasta temática “Partido Comunista Brasileiro – PCB (documentos diversos)” n. 1468 c, cx. 174, p. 231.

²⁰⁸ “Telegrama enviado pelo delegado de Guarapuava ao delegado da DOPS de Curitiba, em 21/05/1947”. Fundo DOPS/DEAP. Pasta temática “Partido Comunista Brasileiro – PCB (documentos diversos)” n. 1468 c, cx. 174, p. 236.

²⁰⁹ “Mapa Geral de Apuração da 31ª Zona Eleitoral Guarapuava – eleições de 19 de janeiro de 1947”, cx. 290. Fundo PB 039 TRE – PR (Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná), DEAP.

Outros delegados de cidades como São Mateus do Sul, Tomazina e Wenceslau Braz também responderam aos telegramas vindos de Curitiba informando que, tal como ocorria em Guarapuava, não havia nestas localidades comitês do Partido Comunista organizados, existindo ali apenas alguns simpatizantes.²¹⁰ Pelo que foi identificado através dos documentos, além do caso de Londrina, houve no mesmo mês da cassação do mandato pecebista, apreensões de arquivos nas sedes de Morretes, Paranaguá e Curitiba.

Os dados destes telegramas e as informações contidas no material apreendido pela polícia nos fornecem indicações sobre a distribuição geográfica das sedes do partido, onde se situavam os núcleos mais importantes por haver um maior número de adeptos (pela extensão do material apreendido que comprova a existência de comitês bem equipados) e também os lugares em que os comunistas não logravam receber votos como as cidades de São Mateus do Sul, Tomazina, Wenceslau Braz e Guarapuava.

Considerando, além disso, os mapas eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) acerca das eleições realizadas em dezembro de 1945 e janeiro/março de 1947, em que o PCB concorreu com candidatos próprios registrados na legenda do partido, e cruzando os dados com um relatório da DOPS resultado de um levantamento de todos os comunistas fichados naquela delegacia até 1955, podemos chegar a algumas informações importantes sobre a distribuição e a influência do PCB no Estado do Paraná.

²¹⁰ “Cópia do telegrama do delegado de São Mateus, 13/05/1947”, “telegrama enviado de Wenceslau Brás ao delegado da DOPS de Curitiba, 12/05/1947”, “telegrama enviado de Tomazina ao delegado da DOPS de Curitiba, 15/05/1947”, Fundo DOPS/DEAP. Pasta temática “Partido Comunista Brasileiro – PCB (documentos diversos)” n. 1468 c, cx. 174, p. 230-234.

3.2 As disparidades regionais da influência do PCB no Estado do Paraná

Especificamos três regiões com características distintas que analisaremos a seguir: a região do Norte Novo em torno do polo urbano de Londrina, onde se situava a sede do Comitê de Zona do PCB do Norte do Paraná; a regiões de Guarapuava e do Oeste do Estado, caracterizadas pela ausência do impacto das ações dos comunistas; e a região de Ponta Grossa, Curitiba e Litoral, onde houve a maior concentração de número de militantes no Paraná.

Do relatório da DOPS contendo 150 páginas e intitulado “Comunistas fichados nesta secção até o ano de 1955”, consta um total de 4.693 nomes de indivíduos considerados comunistas no Estado do Paraná.²¹¹ Provavelmente, trata-se de um levantamento de todos os indivíduos fichados pela DOPS desde a sua existência como instituição em meados da década de 1930 até 1955, ano do relatório. É preciso estar ciente de que a DOPS, quase sempre, exagerava em seus julgamentos sobre a ação e o número dos “elementos comunistas”, portanto, nem todas as pessoas elencadas eram efetivamente comunistas. Deve-se ressaltar também que muitos militantes existentes não foram fichados, mesmo porque, na conjuntura da legalidade (1945-1947), ser comunista não era uma contravenção, além disso, não eram elencados os simpatizantes e eleitores. Portanto, os números não devem ser tomados como exatos, mas como uma informação aproximada.

Contudo, não podemos negligenciar a “eficiência” da Delegacia de Ordem Política e Social em seu trabalho de constante vigilância,

²¹¹ Fundo DOPS/DEAP. Pasta temática “Comunistas fichados em 1955”, n. 313, cx. 35.

esquadrinhando as ações dos comunistas no Paraná.²¹² Neste sentido, utilizava-se de todo tipo de estratégia, desde a análise detalhada da documentação apreendida proveniente das sedes municipais do partido, dos relatórios e cartas dos agentes infiltrados, das notícias dos jornais até o incentivo para que a população denunciasse casos de subversão. A delação foi um expediente bastante utilizado pela polícia política, mesmo na conjuntura de democracia pós 1945.

Quanto ao número de militantes, não dispomos de informações precisas, pois mesmo na documentação oficial produzida pelos próprios Comitês do PCB no Paraná, provavelmente há incorreções sobre a quantidade de membros filiados, sem contar que este tipo de fonte é bastante raro e também apresenta dados fragmentados. Encontramos fontes desta natureza somente sobre os comitês municipais de Curitiba e sobre células do PCB em Paranaguá e Morretes.

A partir do relatório da DOPS de 1955 e dos dados relativos às células do PCB nas diversas cidades do interior paranaense, do litoral e da Capital, é possível estabelecer uma tabela da distribuição dos comunistas por cidade e observar os maiores núcleos de militantes. Estes dados indicam as cidades onde os comunistas foram mais atuantes, isto é, Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa e Londrina. Do total de 4.693 indivíduos fichados no Paraná, 597 viviam em outros Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, etc.) e em 1.273 fichados não havia informação sobre a cidade de residência. Com os dados referentes a 2.823 indivíduos elaboramos a tabela a seguir, elencando as cidades por ordem decrescente, considerando o número de militantes comunistas fichados pela DOPS.

²¹² De acordo com Sonia Adum, a DOPS do Paraná atingiu em alguns períodos uma eficácia invejável, sendo que até um “Museu Político” chegou a funcionar em sua sede, onde era exposto o material apreendido: livros, fotografias, revistas, anuários, folhetos, álbuns, filmes, gravuras, discos, bandeiras, emblemas, diplomas, medalhas etc. ADUM, 2003, p. 11.

Tabela 3: Número de comunistas fichados pela DOPS (até 1955), por cidade no Paraná

Cidade	Número de comunistas fichados	Porcentagem do total de militantes no Paraná
Curitiba	925	32,76%
Paranaguá	425	15,06%
Ponta Grossa	267	9,46%
Londrina	152	5,39%
Apucarana	122	4,32%
Cornélio Procópio	106	3,75%
Antonina	89	3,16%
Porecatu	76	2,71%
Marialva	66	2,34%
Arapongas	62	2,2%
Santo Antonio da Platina	33	1,17%
Jaguariaíva	32	1,13%
Piraquara	30	1,06%
Rolândia / Caviúna	27	0,96%
Ibiporã	24	0,85%
Jataizinho	23	0,81%
Jaguapitã	23	0,81%
Maringá	22	0,78%
Rio Negro	21	0,74%
Cambé	21	0,74%
Irati	20	0,71%
Bandeirantes	19	0,67%
Morretes	13	0,46%
União da Vitória	13	0,46%
São José dos Pinhais	12	0,42%
Demais cidades paranaenses (com número de militantes inferior a dez)	200	7,08%
Total:	2.823	100%

Fonte: Fundo DOPS/DEAP. Pasta temática “Comunistas fichados em 1955”, n. 313, cx. 035.

Tabela 4: Total da população paranaense nas cidades com maior concentração de militantes comunistas de acordo com o anuário estatístico de 1946

Cidade	População
Curitiba	140.656
Paranaguá	31.471
Ponta Grossa	38.417
Londrina	75.296
Cornélio Procópio	17.240
Antonina	12.180
Santo Antonio da Platina	31.191
Jaguariaíva	17.790
Piraquara	8.322
Rio Negro	13.423
Irati	23.074
Bandeirantes	10.805
Morretes	10.035
União da Vitória	29.636
Total da população paranaense:	854.336

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1946. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 1947.

Tabela 5: Votação do Partido Comunista do Brasil nas eleições de 1947 para a Assembleia Legislativa Estadual, considerando as cidades onde o PCB recebeu a maior quantidade de votos.

Cidade	Votos para o PCB	Total de votos	Votos Percentuais
Curitiba	2.222	28.549	7,8%
Paranaguá	656	3.668	17,9%
Ponta Grossa	385	6.431	5,0%
Londrina	319	4.295	7,4%
Cornélio Procópio	248	1.851	13,3%
Sertanópolis	167	3.087	5,4%
Tibagi	158	2.573	6,1%
Apucarana	154	2.656	5,8%
Rolândia / Caviúna	146	1.923	7,6%
Antonina	99	1.840	5,4%
Bandeirantes	91	1.648	5,5%
Irati	88	2.698	3,2%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral, cx. 290, Fundo PB 039, DEAP.

Tabela 6: Votação dos candidatos para o cargo de Presidência da República, nas cidades com mais de 3.000 eleitores, no Paraná. (eleições ocorridas no dia dois de dezembro de 1945)

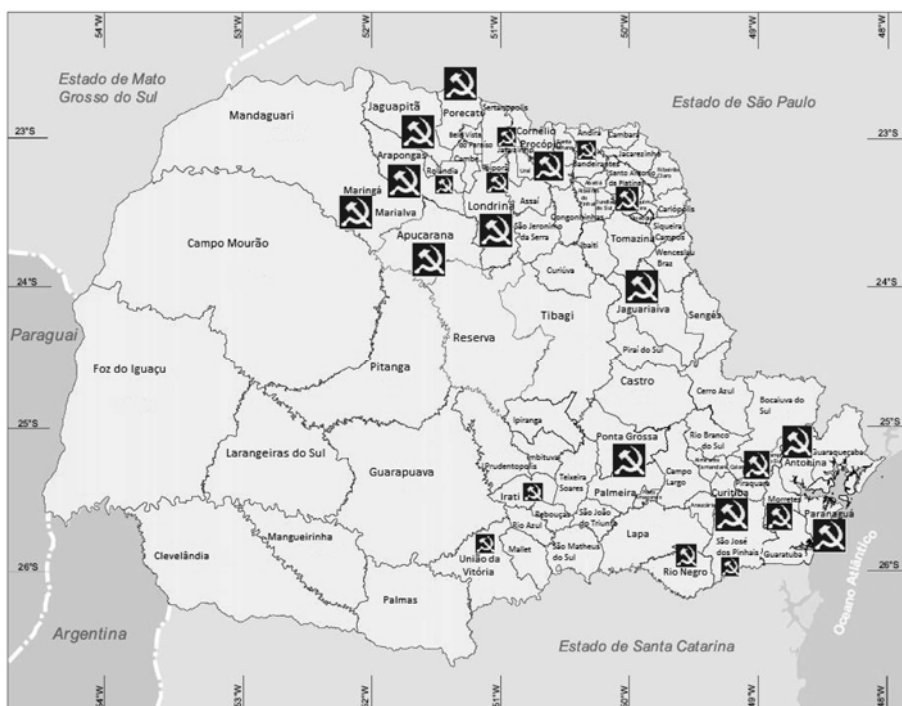
Municípios	Gal. Eurico Gaspar Dutra PSD	Brig. Eduardo Gomes UDN	Yedo Fiúza PCB	Mário Rolin Teles P. Agrário Nacional	Total de votos apurados no município
Curitiba	21.156	12.947	3.569	490	38.165
Paranaguá	2.771	1.328	660	6	4.765
São José dos Pinhais	4.350	666	35	-	5.051
Campo Largo	3.174	1.192	54	-	4.420
Lapa	3.287	2.119	15	7	5.428
Rio Negro	2.975	862	11	16	3.864
São Matheus do Sul	2.130	869	2	-	3.001
Palmeira	3.085	525	13	3	3.626
Ponta Grossa	5.487	2.366	433	103	8.389
Castro	2.086	1.809	12	-	3.907
Tibagi	3.088	526	29	-	3.643
Santo Antônio da Platina	2.975	1.056	37	-	4.068
Jacarezinho	2.951	671	96	1	3.719
Bandeirantes	2.484	501	92	-	3.077
Cornélio Procopio	2.166	829	123	-	3.118
Londrina	6.016	1.929	372	-	8.317
Apucarana	4.608	621	119	-	5.348
Rolândia / Caviúna	2.840	329	99	-	3.268
Guarapuava	4.371	1.167	9	-	5.547
União da Vitória	3.657	1.020	63	1	4.741
Irati	2.650	785	81	16	3.532
Sertanópolis	4.784	1.156	217	-	5.167

Fonte: “Mapas estatísticos das eleições realizadas em 2 de dezembro de 1945”, cx. 393. Fundo PB 039 TRE – PR (Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná), DEAP.

Baseando-se nos dados apresentados na tabela 03, sobre os comunistas fichados pela DOPS em 1955, destacamos, no mapa a seguir, a localização das cidades onde havia núcleos de militantes do PCB no Paraná, assim podemos visualizar melhor a distribuição geográfica dos comunistas no Estado. Pode-se notar, no mapa, a

concentração da ação dos militantes em duas regiões principais: Norte (em torno da cidade de Londrina) e Leste (Curitiba e Litoral) do Paraná.

Mapa 01: Divisão Política do Estado do Paraná (1950) e a militância comunista no Estado a partir dos dados da tabela 03



Fonte: IPARDES, base cartográfica.

Observa-se que no Norte Novo há uma concentração da ação dos militantes comunistas, coincidentemente ou não, nas mesmas cidades povoadas a partir da direção da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP): Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas e Apucarana. Mesmo sendo portadora de uma população majoritariamente

rural que se dedicou principalmente ao cultivo do café, esta é uma zona do estado de colonização recente, dirigida e efetivada a partir da década de 1930. A região é caracterizada pelo dinamismo econômico da cafeicultura produzida para a exportação (com acesso à ferrovia desde o início da colonização) e pelo rápido crescimento populacional, concentrando pessoas vindas de diferentes regiões do país, principalmente paulistas, nordestinos e mineiros.²¹³ Talvez por este dinamismo populacional e pela origem destes migrantes, os comunistas conseguiram obter nestas localidades alguns êxitos.

Sobre a ação dos militantes comunistas na área rural, é destaque o envolvimento dos militantes do partido nos conflitos de terras em Porecatu, localizada no extremo norte do Paraná, na divisa com o Estado de São Paulo. Nesta região, em razão da caótica distribuição fundiária das ações do Departamento de Terras empreendida pelo governo de Moisés Lupion,²¹⁴ ocorreram sérios combates armados envolvendo pequenos proprietários, posseiros, grileiros e grandes latifundiários. Tais conflitos de terras, ocorridos entre 1948 e 1951 na área rural de Porecatu, Jaguapitã, Sertanópolis e Bela Vista do Paraíso, foram um movimento de resistência articulado pelos trabalhadores rurais em defesa da posse da terra tendo como auxílio a intervenção de

²¹³ CESÁRIO, Ana Cleide. "Norte Novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico". In: PAZ, Francisco Moraes. (Org.) *Cenários de Economia e política*: Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991.

²¹⁴ Nas eleições de 1947 houve um grande debate interno sobre qual candidato apoiar ao governo do Estado do Paraná, já que o PCB não tinha candidato próprio. Diante da falta de opções melhores, os comunistas decidiram apoiar o empresário Moisés Lupion, pois o seu adversário político, o católico e anticomunista Bento Munhoz da Rocha Neto, era descendente das elites políticas paranaenses e não representava mudança no cenário político. Moisés Lupion venceu as eleições, porém os conflitos de terras durante seu governo tornaram complicado o posicionamento do PCB. No segundo mandato de Lupion (1956-1961), novamente os comunistas o apoiaram, apesar da contradição e das críticas contra Lupion advindas principalmente dos lavradores e posseiros.

militantes e dirigentes do PCB, que conseguiram organizar a luta armada por um período superior a dois anos.²¹⁵

O caso das pequenas cidades de Porecatu e Jaguapitã figurarem na tabela número 03, como tendo um número significativo de elementos fichados “comunistas”, explica-se pela politização da região e pela forte repressão policial contra a revolta. De acordo com Ângelo Aparecido Priori, o envolvimento do PCB na luta dos posseiros de Porecatu se deu através do Comitê Municipal do partido em Jaguapitã, da qual eram dirigentes vários membros da família Gajardoni, e do Comitê da Zona Norte do Paraná com sede em Londrina.²¹⁶

De acordo com o perfil traçado por Sonia Adum, sobre a militância comunista em Londrina, o maior número de militantes provinha do núcleo urbano que, além de incluir membros da “pequena burguesia”, também tinha a presença considerável de elementos das classes populares, como o próprio Manoel Jacinto, eleito vereador em 1947. No entanto, apesar da presença urbana, o PCB de Londrina exerceria uma intensa atividade de propaganda no meio rural, pois foi a partir do Comitê de Zona local que o partido estabeleceu o contato com os posseiros de Porecatu. Por outro lado, a liderança sindical rural e a fundação do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas do Norte do Paraná seria composta exclusivamente por trabalhadores rurais.²¹⁷

²¹⁵ A revolta de Porecatu foi debatida nas teses de doutorado de PRIORI, Ângelo. *A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)*. Tese (Doutorado em História) UNESP: 2002; de Sonia Adum sobre o papel dos militantes de Londrina neste evento, ADUM, Sonia. *A subversão no paraíso: O comunismo em Londrina 1945-1951*. Tese (Doutorado em História) USP: 2003.

²¹⁶ PRIORI, 2002, p. 216.

²¹⁷ ADUM, 2003, p. 135.

Posto eleitoral do PCB em Londrina, Comitê de Zona do Norte do Paraná



Fundo DOPS/DEAP. Pasta temática “Integralismo – fotografias”, n.1172, cx. 140.

Com base no mapa, constata-se claramente a pouca inserção do Partido Comunista na região de Guarapuava e do Oeste paranaense. No caso de Guarapuava, talvez uma explicação para este fato possa ser encontrada no isolamento político e no baixo índice de povoamento da região. Ao longo do século XX, enquanto outras regiões do Estado se desenvolviam rapidamente com a expansão das zonas de cafeicultura, da rede ferroviária e de transportes que atraiu pessoas e também investimentos, a região continuou predominantemente rural. Guarapuava, apesar de constar do censo de 1946 como tendo a segunda maior população no Paraná, com 96.235 habitantes, ficando atrás somente de Curitiba, tinha também a segunda mais baixa densidade demográfica,

devido ao fato de ser um dos maiores municípios em superfície territorial, habitado por uma população espalhada numa vasta zona rural que vivia em torno de pequenas vilas e distritos. O índice de povoamento em Guarapuava, na época, só não era inferior ao de Foz do Iguaçu, que abrangia grande parte do território do Oeste paranaense.²¹⁸

Mesmo sendo uma das áreas de colonização mais antigas do Estado, a região de Guarapuava permaneceu relativamente afastada do litoral e dos grandes centros de consumo devido não só à precariedade das vias de acesso, mas também ao descaso do Governo do Estado com a região. Ressalte-se que, apesar das constantes reivindicações, os trilhos da ferrovia alcançaram a cidade de Guarapuava somente em 1954, num momento em que a expansão da rede de estradas de rodagem vinha substituindo aos poucos o sistema ferroviário.²¹⁹ Além disso, a economia rural pecuarista marcada pelo latifúndio e pela grilagem contribuiu para o mandonismo local e o conservadorismo político. De acordo com Ângelo Priori, em um relatório do interventor federal no Estado do Paraná, Manoel Ribas, sobre as terras em litígio na década de 1930 por motivos de fraudes e concessões irregulares, o município de Guarapuava era o que apresentava maior quantidade de terras em litígio, totalizando 3.536.394,40 hectares.²²⁰

Apesar de serem duvidosos os títulos de terras dos proprietários rurais, não houve, neste município e nem nas cidades próximas, nenhuma iniciativa pública para instituir a pequena propriedade rural e minimizar a extrema desigualdade social e a concentração da terra e

²¹⁸ “Anuário estatístico do Brasil 1946”. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 1947. Disponível no site: www.ibge.gov.br.

²¹⁹ KROETZ, Lando Rogério. As estradas de ferro no Paraná (1880-1940). Tese (doutorado) USP, 1985, p. 129.

²²⁰ PRIORI, 2002, p. 76. A grande quantidade de hectares em litígio explica-se, em parte, pela extensão territorial do município na década de 1930, o que não exime os grandes proprietários pelas irregularidades cometidas.

da renda na região. Ao contrário, os proprietários de terras tenderam a monopolizar além do poder econômico também o poder político, o que se evidencia na permanência das mesmas famílias nos cargos municipais. Tal situação ajuda a explicar a pouca penetração de qualquer ideologia política de esquerda no município.

Os pequenos núcleos populacionais situados ao extremo Oeste e Sudoeste do Estado também estiveram longe da esfera de influência dos comunistas, separados geograficamente dos centros urbanos maiores pela existência de grandes espaços de área verde, de serras e campos, distância que se fazia sentir ainda mais com as dificuldades dos meios de transportes da época. Tal como ocorria no Norte Novo, as regiões do Oeste e Sudoeste paranaense também passavam por um processo de grande afluxo de migrantes. Para estas regiões vieram colonos provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que descendiam de imigrantes europeus. No entanto, diferentemente do que ocorria na agricultura cafeeira, a produção agrícola do Oeste e Sudoeste em sua grande parte não se destinava à exportação, mas ao consumo local, à exceção da extração madeireira exportada para a Argentina.²²¹

De acordo com o observado na tabela número 03, o PCB teve o maior número de militantes em Curitiba, Ponta Grossa e Paranguá; juntas estas cidades concentravam mais de 55% do total de militantes comunistas do Estado. Não por acaso, o censo de 1946 demonstra que eram as três cidades com maior índice de povoamento do Estado e com a maior taxa de pessoas vivendo na área urbana. Para Niltonci Chaves, estes três municípios foram os primeiros a apresentarem altas taxas de urbanização e industrialização no Paraná. Na

²²¹ COLNAGHI, Maria Cristina. "O processo político de ocupação do Oeste." In: PAZ, Francisco Moraes. (Org.) *Cenários de Economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991.

década de 1930, somente Paranaguá, Curitiba e Ponta Grossa registravam uma taxa de urbanização superior a 30%, todas as demais cidades tinham populações majoritariamente rurais. Paranaguá, onde se situa um dos maiores portos do Sul brasileiro, tinha 30% de seus habitantes morando em zona urbana; Curitiba, centro político e administrativo do Estado, tinha 50% de taxa de urbanização, e Ponta Grossa, na época, a principal cidade do interior paranaense, tinha 75% de seus habitantes morando em zona urbana.²²²

Este dado corrobora a afirmação de Leôncio Martins Rodrigues sobre o desempenho dos comunistas no Brasil e o fato de o PCB constituir-se como um partido eminentemente urbano, justificado pelo número elevado de operários em suas fileiras e a reduzida proporção de camponeses em sua composição social.²²³ Considerando que os maiores contingentes estaduais de operários urbanos residiam nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá, especialmente ferroviários e estivadores, e que os comunistas foram bastante influentes neste meio, podemos afirmar que, no Paraná, o PCB foi também um partido majoritariamente urbano. Com isso, não pretendemos desconsiderar a importância da atuação dos militantes nas áreas rurais do Comitê do PCB na Zona Norte do Paraná, uma vez que a bibliografia existente já demonstrou o envolvimento ativo, não só dos militantes de Londrina na criação de Sindicatos Rurais na região, como também os próprios lavradores compondo os quadros do partido.²²⁴

²²² CHAVES, Niltonci Batista. *A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos, na década de 1930*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001, p. 13.

²²³ RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981, T. 3, v. 3, p. 502.

²²⁴ Ver PRIORI, 2011 e SILVA, 2006.

A maior incidência de comunistas em algumas cidades específicas nos ajuda a entender melhor a própria dinâmica da ação dos militantes e as lutas específicas travadas no Paraná. O levantamento realizado revela a ocorrência de um maior número de militantes em cidades por onde passava a ferrovia como Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Apucarana, Cornélio Procópio, Londrina, Arapongas, Jaguariaíva e Antonina. Isto se deve, em parte, por dois motivos: a ferrovia permitia o contato com os centros urbanos maiores, contribuindo para o dinamismo econômico-social, e também concentrava um grande número de trabalhadores ferroviários.

Em Ponta Grossa, consta da tabela 03 um número de 267 militantes comunistas fichados pela DOPS, fato que pode ser explicado pela forte presença dos trabalhadores ferroviários nesta cidade. A instalação dos trilhos da Estrada de Ferro do Paraná, em 1893, como ponto terminal da linha que começava no porto de Paranaguá e passava por Curitiba, e na mesma década, em 1896, da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG), que ligava a cidade de São Paulo ao Sul do país,²²⁵ impulsionou a economia pontagrossense, contribuindo para o desenvolvimento da indústria e do comércio atacadista, graças ao contato direto com as grandes cidades do centro-sul.²²⁶

Ponta Grossa se tornou em pouco tempo o principal centro comercial do interior, ponto de parada dos trens de cargas e

²²⁵ Em outubro de 1930 a EFSPRG foi ocupada pelo Governo Revolucionário e, através do Decreto n.19.601, de 19 de janeiro de 1931, foi incorporada à União, assim como todas as estradas de ferro que, em 1942, formariam a Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC). KROETZ, Lando Rogério. *As estradas de ferro do Paraná: 1880-1940*. São Paulo: 1985. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, p. 91.

²²⁶ CHAVES, 2001, p. 01-10.

passageiros que viajavam no sentido norte-sul, entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, ou no sentido interior – litoral paranaense. Estas duas ferrovias foram determinantes para a promoção de mudanças em Ponta Grossa, pois era onde se localizava a Estação Central da EFSPRG e também as oficinas para a manutenção dos vagões e locomotivas, que proporcionavam uma grande quantidade de empregos diretos e indiretos.²²⁷ No mesmo bairro Oficinas localizava-se também a vila dos operários da ferrovia, onde o número de ferroviários era bastante expressivo. Desde a década de trinta estes trabalhadores estiveram ligados ao movimento aliancista e posteriormente ao Partido Comunista.

No Paraná, portanto, a ferrovia foi um significativo cenário das lutas políticas ocorridas em meados do século XX, tanto que o fato de haver militantes comunistas entre os funcionários da ferrovia sempre foi uma preocupação da Superintendência da Rede de Viação Paraná – Santa Catarina (RVPSC) e da DOPS. Alguns funcionários, como os maquinistas, eram excepcionalmente vigiados, pois exerciam um cargo estratégico que possibilitava realizar propaganda e a distribuição de jornais e panfletos comunistas em diferentes localidades nas quais existiam estações da rede ferroviária, como Irati, União da Vitória, Rio Negro, Jaguariaíva, Morretes, Santo Antônio da Platina, Rolândia etc. Em tais municípios havia pequenos grupos de militantes e simpatizantes do comunismo.

Algumas destas cidades são conhecidas por seus núcleos coloniais de imigrantes europeus, como Rio Negro, Rolândia e Irati,

²²⁷ Os censos da população confirmam o afluxo e o dinamismo trazido pela ferrovia à cidade de Ponta Grossa. Em 1890, antes da ferrovia, a cidade era um pequeno vilarejo com uma população de 4.774 habitantes; em 1908, um pouco mais de uma década após a instalação dos trilhos, sua população mais que triplicou, com um total de 15.000 habitantes. CHAVES, 2001, p. 09.

não se verificando, contudo, uma correlação entre os imigrantes estabelecidos no Paraná e a incidência de membros do PCB. Por exemplo, na cidade de Prudentópolis, uma das maiores colônias de imigrantes eslavos no Brasil, principalmente de ucranianos, o PCB praticamente não recebeu votos nas eleições ocorridas em 1945 e 1947.²²⁸ Os imigrantes e descendentes de poloneses que residiam no Paraná organizaram inclusive associações de caráter anticomunista, como a União Cultural dos Poloneses no Brasil²²⁹ e a União Eslava do Brasil. Estas associações promoviam encontros entre a comunidade de imigrantes de origem eslava e divulgavam jornais e panfletos. No começo da década de 1950, a União Eslava foi a responsável pela distribuição do boletim periódico “Cristianismo e comunismo totalitário”, que tratava dos acontecimentos ocorridos na cidade de Varsóvia e no território polonês ocupado pelos soviéticos no pós-guerra, destacando a luta anticomunista em defesa do cristianismo do povo polonês e o apoio da Igreja Católica.²³⁰

Retornando à análise da tabela 03, observa-se que Paranaguá destacava-se como o maior núcleo de comunistas à exceção da Capital, o que se pode confirmar também pela dimensão da documentação do Comitê Municipal do PCB em Paranaguá reunida

²²⁸ “Mapas estatísticos das eleições realizadas em 02 de dezembro de 1945”, cx. 393. “Resultado das eleições realizadas em 19 de janeiro e suplementares em 23 de março de 1947 – votação partidária por município”, cx. 290. Fundo PB 039 TRE – PR (Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná), DEAP.

²²⁹ Em carta enviada à Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná no ano de 1949, o delegado do Rio de Janeiro informava que a União Cultural dos Poloneses no Brasil era uma entidade de caráter anticomunista, contrária ao regime de Varsóvia e não tinha, portanto, caráter subversivo comunista, tal como pensava o delegado da DOPS em Curitiba. Fundo DOPS/DEAP, Pasta temática “União Cultural dos Poloneses no Brasil”, n. 2295, cx. 257, p. 5.

²³⁰ “Cristianismo e Comunismo Totalitário: boletim periódico” (1953). Fundo DOPS/DEAP, Pasta temática “União Geral Eslava do Brasil”, n. 2303, cx. 258, p. 136.

pela DOPS.²³¹ Nesta cidade, há 425 fichados, que representa 15,06% do total do Estado. Este contingente tinha um impacto considerável no cotidiano local, tanto que, em uma carta circular do Comitê Municipal de Paranaguá, o secretário de organização Manoel Leandro da Costa Júnior apresentava com orgulho o fato de que “[...] como todos sabem o Partido em Paranaguá goza de uma fama muito justa”.²³² As cidades portuárias têm sido alvo de vários estudos devido à importância do movimento operário e das ações do PCB entre os trabalhadores do porto,²³³ no entanto, no caso da cidade de Paranaguá, nenhum estudo específico sobre a militância entre os trabalhadores ainda foi realizado.

No litoral paranaense foram organizadas várias células e comitês distritais do partido. Além das células do PCB em Paranaguá, havia também militantes organizados nas localidades de Morretes, Caiobá, Tagaçaba de Baixo, Tagaçaba de Cima, Matinhos, Itaqui, Serra Negra, Alexandra e Assungui.²³⁴

De acordo com um prontuário da DOPS, contento as fichas dos sócios contribuintes da célula dos estivadores do porto de Paranaguá,

²³¹ Sobre o Comitê Municipal do PCB em Paranaguá há três pastas que somam juntas um total de 612 páginas, contento documentos variados como cartas, recortes de jornais, atas de reuniões, panfletos, relatórios policiais, etc. Fundo DOPS/DEAP. Pastas temáticas “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 274 a, n. 274 b, n. 274 c, cx. 30.

²³² Fundo DOPS/DEAP. Pasta temática “Partido Comunista Brasileiro – PCB – documento diversos”, n. 1468 c, cx. 174, p. 203.

²³³ Sobre trabalhadores portuários podemos citar: SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das docas de Santos: direito e cultura de solidariedade 1937-1968. São Paulo/ Santos: Hucitec, Prefeitura de Santos, 1995; SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho*: os estivadores de Santos no sindicato e na política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. GANDRA, Edgar Ávila. *O cais da resistência*: a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande. Mestrado em História (UNISINOS), 1998.

²³⁴ “Local das células e comitês distritais”. Fundo DOPS/DEAP. Pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 274 b, cx. 30, p. 1.

havia um total de 117 estivadores filiados ao PCB.²³⁵ Além da célula da estiva, havia também em Paranaguá a célula do Centro da cidade, na qual eram filiados 56 militantes,²³⁶ todos eles assinalados como brasileiros, que contribuíam financeiramente com o partido pagando quantias variadas mensalmente, provavelmente de acordo com as possibilidades financeiras de cada um.

Os dados relativos à profissão dos filiados e à quantia paga indicam que possivelmente as pessoas que tinham salários ou ganhos melhores contribuíam com valores mais altos. É o caso do industrial Nei Neves e do alfaiate Ângelo Maria Patitucci, este último líder do PCB em Paranaguá, que contribuíram, cada um deles, com 20,00 cruzeiros mensais (o que corresponderia hoje ao valor de aproximadamente R\$ 40,00). Os sete funcionários públicos filiados à célula do centro pagavam quantias entre Cr\$ 10,00 e Cr\$ 18,00; já os membros que recebiam ganhos mais modestos ajudavam com contribuições menores, como o caso da única mulher nesta célula, a doméstica Florisbella Passos e o garçom Pedro Pinho, que pagavam Cr\$ 2,00 (equivalente ao valor de R\$ 4,00) de seus parcos salários. Entre as profissões elencadas encontramos as mais diversas e variadas, além das já citadas havia cinco comerciantes, um pintor, um guarda, dois barbeiros, um confeitiro, um pedreiro, um guarda-livros, dois operadores cinematográficos, um sapateiro, quatro padeiros, um bancário, um carpinteiro naval, dois motoristas, três ferroviários, um mecânico, dois lavradores e um marítimo.

Apesar da variedade de profissões e salários, os dados indicam

²³⁵ “Fichas dos sócios contribuintes da célula dos estivadores do PCB em Paranaguá”. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Célula do PCB com fichas dos sócios contribuintes”, n. 180 b, cx. 21.

²³⁶ “Fichas dos sócios contribuintes da célula dos estivadores do PCB em Paranaguá”. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Célula do PCB com fichas dos sócios contribuintes”, n. 180 a, cx. 21.

uma preponderância de trabalhadores braçais, ou seja, operários e artesãos de atividades que não exigiam escolaridade ou nível superior (pedreiro, padeiro, sapateiro, pintor, estivadores etc.). Dentre estes, a maioria deve ter sido apenas alfabetizada, com a exceção do único bancário que, dadas as necessidades do trabalho, provavelmente tinha ao menos o ensino secundário, ou dos funcionários públicos, dos quais não se pode saber quais eram as suas funções e a escolaridade. O fato de um industrial, representante do patronato, figurar como filiado ao PCB foge à regra, o que talvez indique a força da cultura política de esquerda em Paranaguá, capaz de abrigar pessoas de diferentes matizes sociais.

Os membros do PCB em Paranaguá tinham em comum o fato de todos serem brasileiros, pois nenhum deles declarou ser imigrante ou ter nacionalidade estrangeira. Marcelino Rivelles, descrito como espanhol em ficha policial na DOPS, no cadastro do PCB declarou-se como brasileiro. Outro dado que é marcante é a ausência quase total de membros do sexo feminino. De um total de 56 militantes da célula do centro da cidade de Paranaguá, apenas uma é mulher, sendo que na célula da Estiva não havia nenhuma. O caráter braçal e duro do trabalho na estiva, realizado basicamente por membros do sexo masculino, parece explicar a ausência de mulheres entre os comunistas da estiva. No caso da célula do Centro, como se trata de fichas dos sócios contribuintes, podemos supor que muitas esposas e donas de casa acompanhassem seus maridos nas reuniões e eventos do partido, mas não contribuíam financeiramente porque os chefes da família já cumpriam tal demanda.

O Partido Comunista do Brasil agremiou uma boa parcela de trabalhadores como os ferroviários e os estivadores, imprimindo uma forte coesão identitária de esquerda com características prioritariamente solidaristas e associativistas, geradas lentamente a partir das experiências vividas no mundo do trabalho e na organização operária. Estas experiências eram partilhadas por muitos membros do PCB, principalmente em cidade ou bairros, como nos casos observados acima, marcados pelo cotidiano

do trabalho em torno do porto e da ferrovia e pela combatividade do movimento operário, dando origem a uma tradição transmitida através das gerações, por meio de histórias recontadas nas conversas, nos discursos públicos, em comícios, em propagandas ou na imprensa partidária. Os militantes influenciavam aos poucos a opinião pública, divulgando as ideias que defendiam e que iam se tornando duradouras ao longo dos anos, na medida em que elas são reafirmadas. Suspeitamos que grande parte dos trabalhadores comunistas estava tão interessada em preservar este espaço de amizade e solidariedade criado em torno da militância quanto em fazer a revolução ou tomar o poder.

Em casos como o bairro Oficinas dos ferroviários em Ponta Grossa ou da cidade de Paranaguá, caracterizados por um específico modo de vida, a noção de cultura política parece-nos adequada para pensar aspectos do envolvimento dos sujeitos com o comunismo, por exemplo, o sentimento de pertencimento à coletividade, pelo fato de todos viverem uma rotina semelhante no trabalho e fora dele, comungarem dos mesmos ideais e ainda por fazerem parte de um partido político em comum, o PCB. Para a maioria dos membros do partido, os sentimentos envolvidos na militância revelam aspectos que extrapolam o discurso e a ideologia e tem a ver com as afetividades surgidas na vida em grupo. Estes sentimentos não podiam ser explicados, pois não eram restritos ao campo puramente doutrinário e científico do marxismo, essencialmente racional e coerente.

Enfim, para concluir nossa observação sobre as disparidades regionais da influência do PCB no Paraná, observamos na tabela 03 que, de um total de 2.823 indivíduos fichados como comunistas pela DOPS-PR, 925 viviam a Curitiba, 32,76% do total, demonstrando que a Capital era a cidade paranaense que reunia a maior quantidade de militantes.

O número verificado é mais elevado do que consta de uma Carta do Comitê Municipal enviada ao Comitê Estadual do PCB, que informava haverem 631 militantes compondo as diversas células do

partido em Curitiba no ano de 1946. Considerando que o relatório da DOPS abrangia um período de tempo maior (todos os comunistas fichados desde meados da década de 1930 até o ano de 1955), representando a soma do número de pessoas que entraram e saíram do partido nesse período, conseqüentemente, há uma diferença no número total de militantes, portanto, os dados não se contradizem.

Na carta mencionada acima, dirigida a Walfrido Soares de Oliveira, Secretário-Geral do Comitê Estadual do PCB, presumivelmente datada do dia 13 de maio de 1946,²³⁷ o Comitê Municipal de Curitiba relatava detalhadamente o número de membros inscritos nas diversas células do partido na Capital.

Baseando-se nos dados apresentados nesta tabela, podemos notar uma concentração de militantes em alguns bairros da cidade e em torno de algumas categorias específicas de trabalhadores. Observa-se a importância da célula do Centro da cidade denominada “Leocádia Prestes”, em que militavam 72 pessoas e de células de bairros próximos ao centro, como a célula “Marcílio Dias”, localizada no bairro Bigorriho, e a célula “Olga Benário Prestes”, que tinha sua sede no Liceu Rio Branco, situado no Batel, reunindo militantes dos bairros Campina do Siqueira, Batel e Portão. Entre as células de empresas, destacam-se a “25 de março”, dos empregados no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, e a “Ferroviários”, célula que reunia o maior número de militantes do PCB em Curitiba, com um total de 87 trabalhadores filiados.

²³⁷ Do documento não consta o ano, mas, considerando o seu conteúdo, concluímos que possivelmente trata-se do ano de 1946. “Carta do Comitê Municipal do PCB em Curitiba, enviada à Walfrido Soares de Oliveira, Secretário Político do Comitê Estadual, 13/05”. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Vila Pinto - PCB”, n.0279, cx. 31, p. 22.

Tabela 7: Distribuição das células do PCB em Curitiba (1946)

Nome da Célula	Local/Bairro	Designação	Número de Inscritos	Situação
“1º de maio”		Bairro	52	Ativa
“Leocádia Prestes”	Centro	Bairro	72	Ativa
“Marcílio Dias”	Bigorrilho	Bairro	60	Ativa
“5 de maio”		Bairro	21	Ativa
“Pedro Ernesto”		Bairro	11	Ativa
“Vila Cajuru”	Cajuru	Bairro	11	Ativa
“Água Verde”	Água Verde	Bairro	36	Ativa
“Olga Benário Prestes”	Seminário / Batel / Campina do Siqueira	Bairro	58	Ativa
“Bacacheri”	Bacacheri	Bairro	14	Ativa
“Juvevê”	Juvevê	Bairro	25	Ativa
“Capanema”	Capanema	Bairro	24	Ativa
“Barreirinha”	Barreirinha	Bairro	7	Ativa
“Siqueira Campos”		Bairro	36	Ativa
“25 de março”	Dep. Nacional de Estrada de Rodagem	Empresa	30	Ativa
“Frei Caneca”		Empresa	16	Ativa
“Constantino Marohi”		Empresa	9	Ativa
“Brahma”		Empresa	10	Ativa
“Tiradentes”		Empresa	15	Ativa
“Ferroviários”		Empresa	87	Ativa
“8 de maio empresa”		Empresa	5	Ativa
“André Rebouças”		Empresa	3	Ativa
“Vila Pinto”			8	Aguardando Estruturação
“Pinhais”	Região metropolitana	Cidade	4	Aguardando Estruturação
“Oficina Alto Cajuru”	Cajuru	Bairro	7	Aguardando Estruturação
“Pilarzinho”	Pilarzinho	Bairro	3	Aguardando Estruturação
Sem identificação			2	
Total de militantes:			631	

Fonte: Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Vila Pinto – PCB”, n. 0279, cx. 31, p. 22.

O fato de Curitiba ser o local onde havia o maior núcleo de militantes comunistas no Paraná explica-se porque, além de capital do estado, também é a cidade mais populosa, abrigando a sua única Universidade, vários centros estudantis, artísticos e culturais, uma imprensa atuante, rede bancária, comércio e construção civil aquecidos, uma embrionária zona industrial e, principalmente, concentrando trabalhadores urbanos de várias categorias socioprofissionais. Por ser o centro administrativo e político do Governo Estadual, ali ocorriam os principais debates em torno das contradições sociais, da miséria, da marginalização e da falta de infraestrutura urbana surgidas com o rápido e desordenado crescimento urbano e populacional das décadas de 1940 e 1950 no estado. Além disso, Curitiba era o ponto de chegada de um grande contingente de pessoas vindas do interior e de outros estados brasileiros, atraídos pelo discurso desenvolvimentista paranaense.

A maior parte da documentação reunida pela DOPS refere-se à militância comunista ocorrida em Curitiba. Isto se devia, por um lado, porque era a cidade onde se localizava o Comitê Estadual do PCB, sendo o local onde havia o maior número de militantes do PCB no Estado e foi onde o partido conseguiu mais votos. Por outro lado, porque ali também se localizava a Sede da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, onde trabalhavam um grande contingente de policiais e investigadores. Não foi por acaso, portanto, que a polícia política concentrou suas atenções nesta cidade.

Morretes, na região litorânea do Estado, foi a única cidade sobre a qual encontramos dados detalhados acerca do pequeno grupo de militantes comunistas que compunha o Comitê Municipal do PCB instalado naquele município. Este Comitê teve seus arquivos apreendidos pela Delegacia de Polícia local no dia 10 de maio de 1947, logo após a cassação do mandato do PCB. Além de atas das reuniões, cartas circulares e diretrizes emitidas pelo Comitê Estadual e Nacional,

foram aprendidas várias fichas de cadastro de filiados. Há nestas fichas uma descrição interessante dos militantes, que revela a reunião de pessoas de diferentes origens profissionais, gênero, idade e escolaridade.

Nas fichas cadastrais, dados como o nome, a idade, o estado civil, a nacionalidade, a profissão, o salário, o sindicato ao qual pertence, a escolaridade e o local de residência proporcionam uma imagem dos “quadros” de militantes que compunham as bases do PCB naquela pequena cidade. Observando-se a tabela a seguir, constata-se que, dos 22 militantes filiados ao Comitê Municipal em Morretes, nenhum tinha formação universitária e, a maioria, 16 pessoas (72,7%), tinha apenas escolaridade primária além de serem alfabetizadas. Entre as profissões e seus respectivos salários, excetuando-se o funcionário público Alvaro da Silva Bahia, todos tinham uma renda média ou baixa, e suas profissões (lavrador, barbeiro, mecânico, doméstica, padeiro etc.) indicam que não faziam parte de nenhuma elite, intelectual ou econômica. Dentre esta pequena amostra, quatro trabalhadores eram ferroviários, sugerindo a importância adquirida pelo comunismo nesta categoria de trabalhadores. Através dos dados acerca da idade dos militantes e de seu estado civil, percebemos que a maior parte dos militantes (15 deles) eram casados e que a maioria (14 membros) pertencia à faixa etária entre 20 e 40 anos, o que indica uma média de idade jovem.

Tabela 8: Membros do Comitê Municipal de Morrestes (maio de 1947)

Nome	Idade	Est. Civil	Grau de escolaridade	Profissão
Maria de Lourdes Michalovisk Gonçalves	31	Casada	Primário	Dona de casa
Palmira de Paula Santos	34	Casada	Primário	Doméstica
Angelo Elpídio dos Santos	50	Casado	Primário	Ferroviário
Manoel Mocelin	22	Casado	Primário	Ferroviário
Antonio Paulo dos Santos	37	Solteiro	Primário	Lavrador
José Adamastor Teotônio	20	Solteiro	Primário	Padeiro
Orlando Selmos	26	Solteiro	Primário	Ferroviário
Gregório Alves Pinto	27	Casado	Primário	Barbeiro
Antonia Isabel Alves Pinto	22	Casada	Primário	Doméstica
José Augusto da Costa	50	Casado	Secundário	Lavrador
Hylário Stroll	22	Solteiro	Secundário	Operário
Emílio Gaio	45	Casado	Secundário	Comerciante aposentado
Célio Xavier	66	Casado	Primário	Comerciante
Eugenio Augusto Machado	82	Casado	Primário	Ferroviário
Alvaro da Silva Bahia	53	Casado	Secundário	Funcionário Público
Rosária Vieira Bahia	32	Casada	Primário	Doméstica
Otávio Vieira Marinho	55	Casado	Primário	Lavrador
Abel Xavier	35	Casado	Primário	Barbeiro
Ernesto Reinaldo Oliveira	34	Casado	Primário	Mecânico
Antonio Costa Siqueira	32	Solteiro	Primário	Panificação
Orias da Costa	27	Solteiro	Secundária	Operário

Fonte: Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê do PCB em Morretes”, n. 0273, cx. 30, p. 33-49.

Considerando o fato de que todo partido político é policlasista em sua composição, dada a sua intenção de agregar um maior número de membros e de conquistar eleitores em todas as classes sociais, abrigando por isso, elementos de diferentes camadas da população, é inegável que há sempre uma desigual distribuição de representação, privilegiando-se certas categorias socioprofissionais. No caso do PCB, que se intitulava “o partido da classe operária”, o estudo

empírico demonstra, apesar dos dados esparsos, que a imagem que o partido passava de si mesmo correspondia, de alguma forma, à sua composição social no Estado do Paraná.

Para finalizar este capítulo, é interessante citar as observações de Lynn Hunt sobre as relações entre política e sociedade em seu estudo sobre a Revolução Francesa. Para a autora, quase toda análise de história política parte da suposição de que as características essenciais da política só podem ser explicadas por sua relação com uma base social, no entanto, para ela, a cultura política não pode ser deduzida das estruturas, dos conflitos ou da identidade social, pois,

[...] as práticas políticas não são simplesmente a expressão de interesses econômicos e sociais ‘subjacentes’. Por meio da linguagem, imagens e atividades políticas diárias, os revolucionários trabalharam para reconstituir a sociedade e as relações sociais. No processo criaram novas relações e tipos de divisões sociais e políticas.²³⁸

Portanto, as regras do comportamento político e a criação de valores compartilhados contribuem para a criação de um novo tipo de relação social, baseada na participação no partido, que funciona como um aparelho afetivo e um lugar social. As divisões de classe precedentes e o lugar no mundo do trabalho que analisamos ao longo deste capítulo, não desaparecem com a adesão do indivíduo ao partido, mas, a partir da adesão, ser comunista e assumir esta identidade nos modos de ser e agir será o critério mais importante de significação e identificação do indivíduo.

²³⁸ HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 33.

CAPÍTULO 4

O PCB E O MOVIMENTO OPERÁRIO PARANAENSE

4.1 - Um ferroviário e comunista militante

Antes de discutirmos o envolvimento dos militantes do PCB com o movimento operário e sindical, começaremos este capítulo apresentando um modelo exemplar através da breve descrição da trajetória política do militante Miguel Pan, com a intenção de demonstrar o quanto sua longa experiência de lutas vividas no mundo do trabalho foi significativa para a construção de sua identidade como líder operário e, ao mesmo tempo, como militante comunista. Sua trajetória é marcada pela passagem por vários empregos, sendo sempre demitido devido à militância operária. Mesmo assim insistiu em participar dos movimentos reivindicatórios nos locais de trabalho, encarando frente a frente uma conjuntura adversa que insistia em reduzir as greves a casos de polícia.

Quando Miguel Pan ingressou no Partido Comunista, já possuía uma história precedente como trabalhador e líder operário e tinha a consciência formada sobre o permanente estado de repressão política vivida pelos trabalhadores brasileiros quando resolviam reivindicar seus direitos. Neste cenário o PCB, no curto espaço de tempo em que esteve na legalidade, oferecia uma alternativa e um espaço institucional partidário para que trabalhadores como Miguel Pan tivessem voz.

Miguel Pan nasceu em 1907 na cidade de Cerro Azul, interior do Paraná. Filho de camponeses, foi morar em Curitiba em 1911,

quando cursou o primário e começou a trabalhar na Fábrica de Fósforo, de onde foi despedido devido a um movimento por aumento de salários. Logo depois, aos 14 anos, mudou-se para Santos e arrumou emprego como copeiro do Colégio Anglo Americano. Envolvendo-se novamente em reivindicações por melhores salários para os empregados, o que lhe custou perseguições naquela cidade, retornou à Curitiba para trabalhar na fábrica Mimosa, de onde foi demitido pelo mesmo motivo. Em seguida, entrou para a ferrovia e, ao longo das décadas de 1920 e 1930, participou de vários movimentos grevistas entre os trabalhadores da Rede.²³⁹ Com a democratização em 1945, ocupando o cargo de soldador das oficinas da ferrovia, Miguel Pan se filiou ao PCB na célula dos ferroviários da RVPSC e foi candidato a deputado estadual pelo partido no pleito de janeiro de 1947. Não conseguindo se eleger, continuou atuando como líder de sua classe, participando das manifestações operárias e dos movimentos grevistas.

Em 1946, Miguel Pan foi um dos membros diretores da Associação Profissional dos Ferroviários que, posteriormente, foi refundada com o nome de União dos Ferroviários da RVPSC. A luta pela extensão do direito de sindicalização e pela unidade sindical foi, na época, uma das principais reivindicações desta categoria. A criação de uma associação foi uma alternativa para a ausência do sindicato, pois os ferroviários paranaenses, como servidores de uma autarquia paraestatal, não podiam se sindicalizar, e isto constituía um entrave significativo para a organização da classe.²⁴⁰ Até o ano de 1964, a União dos

²³⁹ Em sua propaganda como candidato nas eleições de 1954, os constantes percalços vividos no mundo do trabalho são utilizados como provas da fidelidade de Miguel Pan à causa operária, *Jornal Tribuna do Povo* (14/8/1954). Fundo DOPS/ DEAP. Pasta individual de "Miguel Pan", n. 2746, cx. 434 e ficha individual de Miguel Pan, n. 30.493.

²⁴⁰ De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, DOU de 09/08/1943 – CLT, os funcionários públicos, servidores autárquicos e paraestatais, domésticos e agrícolas não se incluíam nas prerrogativas do decreto-lei. A extensão do direito de sindicalização a todos os funcionários públicos, federais, estaduais e municipais, e aos servido-

Ferrovários da RVPSC, filiada à União dos Ferrovários do Brasil, mesmo não tendo o distintivo legal de sindicato, foi bastante ativa e influente como entidade representante da categoria, tendo liderado uma série de movimentos e greves por reivindicações dos trabalhadores da Rede.

Foto de Miguel Pan (prontuário DOPS)



Fonte: Pasta individual de “Miguel Pan”, n. 2746, cx. 434.

Além da atuação entre os ferroviários, Miguel Pan foi tesoureiro da União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná e participou, como delegado do Paraná e líder ferroviário, do II Congresso Mundial pela Paz, realizado em Viena, no ano de 1953. Devido às suas atividades como militante político, foi detido várias vezes pela polícia e descrito como um “comunista exaltado” e “velho conhecido” dos investigadores da DOPS. Destas detenções resultou um dossiê

res extranumerários, autárquicos e paraestatais, bem como a todos os trabalhadores agrícolas e domésticos, excluídos da CLT, eram uma das reivindicações do II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Paraná, realizado em Curitiba, nos dias 28 e 29 de julho de 1946. “Resoluções do Congresso Sindical dos trabalhadores do Estado do Paraná”. Curitiba: Gráfica Condor, 1946. Fundo DOPS/ DEAP. Pasta temática “Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos de Curitiba”, n. 1952, cx. 226.

contendo quase 100 páginas, no qual é reunida uma série de documentos apreendidos como provas, constando jornais, fotos, panfletos, livretos etc.²⁴¹

Consideramos importante apresentar estes breves comentários sobre a trajetória deste militante porque ele esteve presente e participou de momentos importantes do trabalho sindical realizado pelo PCB no Paraná como líder da Associação Profissional dos Ferroviários da RVPSC (Rede de Viação Paraná – Santa Catarina), da União dos Trabalhadores do Paraná e da União dos Ferroviários, instituições sobre as quais discorreremos neste capítulo.

Miguel Pan (em pé) nas oficinas da RVPSC



Fonte: Fundo DOPS/DEAP, Pasta individual de Miguel Pan, n. 2746 cx. 434.

²⁴¹ Fundo DOPS/ DEAP. Pasta individual de “Miguel Pan”, n. 2746, cx. 434.

Tal como no caso deste militante ferroviário, ressaltamos que os comunistas não formavam um grupo à margem e isolado do restante dos trabalhadores, pois muitos deles tinham suas experiências e identidades consolidadas a partir das experiências vividas no mundo do trabalho.

4.2 O PCB e a luta sindical na legalidade

Nos debates acadêmicos acerca da democracia brasileira instaurada após o fim do Estado Novo, já há algum tempo tem sido criticada e abandonada a imagem daquela conjuntura caracterizada por uma relação unilateral entre um Estado todo-poderoso e manipulador das massas, que eram, por sua vez, desorganizadas e ingênuas, imagem que veio a ser rotulada com a insígnia de “populista”. Para Ângela de Castro Gomes, tudo o que estivesse qualificado como populista enfatizava a dimensão controle/ação do Estado sobre as massas, não se reconhecendo o estatuto de classe (por falta de consciência e organização) aos trabalhadores brasileiros. Ficava evidente a representação pejorativa e vitimadora dos trabalhadores, herdeiros de relações escravistas e coronelistas, acostumados às tradições messiânicas, por isso, incapazes de serem autônomos. Segundo esta interpretação, os trabalhadores, “desviados” de seu “verdadeiro caminho”, o de “fazer a revolução”, eram então facilmente cooptados diante da doutrinação, da propaganda estatal, do controle operário, dos sindicatos pelegos, da demagogia e de todos os artifícios implantados pelos governos populistas.²⁴²

De acordo com Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa, as novas pesquisas de história social do trabalho têm repensado a participação política dos trabalhadores na conjuntura do populismo à margem das

²⁴² GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 46.

tradicionais noções de autonomia e heteronomia de classe, com o intuito de “[...] compreender os trabalhadores em seus próprios termos, como viam e viviam seu mundo social e como, em sua consciência, respondiam a esse mundo”.²⁴³ Isto significa considerar que as relações entre instituições partidárias e trabalhadores se davam como uma via de mão dupla: os líderes e os militantes políticos não monopolizavam totalmente a produção de ideias, pois os trabalhadores também tinham participação ativa de interlocução neste processo, se apropriando e reinterpretando o discurso oficial (varguista, comunista ou trabalhista) para tirar dele argumentos em proveito de suas reivindicações, dando-lhes novos e diferentes significados.

Quando o PCB emergiu da clandestinidade em 1945, o discurso dos militantes era apresentar o partido como uma organização que serviria como mediadora, traduzindo as reivindicações operárias ao discurso parlamentar e político,²⁴⁴ e como intermediadora, na medida em que buscava articular diferentes categorias de trabalhadores em intersindicais municipais, estaduais e nacional. Isto porque os vínculos com a classe operária e o suposto ou real controle sobre os sindicatos representava para o PCB um espaço de ação política alternativo à esfera eleitoral e um elemento importante em sua estratégia de se manter influente no sistema político brasileiro e alcançar o poder. Porém, em algumas conjunturas, tal como a que estamos analisando, o PCB, num certo sentido, procurou instrumentalizar o movimento dos trabalhadores

²⁴³ SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). Op. cit., p. 216.

²⁴⁴ E isto, de fato, aconteceu, segundo Marco Aurélio Santana: a ação da banca comunista, eleita em dezembro de 1945, se definiu por trazer à tribuna parlamentar as demandas relacionadas aos trabalhadores e ao movimento sindical. Foram levantados e debatidos temas acerca da liberdade de associação e dos direitos sociais como a participação dos sindicatos na fiscalização, junto ao governo, da aplicação da legislação trabalhista e da inclusão dos trabalhadores nos lucros da empresa e sua direção. (SANTANA, 2001, p.53)

para consolidar seus interesses partidários, muitas vezes em detrimento das demandas da classe que visava representar.

Em 1945, com a anistia e a legalização, a postura dos comunistas foi marcada pelo tom conciliador em prol da consolidação da democracia e pelo estabelecimento de uma Assembleia Nacional Constituinte. Tendo em vista a legalidade conquistada recentemente, depois de décadas de proscrição e a incipiência do sistema democrático brasileiro, no qual decretos-leis autoritários em nome do Estado de exceção eram recorrentes, a conquista e a manutenção da democracia eram, para o PCB, o objetivo a ser defendido com o maior afínco. Naquela conjuntura, a estratégia política principal era conquistar o poder pelo voto, ao passo que a luta pelas mudanças estruturais ficava em segundo plano.

Inspirados pelas prerrogativas da já dissolvida III Internacional, de “frente única e popular contra o fascismo” e de “ordem e tranquilidade”, os comunistas buscam se engajar com setores da burguesia nacional “progressista”, apoiando, inclusive, Getúlio Vargas, para a consolidação de uma “Frente Ampla” de união nacional pela democracia.²⁴⁵ De acordo com esta linha política é que o PCB lança aos operários a campanha de “apertar os cintos” e não deflagrar greves e conflitos, impedindo assim novos momentos de instabilidade política.

Hélio da Costa nos chama a atenção para os desencontros da política sindical do PCB logo após a anistia em 1945. O imperativo de “apertar os cintos” criava momentos de tensão entre a dinâmica do movimento operário e as resoluções do Partido Comunista. Consequentemente, surgiam na experiência concreta “dois PCs”, um das bases e outro dos dirigentes.²⁴⁶ Os militantes das bases precisavam

²⁴⁵ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 40.

²⁴⁶ COSTA, Hélio da. *Em busca de memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

se inserir no processo produtivo do capitalismo, tinham que respeitar normas e a disciplina das empresas, bem como as diretivas dominantes do movimento operário. Melhorar as condições de vida na luta por redução de horas e por melhores salários era, para os trabalhadores, tão importante quanto a defesa da democracia. Por isso, não deixavam de reivindicar o aumento salarial, mesmo que isso resultasse nos conflitos de classe criticados pelo PCB naquele momento.

A linha de “ordem e tranquilidade” e o imperativo de “apertar os cintos” estava em flagrante descompasso com o cotidiano dos trabalhadores. Devido às pressões vindas do movimento operário e a ascensão do número de greves em 1946, os comunistas não conseguem manter por muito tempo sua linha política. De acordo com Marco Aurélio Santana, “[...] o PCB vai ao longo dos anos 1945-46 deslizar de uma posição contrária às greves para uma posição de aceitação delas, e mesmo de uma participação de forma variada nos movimentos”.²⁴⁷

Em abril de 1945, os comunistas buscam uma aproximação com os trabalhadores através da organização do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), intersindical cuja orientação central seria a luta pela democratização tanto da estrutura sindical quando da política mais geral. Pouco tempo depois, em 1946, com a escalada grevista e a posse do governo de Eurico Gaspar Dutra, o MUT é colocado na ilegalidade. No entanto, os comunistas prosseguirão com a tarefa de organizar, no meio operário, uma intersindical ampla para representar os trabalhadores.

Nas resoluções aprovadas em plenária da III Conferência Nacional do PCB, realizada entre os dias 1º e 15 de julho de 1946, apresenta-se como uma das principais diretrizes a necessidade da intensificação do trabalho com as massas, destacando-se como o mais

²⁴⁷ SANTANA, 2001, p. 57.

importante o sindical, que deveria ser encarado por todo o Partido, dos organismos superiores às bases, como tarefa fundamental para a ligação com os trabalhadores. Os sindicatos deveriam ser transformados em fortes e poderosas organizações capazes de dirigir o proletariado na conquista de suas reivindicações.²⁴⁸ Para isso, os comunistas planejavam a realização de um congresso dos trabalhadores de abrangência nacional e a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Sabotando a organização do Congresso Nacional dos Trabalhadores que seria liderado pelos comunistas, o Ministério do Trabalho realiza de forma repentina, em setembro de 1946, o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, contando com a participação de 2.000 delegados do país inteiro, do ministro do trabalho e de representantes da presidência da República. Segundo Marco Aurélio Santana, os comunistas, que se preparavam para o outro congresso, resolveram participar do evento promovido pelo ministério, propondo inserir nos debates a criação da CGTB, intersindical que uniria todos os trabalhadores do Brasil.²⁴⁹ Na época, era permitida pelas leis trabalhistas somente a criação de federações e confederações que representassem uma mesma categoria. Em minoria, os representantes do Ministério do Trabalho resolveram dissolver o congresso devido ao rumo tomado pelas discussões. No entanto, mesmo sob as pressões e a intervenção do governo, os sindicalistas comunistas e outros setores conseguiram fundar naquele momento a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), uma verdadeira central sindical livre das amarras do Ministério do Trabalho.

Assim como o MUT, a CTB teve uma vida legal efêmera. No começo de maio de 1947, ao mesmo tempo em que Dutra declarava a

²⁴⁸ CARONE, Edgard. *O PCB. 1943 a 1964*. São Paulo: Difel, 1982b, p. 68-69.

²⁴⁹ SANTANA, 2001, p. 65.

ilegalidade do PCB, também decretava o fechamento da CTB e das uniões sindicais estaduais (inclusive a União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná), e intervinha nas diretorias de 143 entidades sindicais em todo o país, com o intuito de expulsar os “extremistas” dos sindicatos.²⁵⁰

4.3 A União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná

Como afirmamos nos capítulos anteriores, o Partido Comunista foi responsável por inserir um elemento novo na política paranaense, ao apresentar como candidatos aos cargos parlamentares operários oriundos das camadas populares. O fato de ter trazido os trabalhadores para a cena política, que costumava ser o palco de movimentação das elites econômicas e intelectuais era, sem dúvida, uma novidade.²⁵¹

Além de figurarem como candidatos do PCB, os trabalhadores paranaenses também assumiram cargos importantes da estrutura partidária instaurada em 1945. Dos cinco membros do Secretariado do Comitê Estadual, três deles eram ou já haviam sido trabalhadores da Estrada de Ferro: Walfrido Soares de Oliveira, do serviço de montagem nas oficinas,²⁵² Vilário Frederico Muller, mecânico,²⁵³ e

²⁵⁰ CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 100.

²⁵¹ Esta inovação não se limitou à conjuntura estadual. Como observou Santana, a bancada comunista da Assembleia Nacional era formada por membros que divergiam dos demais parlamentares principalmente por sua origem social. Dos 15 deputados eleitos pelo PCB, 9 deles eram operários. A elite conservadora, desacostumada com a presença de trabalhadores na tribuna parlamentar, não só parecia pouco apta a aceitar esta nova condição de se ver em tal grau de igualdade com os membros das classes subalternas, como procurou por todos os meios boicotá-los, ironizando-os e humilhando-os, por sua falta de familiaridade com a leitura e com as regras do jogo parlamentar. (SANTANA, 2001, p. 49).

²⁵² Autos de inquérito, declaração prestada por Walfrido Soares de Oliveira (26/11/1935). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Partido Comunista Brasileiro – PCB (documentos diversos)”, n. 1468 a, cx. 174.

Elias Neves de Miranda, funcionário do almoxarifado da Rede.²⁵⁴ Dos onze demais membros do diretório eleito para os anos entre 1945 e 1947, seis já haviam trabalhado na Rede ou ainda eram ferroviários.²⁵⁵

Outra estratégia do PCB em relação aos trabalhadores foi a instalação de Comitês Democráticos Populares e, posteriormente, Células do Partido nas empresas e nos locais de trabalho. No Paraná, estas células de empresa desempenharam um papel de intermediação política entre o PCB e os trabalhadores urbanos, principalmente os ferroviários e os estivadores, categorias que representavam um dos maiores graus de concentração de trabalhadores na época.

Somente em Curitiba havia quatro células do PCB entre os ferroviários, com uma direção e três subseções: setor de mecânica, setor de tráfego e seção de administração.²⁵⁶ Os ferroviários também eram bastante atuantes em Ponta Grossa. Dos onze membros do Comitê Municipal nesta cidade, sete deles eram trabalhadores da Estrada de Ferro.²⁵⁷ Uma carta sobre os dados do comunismo em Ponta Grossa, provavelmente escrita por um informante da polícia, revelava que no Bairro da Vila Oficinas, entre os 500 operários da oficina da Rede de Viação Paraná – Santa Catarina, uns 50 eram comunistas, destacando-se entre eles o mecânico Amilton Gasparello, “chefe

²⁵³ Fundo DOPS/DEAP, ficha individual de Vilário Muller, n. 33.121.

²⁵⁴ Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de Elias Neves de Miranda, n. 1012, cx. 329, e ficha n. 26.003.

²⁵⁵ Segundo dados levantados por GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. *Elite comunista: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964)*. Curitiba: 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFPR, p. 163.

²⁵⁶ Relação dos dirigentes comunistas e membros das diversas células do Estado. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista Central da Capital”, n. 0264, cx. 29, p. 92-93.

²⁵⁷ *Idem*, p. 83.

comunista”, e o torneiro Raul Reikdal.²⁵⁸

Em Paranaguá, membros importantes do PCB eram estivadores, como o sindicalista José Bezerra de Vasconcelos e o secretário político do Comitê Municipal Manoel Leandro da Costa Júnior. A célula de empresa da estiva era a mais numerosa da cidade.²⁵⁹ Tão grande era o número de estivadores comunistas que, em uma reunião do Comitê Municipal, um dos pontos da pauta foi a subdivisão da célula da estiva, necessária para facilitar suas reuniões.²⁶⁰ Em outra situação, uma das resoluções da Assembleia do Comitê Municipal de Paranaguá, realizada em abril de 1947, era que no trabalho de massas seria necessário transferir para o porto a maior atividade do partido para organizar os proletários daquele bairro na luta pelas reivindicações dos moradores e dos trabalhadores.²⁶¹

Para Gildo Marçal Brandão, cidades ou bairros em que se concentrava uma grande quantidade de trabalhadores portuários e ferroviários, caracterizados por um forte sentimento de comunidade, ser operário era ser sindicalista e comunista. Este era um fenômeno que ultrapassava o âmbito organizacional e partidário, porque resultava não apenas de uma opção ideológica e política, mas se configurava como um modo de vida local.²⁶²

²⁵⁸ Dados sobre o comunismo em Ponta Grossa (08/10/1946). Fundo DOPS/DEAP, pasta “Partido Comunista Brasileiro – PCB”, n. 1466c, cx. 173, p. 92.

²⁵⁹ “Fichas dos sócios contribuintes da célula dos estivadores do PCB em Paranaguá”. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Célula do PCB com fichas dos sócios contribuintes”, n. 180 b, cx. 21.

²⁶⁰ Ata de reunião do Comitê Distrital (08/08/1946). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274c, cx. 30, p. 188.

²⁶¹ Ata de reunião da Assembleia do 4º Congresso (23/04/1947). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Partido Comunista Brasileiro – PCB”, n. 1468d, cx. 174, p. 98-99.

²⁶² BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: as Duas Almas do Partido Comunista - 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 182.

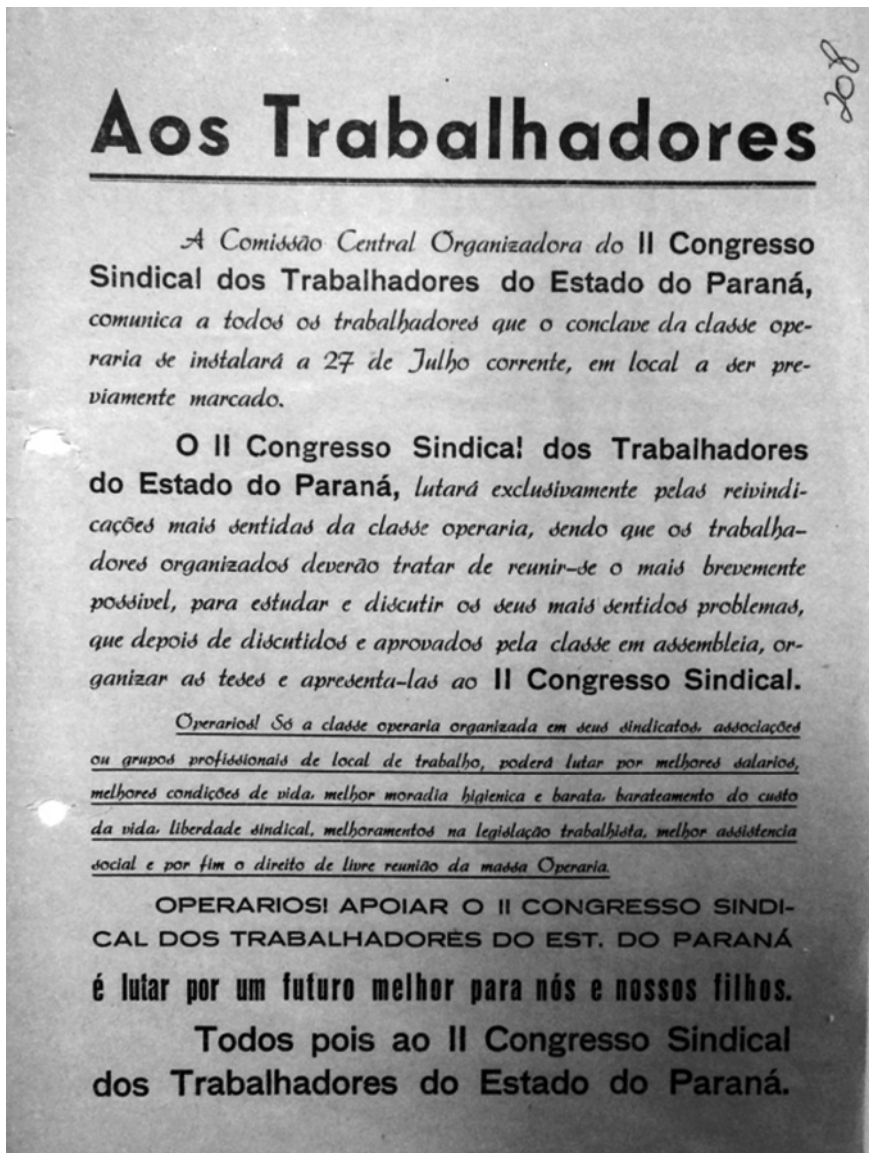
Ter influência entre os ferroviários e portuários era fundamental para o PCB, pois, além de formarem uma classe numerosa, eram também categorias importantes do movimento operário da época. De acordo com Boris Fausto, o setor de serviço (ferrovias e portos) se tornou, ao longo da primeira metade do século XX, o núcleo mais estável do sindicalismo brasileiro, pois as greves no porto e na ferrovia tinham um poder excepcional de barganha: uma paralisação no setor de transporte podia causar enormes prejuízos para a economia agroexportadora.²⁶³

Acompanhando as diretrizes nacionais do PCB no sentido de criar intersindicais estaduais e municipais que agregassem os sindicatos em entidades denominadas “União de Trabalhadores”, os militantes paranaenses se mobilizaram no sentido de organizar uma intersindical estadual e apoiar a organização da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Nos dias 28 e 29 de julho de 1946 foi realizado, em Curitiba, o II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Paraná, no qual estiveram presentes diversas entidades representativas dos trabalhadores da Capital, do litoral e do interior do Estado, além de representantes do governo, como o interventor estadual Brasil Pinheiro Machado. O Congresso tinha uma série de metas e objetivos que refletiam a conjuntura vivida na época e as lutas específicas dos trabalhadores paranaenses, mas o principal resultado alcançado foi a fundação da União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná. A Intersindical paranaense visava a congregar as reivindicações dos diversos setores e categorias operárias, tal como era uma das indicativas do Movimento Unificador dos Trabalhadores que, naquele momento, já havia sido declarado ilegal.

²⁶³ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito industrial (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1983, (Coleção Corpo e Alma do Brasil), p. 122-123.

Panfleto de propaganda do II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Paraná (julho de 1946)



Fonte: Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Comitê Comunista do PCB de Paranaguá”, n. 0274b, cx. 30, p. 208.

Em relação às leis regulamentadoras da organização e da estrutura sindical, que inibiam completamente a autonomia e a liberdade dos sindicatos e dificultavam, pelas diversas exigências burocráticas, a organização dos trabalhadores, separando-os em grupos estanques de caráter corporativista e beneficente, o congresso propunha a defesa da unidade sindical como o princípio básico do movimento operário. Neste sentido, condenava a pluralidade sindical, (instaurada no governo provisório de José Linhares), bem como toda tentativa de divisão, como traição aos interesses reais da classe trabalhadora.²⁶⁴

Sobre a organização sindical, o congresso defendia que os sindicatos se estruturassem com base na indústria e não por empresa, exceto em pequenas cidades sem setores industriais consolidados e em certos serviços públicos, como ferrovias, água, energia elétrica etc., que até aquele momento não tinham direito de sindicalização. Por isso, uma das reivindicações era a extensão da sindicalização a todos os servidores públicos federais, estaduais e municipais e funcionários extranumerários, autárquicos e paraestatais, como era o caso dos ferroviários da Rede de Viação Paraná – Santa Catarina. Também defendia o direito de sindicalização aos trabalhadores domésticos e agrícolas. Sobre os assalariados agrícolas, uma resolução especial recomendava aos trabalhadores que facilitassem por todos os meios a criação de ligas e uniões camponesas, associações e sindicatos de trabalhadores do campo.

Visando a expandir a organização dos trabalhadores, uma das propostas apresentadas no II Congresso Sindical era criar comissões

²⁶⁴ Resoluções do II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Paraná, p. 05-07. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “União dos Trabalhadores de empresas de carris urbanos de Curitiba”, n. 1952, cx. 226.

nos locais de trabalho para incentivar a sindicalização e manter o contato com os trabalhadores através de assembleias periódicas, cursos e conferências para a elevação do nível cultural dos trabalhadores. Ainda como teses e reivindicações gerais dos trabalhadores, propunha a luta por diversos benefícios sociais, considerando-se o elevado custo de vida e os baixos salários que obrigavam os trabalhadores, dado o seu estado de pobreza, a residir em pardieiros, casas coletivas e cortiços. Entre os benefícios, recomendava-se a construção de habitações proletárias “confortáveis e higiênicas” e próximas aos locais de trabalho, cujo aluguel não ultrapassasse 15% da renda do trabalhador, cessão gratuita de terrenos destinados à edificação, licença para a construção de casas de madeira nas zonas habitadas por operários, regulamentação das aposentadorias por invalidez, auxílio-maternidade, auxílio-enfermidade e auxílio-funeral.²⁶⁵

Das reivindicações específicas de cada categoria presente no congresso, tendo em vista suas peculiaridades, foram aprovadas as seguintes propostas:

- Da Associação de Profissionais dos Ferroviários da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, que reivindicava a efetivação dos funcionários no prazo de dois anos, pedindo alterações na legislação em vigor prejudicial à classe. A efetivação dos extranumerários se dava somente a partir de 10 anos de serviço de acordo com a CLT;

- Do Sindicato dos Gráficos de Curitiba, que pedia o adicional no salário por insalubridade no trabalho;

²⁶⁵ Resoluções do II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Paraná, p. 13-14. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “União dos Trabalhadores de empresas de carris urbanos de Curitiba”, n. 1952, cx. 226.

- Dos Trabalhadores de Construção Civil de Paranaguá, que reivindicavam moradias e o aumento de salários, considerando o custo de vida e a miséria do trabalhador;

- Do Sindicato dos Carris Urbanos de Curitiba, que solicitava folga semanal;

- Do Sindicato dos Bancários de Curitiba, que exigia salário profissional, resolvendo-se lançar um protesto contra as recentes intervenções feitas no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e na União Sindical Bancária do Rio Grande do Sul;

- Da Associação Profissional dos Trabalhadores da Construção Civil, que defendia o salário profissional dos trabalhadores do campo, tendo em vista o completo desamparo pela legislação em vigor da classe camponesa;

- Dos Comerciários de Londrina, dos Trabalhadores da Indústria da Madeira e Trabalhadores da Construção Civil do Norte do Paraná, dos Trabalhadores da Indústria do Papel e Papelão de Monte Alegre, dos Marceneiros de Curitiba, dos Metalúrgicos de Curitiba e dos Panificadores de Paranaguá, que lutavam por aumento geral dos salários;

Nos assuntos gerais, o Congresso aprovou a importância de uma série de outras reivindicações, como a luta por assistência médica nos locais de trabalho, a existência de postos da justiça do trabalho nas pequenas cidades, o pagamento em dobro pelo serviço noturno, a aposentadoria aos 30 anos de serviço etc. A única tese não aprovada foi a apresentada pelo Sindicato dos Artefatos de Couro e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cerveja e Bebidas, que solicitavam a participação nos lucros das empresas, pela impraticabilidade da medida proposta.

O Congresso Sindical foi importante pela amplitude da participação de representantes sindicais de diversos municípios paranaenses. Além disso, segundo as resoluções do Congresso, pela primeira vez na história do estado se realizava um Congresso Sindical que contava com a participação de representantes dos trabalhadores agrícolas. Lado a lado com os trabalhadores da cidade, os camponeses apresentaram suas teses por melhores condições de trabalho e de vida, frente às condições em que se encontravam. Entendendo que os problemas que afligiam os homens do campo refletiam diretamente na vida dos demais trabalhadores, as resoluções do Congresso Sindical foram o apoio irrestrito às lutas dos camponeses e à reforma agrária. Considerando-se as reivindicações camponesas, os membros do congresso concluíram que o latifúndio e o regime econômico semi-feudal existente no país eram os principais responsáveis pelo atraso e pela falta de melhores condições de vida para os trabalhadores do campo e da cidade.²⁶⁶

De Londrina, a União dos Lavradores do Patrimônio de Marrecas e a Liga Camponesa do Córrego do Mitaim solicitavam escolas, criação de assistência médica, posto policial, cemitério, campo de esportes, fornecimento de máquinas, utensílios agrícolas e sementes e a reparação das estradas e da rede ferroviária para o escoamento da produção.

Do município de Sertanópolis, a Liga Camponesa de Jaguapitã solicitava a liberdade para extrair e vender a madeira da terra, a assistência médica, educacional, dentária e farmacêutica e, principalmente, pleiteava o título da posse de terras, antes devolutas, para 4.000 famílias que, com seu trabalho, tornaram as glebas

²⁶⁶ Resoluções do II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Paraná, p. 13-14. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “União dos Trabalhadores de empresas de carris urbanos de Curitiba”, n. 1952, cx. 226.

produtivas, pedindo “[...] medidas contra a sanha dos latifundiários e a parcialidade do Departamento de Terras”.²⁶⁷

A organização da Liga Camponesa de Jaguapitã, com o objetivo de lutar pelo título das terras, foi uma das primeiras iniciativas de união e resistência dos posseiros da região contra as investidas dos latifundiários, que acabou culminando no conflito armado ocorrido poucos anos depois, entre 1948 e 1950, e que ficou conhecido como guerra ou levante de Porecatu. Os membros do PCB participaram ativamente desse processo, desde o apoio à criação das ligas e uniões camponesas até o fornecimento de auxílio e de armas no conflito deflagrado posteriormente.

A Liga Camponesa de Jaguapitã foi organizada a partir da célula do PCB já existente naquele distrito. Essa célula foi fundada no dia 30 de abril de 1946, em reunião ocorrida na residência de Angelo Gajardoni, eleito secretário político. Segundo a ata de fundação da célula do PCB em Jaguapitã, uma das justificativas arroladas para sua organização era “[...] a marcha acelerada de nosso país para o despeinhado da reação e da miséria que assola nosso povo”.²⁶⁸ Os militantes relatavam, na ata de fundação, as aspirações em torno da defesa do povo trabalhador das terras devolutas, o qual já vinha sendo ameaçado pelos latifundiários. Em julho do mesmo ano, o secretário político informava, em reunião, a fundação da Liga Camponesa de Jaguapitã e

²⁶⁷ Resoluções do II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Paraná, p.20 . Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “União dos Trabalhadores de empresas de carris urbanos de Curitiba”, n. 1952, cx. 226.

²⁶⁸ Além dele, compunham o secretariado Fausto Miranda (secretário de divulgação) e Gervasio Cercci (secretário de finanças) e os membros José Peixoto de Alencar, Antônio Siqueira Ventura, Jonatas Rodrigues de Oliveira, Pedro Roque Zuccolatto e Miguel Gajardoni. Ata de fundação da célula de Jaguapitã (30/04/1946). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Partido Comunista Brasileiro – PCB (documentos diversos)”, n. 1468 a, cx. 174, p. 150.

o envio de um de seus representantes para o II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná.²⁶⁹ Gajardoni relatava também o fato dos colonos terem enviado ao deputado comunista Marighella e ao interventor federal um telegrama de protesto, provavelmente acerca da questão das terras.

Dada a importância da grande quantidade de reivindicações apresentadas pelos trabalhadores rurais e urbanos, necessitando a organização de medidas práticas de luta, o II Congresso Sindical resolveu, naquele momento, fundar a União Sindical dos Trabalhadores do Paraná e foi eleita a primeira direção, formada pelo seguinte corpo executivo:

Ubiratan Peixoto de Mattos – presidente; Nilo Biazetto – secretário geral; Agripino de Freitas – 1º secretário; Dilo Godói – 2º secretário; Miguel Raitanni – tesoureiro; Esmeraldo Blasi – 2º tesoureiro; Waldemar Reikdal – diretor intercâmbio; Pedro Rostok – diretor técnico; Luiz A. Rangel – diretor de propaganda; conselho fiscal: Bernardo Burda Filho, José Joaquim Bertolini, João Maria Sales.²⁷⁰

De acordo com as resoluções do II Congresso Sindical, a União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná surgiu com o apoio e a participação das seguintes entidades sindicais:

- De Sertanópolis, a União Camponesa do Distrito de Jaguapitã;

²⁶⁹ Ata de reunião da célula de Jaguapitã (24/07/1946). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Partido Comunista Brasileiro – PCB (documentos diversos)”, n. 1468 a, cx. 174, p. 152 (verso).

²⁷⁰ Resoluções do II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Paraná, p. 21. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “União dos Trabalhadores de empresas de carris urbanos de Curitiba”, n. 1952, cx. 226.

- De Londrina, o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários; o Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil do Norte do Paraná; o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira do Norte do Paraná; a União dos Lavradores do Patrimônio de Marrecas; a Liga Camponesa do Córrego do Mitaim e a Comissão dos Comerciantes;

- De Monte Alegre, a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria do Papel e Papelão;

- De Antonina, o Sindicato dos Trabalhadores em Moinhos de Trigo, Milho e Mandioca e o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador;

- De Paranaguá, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Armazenador; a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria em Construção Civil; a Associação dos Conferentes em Cargas e Descargas; o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e o Sindicato dos Estivadores;

- De Irati, o Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria da Extração de Madeira;

- De Ponta Grossa, a Comissão Sindical dos Operários em Bebidas;

- De Curitiba, a Associação Profissional dos Oficiais Marceneiros; a Associação dos Trabalhadores da Indústria do Fósforo; a Associação Profissional dos Ferroviários da RVPSC; a Associação Profissional dos Barbeiros, Cabelereiros e Manicures; a Comissão dos Trabalhadores em Construção Civil; a Comissão Jornalística do Estado do Paraná; o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Gráfica; o Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos; o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Paraná; o Sindicato dos Trabalhadores

da Indústria do Mate; o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação; o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cervejas e Bebidas; o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria dos Artefatos de Couro e o Sindicato dos Bancários.²⁷¹

Percebe-se que, pela grande quantidade de entidades envolvidas nesse Congresso no Paraná, embora não houvesse na época um parque industrial considerável que pudesse concentrar um número relevante de operários, havia uma grande movimentação dos trabalhadores de diversas categorias em busca de se organizarem e lutarem por suas reivindicações. Nesse sentido, valiam-se tanto da estrutura sindical oficial, implantada durante o governo Vargas, quanto de estratégias alternativas por meio da criação de associações profissionais, comissões, uniões e ligas, isto no caso de categorias excluídas da CLT e proibidas de se sindicalizarem, como os ferroviários e os trabalhadores do meio rural.

Tal fato indica que os trabalhadores paranaenses já tinham uma experiência vivida enquanto classe, construída nas décadas anteriores, por meio de movimentos grevistas e do associativismo, principalmente entre categorias mais numerosas, como os estivadores e os ferroviários.

O envolvimento dos membros do PCB na organização e fundação da União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná não é explícito. Uma das resoluções defendidas no Congresso era justamente que os sindicatos tivessem uma completa autonomia orgânica, política e administrativa em relação ao Estado e quaisquer outras forças político-partidárias ou religiosas. Também os Comitês Democráticos Populares e o Movimento Unificador dos Trabalhadores

²⁷¹ Resoluções do II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Paraná. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “União dos Trabalhadores de empresas de caris urbanos de Curitiba”, n. 1952, cx. 226.

(MUT), entidades criadas pelos comunistas, tinham um discurso semelhante. Os Comitês e o MUT alegavam estar acima dos partidos políticos e não visar à propaganda de candidatos.

No entanto, o próprio nome da entidade como “União Sindical” e o apoio decidido dado à criação de uma Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, entidade arquitetada pelos comunistas, que depois seria criada com o nome de Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), indicam a forte presença dos comunistas nos trabalhos de fundação da intersindical estadual. Esse envolvimento fica mais evidente quando observamos os nomes escolhidos para a primeira diretoria, pois vários deles figuravam como militantes bastante ativos do PCB: Nilo Biazetto (membro do Comitê Estadual do PCB e líder do Sindicato dos Bancários); Esmeraldo Blasi Júnior (secretário político da Célula do PCB no bairro do Bigorriho e membro da Associação Profissional dos Ferroviários da RVPSC); Waldemar Reikdal (ex-deputado classista em 1934 e comunista desde a década de 1930, membro do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba) e Bernardo Burda Filho (membro do Comitê Estadual e representante do Sindicato dos Trabalhadores em Artefatos de Couro). O presidente da entidade, Ubiratan Peixoto de Mattos, que não era membro do PCB, seria, dois meses depois, substituído pelo comunista Nilo Biazetto. Além disso, dentre os membros das entidades participantes da fundação da União Sindical ou que a apoiaram por meio de telegramas, vários eram militantes comunistas.

Acompanhando o movimento de formação de “União”, na cidade de Paranaguá foi fundada uma intersindical municipal, a União dos Trabalhadores de Paranaguá, que contava também com a presença de alguns militantes comunistas em sua diretoria: Eustáquio da Silva Quadros, carpinteiro representando a Associação dos Trabalhadores em Construção Civil, João Batista Texeira, José Bezerra do Vasconcellos e João Santos Miranda, pertencentes ao Sindicato dos

Estivadores, e Juvenal Ribeiro da Costa, pintor.²⁷² Na mesma época, na Capital, circularam panfletos sobre uma entidade denominada União dos Trabalhadores de Curitiba.²⁷³

Em 1947, como prosseguimento ao trabalho em meio aos sindicatos, o PCB lançou uma grande campanha de sindicalização em massa, liderada pela Confederação dos Trabalhadores do Brasil. Em função disso, Roberto Morena, líder sindicalista e secretário geral da CTB, visitou a cidade de Curitiba, a fim de se reunir com os membros da União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná, para reforçar o movimento de sindicalização.²⁷⁴ Nessa reunião, Morena falou sobre a importância da experiência de uma “vida sindical” nos locais de trabalho, segundo suas palavras,

[...] o operário deve ter confiança nos sindicatos e nos diretores. Não tem confiança porque os nossos sindicatos não vivem a vida sindical devido à coação dos processos tanto da delegacia do trabalho quanto das juntas de conciliação. E muitos dos nossos dirigentes sindicais dão pouca importância aos operários e sim vivem de acordo com as autoridades trabalhistas.²⁷⁵

A campanha de sindicalização, além de propor a ampliação do

²⁷² Ofício da Delegacia Regional do Trabalho ao diretor da DOPS (22/05/1947). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “União dos Trabalhadores de empresas de carris urbanos de Curitiba”, n. 1952, cx. 226, p. 09.

²⁷³ Fundo DOPS/DEAP. Pasta temática União dos Trabalhadores de Curitiba, n. 2348, cx. 266.

²⁷⁴ Recorte do Jornal Gazeta do Povo (17/04/1947). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Confederação dos Trabalhadores do Brasil”, n. 320, cx. 36, p. 9.

²⁷⁵ Ata da reunião da União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná (17/04/1947). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná”, n. 2342, cx. 266, p. 1.

número de trabalhadores sindicalizados a partir da organização de comissões sindicais nas fábricas, também defendia uma revitalização do papel dos sindicatos, que deviam mobilizar amplos debates entre os operários por meio da convocação de grandes assembleias, dando soberania a estas últimas.

União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná: Reunião da campanha de sindicalização com a presença de Roberto Morena;



Fonte: Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná”, n. 2342, cx. 266.

As entidades criadas sob a liderança de membros do Partido Comunista tiveram pouco tempo de atuação. Em sete de maio de 1947, o mesmo decreto-lei n. 23.056 que fechou a Confederação dos

Trabalhadores do Brasil, também declarou ilegais as entidades denominadas “União” e quaisquer outras associações profissionais não registradas no Ministério do Trabalho, existentes em todo o país.

No Paraná, sustentado pelo decreto-lei federal, o procurador da República propôs a dissolução da União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná, filiada à Confederação dos Trabalhadores do Brasil, sob a alegação de que essa sociedade não estava registrada no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como prescrevia a Consolidação das Leis do Trabalho. Além disso, alegava que “[...] desenvolvendo intensa ação política no meio trabalhista e criando um ambiente de agitação subversiva, se fez a União um foco de ativa propaganda comunista, reunindo em seu seio os mais ativos adeptos do credo vermelho”.²⁷⁶

A ação judicial acrescentava que a militância política no meio sindical era expressamente vedada pela lei. Por isso, a União Sindical era passível de sanções legais previstas pelo governo no caso de atividades contrárias à ordem política e social.

4.4 A ilegalidade do PCB e a ação em entidades paralelas

O Decreto de sete de maio de 1947 possibilitou a intervenção estatal em todos os sindicatos que haviam aderido à CTB, determinando, assim, um progressivo afastamento dos comunistas dos sindicatos oficiais. A consequência é uma mudança radical nas orientações do PCB: da política conciliadora de “União Nacional” para a

²⁷⁶ Cópia de ação de dissolução de acordo com o contido no Diário Oficial, p. 3 (17/03/1948). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “União dos Trabalhadores de empresas de carris urbanos de Curitiba”, n. 1952, cx. 226, p. 11-12.

crítica acirrada ao governo. Em relação ao movimento operário, a estrutura sindical oficial foi, a partir daí, constantemente atacada e os quadros do partido foram orientados a abandonarem os sindicatos oficiais e a organizarem sindicatos paralelos.

[...] a estratégia sindical a ser implementada pelo PCB sofreu alterações profundas a partir de meados de 1948. Os sindicatos perderam a sua dimensão de polo aglutinador da atividade sindical. Esse papel passou a ser desempenhado pelas organizações nos locais de trabalho, de onde surgiram as estruturas alternativas e autônomas em relação ao Estado. [...] A possibilidade de atuação, na estrutura oficial, foi encarada com bastante ceticismo. O esforço do partido (pelo menos do núcleo dirigente) voltar-se-ia para a formação de associações profissionais ou centros operários, paralelos ao sindicalismo oficial.²⁷⁷

No Paraná, os comunistas insistiram em organizar as intersindicais e as Uniões de Trabalhadores, entidades desligadas do Ministério do Trabalho e ilegais perante a lei. Foi o caso da fundação, em 1950, da União dos Ferroviários da RVPSC e, no mesmo ano, a refundação da União dos Trabalhadores do Paraná, ambas registradas em cartório como sociedades civis.

Segundo os Estatutos, a sociedade civil denominada União dos Trabalhadores do Paraná (UTP), criada a partir da realização, em Paranaguá, do 3º Congresso Sindical, com a participação de lideranças de ferroviários e estivadores, tinha por finalidade unir e organizar os trabalhadores do Paraná, “[...] sem distinção de profissão, raça, religião ou convicção política e fortalecer a solidariedade nacional e internacional

²⁷⁷ COSTA, Hélio da. *Em busca de memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995, p. 130-131.

dos trabalhadores”.²⁷⁸ Dentre suas reivindicações estavam lemas recorrentes do discurso comunista na década de 1950: a interdição da bomba atômica, a luta pela paz e contra o envio de tropas brasileiras para a luta em terras estrangeiras, contra a carestia de vida etc.

A União dos Ferroviários teve, por sua vez, uma trajetória mais duradoura e um significativo impacto sob os trabalhadores. Com a liderança dos militantes comunistas Miguel Pan, Esmeraldo Blasi Jr. e Claudemiro Batista, de 1950 até o golpe de 1964, esta entidade teve a chance de atuar como representante dos ferroviários da RVPSC. Ao lado de reivindicações voltadas aos problemas diretamente relacionados ao mundo do trabalho, como o aumento de salários, a estabilidade, o sábado inglês, a assistência em caso de doença ou invalidez, a lei de aposentadorias etc., constava também a luta pela manutenção da paz entre as nações e contra a participação do Brasil em guerras de conquistas (ou seja, a Guerra da Coreia).²⁷⁹ Com a clandestinidade e a proibição de propagar o nome do partido, no contexto da década de 1950, a luta pela paz e contra a bomba atômica foi o meio encontrado pelos comunistas para permanecerem em evidência, manifestando publicamente suas bandeiras.

²⁷⁸ Extrato dos Estatutos da União dos Trabalhadores do Paraná (22/10/1951). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “União dos Trabalhadores de empresas de carris urbanos de Curitiba”, n. 1952, cx. 226, p. 19.

²⁷⁹ Noticiário da União dos Ferroviários. Jornal “Tribuna do Povo” (28/04/1951). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “União dos Ferroviários”, n. 2301, cx. 258, p. 02.

Da direita para a esquerda, os ferroviários e comunistas, Miguel Pan (sentado à mesa), Esmeraldo Blasi Jr. (de pé, lendo a ata) e Elias Neves de Miranda (sentado à mesa).



Fonte: Fundo DOPS/DEAP, Pasta individual de Miguel Pan, n. 2746, cx. 434.

A contribuição na organização sindical dos operários e a construção junto a estes de pautas de reivindicações foi uma estratégia importante dos comunistas no sentido de ampliar sua influência e estruturar melhor suas bases. Embora os comunistas preferissem destacar suas grandes lutas pela democracia, contra o fascismo e pela paz, no dia-a-dia preocupavam-se bastante com as várias formas de lutas e resistências por pequenas causas que encontravam em suas vivências no mundo do trabalho.

Porém, ao buscarmos no passado o militante operário de esquerda – protótipo do militante comunista – corremos o risco de nos depararmos muito mais com uma idealização, bastante comum no imaginário acadêmico, do que com uma realidade histórica. A ação

dos comunistas no meio operário era uma estratégia política racionalmente planejada de inserção e de ampliação da influência da organização partidária e não unicamente a expressão da solidariedade da classe proletária. No entanto, como vimos ao longo do capítulo, é preciso ressaltar que muitos desses comunistas eram, ao mesmo tempo, trabalhadores com seus interesses de classe, e a luta no mundo do trabalho era também um prolongamento da militância partidária.

CAPÍTULO 5

SINDICÂNCIAS, EXPULSÕES DE MEMBROS E A CASSAÇÃO DO PCB EM 1947

5.1 - Críticas, autocríticas e processos internos de sindicância

No presente capítulo analisamos os conflitos internos partidários, através de uma série de processos de sindicância que resultaram em expulsões de membros importantes da estrutura estadual. No entanto, é preciso salientar que a dinâmica interna não foi responsável e não teve nenhuma consequência no processo de cassação do mandato do PCB, que deve ser entendido a partir da análise do sistema político brasileiro como um todo e suas conexões com a dinâmica internacional, principalmente com o início da Guerra Fria.

Nossa reflexão visa a entender como se deu a transição do momento de empolgação e união inicial vivido pelos militantes no contexto pós-anistia para a posterior situação de desentendimentos e, principalmente, a decepção perante a cassação e a volta à ilegalidade.

De acordo com Ronald Chilcote, a organização do PCB, desde sua fundação em 1922, baseou-se no modelo soviético, caracterizado pela centralização hierárquica, estrutura piramidal e dominação

persistente de um único líder carismático e do núcleo administrativo que o cercava.²⁸⁰ Ou seja, apesar do discurso do centralismo democrático, imperava no partido uma cúpula que tendia a suprimir a democracia interna.

Por funcionar como um órgão centralizado e piramidal, havia no PCB uma série de instâncias de supervisão com diferentes graus de decisão e poder. Isso significava que o novo militante, cuja adesão havia sido voluntária, uma vez membro do partido, deveria se submeter às suas regras, disciplina e hierarquia, igualmente obrigatória para todos os demais. O membro aceito passava a ser considerado integrante do partido somente depois de prestar um juramento de lealdade, dedicação e comprometimento com os “sagrados” interesses da classe operária e do povo, previsto e transcrito até mesmo nos próprios Estatutos do PCB. Segundo tal documento, o juramento consistia nas seguintes palavras:

Prometo a mais firme lealdade e completa dedicação aos sagrados interesses da classe operária e do povo. Prometo assim trabalhar ativamente pela defesa da democracia e da paz, pela derrota definitiva do fascismo, pelo desaparecimento de todas as formas de opressão nacional e de exploração do homem, até o estabelecimento do socialismo. Com este objetivo, juro solenemente permanecer fiel aos princípios do Partido Comunista do Brasil, lutar, dentro do máximo de minha capacidade, que procurarei aumentar

²⁸⁰ Segundo este autor, “no ápice da estrutura piramidal do partido fica uma organização nacional centralizada. Na base estão as unidades locais ou células – subdivisões organizadas segundo critérios ocupacionais ou geográficos nos locais de moradia ou de trabalho. A estrutura vertical do partido consiste em divisões nacional, regionais ou territoriais, estaduais, zonais ou municipais e distritais”. CHILCOTE, 1982, p. 165 e p. 208-209.

sempre, pela sua unidade e pelo seu crescimento: trabalhar incansavelmente no cumprimento de seu programa.²⁸¹

Tendo como objetivo superior a organização e educação das massas trabalhadoras do Brasil dentro dos princípios do marxismo-leninismo, os Estatutos do PCB exigiam que os membros fossem profundamente dedicados ao povo, aceitando o programa e a disciplina partidária. No caso de desrespeito e violação dos estatutos e regulamentos, eram previstas medidas disciplinares individuais, dependendo da gravidade da falta cometida.

O artigo 20 dos Estatutos previa punições aos membros por violação a disciplina interna, por irregularidades financeiras, por condutas ou atos contra a classe operária ou que prejudicassem o prestígio e influência do partido no seio do povo. Considerando a responsabilidade e o grau de importância do militante e a gravidade das faltas, a punição era gradativamente mais severa: primeiro a advertência, depois a remoção do cargo ocupado pelo militante até a censura pública e, nos casos mais graves, a expulsão do partido.

Os casos de expulsões só poderiam ser efetivados a partir da aprovação em instâncias superiores do partido como o Comitê Estadual, e eram regulamentados pelo artigo 25 dos Estatutos que dizia o seguinte:

Art. 25 – Os membros do Partido que comprovadamente atraíam a classe operária e a confiança neles depositada, por esta classe e pelo Partido; os realizadores de trabalhos de fração; os ébrios contumazes; os que derem prova de

²⁸¹ Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Projeto de Reforma. Editado pelo Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro: 1945, p. 10. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

degenerescência moral; os que realizem atos de aventureirismo ou de degradação da classe (lumpen); os provocadores, os terroristas, os pregadores e praticantes da luta de grupo como método de ação do Partido e da classe operária, e, em geral, aqueles que, com sua atitude incorrigível vivam prejudicando o Partido e, portanto, a classe operária e o povo, serão sumariamente afastados dos seus postos, expulsos do Partido e desmascarados publicamente.²⁸²

Nota-se o tom altamente moralizante deste artigo que, em busca de construir uma imagem de respeitabilidade para o comunista, condenava posturas consideradas impróprias, como as dos ébrios e degenerados viciados nos prazeres do álcool e do sexo, que representavam a degradação da classe. Além disso, deveriam ser “desmascarados publicamente” todos aqueles que incitassem divisões internas – aventureiros, provocadores e terroristas – na medida em que lançassem dúvidas sobre a unidade e representatividade do partido.

Também eram previstos nos Estatutos do PCB que, de acordo com a estrutura partidária do “centralismo democrático”, todos os postos seriam eletivos. No entanto, deveria haver respeito e subordinação incondicional por parte dos organismos inferiores às resoluções das instâncias superiores. Para isso, em todos os órgãos e organismos deveriam ser realizadas, sempre que possível, as chamadas “críticas” e “autocríticas”.

Uma carta datilografada encontrada entre os papéis de Miguel Pan, ferroviário e militante comunista de Curitiba, reproduzia as palavras de Gaston Monmousseau, do Partido Comunista Francês (PCF),

²⁸² Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Projeto de Reforma. Editado pelo Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro: 1945, p. 14 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

sobre o ritual de críticas e autocríticas. Segundo o documento, era preciso esclarecer o sentido profundo do processo de autocrítica para que os militantes pudessem fazê-la conscientemente e não de maneira mecânica e formal:

O conhecimento do papel da crítica e da autocrítica é capital para um militante. Ele o faz recolocar os pés na terra [...] reaproxima os militantes da massa, obrigando-o a tornar-se compreensivo, a tornar-se fraternal e modesto, e não paternal e pedante.

Para bem conhecer e amar as massas é preciso primeiramente conhecer-se bem e lembrar-se do caminho percorrido: é o único meio de se sentir de sua classe e não pontificar.

Creio que era necessário colocar a questão neste plano para ajudar nossos militantes a passar das críticas e autocríticas mecânicas e inconscientes para críticas e autocríticas conscientes.²⁸³

Para Gaston Monmousseau, a recusa do militante em fazer sua autocrítica (ou realizá-la de forma caricata e formal) revelava um espírito de suficiência e de amor-próprio características da moral burguesa daquele que pensa não se enganar, não aprende com suas experiências e está arraigado aos hábitos estabelecidos. Segundo ele, esta seria uma atitude contrária ao marxismo e à dialética materialista que ensinava que tudo o que há na natureza, no homem, nas classes e na sociedade seria resultado do combate permanente entre forças contrárias, sendo que o próprio pensamento refletiria este movimento. Concluindo, o militante francês afirmava que só a realização da crítica e autocrítica conscientes seria capaz de combater os hábitos arraigados e fazer

²⁸³ Carta datilografada, “Crítica e Autocrítica – Gaston Monmousseau”. Fundo DOPS/DEAP. Pasta individual de Miguel Pan, pasta n. 2746, cx. 434, p. 63-65.

avançar os comunistas. Portanto, entre os membros do partido não deveria haver temores em denunciar os erros alheios e nem medos em atentar contra as relações de amizade, pois os comunistas deveriam admitir que não eram perfeitos e tinham sempre muito a aprimorar.²⁸⁴

O tema principal de Monmousseau era a falta de sinceridade, o mecanicismo e a formalidade com que eram realizadas as autocríticas, pois estas acabavam não cumprindo sua função de fazer o militante refletir profundamente sobre os erros por ele cometidos e o orgulho e o amor-próprio de não admiti-los publicamente. Em sua opinião, o verdadeiro comunista deveria conhecer-se a si mesmo e superar os sentimentos de orgulho próprios da moral burguesa, e não deveria temer criticar nos colegas de militância atitudes que poderiam ser melhoradas.

A realização de críticas e autocríticas era um ritual bastante presente no dia-a-dia dos militantes comunistas, muito comumente constava como item da pauta das atas de reuniões dos comitês e células do PCB. As críticas, no entanto, eram muito mais frequentes que as autocríticas e não duvidamos que estas últimas tenham assumido o caráter insincero e formal censurado por Monmousseau.

Os militantes reclamavam um do outro e exigiam a autocrítica alheia por vários motivos: pela pouca dedicação ou não cumprimento das tarefas, por fazerem muito menos do que poderiam, pelas faltas nas reuniões semanais, pelo não pagamento da mensalidade, pelas fraquezas da direção, pela falta de empenho no trabalho com as massas etc.

²⁸⁴ Carta datilografada, “Crítica e Autocrítica – Gaston Monmousseau”. Fundo DOPS/DEAP. Pasta individual de Miguel Pan, pasta n. 2746, cx. 434, p. 63-65.

Esta questão pode ser observada em uma ata de reunião do “Ativo de células” ocorrida na sede do Comitê Estadual do PCB no dia 28 de outubro de 1945, com a presença de representantes das células de Curitiba e de Carlos Marighella, homem de confiança de Prestes e membro do Comitê Central do partido. O primeiro ponto da pauta era a prestação de contas do Comitê Estadual e as “críticas e autocríticas”.

Iniciando os trabalhos, Walfrido Soares de Oliveira faz uma autocrítica confessando “[...] as fraquezas da direção, declarando que realmente muito pouco foi feito em torno da campanha da Constituinte, deficiente de comícios preparatórios, trabalho de massas insignificantes”.²⁸⁵ Em seguida, Marighella propõe que cada membro do Comitê faça sua autocrítica em torno de todos os pontos falhos. Segundo ele, era “[...] necessário reconhecer os erros e corrigi-los no interesse do proletariado. Um partido que não faz crítica e nem autocrítica não pode ser aceito pelas massas, [...] os grandes erros são filhos dos pequenos erros”.²⁸⁶ Para o militante Joaquim Mochel, que havia sido por algum tempo elemento das bases como membro da célula dos universitários, a maior debilidade do partido era a “doença de crescimento”. A legalidade havia representado um grande afluxo de novos militantes para o partido, mas não foi acompanhado de um trabalho de organização paralela que se refletia no “[...] mau funcionamento das células, estas não receberam o auxílio suficiente da direção”.²⁸⁷ Ou seja, os membros novos deveriam ser guiados pela direção e organizados de acordo com os princípios partidários para que o crescimento das filiações não prejudicasse a estrutura partidária e a organização das células.

²⁸⁵ Ata do Ativo de Células do PCB (28/10/1945). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática Comitê Comunista da Vila Pinto – PCB, n. 0279, cx. 31, p. 35.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Idem.

A reunião do “Ativo de células” de Curitiba acontecia em um momento em que o partido ganhava importância na cidade, havendo euforia em torno da democracia, dos Comitês Populares e da campanha por uma nova constituição em substituição à carta de 1937. Nesta reunião, as críticas apresentadas se referem ao desempenho do partido como um todo e não às omissões de membros específicos.

Foi diferente no ampliado do Comitê Municipal de Paranaguá, ocorrido em abril de 1946 na residência do alfaiate Angelo Patitucci. Tal reunião foi tão polêmica que havia iniciado às dezenove horas e terminado somente às duas horas da madrugada.²⁸⁸ Talvez a extensão e o alongamento da reunião, que durou mais de seis horas, tenham ocorrido devido à grande abundância de críticas e autocríticas realizadas naquele dia.

Das críticas, o secretário político do Comitê Municipal, Angelo Patitucci, apresentou a situação do partido naquela cidade detalhando as inúmeras debilidades que se faziam sentir e acentuando a “[...] fraqueza da proletização [sic] de muitos companheiros, que vêm provocar a desunião dentro do Partido”.²⁸⁹ Por “fraqueza de proletização”, Patitucci provavelmente buscava descrever a falta de desprendimento e empenho dos militantes de Paranaguá, que não se comportavam como verdadeiros proletários, logo, como autênticos comunistas.

Depois de Patitucci, tomou a palavra Clemenceau Rodrigues de Oliveira, da direção estadual do PCB, que criticou o não cumprimento das tarefas designadas a José Bezerra de Vasconcelos, secretário

²⁸⁸ Ata da reunião do ampliado do Comitê Municipal de Paranaguá (29/04/1946). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática do Comitê Comunista do PCB de Paranaguá, n. 0274 c, cx. 30, p. 51-52.

²⁸⁹ Idem, p. 51.

de organização, que deveria ter trabalhado na reestruturação das células Leocádia Prestes, Manoel de Moura e dos Estivadores Terrestres.

José Bezerra se defendeu apresentando sua autocrítica por escrito, na qual dizia que estivera em viagem ao Rio de Janeiro representando o Sindicato dos Estivadores e não pôde realizar os serviços do partido que, de fato, estavam muito atrasados, não por falta de esforço, mas porque eram muitos e que havia designado substitutos, porém, estes últimos nada fizeram enquanto ele viajava. Manoel Leandro da Costa Júnior, que havia substituído José Bezerra, também leu sua autocrítica. Outros militantes, por vários motivos não especificados na ata, professaram suas autocríticas em resposta às críticas que recebiam.²⁹⁰

Seguidamente as reuniões das células apresentavam-se como um momento de “lavar a roupa suja” e, geralmente, a questão mais discutida era o não desempenho das tarefas designadas.

Entretanto, havia situações de tanto conflito, consideradas imperdoáveis para os dirigentes comunistas, em que não bastavam a admissão pública dos erros ou as voluntárias autocríticas dos militantes. Em alguns casos eram necessárias medidas mais drásticas para manter a disciplina e a ordem interna. Foi o caso do ocorrido em março de 1946, quando uma carta-circular enviada a todos os comitês municipais e células pelo Comitê Estadual informava que, pela primeira vez desde a legalização do PCB no Paraná, o partido vinha enfrentando uma situação interna difícil, que exigia “[...] medidas radicais para

²⁹⁰ Ata da reunião do ampliado do Comitê Municipal de Paranaguá (29/04/1946). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática do Comitê Comunista do PCB de Paranaguá, n. 0274 c, cx. 30, p. 51-52.

manter a unidade política, ideológica e estrutural” entre os membros do partido.²⁹¹

De acordo com o documento, tratava-se de várias situações de intriga e indisciplina ocorridas em diferentes pontos do Estado (Curitiba, Ponta Grossa, Cambará, Antonina, Paranaguá e Londrina), promovidas por militantes que não haviam ainda assimilado perfeitamente a linha do partido: esses indivíduos “[...] não se adaptaram às novas condições de vida legal, tentaram trazer ideologias estranhas ao ceio [sic] do Partido da classe operária e se jogaram a ventura fracionista [sic]”. Tal “situação desagregadora” era alarmante e a expulsão destes elementos impunha-se como solução, com “todo o peso da responsabilidade”, para o fortalecimento partidário e sua “rígida vigilância”.²⁹²

Mais do que a verdade dos fatos arrolados neste documento, é importante observarmos como se dava a narrativa e a construção dos argumentos no processo de sindicância. A versão apresentada pelos membros do Comitê Estadual certamente é um discurso incriminador que procura por todos os meios desqualificar a figura do acusado.

Uma das explicações para as atitudes dos elementos expulsos envolvidos na “trama divisionista”, residia no fato da maioria deles ser de origem pequeno-burguesa. De acordo com a carta, em todas as circunstâncias,

[...] esses elementos jamais demonstraram capacidade de adaptação das novas condições de vida do partido e da assimilação da ideologia do proletariado. Ao contrário,

²⁹¹ Carta-circular ao Comitê de Zona do Norte, aos comitês municipais e células de todo o Estado do Paraná (12/03/1946). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática do Comitê Comunista do PCB de Paranaguá, n. 0274 c, cx. 30, p. 35-36.

²⁹² Idem, p. 35.

procuraram colocar seus defeitos típicos de classe acima da disciplina e dos interesses do Partido.²⁹³

É difícil definir o que os comunistas julgavam como defeitos “típicos de classe” da pequena burguesia, mas podemos deduzir que se tratava de atitudes que poderiam soar como insubordinação, indisciplina, orgulho, egoísmo e ganância pelo poder como veremos adiante, ao analisar mais detidamente as justificativas arroladas para as expulsões.

Seguia-se no documento uma numerosa lista de militantes incursos no artigo 25 dos Estatutos do PCB, cuja expulsão se dera por vários motivos, com base nas acusações apresentadas em processos de sindicância realizados pelos comitês municipais. Do Comitê de Zona do Norte, com sede em Londrina, foi expulso Bento Paiva, “[...] por sua conduta indisciplinada, incorrigível e indigna de um verdadeiro militante comunista”. Em Antonina, foi expulso Manoel Alves Tainhota, ex-secretário de organização do Comitê Municipal daquela cidade, “[...] por sua obstinada atitude de resistência aos superiores interesses da maioria da classe dos estivadores, a que pertence”. Na cidade de Cambará, no extremo norte do Estado, decidiu-se expulsar Jesus Palmares, “[...] por sua conduta de degenerescência moral, indigno de um verdadeiro militante do Partido da classe operária”.²⁹⁴ Na carta-circular não ficam explícitas quais teriam sido as atitudes degeneradas de Jesus Palmares, constando apenas a crítica severa ao Comitê de Cambará pela demora com que estudou e denunciou o caso. Tal episódio é esclarecido em outro documento que revelava o seguinte: “[...] Jesus Palmares, havia fugido com uma cunhada menor, de 16

²⁹³ Carta-circular ao Comitê de Zona do Norte, aos comitês municipais e células de todo o Estado do Paraná (12/03/1946). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática do Comitê Comunista do PCB de Paranaguá, n. 0274 c, cx. 30, p. 35.

²⁹⁴ Idem, p. 35-36.

anos, levando [consigo] o dinheiro do Partido”.²⁹⁵ Em Ponta Grossa e Curitiba foram expulsos vários militantes por tentarem promover movimento de “fração” no Partido; da cidade de Ponta Grossa, Oscar de Paula Soares, Franz Moritz, Luiz Ferreira Torres Damacena, José Parici Júnior, Dercivil Andrioli e Justiniano de Melo e Silva; e de Curitiba, Garvilo da Silveira, Boris Inick e Moacir Arcoverde.²⁹⁶

De todos os casos arrolados, encontramos no arquivo apenas o processo interno de sindicância que condenou à expulsão do PCB o advogado de Curitiba Moacir Arcoverde. Este documento contém os detalhes dos atos que foram cometidos pelo militante de acordo com o discurso acusativo dos comunistas a partir de depoimentos ouvidos e declarações de testemunhas, que levaram os dirigentes do Comitê Estadual à decisão de expulsá-lo das fileiras do PCB. Segundo o documento, Arcoverde foi o “[...] responsável por toda a campanha divisionista, por todos os boatos alarmantes sobre as debilidades do Partido e sobre a ineficiência da direção”.²⁹⁷

Este processo de sindicância interna demonstra a rigidez que caracterizava o funcionamento do aparelho partidário. Em relação aos supostos casos de insubordinação interna, essa rigidez se transformava em ódio e ressentimento. Eram realizadas verdadeiras inquisições em que toda a vida pregressa da pessoa acusada era alvo de desqualificação para se chegar ao veredicto final. Neste sentido, não resta dúvidas de que muitos exageros devem ter sido cometidos. É importante destacar

²⁹⁵ Documento n. 8, Advogado Moacir Arcoverde. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática "Partido Comunista Brasileiro", n. 1468 d, cx. 174, p. 191.

²⁹⁶ Carta-circular ao Comitê de Zona do Norte, aos comitês municipais e células de todo o Estado do Paraná (12/03/1946). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática do Comitê Comunista do PCB de Paranaguá, n. 0274 c, cx. 30, p. 36.

²⁹⁷ Documento n. 8, Advogado Moacir Arcoverde. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática "Partido Comunista Brasileiro", n. 1468 d, cx. 174, p. 190-191.

que se trata de uma versão parcial dos fatos, em que não há um compromisso fiel com a verdade, visto que essa versão é repleta de intenções que indicam conflitos pessoais que iam além das questões partidárias. Não sabemos o que realmente aconteceu e o que motivou a expulsão de Arcoverde, mas o que nos interessa é observar a dinâmica do relacionamento entre os militantes, os jogos de poder e os prováveis conflitos entre grupos pela hegemonia dentro da hierarquia partidária.

O processo detalhava o que teriam sido, de acordo com a comissão de sindicância, os casos e intrigas criados por Arcoverde desde seu ingresso no PCB na época em que este veio à legalidade. Suas atitudes haviam provocado sérios embaraços e confusões entre os velhos militantes e os novos elementos do partido. Os estudantes eram especialmente visados por Arcoverde devido ao que ele chamava de “[...] certas afinidades intelectuais”. Neste sentido, “[...] por sua jactância pequeno-burguesa” e por sua condição de intelectual, acreditava ser um dos membros mais indicados para compor a chapa de candidatos a deputados e, para ele, sua pessoa não foi escolhida unicamente por sabotagem dos membros da direção. Arcoverde, com sua “técnica de lisonja”, disse ao companheiro Oswaldo Coronato que os dois deveriam estar na direção municipal “[...] por serem intelectuais esclarecidos”.²⁹⁸ Lembrando que Arcoverde era advogado e Coronato era médico.

Para enquadrá-lo no artigo 25 dos Estatutos, as acusações contra o militante Moacir Arcoverde chegavam a afirmar inclusive que, em seu passado “bastante confuso”, ele estivera envolvido em movimentos terroristas na Paraíba, onde nasceu. No entanto, as fontes não esclarecem do que se tratavam esses “movimentos terroristas”. Outra

²⁹⁸ Documento n. 8, Advogado Moacir Arcoverde. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática "Partido Comunista Brasileiro", n. 1468 d, cx. 174, p. 190.

acusação era de que no Estado de São Paulo, Arcoverde esteve ligado a elementos trotskistas, tendo trabalhado nas “Folhas”, jornal de Plínio Melo e Hermínio Sachetta: “[...] aqui no Paraná, chegou a confessar que tinha sido trotskista mas estava ‘regenerado’”.²⁹⁹ Segundo os Estatutos do PCB, as relações pessoais, familiares e políticas com trotskistas eram explicitamente vedadas aos membros do partido.³⁰⁰

Conforme o relatório de sindicância, valendo-se de atitudes “sutis”, Moacir Arcoverde foi o responsável por uma série de desencontros pessoais entre os membros do partido,

[...] a sua política era atirar um companheiro contra o outro. Essas atitudes eram tão sutis que somente agora, num completo balanço dessas atividades, ficou bem claro esse trabalho de sapa no interior do Partido.³⁰¹

“Sapa” no sentido de construir buracos para afundar o partido, desviando-o de sua linha, “[...] deturpando as atividades e lançando a dúvida e a confusão no espírito dos que trabalhavam com propósito construtivo”. Outro aspecto negativo da conduta de Arcoverde residiu no fato de ele espalhar fofocas a respeito de relações sexuais mantidas entre militantes que eram casados, o que “[...] sem dúvida visava o desprestígio do Partido e a desconfiança entre seus membros”. Disse a Walfrido Soares, do Comitê Estadual, que a direção do PCB era antipática aos olhos do povo, por isso os fracassos na arrecadação financeira

²⁹⁹ Documento n. 8, Advogado Moacir Arcoverde. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Partido Comunista Brasileiro”, n. 1468 d, cx. 174, p. 190.

³⁰⁰ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Projeto de Reforma. Editado pelo Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro: 1945, p. 11.

³⁰¹ Documento n. 8, Advogado Moacir Arcoverde. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Partido Comunista Brasileiro”, n. 1468 d, cx. 174, p. 190.

empreendida em prol da campanha eleitoral. Vindo do Norte do Estado, para onde foi com fins de arrecadar dinheiro para a campanha eleitoral de dezembro de 1945, não prestou contas de suas atividades, dizendo que queria ser expulso do partido e ainda “[...] disse textualmente ao companheiro José Humberto Fernandes: ‘Eu quero ver o Partido atolado’”.³⁰²

Considerando-se o caso de Arcoverde, a conclusão do processo de sindicância foi a expulsão do militante como incurso no artigo 25 dos Estatutos:

Por ter sido perfeitamente caracterizado o trabalho de fração do companheiro Arcoverde, por ter sido inspirador de movimento divisionista, ao qual arrastou vários companheiros, por ter criado desconfiança para com os membros da direção estadual e municipal do Partido, por sua indisciplina e por ter se recusado a prestar contas da campanha financeira que fora empreender no Norte do Estado e ainda mais, por ter levado fatos da vida interna do Partido ao conhecimento de pessoas estranhas ao Partido, a Comissão de Sindicância é de parecer que Moacir Arcoverde seja expulso das fileiras do Partido Comunista do Brasil, como incurso no artigo 25 dos Estatutos.³⁰³

Em outros casos menos sérios, a apreciação do Comitê Estadual do PCB decidia-se por punições mais brandas do que a expulsão, tal como a “censura pública”, a ser cumprida pelos incursos no artigo 20 dos Estatutos. A censura pública consistia na realização de uma severa crítica ao militante que deveria admitir sua culpa fazendo

³⁰² Documento n. 8, Advogado Moacir Arcoverde. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática "Partido Comunista Brasileiro", n. 1468 d, cx. 174, p. 191.

³⁰³ Idem.

sua autocrítica sincera e, caso o acusado ocupasse algum cargo de destaque na estrutura das células ou comitês, era destituído da posição.

Porém, sucediam casos em que o membro não se submetia à autocrítica e ficava profundamente ressentido por perder seu prestígio e seu cargo na estrutura partidária. Em um segundo momento, geralmente esse militante ou era expulso ou acabava abandonando o partido. Foi o que aconteceu com Octávio da Silveira, Osvaldo Coronato e Bernardo Burda Filho, condenados à “pena de censura pública”. Os três haviam adquirido um papel de destaque na estrutura hierárquica partidária na conjuntura da legalidade e tinham cargos importantes nos comitês e células de que participavam. Um deles, o médico Octávio da Silveira, o único candidato a senador pelo PCB no Paraná nas eleições de dezembro de 1945, era um antigo militante que, inclusive, já havia sido, na década de 1930, deputado federal e líder da Aliança Nacional Libertadora na Assembleia Nacional.

Em março de 1946, na mesma reunião em que foram expulsos os vários elementos descritos anteriormente, foi decidida a “pena de censura pública” contra Octávio da Silveira que “[...] deveria ser criticado severamente e fazer sua autocrítica, sendo destituído de seu cargo de secretário político da célula de Empresa da Faculdade de Medicina do Paraná”, na qual deveria voltar a ser, nesta célula, um “simples membro”.³⁰⁴ A punição se traduzia na perda do cargo, do *status* e do poder.

Apenas dois meses depois, no dia 14 de maio, os presentes na reunião ampliada do Comitê Estadual, a partir do estudo dos casos submetidos, finalmente tomaram a decisão de expulsar das fileiras do Partido Comunista do Brasil o militante Octávio da Silveira, “em face

³⁰⁴ Carta-circular ao Comitê de Zona do Norte, aos comitês municipais e células de todo o Estado do Paraná (12/03/1946). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática do Comitê Comunista do PCB de Paranaguá, n. 0274 c, cx. 30, p. 35.

da posição de resistência” que assumiu perante as resoluções das instâncias superiores do partido, colocando-se em posição de indisciplina, com “[...] flagrante violação de que dispõe o artigo 25 do Estatuto”.³⁰⁵ Provavelmente ele tenha se recusado a fazer a autocrítica e tenha entrado em desacordo com a direção estadual.

Com a justificativa de “indisciplina” e “insubordinação”, o PCB expulsava um dos seus membros mais importante no Paraná, que era um militante com longa trajetória política, nome popular e conhecido no meio intelectual e acadêmico.

Expulso do PCB, Octávio da Silveira continuou sendo bastante reconhecido publicamente devido a sua atuação como médico e professor da cátedra de neurologia da Faculdade de Medicina do Paraná, na qual atuava desde a sua criação em 1924. O jornal “O Dia”, de janeiro de 1953, o escolheu como uma figura eminente do meio acadêmico para falar sobre as perspectivas relacionadas ao processo de federalização e criação da Universidade Federal do Paraná.³⁰⁶

É interessante notar que, apesar da vivência conturbada no PCB, Octávio da Silveira, que sempre se denominou um democrata e liberal, coerentemente com sua posição política, permaneceu denunciando a situação de instabilidade da conjuntura brasileira e os riscos de novos golpes políticos e declarações de estado de sítio. Anos depois escreve um artigo para o jornal “Tribuna do Povo”, órgão do PCB em Curitiba, no qual aponta a perseguição e a condenação do “grande patriota” Prestes, não porque este era um dirigente comunista, mas

³⁰⁵ Carta datilografada enviada pelo Comitê Estadual ao secretário político do Comitê Municipal de Paranaguá, (14/05/1946). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática do Comitê Comunista do PCB de Paranaguá, n. 0274 c, cx. 30, p. 46.

³⁰⁶ Recorte do jornal O Dia, “Encontro com o professor Octávio da Silveira” (04/01/1953). Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de Octávio da Silveira, p. 19.

porque era um cidadão que merecia respeito, cujo passado era “digno de elogios”.³⁰⁷ Nota-se que, para Otávio da Silveira, a liberdade política e a democracia eram bens que estavam acima de qualquer ideologia.

Em outro episódio, o militante punido com a “censura pública” foi o contador Bernardo Burda Filho, que havia sido membro da primeira direção estadual do PCB no Paraná, com o cargo de Secretário de Massas Sindicais.³⁰⁸ Por sua atitude de insubordinação, foi criticado severamente e chamado a fazer sua autocrítica e só não perdeu o cargo de Secretário Sindical do Comitê Estadual porque já havia sido afastado anteriormente.

Posteriormente a esse fato, não sabemos ao certo o que aconteceu, pois as fontes são contraditórias. Não encontramos a resolução de sua expulsão definitiva e, segundo ficha policial do militante, este havia apresentado sua “autocrítica”, dizendo-se arrependido.³⁰⁹ Ao longo do ano de 1946, ao que tudo indica, continuou participando das atividades partidárias, pois encontramos seu nome como membro da Comissão Fiscal da União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná, entidade organizada no mês de julho daquele ano, a partir de iniciativa dos militantes comunistas.³¹⁰ Bernardo havia sido indicado

³⁰⁷ Recorte do Jornal Tribuna do Povo “O governo tolera os nazi-fascistas e quer condenar Prestes”, (01/07/1950). Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de Otávio da Silveira, p. 18.

³⁰⁸ GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. *Elite comunista: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964)*. Curitiba: 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFPR, p. 30.

³⁰⁹ Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de Bernardo Burda Filho, n. 0574, cx. 305 e ficha n. 6.280.

³¹⁰ Resoluções do II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Paraná, p.21. Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “União dos Trabalhadores de empresas de carris urbanos de Curitiba”, n. 1952, cx. 226.

pelo comunista Nilo Biazzetto, que o substituiu como Secretário de Massas no Comitê Estadual.³¹¹

Entretanto, em abril de 1948, Bernardo Burda Filho apresentou um requerimento de certidão negativa de antecedentes políticos e sociais na DOPS, a fim de conseguir um emprego em empresa de autarquia federal, dizendo não fazer parte do PCB desde janeiro de 1946, quando foi afastado do cargo de Secretário de Massas por não se submeter à orientação política pecebista, e, a partir daquele momento, passou a lutar contra o partido e foi declarado expulso. Desde então, não havia mais participado de nenhuma atividade política. Segundo suas palavras no requerimento: “depois de minha expulsão do citado partido, nenhuma ligação mais mantive com o mesmo e seus membros, o qual repudio publicamente”.³¹²

Também Osvaldo Coronato, residente em Curitiba e militante da célula Olga Benário Prestes,³¹³ foi criticado severamente e chamado a fazer sua autocrítica.³¹⁴ Segundo consta em sua ficha policial, Coronato foi bastante atuante nas reuniões e atividades promovidas na célula de seu bairro até meados de abril de 1946, quando se viu constrangido a fazer sua autocrítica, a partir daí, não há mais informações sobre ele.³¹⁵ O que indica que talvez deva ter se afastado do PCB.

³¹¹ Fundo DOPS/DEAP, ficha de Bernardo Burda Filho, n. 6.280.

³¹² Declaração prestada por Bernardo Burda Filho ao Delegado de Ordem Política e Social (26/04/1948). Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de Bernardo Burda Filho, n. 0574, cx. 305, p. 3.

³¹³ Osvaldo Coronato foi o autor da poesia em homenagem à Olga Benário Prestes, escrita em outubro de 1945, analisada no capítulo 1 desta tese.

³¹⁴ Carta-circular ao Comitê de Zona do Norte, aos comitês municipais e células de todo o Estado do Paraná (12/03/1946). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática do Comitê Comunista do PCB de Paranaguá, n. 0274 c, cx. 30, p. 36.

³¹⁵ Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de Osvaldo Coronato, n. 3006, cx. 450, p. 1.

Conforme os três casos analisados, constatamos que as censuras públicas, por seu caráter humilhante, tinham um impacto decisivo sobre a moral dos militantes, tendo, por vezes, consequências mais sérias, como o afastamento ou a expulsão definitiva.

Contudo, algumas vezes isso não acontecia. O comerciante Gerson Monteiro de Lima, militante comunista do Comitê da Zona Norte do Estado, continuou no partido, mesmo depois de ser punido com a pena de censura pública e afastado de seu cargo no secretariado do Comitê de Zona, em março de 1946.³¹⁶

Consta, segundo informações arroladas por Sonia Adum, que Gerson Monteiro de Lima, residente em Londrina desde 1932, onde se estabelecera como comerciante e proprietário de vários imóveis no município, havia iniciado sua carreira política como candidato a vereador pelo Partido Integralista na década de 1930. Mudando radicalmente de posição política, em 1945 foi um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil em Londrina e se dizia amigo e correspondente de Prestes. Foi militante pelo menos até o início da década de 1950, quando participou das Campanhas pela Paz promovidas pelo PCB naquela conjuntura.³¹⁷

Algum tempo depois, em 08 de abril de 1964, isto é, imediatamente após o golpe militar, Gerson Monteiro de Lima, então com 67 anos de idade, foi convocado para averiguações na Subdivisão Policial de Londrina. Na situação intimidadora do interrogatório, declarou que

³¹⁶ Carta-circular ao Comitê de Zona do Norte, aos comitês municipais e células de todo o Estado do Paraná (12/03/1946). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática do Comitê Comunista do PCB de Paranaguá, n. 0274 c, cx. 30, p. 36.

³¹⁷ ADUM, Sonia. *A subversão no paraíso: O comunismo em Londrina 1945-1951*. Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo: 2003, p. 118.

havia sido simpatizante do Partido Comunista do Brasil, mas que, segundo suas palavras,

[...] à [sic] cerca de 12 anos atrás, vendo que o Partido não trazia benefício algum, sendo que seus integrantes somente promoviam agitações contra o Governo e Instituições, deixou toda e qualquer atividade dentro do mesmo, tendo, hoje em dia, até certa raiva daqueles filiados ao credo vermelho.³¹⁸

Levando-se em conta a conjuntura vivida e o fato de que este era um depoimento prestado por suspeita de subversão perante um recém-instituído regime militar, logicamente o ex-militante não iria fazer elogios ao comunismo. Mas o que nos interessa é saber que Gerson Monteiro de Lima continuou participando do partido pelo menos até 1952, aceitando e se submetendo à censura pública sofrida em 1946.

Os expurgos no PCB paranaense, justificados por atitudes de “oportunismo tipicamente pequeno-burguês” e pelas “vacilações” e a “incompatibilidade com a ideologia proletária” no seio do partido, tiveram como resultado a expulsão de vários membros, além dos já citados.³¹⁹ É interessante notar que a grande maioria dos militantes censurados ou expulsos provinha, de fato, da classe média e muitos deles eram profissionais como médicos, advogados, corretores, comerciantes etc.

³¹⁸ Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de Gerson Monteiro de Lima, n. 1372, cx. 350, p. 9.

³¹⁹ Além de Otávio da Silveira, em maio de 1946 foram expulsos mais uma leva de militantes do PCB: Ouvar Dawet, Cesar Nicolatti, Aran Machado, Antonio Domingos dos Santos e Severino Ferreira da Silveira. Todos eles incursos no artigo 25 do Estatuto. Carta datilografada enviada pelo Comitê Estadual ao secretário político do Comitê Municipal de Paranaguá, (14/05/1946) Fundo DOPS/DEAP, pasta temática do Comitê Comunista do PCB de Paranaguá, n. 0274 c, cx. 30, p. 46-47.

O membro do diretório estadual do PCB no Paraná e médico Aureliano de Mattos Moura, comentando o episódio sobre as ameaças de expulsões de intelectuais no partido, declarou que o Partido Comunista na nova fase legal, “[...] deveria precaver-se contra possíveis oportunistas e insinceros nos seus quadros”, e concluiu que seria mais conveniente dar os cargos de direção “[...] àqueles que já tivessem demonstrado, na época em que o partido viveu perigosamente, indiscutível sinceridade”.³²⁰ Era o caso do próprio Aureliano e de tantos outros comunistas que haviam passado pelas duras condições de proscricção e perseguição vividas ao longo da década de 1930 e do Estado Novo. Na conjuntura da legalidade em 1945, os antigos militantes se preocupavam com a adesão em massa de aventureiros e oportunistas insinceros ao partido.

A questão principal para entendermos as sindicâncias internas e suas consequências não era, portanto, “a luta de classes” entre burguesia e proletariado no interior do Partido, ou a suposta incapacidade da pequena-burguesia em se adaptar à ideologia comunista, tal como constavam das justificativas apresentadas pelo Comitê Estadual para as expulsões.

Talvez o fator mais determinante tenha sido a luta entre diferentes gerações de militantes comunistas e, muitas vezes, a desconfiança com que os antigos viam os novos. Estes últimos haviam aderido ao PCB numa conjuntura de liberdade política em que ser comunista não significava grandes sacrifícios ou dificuldades, e ainda não haviam tido a chance de provar sua firmeza ideológica e, por isso, eram vistos com receio pelos antigos.

³²⁰ Fundo DOPS/DEAP, ficha individual de Aureliano de Mattos Moura, n. 27.010.

Podemos deduzir, a partir da opinião emitida por Aureliano de Mattos Moura, que os militantes mais antigos, pelo fato de permanecerem comunistas depois de atravessarem momentos de grande turbulência e sofrimentos no passado, consideravam-se como os melhores e os mais fiéis elementos do partido e deveriam, por esse fato, ter mais direitos aos cargos de destaque na estrutura partidária na legalidade do que os novos membros.

Os militantes que haviam aderido ao comunismo na década de 1930 formavam um grupo dominante no PCB. A maioria deles tinha passado por experiências mais ou menos semelhantes, que se traduziam no apoio à Aliança Nacional Libertadora e nas perseguições e prisões decorrentes da onda de repressão e anticomunismo que se seguiu ao fechamento da ANL e à tentativa infeliz de insurreição comunista em novembro de 1935.

Estes antigos militantes pretendiam proteger e preservar o seu espaço frente às adesões em massa que se seguiram à legalização do PCB em 1945.

A maior parte dos cargos importantes do diretório estadual pecebista estabelecido neste ano foi monopolizada pelos antigos militantes. Todos os membros do Secretariado do Comitê Estadual tinham longas trajetórias como comunistas, com a exceção de Bernardo Burda Filho que, não por acaso, foi posteriormente afastado do cargo. O Secretariado Estadual era formado pelos seguintes nomes:

- Secretário-geral: Walfrido Soares de Oliveira, ex-ferroviário, operário e comunista desde 1934; pertenceu a Aliança Nacional Libertadora e a Juventude Proletária Estudantil

Popular do Paraná,³²¹ preso várias vezes entre dezembro de 1935 e novembro de 1937 por ser identificado como comunista militante;³²²

- Secretário de organização e finanças: Vilário Frederico Muller, ferroviário, mecânico da Estrada de Ferro, preso em agosto de 1935 quando fazia parte de uma reunião da Juventude Proletária Estudantil Popular, foi preso novamente em novembro do mesmo ano e no seguinte, por suspeita de atividades extremistas;³²³
- Secretário de massas eleitorais: Elias Neves de Miranda, ferroviário e funcionário do almoxarifado da Rede, membro da Aliança Nacional Libertadora em 1935 e preso em dezembro do mesmo ano para averiguações por suspeita de atividades comunistas;³²⁴
- Secretário de divulgação e propaganda: Flávio Ribeiro, advogado e jornalista, atuou na imprensa paranaense na década de 1930 defendendo a luta contra o fascismo, e no movimento estudantil universitário no começo da década de 1940 quando cursava a faculdade de direito;³²⁵

³²¹ Autos de inquérito, declaração prestada por Walfrido Soares de Oliveira (26/11/1935). Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Partido Comunista Brasileiro – PCB (documentos diversos)”, n. 1468 a, cx. 174.

³²² Fundo DOPS/DEAP, ficha individual de Walfrido Soares de Oliveira, n. 29.931.

³²³ Fundo DOPS/DEAP, ficha individual de Vilário Muller, n. 33.121.

³²⁴ Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de Elias Neves de Miranda n. 1012, cx. 329, e ficha n. 26.003.

³²⁵ Fundo DOPS/DEAP, pasta individual de Flávio Ribeiro n. 1216, cx. 341, e ficha n. 34.480.

- Secretário de massas sindicais: Bernardo Burda Filho, contador, afastado do cargo no mesmo ano de 1945 e substituído pelo bancário e líder sindical Nilo Biazetto;

Dos demais membros do diretório estadual, vários deles foram militantes na década de trinta, fichados e presos algumas vezes entre dezembro de 1935 e novembro de 1937, por exercerem atividades comunistas: Jorge Herlain e Dario Printz, ambos ferroviários e líderes da greve empreendida na Rede de Viação em 1934; Adolpho Ginaglia, marceneiro; Julio Manfredini, funcionário público; Aureliano de Mattos Moura, médico e oficial do Exército, Virgílio Previde, comerciante e Angelo Maria Patitucci, alfaiate.³²⁶

Sobre Angelo Patitucci, consta de sua ficha policial que foi fichado como comunista em 1935 e havia sido agente reservado da DOPS entre 1937 e 1939, prestando várias informações sobre seus antigos companheiros.³²⁷ No entanto, posteriormente à legalização do PCB em 1945, foi membro do diretório estadual, militante dedicado e secretário de organização do Comitê Municipal de Paranaguá. Nenhum indício foi encontrado de que tenha continuado a contribuir com os agentes da polícia política na conjuntura pós-1945. Apesar das atitudes desleais e secretas do passado de Patitucci, os comunistas paranaenses que nada sabiam sobre isso, consideravam-no um homem de confiança em Paranaguá e “um camarada bom e maduro”.³²⁸

³²⁶ Fundo DOPS/DEAP, fichas individuais de Jorge Herlain, n. 19.486; Dario Printz, n. 33.163; Virgílio Previde, n. 33.121; Aureliano de Mattos Moura, n. 27.010; Angelo Maria Patitucci, n. 30.754; pasta individual de Adolpho Chinaaglia, n. 058, cx. 276 e Julio Manfredini, n.2258, cx. 404.

³²⁷ Fundo DOPS/DEAP, ficha individual de Angelo Maria Patitucci, n. 30.754.

³²⁸ Fundo DOPS/DEAP, pasta temática “Partido Comunista Brasileiro – PCB”, n. 1468 d, cx. 174, p. 106.

Além da concessão dos cargos importantes, os militantes antigos também eram escolhidos como candidatos a representar o partido nas campanhas eleitorais. Para o pleito de 1945, um dos critérios mais importantes de escolha dos representantes pecebistas foi o de antiguidade, como o caso dos candidatos a deputado federal Claudemiro Batista, ferroviário que havia ingressado no PCB em 1932, o estivador José Bezerra de Vasconcelos, também comunista desde 1932 e Walfrido Soares de Oliveira, Secretário-Geral do Comitê Estadual e antigo membro do PCB, indicado como candidato preferencial de Prestes.

A luta de gerações no interior do partido explica também as dificuldades do advogado José Rodrigues Vieira Neto, principal expressão eleitoral do PCB na legalidade, para conseguir um espaço de destaque na estrutura interna partidária. Egresso da Aliança Liberal, aderiu ao PCB em 1945 e foi candidato a deputado federal naquele ano. Mesmo sendo o candidato comunista mais votado, sua origem de classe, profissão e trajetória anterior foram fatores de desconfiança que o impediram de ser incluído como membro do diretório estadual, e continuou sendo membro do Comitê Municipal de Curitiba. Somente após ter comprovado seu compromisso com o comunismo, tendo desincumbido as funções que lhe foram confiadas e se destacado como um forte candidato no Paraná, foi conquistando aos poucos a liderança partidária.

No entanto, a disputa pelo espaço entre os antigos e os novos militantes não explica a expulsão de Octávio da Silveira das fileiras do PCB, pois este também havia sido militante da Aliança Nacional Libertadora e tinha uma longa trajetória de lutas políticas na década de 1930. De acordo com a tese de Cezar Augusto Benevides, Octávio da Silveira foi muito mais ligado à tradição liberal e democrática da Aliança Nacional Libertadora do que ao comunismo. A cassação do mandato de deputado federal e a prisão em março de 1936 ocorreram pelo

fato de Octávio da Silveira ter desafiado o governo Vargas e votado contra o projeto de declaração de estado de sítio. Em seu discurso, Silveira denunciava o assalto ao poder ocorrido em 1930, o cerceamento das liberdades públicas e a exploração crescente dos trabalhadores. Além disso, tinha dado apoio moral à insurreição comunista de 1935, mas insistia que ser aliancista não era o mesmo que ser comunista.³²⁹

A defesa extremada dos princípios liberais de liberdade de opinião talvez tenha dificultado a adaptação de Octávio da Silveira à rígida disciplina interna do PCB. É sintomático ele ter se negado a fazer sua autocrítica, ainda que este ato tenha acarretado sua posterior expulsão.

Levando-se em conta os processos de sindicância interna, as críticas, as autocríticas, as censuras públicas e as expulsões, que eram situações correntemente vividas no dia-a-dia partidário, tende-se a pensar que as principais qualidades exigidas para a permanência do militante no PCB eram a obediência, a disciplina e a subordinação aos seus superiores hierárquicos. Se a adesão voluntária ao comunismo se dava pela vontade de participar da vida pública, de poder falar, de contestar e de ser ouvido, muitas vezes, a permanência no partido significava a obediência a uma infinidade de ordens e pouco espaço havia para a liberdade de opinião. Na análise destas fontes, percebemos também o quanto as disputas internas pelo poder e pelos cargos na hierarquia partidária sobressaem-se, tornando-se tão importantes quanto a ação política mais ampla em prol dos objetivos do partido.

³²⁹ BENEVIDES, Cezar Augusto Carneiro. *Terra sem passado: um estudo do Paraná contemporâneo*. Tese (Doutorado em História) USP, 1991, p. 176.

5.2 A cassação do mandato do PCB

O episódio da cassação do mandato do PCB pelo Supremo Tribunal Eleitoral em maio de 1947, conforme um decreto constitucional dirigido contra partidos “antidemocráticos”, não deve ser lido como um resultado dos conflitos internos analisados neste capítulo. Tem a ver com a dinâmica política nacional e internacional e com a incipiência do sistema democrático implantado após a derrocada final do Estado Novo. Segundo Ronald Chilcote, os juízes que votaram pela cassação do mandato justificaram suas posições devido à descoberta de que os Estatutos do PCB diferiam ligeiramente daqueles originalmente submetidos ao Tribunal Superior Eleitoral e porque o nome do partido (‘do Brasil’ em lugar de ‘brasileiro’) significava que não era um partido brasileiro e sim estrangeiro.³³⁰ É claro que esta era uma mera desculpa para justificar legalmente um ato arbitrário e inconstitucional.

O PCB não foi cassado por suas desavenças internas e nem por ser demasiado “combativo” ou “revolucionário”, pois, como vimos, na conjuntura da legalidade foi um partido político que se mostrou preocupado em manter seu espaço no jogo parlamentar, mesmo porque a manutenção da ordem constitucional e democrática havia sido uma de suas principais bandeiras desde a abertura política e a anistia em abril de 1945.

Na interpretação de Sidnei Munhoz, as razões para as duras perseguições aos comunistas e aos movimentos sociais no governo

³³⁰ A ilegalidade do PCB foi votada em 07 de maio de 1947, no entanto, somente no dia 07 de janeiro de 1948, o Congresso Nacional cassou os parlamentares eleitos pelo Partido Comunista. CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 100.

Dutra após 1947 tem origens tanto endógenas quanto exógenas. Dutra não apresentou grandes inovações nas práticas de repressão aos movimentos populares herdadas do Estado Novo, visto que este tipo de violência sempre havia sido aceito e muitas vezes apoiado pelas elites nacionais, conservadoras e anticomunistas. Além disso, a política externa brasileira, de um alinhamento incondicional aos Estados Unidos, foi responsável por um retrocesso da democratização iniciada no final da ditadura Vargas. Com a emergência da Guerra Fria e aos primeiros sinais de uma ação coordenada pelos norte-americanos objetivando conter qualquer influência soviética na América Latina, Dutra não hesitou em cassar o registro do PCB, suprimir a influência comunista no movimento operário e perseguir funcionários públicos, sindicalistas, militares e políticos vinculados ao partido.³³¹

O PCB, outra vez na clandestinidade, teria que buscar novas alternativas e criar outros espaços para sua atuação pública. Porém, a ausência de uma organização política legal foi um impedimento significativo para a atuação dos seus membros: “[...] a limitação da discussão política, a impossibilidade de apresentar em seus próprios nomes, propostas, candidaturas, programas etc., tornava complicada a identificação e seleção de amigos e inimigos, objetivos e interesses”.³³²

³³¹ MUNHOZ, Sidnei. “Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)”. Revista Diálogos, UEM, v. 6. p. 41-59.

³³² BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: as Duas Almas do Partido Comunista - 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 170. A situação de longa clandestinidade enfrentada pelos comunistas é um dado que não deve ser subestimado e que diz muito sobre a natureza das instituições políticas no Estado democrático brasileiro, pelo longo tempo em que esteve na ilegalidade, o PCB é um caso extremo de exclusão política, desde o seu nascimento em 1922, até sua legalização definitiva em 1985, este partido teve menos de três anos de legalidade plena. BRANDÃO, Gildo Marçal. “A ilegalidade mata: O Partido Comunista e o sistema partidário (1945/64)”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, nº 33, fev. 1997, p. 23.

O medo permeou a atuação dos militantes na conjuntura pós 1947. As reuniões se tornaram mais difíceis e eram realizadas somente com membros reconhecidos do partido em lugares cuidadosamente escolhidos. No entanto, havia agentes policiais mesmo entre estes membros que se acreditava serem de confiança. Um desses agentes relatava ao delegado de polícia as discussões de uma reunião da célula Olga Benário Prestes de Curitiba. Apesar da cassação, segundo este relatório, os membros deveriam trabalhar pacificamente, angariar fundos para a imprensa popular e conseguir novos militantes, no entanto, era preciso saber selecionar as pessoas de inteira confiança para trabalhar em prol do comunismo com o intuito de mostrar à população que o comunismo não era “um bicho de sete cabeças”, opinião disseminada pelos anticomunistas.³³³ Porém, além das diretivas práticas tão comumente debatidas nas reuniões do partido, o que tornava aquele momento particular eram os cuidados a serem tomados com a polícia:

Fazer reuniões de vez em quando, em lugares discretos, com número reduzido, somente para receber instruções, sem que isso seja notado, fazendo em fim [sic], um trabalho subterrâneo em todas as classes sociais, para, na hora tudo estar pronto para uma ação em todo o país.³³⁴

Mesmo com a volta à clandestinidade e a impossibilidade de até mesmo se reunirem livremente, os comunistas continuaram esperançosos, confiando na hora em que tudo estaria pronto para uma ação revolucionária da classe proletária em todo o país, mas essa hora nunca chegou.

³³³ É preciso ressaltar que, com a cassação do mandato pelo Tribunal Superior Eleitoral, o discurso e os grupos anticomunistas ganharam com este ato a força e a legitimidade da lei.

³³⁴ Carta de informante ao Delegado de Ordem Política e Social (18/03/1948). Fundo DOPS/DEAP, Pasta “Comitê Comunista do PCB em Ponta Grossa”, n. 275, cx. 031, p. 119.

Considerações finais

No X Congresso do PCB, ocorrido em 1992, foi decidida a mudança de nome do partido para PPS (Partido Popular Socialista) sob a liderança dos militantes Roberto Freire e Salomão Malina. Esta reestruturação partidária tinha em vista a readequação aos novos tempos advindos com a crise do socialismo real e o fim da União Soviética. Porém, tal acontecimento se revestiu de uma enorme carga afetiva, pois não foi fácil convencer velhos militantes em abandonar a bandeira vermelha com a foice e o martelo e o nome-signo como o do PCB que remetia a lutas pelas quais tantos companheiros haviam se dedicado no passado. Além dos anos de história, estava também em jogo tudo aquilo que representou o partido no passado, referência da esquerda brasileira e que, apesar da condição de quase constante clandestinidade, esteve sempre presente em vários momentos importantes da história política nacional.

Como resposta à mudança de nome alguns militantes descontentes recorreram à justiça e conseguiram refundar o PCB como Partido Comunista Brasileiro, obtendo o registro definitivo em 1995.³³⁵ Atualmente, a reivindicação pela herança do antigo PCB envolve três partidos políticos: o PPS, criado em 1992, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) refundado em 1995 e o PC do B (Partido Comunista do Brasil), fundado em 1961 por militantes dissidentes do PCB. Estes

³³⁵ A polêmica em torno da “tradição inventada” que resultou na refundação do PCB em 1995 é analisada detidamente no livro de PANDOLFI, Dulce. *Comaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

partidos ainda hoje travam uma batalha pela memória, cada um deles apresentando argumentos plausíveis em sua defesa.

No entanto, no cenário atual, marcado pela falência do socialismo e em que os partidos políticos estão desacreditados, que sentido há na disputa pela memória do PCB? Por que o interesse em evocar este passado?

Podemos avaliar a batalha pela memória como resultado de um anseio por uma unidade perdida no passado, um enfrentamento perante as cisões e o esfacelamento dos movimentos da esquerda. Ser o partido que representa a “continuidade” dos ideais do antigo PCB significaria suplantar o estado atual de fragmentação e de enfraquecimento. Porém, esta unidade é muito mais um mito construído *a posteriori*, pois, como vimos na tese, na prática, sempre houve fragmentação e conflitos internos, mesmo nos momentos de ascendência do Partido Comunista.

Apresentamos na tese o fenômeno da militância dos comunistas em um momento de forte efervescência política em torno da democracia, o período do pós-guerra. Analisamos os signos comoventes partilhados por eles e a prática cotidiana das tarefas partidárias que, devido ao seu caráter rotineiro, acabava, com o tempo, abrandando o entusiasmo ideológico e a comoção em torno dos signos do partido, em proveito dos vínculos afetivos com o aparelho por ele mesmo. Este processo fortalecia os laços entre os membros e destes com o partido, proporcionando um caráter duradouro ao engajamento.

De acordo com Frédéric Sawicki, nos estudos sobre o engajamento militante é preciso superar a concepção redutora da socialização militante como resultante tão somente do trabalho de doutrinação, manipulação e controle ideológico realizado dentro das organizações. Para este autor, não basta decretar que uma atividade

proporciona retribuições ‘simbólicas’, mas compreender porque determinadas práticas as proporcionam e permitem, mais do que outras, extrair uma gratificação disso.³³⁶ Nesta perspectiva, uma atividade é ou não gratificante na medida em que está ancorada em intersubjetividades, ou seja, em relações interpessoais carregadas de afetividades.

A paixão pelo comunismo não foi construída somente a partir da leitura teórica e conceitual dos clássicos, também foi mobilizada por discursos encarnados em pessoas reputadas, com as quais já existiam laços previamente estabelecidos ou construídos pelo lado a lado na militância. Toda uma rede de sociabilidade foi criada no processo de difusão dos ideais comunistas e nos discursos proferidos em palanques improvisados, em portas de fábrica, nos pequenos grupos, em reuniões, nas ruas, nos bares, em festas, em churrascos, em gincanas e jogos de futebol, difundidos em panfletos e manifestos.

Nosso interesse foi saber como os discursos estruturam e são estruturados pelas ações e o quanto as questões e discussões políticas nacionais estão inseridas nas agitações, nas organizações, na militância política e em experiências de trabalhadores anônimos. Este universo político “visto de baixo” estaria sendo negligenciado se estudássemos a política somente a partir de fontes oficiais da cúpula dos partidos políticos ou em discursos parlamentares.

Os militantes das bases certamente não tinham tanta clareza e consciência das ideias que defendiam. A ideologia comunista tinha força e energia para empolgar os indivíduos para além da lógica interna do discurso, por ser defendida por pessoas de “carne e osso”, inseridas nos processos históricos, ligadas por laços de afetividade e de amizade. A trajetória de vida e de trabalho de cada um deles tinha

³³⁶ SAWICKI, 2011, p. 209-211.

influência fundamental na repercussão de suas falas e suas ideias.

Não há qualquer correspondência automática e excessivamente direta entre os discursos de partidos políticos e as ações dos militantes ou, em termos mais gerais, entre discursos e práticas. Seria um engano exigirmos dos militantes uma trajetória ideal, linear, com um sentido estabelecido e um caminho coerente. Por isso, foi importante refletir sobre as adesões e a camaradagem construída em torno da organização das células partidárias e também sobre os desentendimentos, as brigas internas e as disputas de poder dentro do partido.

O horizonte de expectativa daqueles militantes não se realizou, as vozes foram caladas e reprimidas diante da cassação do mandato do PCB em maio de 1947 e mais drasticamente com o golpe de 1964. Ao longo da história brasileira do século XX, não só nos períodos de ditadura, mas também durante os anos ditos de democracia, é um fato comum as reivindicações populares e a militância comunista serem tratadas como caso de polícia.

Já comentamos sobre a importância das transformações da conjuntura política nacional e internacional para compreendermos a perseguição e o cerceamento das ações dos militantes. Todavia, observamos que mesmo antes da proibição e da cassação do mandato já existiam enfrentamentos e conflitos entre os militantes. Devido a este fato, o PCB é um dos partidos mais criticados da história política brasileira. Membros, ex-militantes e pesquisadores procuraram insistentemente encontrar as razões para os fracassos do PCB em sua dinâmica interna e seus “desvios”, ora de esquerda, ora de direita.³³⁷

³³⁷ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. (Orgs.) *Corações Vermelhos*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 83.

Considerando-se a dinâmica interna, não é difícil encontrarmos fatores que expliquem os fracassos do PCB: a estrutura partidária rigidamente hierárquica e piramidal, o excessivo centralismo em torno da figura de Prestes, a tendência à criação de uma oligarquia na cúpula do partido e a inflexibilidade das regras e da disciplina. Entretanto, pouca atenção se tem dado ao tema da autonomia e da vontade popular de participação na esfera pública e ao fato dos militantes do PCB figurarem como os principais atores das mobilizações populares no período do pós-guerra, introduzindo novos temas e personagens na cena política brasileira daquela época. Destacamos nessa pesquisa este outro lado da militância, realizada no dia-a-dia por pessoas comuns, expressão da participação e da liberdade motivada pela crença nas possibilidades da construção coletiva de um futuro melhor.

Anexo I – RELAÇÃO DAS PASTAS TEMÁTICAS PESQUISADAS

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – FUNDO DOPS

NÚMERO	CAIXA	TÍTULO DO PRONTUÁRIO
0165	19	Campanha da Legalidade
0180 a	21	Célula do PCB com fichas dos sócios contribuintes
0180 b	21	Célula do PCB com fichas dos sócios contribuintes
0284	31	Comitê Democrático Popular do Bigorrião
0262	29	Comitê Comunista Água Verde – PCB
0263	29	Comitê Comunista Cajuru
0283	31	Comitê Democrático do Batel
0264	29	Comitê Comunista Central da Capital
0265	29	Comitê Comunista do PCB em Antonina
0266	29	Comitê Comunista do PCB de Apucarana
0267	29	Comitê Comunista do PCB em Cambé
0268	29	Comitê Comunista do PCB de diversas cidades do norte do Paraná
0269	30	Comitê Comunista do PCB de Ibiporã
0272	30	Comitê Comunista do PCB de Londrina
0274 a	30	Comitê Comunista do PCB de Paranaguá
0274 b	30	Comitê Comunista do PCB de Paranaguá
0274 c	30	Comitê Comunista do PCB de Paranaguá
0275	31	Comitê Comunista do PCB em Ponta Grossa
0277	31	Comitê Comunista do PCB em Rio Negro
0279	31	Comitê Comunista da Vila Pinto – PCB
0270	30	Comitê Comunista do interior
0282	31	Comitê Democrático dos advogados
0285	31	Comitê Democrático Progressista dos Rodoviários
0286	31	Comitê Distrital de Jaguapitã
0273	30	Comitê do PCB em Morretes
0289	32	Comitê Popular Contra a Ditadura
0312	34	Comunismo
0313	35	Comunistas fichados em 1955
0320	36	Confederação dos Trabalhadores do Brasil

0314	35	Confederação Geral Democrática do Paraná
0326	38	Congresso Estadual Pró-Paz
0337	39	Congresso Sindical Mundial
0779	89	DOPS – documentos anexados nas fichas individuais
0780 a	89	DOPS – documentos antigos
0856	105	DOPS – relatórios sobre greve
1172	140	Integralismo - fotografias
1205	143	Jornal Diário da Tarde
1252	147	Jornal Tribuna do Povo
1288	151	Lista de Comunistas
1405	166	Movimento Paranaense dos Partidários da Paz
1465	173	Partido Comunista Brasileiro – PCB
1466 a	173	Partido Comunista Brasileiro – PCB
1466 b	173	Partido Comunista Brasileiro – PCB
1466 c	173	Partido Comunista Brasileiro – PCB
1466 d	173	Partido Comunista Brasileiro – PCB
1468 a	174	Partido Comunista Brasileiro – PCB (doc. diversos)
1468 b	174	Partido Comunista Brasileiro – PCB (doc. diversos)
1468 c	174	Partido Comunista Brasileiro – PCB (doc. diversos)
1468 d	174	Partido Comunista Brasileiro – PCB
1468 e	174	Partido Comunista Brasileiro – PCB
1469	175	Partido Comunista Brasileiro – PCB (doutrina)
1470	175	Partido Comunista Brasileiro – PCB (histórico)
1473	176	Partido Comunista Brasileiro (relações nominais)
1489	178	Partido Comunista Brasileiro – PCB - Londrina
1497	180	Partido Comunista Brasileiro – PCB – Ponta Grossa Sindicato dos Trabalhadores Bancários
1952	226	Sindicato dos Trabalhadores em empresas de Carris Urbanos de Curitiba
2301	258	União dos Ferroviários
2295	257	União Cultural dos Poloneses no Brasil
2303	258	União Geral Eslava do Brasil
2310	259	União Nacional dos Estudantes – UNE
2342	266	União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná
2348	266	União dos Trabalhadores de Curitiba

Anexo II – FICHAS NOMINAIS E PASTAS INDIVIDUAIS PESQUISADAS

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – FUNDO DOPS

NOME	NÚMERO DA FICHA	PASTA REFERÊNCIA
1. Acelino Sanches	ficha 36.628	pasta n. 0013 cx.273
2. Adélio Spindola	ficha 43.172	sem pasta
3. Alcides Rodrigues dos Santos	ficha 36.966	sem pasta
4. Augusto Chagas	ficha 8.717	pasta n.0517 cx.302
5. Aureliano de Matos Moura	ficha 27.010	sem pasta
6. Armando dos Santos	ficha 37.106	pasta n.0459 cx.299
7. Ataliba Santos	ficha 37.117	sem pasta
8. Adão Magalhães	ficha n. 23.143	sem pasta
9. Adão Aghal Toledo do Nascimento	ficha n.27.498	sem pasta
10. Adolfo Chinaglia		pasta n.058 cx. 276
11. Agliberto Vieira de Azevedo	ficha n.2.874	pasta n.081 cx.322
12. Alcy Xavier	ficha n.46.843	
13. Ângelo Cajardoni	ficha n.6.564	
14. Angelo Maria Patitucci	ficha n.30.754	pasta n.0257 cx.287
15. Antonio Araújo Rocha	ficha n.34.878	pasta n.0387 cx.296
16. Antônio Mulero	ficha n.25.139	pasta n.0367 cx.294
17. Antonio Scarpin Sobrinho	ficha n.38.374	
18. Ari Seckman	ficha n.43.273	
19. Armando Santos Gonçalves	ficha n. 7.106	pasta n.0459 cx.299
20. Arnaldo Assunção	ficha	pasta n.0464 cx.299
21. Anita Carneiro	ficha n.7.628	sem pasta

- | | | |
|---|----------------|----------------------|
| 22. Antonio Mendonça
Conde | ficha n.9.455 | pasta n.0364 cx.294 |
| 23. Arcelina Mochel Goto | ficha n.17.083 | |
| 24. Arpad Prinz | ficha n.33.163 | sem pasta |
| 25. Benedito Casemiro | ficha n.8.182 | sem pasta |
| 26. Bento Paiva | ficha n.30.345 | pasta n.0566 cx.305 |
| 27. Berek Krieger | ficha n.20.177 | |
| 28. Bernardo Burda Filho | ficha n.6.280 | pasta n.0574 cx.305 |
| 29. Carlos Previde | ficha n.33.113 | sem pasta |
| 30. Carmo Souza Mattos | ficha n.24.645 | sem pasta |
| 31. Chaim Israel Jugend | ficha n.19.269 | |
| 32. Claudemiro Batista | ficha n.3.954 | pasta n.0756 cx.315 |
| 33. Clemenceau Rodrigues
de Oliveira | ficha n.29.122 | pasta n. 0766 cx.316 |
| 34. Dante Leonelli | ficha n.21.148 | |
| 35. Dário Prinz | ficha n.33.163 | pasta n.0830 cx.319 |
| 36. Dinarte Pereira Brasil | ficha n.837 | pasta n.0882 cx.322 |
| 37. Dirce Derenda | ficha n.11.509 | sem pasta |
| 38. Durvalina (Mimi) Alves
Batista | ficha n.3.959 | pasta n.0929 cx.324 |
| 39. Elias Neves Miranda | ficha n.26.003 | pasta n.1012 cx.329 |
| 40. Ervino Hauer Kwasinski | ficha n.20.359 | |
| 41. Esmeraldo Blasi Júnior | ficha n.4.947 | pasta n.1121 cx.336 |
| 42. Estanislau E. Cardoso | sem inform. | pasta n.1125 cx.336 |
| 43. Expedito de Oliveira
Rocha | ficha n.34.923 | sem pasta |
| 44. Euzébio José Martins | | pasta n.1164 cx. 338 |
| 45. Fausto Pio de Miranda | ficha n.26.006 | sem pasta |
| 46. Felipe Chede | ficha n.8.895 | pasta n.1183 cx.339 |
| 47. Flávio Ribeiro | ficha n.34.480 | pasta n.1216 cx.341 |
| 48. Francisco Osvaldo
Castelucci | ficha n.8.228 | pasta n.1273 cx.345 |
| 49. Gerson Monteiro de
Lima | ficha n.21.454 | pasta n.1372 cx.350 |
| 50. Gregório Bezerra | | pasta n.1400 cx.352 |
| 51. Guido Previde | ficha n.33.114 | sem pasta |
| 52. Hedel Jorge Azar | ficha n.2.855 | pasta n.1481 cx. 356 |
| 53. Hermógenes Lazier | ficha n.20.722 | pasta n.1567 cx.362 |

54. Homero Cavalcanti
de Quadros ficha n.33.336 pasta n.1593 cx.364
55. Iracy Silva ficha n.40.153 sem pasta
56. Izaurino Gomes Patriota ficha n.30.748 pasta n.1706 cx. 371
57. Jacob Schimit pasta n.1723 cx. 372
58. Januário Miranda Junior ficha n.26.024 sem pasta
59. João Fernandes Nobrega ficha n.28.227 sem pasta
60. Joaquim Rodrigues Mochel fichas n.26.157/
26.158 pasta n.1930 cx.384
61. Jorge Karan ficha n.18.316 pasta n.1963 cx.386
62. Jorge Herlain ficha n.19.486 pasta n.1961 cx.386
63. José Bezerra de
Vasconcelos ficha n.45.292 sem pasta
64. José Coloda ficha n.9.370 sem pasta
65. José Hernandez Cabezon pasta n.2108 cx. 395
66. José Gomes de Almeida ficha n.860 pasta n.2096 cx.394
67. José Luciano de Andrade ficha n.1.702 sem pasta
68. José Maria Salles ficha n.36.475 sem pasta
69. José Peixoto Machado ficha n.22.917 pasta n.2176 cx.399
70. José Rodrigues Vieira Neto fichas n.45.992/
45.994 pasta n.2194 cx.400
71. José Tenório Sobrinho ficha pasta n.1906 cx.383
72. Júlio Lemos ficha n.21.084 sem pasta
73. Júlio Manfredini ficha n.23.508 pasta n.2258 cx.404
74. Legardeth Consolmagno ficha n.9.486/
9.487 pasta n.2343 cx.409
75. Lazaro Góis Ribeiro ficha n.34.564 sem pasta
76. Luiz Gonzaga Russi ficha n.36.079 sem pasta
77. Luiz Marconsini Filho ficha n.23.719 sem pasta
78. Maria Batista Galvão ficha n.15.563 pasta n.2608 cx.426
79. Maria de Lourdes Coronato ficha n. 9.657
80. Maria do Rozario Kravitz ficha n.20.155 sem pasta
81. Maria José Previde ficha n.33.117 sem pasta
82. Maria Olímpia Carneiro
Mochel ficha n.26.160 pasta n.2630 cx.427
83. Mario Urias de Mello ficha n.25.139 sem pasta
84. Marino Cardoso Guedes ficha n.17.500 sem pasta
85. Manoel Alves Tainhota ficha n.43.650 sem pasta

86.	Manoel Jacinto Correa	ficha n.9.812	pasta n.2543 cx.422
87.	Manuel Leandro da Costa Júnior	ficha n.10236	sem pasta
88.	Marcelino Rivelles	ficha n.34.794	sem pasta
89.	Miguel Pan	ficha n.30.493	pasta n.2746 cx.434
90.	Moacir Antônio Arcoverde	ficha n.2.412	pasta n.0366 cx.294
91.	Nabi Paraná Filho	ficha n.30.571	sem pasta
92.	Nair Busmayer	ficha n.6.346-A	pasta n.2802 cx.437
93.	Nei Pereira Neves	ficha n.28.034	sem pasta
94.	Nelson Torres Galvão	ficha n.15.566-A	pasta n.2846 cx.440
95.	Newton Leopoldo Câmara	ficha n.6.724	pasta n. 2867 cx.441
96.	Nilo Izidoro Biazetto	ficha n.34.749	pasta n.2883 cx.443
97.	Nilo Ivo Previde	ficha n.33.118	pasta n.2884 cx.443
98.	Odílio Cunha Malheiros Filho	ficha n.23417	pasta n.2927 cx.446
99.	Oswaldo Coronato		pasta n.3006 cx.450
100.	Orlando Ceccon	ficha n.8.551	pasta n.2958 cx.447
101.	Octávio da Silveira		ver numero
102.	Pedro Roque Zucoloto	ficha n.47.395/ 47.396	sem pasta
103.	Randolfo C. Soares	ficha n.42.077	sem pasta
104.	Raul dias	ficha n.11.720	
105.	Roque B. Arruda	ficha n.2.543	sem pasta
106.	Rosalia Mary Sicz	sem inform.	sem pasta
107.	Salvador Gonçalves	ficha n.16.924	pasta n.3412 cx.475
108.	Saul Dias	ficha n.11.729	sem pasta
109.	Sebastião de Sá Cavalcanti	sem inform.	pasta n.3442 cx.476
110.	Severino Francisco Ribeiro	ficha n.34.632	sem pasta
111.	Tarquínio Joslim Santos		pasta n.3507 cx.480
112.	Túlio D’Incau	ficha n.11.811	sem pasta
113.	Vilário Muller	ficha n.27.244	pasta n.3626 cx.487
114.	Virgílio Previde	ficha n.33.121	sem pasta
115.	Waldemar Reikdal	sem inform.	pasta n.3658 cx.489
116.	Walfrido Previde	ficha n.33.120/ 33.122	pasta n.3677 cx.490
117.	Walfrido Soares de Oliveira	ficha n.29.931	pasta n.3678 cx.490
118.	Wilson Previde	ficha n.33.123	pasta n.3741 cx.494
119.	Zola Cúnico	ficha n.10.969	

Fontes e arquivos pesquisados

Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP)

- Fundo DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social):

Pastas temáticas; (ANEXO I)

Pastas individuais; (ANEXO II)

Fichas nominais; (ANEXO II)

- PB 039 – TRE - PR (Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná):

Caixa n. 108:

“Ata de proclamação dos candidatos eleitos aos cargos de vereadores do município de Curitiba – 25 de novembro de 1947”

“Mapa eleitoral – resumo das eleições municipais realizadas em 16 de novembro de 1947”

“Resultados finais das eleições para prefeito e vereador dos municípios de Paranaguá, Guaraqueçaba e Guaratuba – 20 de novembro de 1947”

Caixa n.226:

Processo n. 1481 – Registro de delegados eleitorais do Partido do Comunista do Brasil – 31 de dezembro de 1946

Processo n. 1486 – Registro do Secretariado dos Comitês Estadual e Municipais do Partido Comunista do Brasil – 31 de dezembro de 1946

Caixa n. 230:

“Registro dos diretórios partidários e dos candidatos às eleições de 02 de dezembro de 1945”

“Número de eleitores que compareceram às urnas nas eleições de 02 de dezembro de 1945”

Caixa n. 290:

“Apuração final das eleições realizadas em 02 de dezembro de 1945 – Apucarana”

“Edital n.92: relação dos candidatos registrados – 15 de janeiro de 1947”

“Mapa Geral de Apuração da 23ª Zona Eleitoral Ribeirão Claro – eleições de 19 de janeiro de 1947”

“Mapa Geral de Apuração da 18ª Zona Eleitoral Jaguariaíva – eleições de 19 de janeiro de 1947”

“Mapa Geral de Apuração da 21ª Zona Eleitoral Siqueira Campos – eleições de 19 de janeiro de 1947”

“Mapa Geral de Apuração da 22ª Zona Eleitoral Santo Antonio da Platina – eleições de 19 de janeiro de 1947”

“Mapa Geral de Apuração da 24ª Zona Eleitoral Jacarezinho – eleições de 19 de janeiro de 1947”

“Mapa Geral de Apuração da 25ª Zona Eleitoral Cambará – eleições de 19 de janeiro de 1947”

“Mapa Geral de Apuração da 19ª Zona Eleitoral Tomazina – eleições de 19 de janeiro de 1947”

“Mapa Geral de Apuração da 27ª Zona Eleitoral Londrina – eleições de 19 de janeiro de 1947”

“Mapa Geral de Apuração da 31ª Zona Eleitoral Guarapuava – eleições de 19 de janeiro de 1947”

“Mapa Geral de Apuração da 26ª Zona Eleitoral Cornélio Procópio – eleições de 19 de janeiro de 1947”

“Resultado das eleições realizadas em 19 de janeiro e suplementares em 23 de março de 1947 – votação partidária por município”

“Quadro demonstrativo da votação dos candidatos eleitos à Assembléia Legislativa Estadual, nas eleições realizadas a 19 de janeiro e suplementares de 23 de março, do corrente ano, com discriminação da votação por Zona”

Caixa 331

“Mapa discriminativo da votação obtida, nominalmente, pelos candidatos – eleições de 3 de outubro de 1958 para deputado Estadual”

Caixa 393

“Mapas estatísticos da eleições realizadas em 2 de dezembro de 1945”

- Assembléia Legislativa do Paraná:

PARANÁ, Assembleia Legislativa. Anais da Assembléia Legislativa Constituinte. s/l: Imprensa Oficial, 1947, 214 p. (cod. 007, registro: 2050)

328.008162 P223

MFN 1537

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Estatuto do Partido Comunista do Brasil. Projeto de Reforma. Editado pelo Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro: 1945.

Biblioteca Pública do Paraná – Divisão de Documentação Paranaense

Jornal Diário da Tarde (janeiro de 1945 à dezembro de 1947)

Jornal Gazeta do Povo

Jornal O Dia

Círculo de Estudos Bandeirantes

Fundo Bento Munhoz da Rocha Neto: matérias publicadas na imprensa escrita sobre o Paraná.

n.11. Novembro de 1945.

n.14. Janeiro de 1947.

Entrevistas

Wilson Previdi, entrevista realizada por Claudia Monteiro em 08 de abril de 2011

Maria Batista Galvão, entrevista realizada por Claudia Monteiro, em 03 de maio de 2011

Referências bibliográficas

ADUM, Sonia. *A subversão no paraíso: O comunismo em Londrina 1945-1951*. Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo: 2003.

ANSART, Pierre. *Ideologia, conflito e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983.

_____. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.33, 2001, p.145-162.

_____. Mal-estar ou fim dos amores políticos? *História e Perspectiva*, Uberlândia, jul/dez 2001 – jun/jul 2002, p. 55-80.

_____. “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.

AQUINO, Maria Aparecida de (Org.). *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001 (Dossiês Deops – SP: radiografias do autoritarismo republicano; v. 1).

ARAÚJO, Alcina de Lara & CARDOSO, Silvia Pereira. *1º de maio: cem anos de solidariedade e luta (1886-1986)*. Curitiba: Beija Flor, 1986.

ARENDT, Hannah. *Da violência*. Brasília: UnB, 1985.

_____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *O que é política?* 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Entre o passado e o futuro*. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. Rosa Luxemburgo (1871-1919). *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BACZKO, Bronislau. *Los imaginários sociales*. Buenos Aires: Nova Vision, 1991.

BATALHA, Claudio. Vida associativa: por uma abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*. Porto Alegre, n.8, pp. 91-99, dezembro de 1997.

_____; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. (orgs.) *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.

BENEVIDES, Cezar Augusto Carneiro. *Terra sem passado: um estudo do Paraná contemporâneo*. Tese (Doutorado em História) USP, 1991.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BEZERRA, Gregório. *Memórias: segunda parte: 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1980.

BIRMAN, Joel. *Freud e a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BONI, Paulo Cesar (org.). *Certidões de nascimento da história: O surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá*. Londrina: Planográfica, 2009.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: as Duas Almas do Partido Comunista - 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. A ilegalidade mata: o Partido Comunista e o sistema partidário (1945-64). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, nº 33, fev. 1997, p.23.

BUONICORE, Augusto Cezar. Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. *Cadernos AEL*, v.7, n. 12/13, 2000.

CANALE, Dario. “Problemas da construção da história do Partido Comunista Brasileiro”. *Novos Rumos*, v.1, 1986.

CARDOSO, Sérgio [et al.]. *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARONE, Edgar. *O PCB*. 1922 a 1943. São Paulo: Difel, 1982a.

CARONE, Edgard. *O PCB*. 1943 a 1964. São Paulo: Difel, 1982b.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EdUFF, 1986.

CESÁRIO, Ana Cleide. “Norte Novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico”. In: PAZ, Francisco Moraes. (Org.) *Cenários de Economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991.

CODATO, Adriano & KIELLER, Marcio (orgs.). “*Velhos Vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná*”. Curitiba: UFPR, 2008.

CODATO, Adriano. O espaço político segundo Marx. In: . & PERISSINOTTO, Renato. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: UFPR, 2011.

COLNAGHI, Maria Cristina. “O processo político de ocupação do Oeste.” In: PAZ, Francisco Moraes. (Org.) *Cenários de Economia e política*: Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991.

COSTA, Hélio da. *Em busca de memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

COSTA, Samuel Guimarães da. *História política da Assembléia Legislativa do Paraná*. V.2. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994.

CHAVES, Niltonci Batista. *A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos, na década de 1930*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

DOPS: A lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1993.

DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. Hannah Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta da política. *Trans/Form/Ação*, v.24, n.1, 2001.

_____. Modernidade, biopolítica e violência: a crítica arendtiana ao presente. In: DUARTE, André; LOPREATO, Christina; MAGALHÃES, Marion Brephohl de. *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.

_____. *O sagrado e profano: a essência das religiões*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001.

ENRIQUEZ, Eugène. *Da horda ao Estado: Psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 1990.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito industrial (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1983, (Coleção Corpo e Alma do Brasil)

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF, 2002.

_____. & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (O Brasil Republicano).

FREUD, Sigmund. “*Pulsões e destinos da pulsão (1915)*”. In. _____. *Escritos sobre psicologia do inconsciente*. V.1. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FONSECA, Guido. DOPS – um pouco de sua história. *Revista Adesp*. n. 8, ano 10, dez/1989.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos*. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Annablume, 1997.

FORTES, Alexandre & NEGRO, Antônio Luigi. Esquerda e direita: fontes nacionais para a história social. *Métis: história & cultura*. v.3. n. 5, jan/jun. 2004, pp. 11-29.

_____. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educ; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FURET, François. *O passado de uma ilusão*. Ensaios sobre a idéia comunista no século XX. São Paulo: Siciliano, 1995.

GANDRA, Edgar Ávila. *O caos da resistência: a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande*. Mestrado em História (UNISINOS), 1998.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, v.8, n.9, 1997, p. 319-342.

GAUCHET, Marcel. *La democracia contra si misma*. Rosário: Homo Sapiens, 2004.

GINZBURG, Carlo. “Sinais, raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro. (coord.) *Velhos militantes: depoimentos*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1988.

_____. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Carlos Alfredo. *O Petróleo é nosso! (1948-1953)*. A campanha no Paraná

GOMES, Iria Zononi. *1957: a revolta dos posseiros*. 2.ed. Curitiba: Criar, 1987.

GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. *Elite comunista: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Pa-*

raná (1945-1964). Curitiba: 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFPR.

HOBBSBAWM, Eric. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. (org.) *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: A URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. V.7. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. “A política da identidade e a esquerda”. In. NEVES, José; DIAS, Bruno Peixe (coord.). *A política de muitos: povo, classe e multidão*. Lisboa: Tinta da China, 2011.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IBGE. Anuário estatístico do Brasil 1946. Rio de Janeiro, v. 7, 1947.

IPARDES. *Sobre política paranaense: entrevistas*. Curitiba: 1989.

_____. *Resultados eleitorais, Paraná, 1945-82*. 2.ed. Curitiba: 1989.

_____. *O Paraná reinventado: política e governo*. 2.ed. Curitiba: 2006.

IPÓLITO, Verônica Karina. *É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no Norte do Paraná (1945-1953)*. Maringá: 2009. Dissertação (Mestrado em História) UEM.

KAREPOVS, Dainis. *Luta Subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, UNESP, 2003. (Estudos Históricos; 48).

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC Rio, 2006.

KRISTEVA, Julia. *O gênio feminino: a vida, a loucura e as palavras*: Hannah Arendt, Melaine Klein, Colette. Vol. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

KROETZ, Lando Rogério. *As estradas de ferro no Paraná (1880-1940)*. Tese (doutorado) USP, 1985.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos históricos*, n.24, 1999, p. 227-250.

LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário da psicanálise / Laplanche e Pontalis*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. *Que fazer? Problemas cadentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo: Papyrus, 1986.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LOPES, Sérgio. *O território do Iguazu no contexto da Marcha Para o Oeste*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

LORIGA, Sabrina. “A biografia como problema”, In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUBENOW, Deisi das Graças Rizzo. *Discurso médico e políticas no Paraná nos anos 1950 e a colonização dos sertões paranaenses*. Dissertação (Mestrado em História) UFPR: 2008.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Pensamento e ação na obra de Hannah Arendt. *História e Perspectiva*, n.24, p.27-38, 2001.

_____. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001.

_____. Memória e história: Hannah Arendt em diálogo com Walter Benjamin. *Estudos Íberos-Americanos*, PUCRS, edição especial, n.2, p. 49-60, 2006.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.

MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. *De volta para o presente: Uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)*. Porto Alegre: 2007, Dissertação (Mestrado em História) UFRGS.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. (Orgs.) *Corações Vermelhos*. São Paulo: Cortez, 2003.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Org.). *História do marxismo no Brasil*, volume I. O impacto das revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 47-87.

_____. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispacões (1944-1954). In: _____. (Org.). *História do marxismo no Brasil*, volume III. Teorias. Interpretações. Campinas: Unicamp, 1998, p. 161-199.

_____. O Programa Nacional-Democrático: fundamentos e permanência. In: _____. (Org.). *História do marxismo no Brasil*, volume IV. Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, 2000, p. 151-209.

MONTEIRO, Claudia. *Fora dos trilhos: as experiências da militância comunista na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (1934-1945)*. Porto Alegre: 2007. Dissertação (Mestrado em História) UFRGS.

_____. GANDRA, Edgar. Arquivo DOPS-PR: fontes para história social no Paraná. *Revista Analecta*. v.8, n.1, jan/jun. 2007, p. 57-66.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MUNHOZ, Sidnei. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). *Revista Diálogos*, UEM, v. 6. p. 41-59, 2002.

O COTIDIANO de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. *Boletim informativo da Casa Romário Martins*. Curitiba, v.22, n.107, out/1995.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho dos Ventos, 2001.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PAZ, Francisco Moraes. (Org.) *Cenários de Economia e política*: Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991.

PRIORI, Angelo Aparecido. *A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)*. Tese (Doutorado em História) UNESP: 2002.

_____. *O levante dos posseiros: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Maringá: Eduem, 2011.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, p. 305-324, julho, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Luiz Carlos. *Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 1985.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1981, T. 3, v. 3, p. 361-443.

ROTOLO, Tatiana de Macedo Soares. Autonomia popular e socialismo democrático no pensamento de Rosa Luxemburgo. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 9, p. 131-146, 2006.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a micro-história. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho: os estivadores de Santos no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

SAWICKI, Frédéric. “Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses”. *Sociologias*, Porto Alegre, n.28, 2011, p. 200-255.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. 2.ed. Belo Horizonte: Oficina do Livro: 1989.

_____. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Civilização Brasileira: 1995.

SENNETT, Richard. *Autoridade*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das docas de Santos: direito e cultura de solidariedade 1937-1968. São Paulo/ Santos: Hucitec, Prefeitura de Santos, 1995.

_____. & SANTANA, Marco Aurélio. “O equilibrista e a política: o ‘Partido da Classe Operária’ (PCB) na democratização (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Osvaldo Heller da. *Communistes et antcommunistes: L’enjeu du syndicalismo agricole dans l’Etat du Paraná. De 1945 a la fin des années 70*. Tese (Doutorado) Ecole des Hautes Études em Siences Sociales: 1993.

_____. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.

SCHÜTRUMPF, Jörn. (org.) *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. (1930-1964). São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 volumes, 1987.

_____. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

TROTSKY, Leon. *A Revolução permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonhos e realidade*. São Paulo. Cia das Letras, 1992.

VINCENT, Gérard. Ser comunista? Uma maneira de ser. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. (Coords.). *História da Vida Privada 5: Da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 426-457.

VINHAS, Moisés. *O Partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

ZENI, Viviane Maria. *Momento Feminino: mulheres e o imaginário comunista. Uma nova história; uma história nova (1945-1956)*. Dissertação (Mestrado em História) UFPR: 2003.

_____. *Mulheres comunistas no Paraná: Experiências e militância nas décadas de 40 e 50*. CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (orgs.). “*Velhos Vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná*”. Curitiba: UFPR, 2008.

WAACK, William. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Norte velho, norte pioneiro*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.